

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM
HISTÓRIA

EMY FRANCIELLI LUNARDI

**BATALHA DE DISCURSOS:
O Advento Republicano e a (Re)construção da Política Catarinense
nos Jornais Partidários (1889-1898)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do professor Dr. Artur Cesar Isaia.

Florianópolis, agosto de 2009.

AGRADECIMENTOS

Relembro certa vez, quando nos preparávamos para desenvolver o trabalho de conclusão de curso em História, um dos nossos professores não cansou de repetir e insistir que aquele era apenas UM trabalho, e não era, de maneira alguma, O trabalho de nossas vidas. Sem dúvida, ele tinha razão. Outros já vieram e passaram: um trabalho de conclusão de curso em Jornalismo, diversos artigos para congressos e seminários, resenhas para revistas e, é claro, esta dissertação de mestrado. Outros ainda virão no futuro: pessoais, familiares, profissionais e, quiçá, uma tese de doutorado. Paradoxalmente, porém, ele também estava equivocado. Durante esse tempo de pesquisa e elaboração, este foi O projeto de nossas vidas. Disto dependia nossa aprovação depois de dois anos de pós-graduação, o recebimento do título de mestres e a conclusão de mais uma etapa de nossas vidas. Isto era promessa de um futuro profissional melhor, possibilidade de desenvolvimento e aprendizado pessoal, expectativa de vãos mais audaciosos. Para isto dedicamos maior atenção, tempo e dedicação, do que às nossas famílias, nossos amigos, nossos companheiros. Foi isto o que mais nos absorveu e consumiu.

Paixão, às vezes obsessão, noites em claro, horas sem fim em arquivos, bibliotecas e no computador, compulsões e abstinências alimentares, horas de exaltação e de desânimo, pensamento constante, ausências. Tudo isso ele ocasionou.

Por isso, a todos que se interessaram e colaboraram, questionaram ou se envolveram nessa dedicação apaixonada, foram deixados de lado, colocados em segundo plano e, ainda assim, não desistiram de nós: a esses amigos queridos, pelo tempo, paciência e compreensão, muito obrigada.

Agradecimentos especiais aos funcionários da biblioteca pública estadual, segundo lar, pela atenção e prestatividade. Aos professores e colegas que indicaram fontes e bibliografias, caminhos e questões. Aos amigos Sal, Gigia e Fernandinho que compartilharam por várias vezes mesas de pesquisa e trocas de conhecimento no terceiro andar da biblioteca. À minha amiga Cali, que teve a feliz ideia de me presentear com um gatinho de estimação nesses últimos meses mais estressantes, pois sua presença peluda amenizava as crises de raiva e de desespero, e distraía do trabalho interminável. Ao Chris pela correção atenta dos deslizes de digitação e da pouca familiaridade com a nova ortografia. Ainda mais especialmente, às professoras da banca de qualificação que, com sua atenção e experiência, descortinaram novos horizontes e

possibilidades, ampliando as percepções deste trabalho. Se hoje ele apresenta a forma que aí está, em muito se deve a vocês. E, obviamente, ao CNPq, órgão financiador dessa pesquisa.

E, por último, devido à sua imprescindível e imensurável importância, minha família. Meu irmão Estefanio, que apesar dos milhares de quilômetros que nos separam, nunca deixou de me trazer de volta à realidade quando a empolgação ou o desespero eram demasiados. Minha cunhada, Lizi, sempre calma e paciente, e minha sobrinha Lorena, alegria à distância. Mas, acima de todos, à minha mãe. Pelas poucas visitas nestes dois anos, sempre ponteadas de livros e trabalhos lotando a mala e ocupando grande parte do tempo em que ficávamos sob o mesmo teto; pelo dinheiro que financiou minha estada em Florianópolis, antes do recebimento da bolsa do CNPq; pelas preocupações; pelo consolo nas longas horas ao telefone; pelas inúmeras vezes que largou tudo, viajou mais de 10 horas simplesmente para dar colo, apoio e auxílio a essa filha. E por toda compreensão, carinho e amor, apesar da falta de atenção, das ausências, das crises. Mãe, este trabalho é tão teu quanto meu. Espero que esteja à altura da grande mulher que tu és. Todos os agradecimentos e todo o amor.

*À minha maravilhosa e insuperável mãe,
e às memórias de meu pai, saudade antiga, e
da minha avó, ausência recente.*

Pode-se dizer que as batalhas históricas, ou os eventos em geral que envolvem conflitos, são travadas pelo menos duas vezes. A primeira quando se verificam na forma de evento, a segunda quando se trata de estabelecer sua versão histórica ou sua memória. A primeira é uma batalha histórica, a segunda um combate historiográfico. E não há como dizer que a primeira vez seja mais importante do que a segunda.

José Murilo de Carvalho.

RESUMO

Em Santa Catarina a adoção do regime republicano provocou um processo de renovação das forças políticas e sociais que desembocou na formação de dois grupos partidários em luta pelo poder estadual: republicanistas x federalistas. Por muito tempo, a historiografia tradicional apontou-os respectivamente como “verdadeiros republicanos” e “restauradores disfarçados”. Contudo, a interpretação realizada à luz dos conceitos da nova história cultural e social demonstrou que ambos os partidos defendiam a causa republicana. Logo, se fronteiras entre os grupos não eram tão claras e consensuais, elas foram criadas e legitimadas em algum momento. Por isso, perceber a emergência dessas identificações e representações, suas diversas fases de construção e acirrada disputa, nos jornais partidários *República* e *O Estado*, bem como sua sedimentação de sentidos e legitimação via atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), é a proposta dessa dissertação.

Para tanto, analisam-se aqui a configuração e o posicionamento de cada jornal, a seleção dos assuntos, as estratégias discursivas e a recorrência às idealizações sobre a República, o povo e o federalismo enquanto instrumentos dessa luta simbólica em que os dois partidos estavam envolvidos: a luta pela identificação como “verdadeiros republicanos”. Uma identificação disputada por ambos os partidos e, finalmente, assumida como capital simbólico dos republicanistas. Esse fechamento discursivo de fronteiras para delimitar e diferenciar os grupos representou um trabalho simbólico ainda mais necessário considerando-se as poucas diferenças efetivas entre republicanistas e federalistas. Luta que envolvia não apenas a afirmação de sua identificação e visão de mundo, mas, principalmente, a possibilidade de permanência e de atuação no campo uma vez que a definição do que era ser legitimamente um “político republicano” determinava quem estava apto a

participar desse campo reconfigurado e assim guiar o estado no novo regime.

ABSTRACT

In Santa Catarina State, the adoption of the Republican regime provoked a process of political and social forces renewal which resulted in the formation of two party-groups struggling for the statal power: republicanists versus federalists. For a long time, traditional historiography referred to them, respectively, as “true republicans” and “disguised conservatives”. However, the interpretation through the new cultural and social History’s concepts demonstrated that both parties defended the republican cause. Therefore, if boundaries between the groups were not so clear and consensual, they were created and legitimized at some point. There lies the purpose of the present work: perceive the urgency of these identifications and representations, their different phases of construction and intense dispute, in the republican newspapers *República* and *O Estado*, as well as their sedimentation of meanings and legitimization through the Santa Catarina Historical and Geographical Institute (IHGSC).

For this purpose, I analysed the configuration and the positioning of each newspaper, the topics selection, the discourse strategies and the recurrent idealizations about the Republic, the people and the federalism as instruments of this symbolic fight in which the two parties were involved: the struggle for identification as “truly republican”. This identification was pursued by both parties and, eventually, assumed as symbolic capital of the republicanists. This discursive definition of boundaries took place in order to limit and distinguish the groups and represented a symbolic work even more necessary, if taken into account the few effective differences between republicanists and federalists. The struggle involved not only the affirmation of their identification and vision of the world, but, mainly, the possibility of perduring and acting in the field once the definition of a true “republican politician” determined who was prepared to act in the

reconfigured field and, thus, guide the State into the new regime.

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	11
PRIMEIRAS PALAVRAS: A batalha pela História	15
CAPÍTULO 1 – Palavras de ordem no amanhecer republicano	41
1.1– <i>Habemus República</i> – idealizações sobre a Proclamação	43
1.2– Somos todos republicanos – entusiasmo popular e adesismo	49
1.3– Um governo do “povo”?	56
1.4– Federalismo x centralização? – entre o discurso e a ação	64
1.5– Reconfiguração no jogo do poder: a quem cabe governar a República?	75
CAPÍTULO 2 – Percursos discursivos: a trajetória política de dois jornais partidários	87
2.1 – Dois jornais partidários, uma arena pública	89
2.2 – <i>República</i> numa retórica em mutação: da situação à oposição	97
2.3 – A voz da concorrência: <i>O Estado</i> , um jornal federalista	109
2.4 – A virada florianista: o <i>República</i> e a justificativa dos vencedores	121
2.5 – O(s) retorno(s): a visão dos vencidos e a permanência do terror	136
CAPÍTULO 3 – A batalha pela identificação: construção e disputa da representação de “verdadeiros republicanos”	151
3.1 – Uma construção a quatro mãos	152
3.2 – “Verdadeiros republicanos”: uma representação em Construção	162
3.3 – “Verdadeiros republicanos” somos nós: a identificação com os vencedores	172
3.4 – Contestações: a versão dos vencidos e a legitimação histórica .	184
3.5 – “Republicanos x restauradores”: uma representação persistente	197
MAIS ALGUMAS PALAVRAS: Batalha da história, batalha da memória	205
REFERÊNCIAS	
a) Fontes	209
b) Referências Bibliográficas	209

ANEXOS

Anexo 1	219
Anexo 2	233

PRIMEIRAS PALAVRAS: A BATALHA PELA HISTÓRIA

O início republicano brasileiro foi um período repleto de conflitos políticos, econômicos, sociais e simbólicos, desembocando em confrontos armados. O novo regime foi conturbado por ações militares, disputas partidárias e crises monetárias. Foi agitado de norte a sul por pequenas e grandes rebeliões contra os rumos insatisfatórios da República, umas querendo a volta da monarquia, outras um modelo diferente de organização nacional republicana – mais parlamentarista, presidencialista, federalista, unitarista, separatista, ditatorial... Foi abalado e temporariamente dividido pela Revolução Federalista e pela Revolta da Armada. Foi pressionado pelo movimento jacobino. Foi desestabilizado por Canudos.¹ Foi aos poucos se reajustando, testando possibilidades, se adaptando à sociedade, estabelecendo acordos, reorganizando os quadros político-administrativos, encontrando seus caminhos, até finalmente com Campos Salles, pacificar-se a relação da União com as elites estaduais através da famosa “política dos governadores”.

Como não poderia deixar de ser, esses eventos conflituosos também geraram disputas a respeito da sua memória, quando se estabeleceu sua versão historiográfica. É a batalha pela História, pela versão de consenso, por aquilo que será lembrado sobre o que aconteceu, pelo modo como tudo será contado, pela institucionalização de uma “verdade”, de um significado, mas, principalmente, pela definição de qual grupo e projeto será legitimado. E os atores da época, tanto os vencedores quanto os vencidos, tinham plena consciência da importância dessa batalha.

Daí a existência de uma profusão tão grande de memórias, autobiografias e relatos pessoais sobre o princípio republicano – em geral explicando os eventos de acordo com o grupo que seu autor defendia – por isso mesmo, contraditórios em seu conjunto. Daí a recorrência de expressões como: “a bem da verdade histórica”, “a fim de evitar inverdades e apreciações injustas por parte do historiador”, “para escrever com imparcialidade a história desta época”, “a justiça indefectível da história” e “a implacável veracidade histórica” naqueles discursos. Daí também a constatação clarividente do médico e jornalista catarinense Duarte Schutel, em setembro de 1895:

¹ Conforme: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986; e QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república: jacobinismo – ideologia e ação (1893-1897)** São Paulo: Brasiliense, 1986.

Já os interessados começam a preparar os elementos que hão de servir no processo perante o julgamento da história.

Defesa e acusação vão apurando os fatos e apurando a verdade para deixá-la desembaraçada e pura em presença do imparcial juiz.

As paixões se acalmam e os espíritos se vão mostrando temerosos da sentença daquele implacável tribunal, ante o qual não comparecem os homens, já nivelados pela morte, mas sim as suas ações.²

Escrevia isso devido à concepção historiográfica em voga no momento, que acreditava numa História neutra, imparcial, incorruptível, capaz de reviver o passado através de fontes oficiais e de narrá-lo tal qual foi, sem paixões. Enfim, capaz de produzir, pelo rigor científico, a História-Verdade. Mas escrevia, principalmente, em face dos recentes acontecimentos na ilha-capital de Santa Catarina. Derrotada a Revolução Federalista em território catarinense, desfeito o governo revolucionário que por sete meses transformou a pacata Desterro no epicentro da oposição à presidência de Floriano Peixoto, punidos os responsáveis – alguns com a prisão, outros com a execução sumária –, perseguidos e amordaçados os adversários, silenciada a população, erguiam-se altaneiros os vitoriosos do Partido Republicano Catarinense (PRC). E homenageavam seu salvador, o consolidador da república, o marechal de ferro, alterando o nome da capital para Florianópolis. Uma entre muitas outras mudanças. Afinal, era preciso esquecer.

Aqueles que ainda ficaram por aí, aqueles que não foram mortos nem perseguidos, não fugiram nem se exilaram, são testemunhas perigosas e inoportunas. (...)

Um que fique, é uma ameaça viva; ele contará aos filhos, contará ao estrangeiro a história nefanda daqueles crimes, e poderá dizer – eu vi – e é

² SCHUTEL, Duarte Paranhos. **A república vista do meu canto**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. (Coleção catariniana, 3), p.284.

preciso que ninguém possa pronunciar essas duas palavras. (...)

Que tudo seja mudado, pois, para que essa memória se vá apagando e de todo se extinga.

Aquelas ruas, aquelas praças, os jardins, os edifícios têm outros nomes que lembram os protetores do morticínio, aquela cidade infeliz entregue à noite aos massacres, foi entregue de dia, vil e servilmente ao padroado do déspota; as pedras daquelas ruas; manchadas de tanto sangue generoso, foram arrancadas. Aquele palácio, com os rombos das balas nas janelas e nas paredes, demolido. Aquela fortaleza onde tantas vítimas foram assassinadas foi posta em obras para que tudo quanto um dia foi iluminado e aquecido pelo sol da liberdade, de tudo quanto viu um dia tanto crime horrroso nada ficasse.³

Mas, mesmo para os vitoriosos, nem tudo devia ser esquecido. Por isso criavam o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC): para gravarem a sua versão da história, para transformá-la na História. Para poderem dizer: “não somos nós que o atestamos; são os fatos que a história republicana registra e contra os quais não há desmentido que possa surtir outros efeitos”.⁴ Ainda assim, os vencidos, tal qual Duarte Schutel, não deixavam de crer nesse “juiz incorruptível”, e repetiam: “só a história dará seu veredicto consciente”,⁵ e acreditavam que “o escarro cuspidado às faces lívidas daqueles que algemados e sem poderem se defender marchavam para as prisões não pode ser esquecido”.⁶ E não foi.

Apesar da predominância da versão criada pelos vencedores, a disputa simbólica em torno da memória a respeito dos conflituosos acontecimentos do início republicano em Santa Catarina não é homogênea. Existem interpretações e atos de contestação. A memória daquelas “testemunhas perigosas e inoportunas” sobreviveu. Permaneceram, através de seus herdeiros, os ressentimentos e as paixões que permearam aqueles conflitos. A correlação entre o movimento de contestação popular contra a ditadura militar chamado Novembrada e a placa em homenagem ao patrono da capital, Floriano Peixoto, é uma delas. Independente de quais tenham sido os motivos que levaram

³ *Idem*, p.215-216.

⁴ **República**, Desterro, 04/set/1894, p.1 e 2.

⁵ **O Estado**, Desterro, 04/out/1893, p.1.

⁶ **O Estado**, Florianópolis, 02/ago/1896, p.1.

estudantes e trabalhadores a protestarem contra o presidente João Figueiredo naquele 30 de novembro de 1979, é inegável que o acontecimento, em especial a destruição da placa a ser inaugurada, foi interpretado como repulsa pelos fuzilamentos e violências de 1894 e mobilizado pelo grupo que queria alterar novamente o nome da cidade. O próprio movimento em prol dessa mudança a partir de 1983 é outro sinal dessa ação contestatória. Bem como a sobrevivência da prática de assinar cartas, diários, e-mails e anotações por “Desterro, data”, numa forma de negação da “homenagem humilhante”.

Outro indício da permanência dessas disputas em torno dos sentidos atribuídos ao princípio republicano pode ser percebido no trabalho voluntário realizado pela população de uma antiga freguesia da ilha no documentário *Desterro*, de Eduardo Paredes, devido a sua identificação com a versão do curta-metragem sobre os fuzilamentos da fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim. Ou ainda a simulação do julgamento sobre a adoção do nome Florianópolis, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1994, quando do centenário dessa alteração. Debate instigado pelo advogado octogenário Antonio de Freitas Moura, que se espalhou pela imprensa e resultou na obra *Florianópolis: homenagem ou humilhação*, com o saldo de três interpretações considerando-a uma “humilhação” e apenas uma defendendo a “homenagem” como resultado de um “processo democrático”.

Diante disso, vale perguntar: “Que dirá a história quando houver de falar?”⁷ Que versão vai apresentar como “história mais verdadeira”? Que acontecimentos vai narrar e como o fará? Que memórias legitimará e quais afastará como menos legítimas e válidas? Que personagens chamará ao palco e quais deixará infames e *obs-cena*, isto é, sem fama e fora da cena? Que mitos, heróis ou vilões erigirá? Que representações e identidades ajudará a constituir? Enfim, que sentidos vai instituir sobre o amanhecer republicano?

As primeiras interpretações sobre tais acontecimentos aparecem quase simultaneamente ao ocorrido. São testemunhos de pessoas que acompanharam o desenrolar dos conflitos, direta ou indiretamente, de um lado ou de outro da disputa. Por isso mesmo, são textos apaixonados, visões assumidamente partidárias e marcadas mais fortemente pelos interesses e sentimentos da época. Algumas foram publicadas naquele momento, outras permaneceram desconhecidas por

⁷ O Estado, Desterro, 07/nov/1893, p.1

muito tempo. Entre muitas, têm-se as obras de J.B. Bormann⁸ sobre o Paraná; Wenceslau Escobar,⁹ Ângelo Dourado,¹⁰ Germano Hasslocher¹¹ e Epaminondas Villalba¹² sobre o Rio Grande do Sul; Henrique Boiteux,¹³ José Candido S. Muricy¹⁴ e Duarte Paranhos Schutel¹⁵ sobre Santa Catarina.

A última, intitulada *A república vista do meu canto*, apresenta o depoimento amargo do ex-político liberal que prontamente aderiu ao novo regime, mas logo se decepcionou e abandonou a vida pública, descrendo inclusive na atuação político-partidária como forma de transformação social, crença que norteava sua carreira até então. Contudo, preocupava-se ainda em escrever suas impressões sobre os tumultuados anos de 1889 a 1901, ora num desabafo desconsolado, ora numa tentativa de dar ordem ao caos, de racionalizar para a posteridade, de clarear essa “superabundância de documentos fornecidos pela imprensa periódica”¹⁶ acrescida de informações que circulavam pela cidade. Auto-exilado por não aceitar o jogo de benefícios, favores e apadrinhamentos, critica os descaminhos da república: sua emergência surpreendente pela forma como se deu; sua falta de princípios; sua “falsa representação” e seu “falso poder”;¹⁷ seu desprezo pelo povo, do qual deveria partir a soberania; seu partidarismo aprogramático; sua existência caótica; seu militarismo; seus constantes períodos de vida anormal, sob estado de sítio, falta de direitos básicos e violências cotidianas. Mesmo assim, chega a crer na possibilidade da revolução redimi-la, desde que ouça a voz do povo. Talvez por isso, suas notas nem sempre concluídas e por vezes fragmentárias, quase telegráficas, tornem-se mais completas ao tratar dos acontecimentos revolucionários

⁸ BORMANN, J. B. **Dias fratricidas**: memórias da revolução federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typografia da Livraria Econômica, 1901.

⁹ ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893**. Brasília: UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, vol.30).

¹⁰ DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio**. Narrativa da Revolução de 1893. Brasília: UnB, 1983.

¹¹ HASSLOCHER, Germano. **A verdade sobre a Revolução**. Porto Alegre: Typ. de César Reinhardt, 1894.

¹² VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Documentos e comentários. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1897.

¹³ BOITEUX, Henrique. **A república catharinense**: notas para a sua história. Rio de Janeiro, Xerox.

¹⁴ MURICY, José Candido da Silva. **A revolução de 1893 em Santa Catarina e no Paraná (Memórias)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia Editora Americana.

¹⁵ SCHUTEL, Duarte Paranhos. *op.cit.*

¹⁶ *Idem*, p.106.

¹⁷ *Ibidem*, p.61.

e suas funestas consequências. Provavelmente, dentre todos os autores, é o que mais espaço concede ao envolvimento, sofrimento e retraimento do povo naqueles anos difíceis. Ademais, sua perspectiva, ao contrapor-se à dos vencedores, acaba por aproximar-se da versão dos vencidos, sem contudo desfazer-se de algumas representações típicas do período, caso do mito da república como sinônimo de progresso, ordem e felicidade.

Posteriormente, diversos historiadores se debruçaram sobre esse assunto. Alguns apenas lhe dedicaram espaço em obras gerais. Caso de Lucas Boiteux¹⁸ que, no início do século XX, consolida a identificação dos membros do PRC como “republicanos históricos e verdadeiros”, legitimando a interpretação dos vencedores e introduzindo-a na historiografia. Partindo dos documentos públicos e dos jornais da época, tomados como fonte absolutizada da verdade, o livro enaltece certos personagens e fatos políticos, numa sequência linear e evolutiva que valoriza a ordem e o consenso, ignorando conflitos e contradições. Com ele se inicia a tradição historiográfica de representação do início republicano e de seus atores. Por quase um século, a historiografia catarinense apresentaria esse momento como uma luta entre “republicanos históricos e verdadeiros” e “restauradores mascarados de federalistas”, não obstante ambos defendessem a causa do novo regime.

Visão tradicional que foi seguida por Jali Meirinho,¹⁹ Carlos Humberto Côrrea²⁰ e Carlos da Costa Pereira.²¹ Esses autores dividem claramente os grupos entre “republicanos históricos ou verdadeiros” – os membros do PRC – e “monarquistas disfarçados de federalistas”, considerados desordeiros, restauradores e interessados apenas em manter seus cargos públicos e políticos. Em maior ou menor grau, eles consideram que a vitória dos primeiros ao fim dos episódios da Revolução Federalista em Santa Catarina, bem como sua manutenção por quase 30 anos no poder estadual, sem oposição, se deveram à competência do PRC para administrar os rumos do estado sob o novo regime. Competência intimamente relacionada à autoridade e à

¹⁸ BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catarinense**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.

¹⁹ MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina (1889-1900)**. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1982; e _____. **República e oligarquia: subsídios para a história catarinense (1889-1930)**. Florianópolis: Insular, 1997.

²⁰ CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894)**. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1990; e _____. **História de Florianópolis ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2004.

²¹ PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

legitimidade que tinham por serem os “republicanos históricos”, esquecendo que tal autoridade só foi possível graças à violência e à cumplicidade florianista que silenciou e destruiu a oposição. Compartilham ainda uma narrativa predominantemente cronológica e factual, a compreensão dos documentos como fonte absolutizada da verdade, a concepção de política como um epifenômeno da vida social, destacando ideias e ações dos protagonistas sem relacioná-las com a cultura da época, e a reprodução dos sentidos, identificações e representações atribuídos ao regime republicano pelos vitoriosos.

Não obstante, alguns traços peculiares de cada autor merecem destaque. Carlos da Costa Pereira, apresentado por Oswaldo Rodrigues Cabral como um florianista por tradição e por convicção,²² apesar da extensa pesquisa, acaba por desenhar uma história republicana favorável a Floriano Peixoto. Seu *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*, embora destaque os jornais de ambos os partidos, mostrando em detalhes a perspectiva federalista, tende sempre, no confronto entre as versões, a desconfiar desta e a apoiar a concebida pelo PRC. Desconsidera o pequeno número de membros dos clubes republicanos antes da proclamação e atribui sentimentos saudosistas aos aderentes, colocando as lutas partidárias como uma batalha entre “republicanos históricos” e federalistas “suspeitos de ideias monárquicas”.²³ Assume a versão vitoriosa dos fuzilamentos como represália pelas e consequência das degolas federalistas, eximindo, numa longa explanação, Floriano de qualquer conhecimento prévio ou culpabilidade pelos ocorridos.

Jali Meirinho, por sua vez, destaca as lideranças que dominaram a política estadual, principalmente Lauro Müller. Daí mapear os adeptos da propaganda republicana no estado. Contudo, apesar de admitir um número reduzido de propagandistas, no decorrer do texto acaba por assumir a versão dos vitoriosos, estabelecendo uma disputa entre republicanos e “adversários que ainda alimentavam ideias monárquicas”.²⁴ A essa oposição, o autor associa as características de ordem, moralidade e legalidade contra desordem, imoralidade e ilegalidade, elogiando os governos do PRC, enquanto qualifica o dos federalistas como “período de confusão e tumulto”. Percebe, pois, naqueles um comprometimento ou uma “identidade com a república genuína”. Ideia que é reforçada ao construir antecedentes para o ideal republicano, remontando-o a 1831, quando do advento da imprensa

²² *Idem*, p. 21.

²³ *Ibidem*, p.84.

²⁴ MEIRINHO, Jali. *A república em Santa Catarina (1889-1900)*. p. 55.

catarinense com Jerônimo Coelho, e principalmente à República Juliana. Mas que também está presente no mito da mudança de regime pacífica, ordeira e festiva, ocorrida sem oposição, e na explicação do adesismo como uma “questão de sobrevivência” de “políticos que não hesitaram em aderir a um regime com o qual não estavam identificados”.²⁵

Quanto aos episódios da revolução, atribui o ajuste de contas ao revanchismo dos republicanos, mas principalmente à resposta devido à crueldade federalista. Também exime Floriano Peixoto de tal responsabilidade, embora menos enfaticamente. E, apesar de considerar a homenagem ao marechal “um tanto condenável” por ter sido feita em vida e em pleno exercício da função pública, procura justificar a iniciativa como sendo um desejo antigo dos filhos da terra, ignorando as resistências. Mais que isso, critica as “minorias sem conhecimento histórico” que ainda hoje querem retornar ao antigo nome da capital por estarem “renegando a memória dos republicanos de Santa Catarina, que lutaram pela consolidação desse regime”.²⁶ Assim, não só legitima tal memória como renega o direito dos opositores, que pagaram com a vida essa consolidação, a qualquer sentimento republicano e a qualquer contra-memória sobre os fatos.

A tendência de Carlos Humberto Corrêa, no livro dedicado ao estudo do Governo Revolucionário em Santa Catarina, é claramente anti-federalista, demonstrando-a no título *Militares e civis num governo sem rumo*, ao relegá-lo ao domínio da anedota.²⁷ Embora apresente a argumentação dos jornais de ambos os lados e inclua no texto documentos integrais, como os diversos manifestos, muitas vezes não analisa as fontes que cita e, no caso de contradição entre elas, prefere acreditar na versão dos vencedores. Mesmo sendo menos explícito na identificação dos federalistas com a restauração monárquica, tratando-os por “oposição” e afirmando o anti-monarquismo do governo revolucionário, inúmeras vezes atribui características restauradoras aos seus dirigentes. Além disso, os republicanos são os membros do PRC – jovens inexperientes que enfrentavam as “feras experimentadas nas artimanhas da política e da politicagem”.²⁸

²⁵ *Idem*, p.38.

²⁶ MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**. p.116-117.

²⁷ Sobre as construções anedóticas na história, ver ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de S.; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

²⁸ CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo**. p.39.

Quanto ao episódio da “pacificação”, procura minimizar sua importância, explicando que o governo Moreira César está envolvido “mais numa nebulosa de boatos do que propriamente de fatos”. Afirma que a onda de perseguições e mortes, apesar de verdadeira, foi ampliada pelas lendas através do tempo. Explana longamente sobre as contradições acerca do número de mortos, procurando reduzi-lo diante do fato de que alguns considerados mortos foram processados em 1895 e de que apenas três urnas foram suficientes para removê-los vinte anos depois. Quanto à responsabilidade sobre os fuzilamentos, segue a explicação de Carlos da Costa Pereira e acrescenta um depoimento de Lauro Müller dizendo que Floriano não só não os ordenou, como enviou uma carta que evitou mais violências no estado. Logo, a responsabilidade foi exclusivamente de Moreira César. Daí não concordar com a “campanha” contrária ao novo nome da capital e atribui-la à “lenda” de que a culpa seria de Floriano.²⁹

Num percurso levemente diferenciado e um pouco mais nuançado sobre o período, tem-se o livro de Oswaldo Cabral,³⁰ idealizado a pedido do Estado como um compêndio dos fatos da história catarinense para suprir a demanda criada pela inclusão dessa temática nos currículos escolares. Apesar de ser uma síntese, o autor acrescenta alguns documentos e leis e dá espaço para os municípios. A principal diferença em relação aos demais está na interpretação a respeito da revolução. A obra não se restringe a narrar o ocorrido e registrar as diferenças de projetos e os desentendimentos entre os chefes como causa da derrota. Enquanto os demais historiadores apenas apontam a falta de ideais comuns e, no decorrer do texto, indicam a tendência para um “movimento restaurador”, Cabral mantém essa compreensão de tratar-se de uma pluralidade de opiniões, sem recair no estereótipo do “saudosista”, concluindo que houve dissensão entre os chefes porque “possuíam a Revolução em grande número. Tinha muitas cabeças, muitas ideias, muitos interesses”.³¹ Destoando do tom mais analítico, apresenta numa linguagem quase ficcional alguns episódios da repressão. Cita, porém, as atrocidades dos dois lados. Não obstante, para ele também “republicanos” são os membros do PRC, nunca os federalistas.

²⁹ CORRÊA, Carlos Humberto. **História de Florianópolis ilustrada**. p.272.

³⁰ CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Laudes; 1970.

³¹ *Idem*, p.271.

Recentemente, ainda seguindo esse caminho aberto por Lucas Boiteux, aparece a obra de Aimberê Machado.³² Mais atual, mas nem por isso mais atualizada, uma vez que ignora a maioria das pesquisas que interpretam o período à luz das novas teorias, consolidando para o grande público a interpretação dos vencedores como verdade histórica. De acordo com o próprio subtítulo da obra, mostra uma luta dos republicanos defensores de Floriano Peixoto contra os monarquistas catarinenses aliados aos federalistas gaúchos. Não à toa, pois, a defesa e a exaltação de Lauro Müller como servidor da causa republicana, brilhante, cauteloso, pragmático e bom administrador. Nem tampouco a percepção dos federalistas como ambiciosos, confusos, preocupados apenas em manter o poder, mal-intencionados e traiçoeiros. Ao definir essas identidades de modo tão fixo e delimitado, não percebe as nuances dentro de cada facção, nem as constantes alterações, ajustamentos e reconstruções identitárias típicas daquele momento.

De qualquer forma o livro se diferencia dos demais. Sua novidade, porém, está mais no estilo: em vez da tradicional narrativa linear e cronológica, um ensaio histórico em ordem não necessariamente sucessiva, com digressões comparativas a outros locais e épocas, e que, através de perfis psicológicos, retoma o papel dos indivíduos. Quanto ao conteúdo, procura uma explicação diversa para a crueldade do ajuste de contas em Santa Catarina e no Paraná. Contrariando a tendência geral, afirma a responsabilidade de Floriano, uma vez que ele era o líder máximo da nação, tinha decretado o estado de sítio e com ele a vigência da lei de exceção, e tinha designado os executores de tais atos, selecionando inclusive radicais jacobinos para assistir Moreira César e Ewerton Quadros. E chega a tal conclusão apesar de reconhecer a inexistência de uma ordem direta para os fuzilamentos e o importante papel simbólico do “marechal de ferro” ao personificar a imagem da “Pátria una e indivisível”.

Assim, ao transformarem tal versão em única interpretação possível para o início republicano, esses autores conferiram o estatuto de verdade absoluta aos registros oficiais e aos sentidos construídos pelos vencedores – mesmo tal atitude não tendo sido premeditada. Não se trata apenas de narrar a versão dos vencedores, pois há defensores dos vencidos. Nem somente de “tomar partido” por um dos lados. O problema está em assumir como “fato” uma divisão entre bons e maus, verdadeiros republicanos e restauradores, vítimas inocentes e carrascos

³² MACHADO, Aimberê Araken. **Tragédia no sul**: federalistas e monarquistas contra Floriano Peixoto (1893-1895). Florianópolis: Insular, 2008.

sem escrúpulo – divisão que estava sendo discursivamente construída naquele momento. O problema reside em perceber tais representações e identificações como fixas, imutáveis e já dadas, em vez de percebê-las como algo em processo e, principalmente, em constante disputa.

Dessa forma, a historiografia tradicional acaba reproduzindo uma identificação criada na época, sem perceber que ela foi fruto de uma disputa acirrada entre os dois grupos e que só se constituiu nesses parâmetros ao fim de um processo de exclusão, ao mesmo tempo histórico (através das mortes, prisões e afastamentos políticos) e historiográfico (na memória e no seu registro). Ao não questionar as identificações nem as representações, aceita-as como naturais, deixa de estabelecer as condições sociais de sua produção, reprodução e utilização, e deixa de percebê-las como classificações arbitrárias, criadas, difundidas e apresentadas como naturais por um determinado grupo social, num determinado momento histórico, com a intenção de obter a legitimação social para seus interesses particulares. Acaba, assim, legitimando esse grupo social.

A nova história social e cultural, por sua vez, procura evitar a ilusão da naturalização dos bens simbólicos, investigando como as divisões sociais se estabeleceram, em que lutas de classificação estiveram envolvidas, qual o processo histórico de sua construção e legitimação. Adota também uma maneira nova de inquirir os documentos, não os considerando apenas pelas informações que trazem, mas também pela maneira como as dizem, pelos termos que utilizam, por sua organização discursiva e material, por suas condições de produção, e pelos interditos e zonas de silêncio que estabelecem.³³

Renova também o estudo da história política, não mais necessariamente ligada às ações oficiais do governo, não mais concebida como epifenômeno da vida social, não mais percebida como esfera delimitada e restrita a poucos. Política passa a ser o estudo do comportamento do homem e da sociedade em suas relações com o poder, conceito que engloba a ideia de poder que circula e se espalha pelo social. A dimensão do político se comunica com as demais, deixa de ter fronteiras naturais, ora se dilatando, ora se reduzindo. Não há

³³ Conforme: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade); CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005; PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

mais fenômenos políticos por si mesmos, por natureza: qualquer fato pode tornar-se político. Assim ampliado, o político pode se exteriorizar através de variadas formas (desde o modelo representativo democrático até os totalitarismos), assumir diferentes estratégias (desde a negociação com liberdade até ao exercício da violência) e emergir em todos os lugares e momentos (desde o espaço público e as atividades oficialmente politizadas até os recintos privados e espaços do cotidiano).³⁴

Nessa perspectiva se inserem as interpretações propostas pelo livro de Roselane Neckel³⁵ e, principalmente, pela tese de Rosângela Cherem.³⁶ Abarcando as sociabilidades, o imaginário e o simbólico, estas autoras explicam que a divisão entre os grupos não era tão nítida e que muitas contingências intervieram antes que os resultados se definissem em favor dos republicanos.³⁷ Por exemplo, mostram que os jornais de oposição saíram de circulação por quase dois anos após a violência da punição exemplar que pôs fim ao conflito e que deu a vitória ao PRC. Logo, a oposição foi silenciada pelo medo e pela força, mas isso não significa que ela não existisse.

Rosângela Cherem, pela própria característica de seu trabalho – uma tese de doutoramento – discute mais profundamente o assunto, demonstrando, em primeiro lugar, que os dois partidos eram republicanos. As divergências estavam nos programas partidários e no projeto de república que almejavam. Ainda assim, as diferenças não eram tão grandes e, deixa claro, eram mais construídas que reais. Em segundo lugar, cada grupo era menos homogêneo e mais matizado do que se supunha, havendo tanto políticos ex-monarquistas no PRC, quanto republicanos dissidentes entre os federalistas. Por fim, coloca em questão a “tradição” dos clubes republicanos catarinenses, ao mostrar que estes possuíam poucos participantes e formaram-se pouco tempo antes da Proclamação. Ou seja, a maioria dos “republicanos históricos”

³⁴ RÉMOND, René. Do político. In: _____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

³⁵ NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: UFSC, 2003.

³⁶ CHEREM, Rosângela. **Os faróis do tempo novo: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense**. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

³⁷ Optou-se por adotar a terminologia utilizada em CHEREM, Rosângela. *op.cit.* que propõe a utilização do termo **republicanista** para os membros do Partido Republicano Catarinense (PRC) e o de **republicanos** num sentido mais geral, abrangendo também os federalistas, de forma a afastar-se da identificação criada pelos vitoriosos que se construíram como únicos, legítimos e autênticos herdeiros do novo regime, desautorizando os derrotados como “monarquistas e restauradores”.

só o foi depois do 15 de novembro, fato que não é somente constatado, como nos demais autores, mas assumido e respeitado no decorrer do texto.

Buscando aprofundar essa nova interpretação historiográfica, a proposta dessa dissertação é que essa identificação era, ela própria, um dos bens simbólicos em disputa, talvez o mais importante deles. Ou seja, propõe-se que republicanistas e federalistas disputavam, através dos instrumentos simbólicos do discurso jornalístico, a identificação de “verdadeiros republicanos” visando com isso serem reconhecidos como os mais aptos a realizar a tarefa de engrandecimento de Santa Catarina e conquistarem o poder político para definir os rumos do estado na nascente república. Mais ainda, que essa era uma identificação construída, num momento de conflito, em conjunto pelos dois jornais partidários, que aparentava unidade e consenso, mas era fragmentária, contraditória e disputada, sendo ambicionada pelos dois grupos, ambos querendo identificar-se com ela.

Conjuntamente, busca-se compreender como o discurso jornalístico construía as imagens dos dois grupos de acordo com sua filiação político-partidária e o contexto político e social do momento em que foram produzidas; que recursos e estratégias³⁸ simbólicas eram usados para conquistar tal identificação e instituir as distinções; até que ponto essas estratégias eram diferentes e onde se aproximavam. Procura-se introduzir o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) na consolidação dessa identificação e na associação dela com os republicanistas. Tal preocupação se atrela ao fato de que a fundação do IHGSC ocorreu justamente no ano em que o jornal adversário retomava sua publicação e prometia uma revisão dos acontecimentos sob a ótica dos vencidos, e ao fato de que sua produção influenciou boa parte das representações historiográficas sobre esse período por mais um século. Deseja-se, enfim, reconstituir historicamente o discurso da época e as disputas políticas, sociais e simbólicas que transparecem nos órgãos formadores da opinião pública da capital catarinense e que, posteriormente, passaram para a historiografia. Em suma, a questão aqui colocada é: como essa identificação de “verdadeiros republicanos” se formou através das representações publicadas pelos jornais partidários em suas disputas pelo poder simbólico?

³⁸ Termo usado com o sentido atribuído a ele por Chartier: “não no sentido de um cálculo racional e consciente, mas designando um ajuste mais ou menos automático a uma situação dada”. CHARTIER, Roger. *op.cit.* p.62.

Daí a escolha das fontes. As notícias e artigos dos jornais *República* e *O Estado*, disponíveis na Biblioteca Pública do Estado, pesquisados no período de 1889 a 1898, ou seja, da Proclamação da República até o fim do governo Prudente de Moraes. Tais balizas temporais englobam a fase de transição do país para a nova ordem jurídico-política e as principais crises que perturbaram o começo republicano catarinense. Explicam-se ainda pelo fato de que a presidência de Campos Salles cria os mecanismos complementares necessários à estabilização política da União com as elites estaduais,³⁹ ocasionando a incorporação dos ex-federalistas pelo PRC, momento em que já não há mais disputas identitárias entre os dois jornais selecionados.

Para dar conta do problema de pesquisa e das fontes, primeiramente é imprescindível esclarecer as possibilidades e os limites que os periódicos apresentam ao serem utilizados como documentos históricos. Segundo Maria Helena Capelato, “a leitura dos discursos impressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social”.⁴⁰ Ou seja, a imprensa, enquanto espaço de opinião pública, traduz e preserva parcela importante dos acontecimentos, representações e imaginário do tempo em que estava inserida. E, nesse sentido, pretende-se entendê-la como construtora de representações e identificações, capaz não apenas de retratar, mas de influir na realidade que a cerca.

Contudo, sua capacidade de retratar uma sociedade está intimamente ligada à parcela da população que os jornais representam e para a qual se dirigem. E, na Desterro do final do século XIX, os periódicos só atingiam a população alfabetizada, que representava uma parcela ínfima do total. No entanto, como mostrou Joana Maria Pedro, eles atingiam exatamente aquela parcela “que dominava os cargos do poder público, que possuía propriedades e, conseqüentemente, determinava, embora não sem resistência, os caminhos e discursos dessa sociedade”.⁴¹ Logo, é o público leitor, embora não na sua totalidade, que toma as decisões políticas e econômicas nessa comunidade.

³⁹ Conforme: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo**: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, 4).

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena, *apud* FLORES, Moacir (Org). **1893-95**: a revolução dos maragatos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. (Coleção História 1). p.108.

⁴¹ PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa em Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. p.71.

Isso pode ser percebido na relação que os leitores estabeleciam com os jornais pesquisados. Apesar de ser provável a filiação partidária a apenas um deles – estabelecida por um processo complexo de “contrato de leitura”, que passa pela adesão dos indivíduos às atitudes, posturas e valores discursivos do veículo de comunicação escolhido⁴² – percebe-se que a elite política e econômica de Desterro tendia a ler ambos. Isso pode ser aferido através das colaborações, correspondências e solicitadas que mostram desmentidos, críticas e discussões quanto ao que foi divulgado pelo jornal de oposição, o que demonstra conhecimento prévio do assunto, e por vezes em detalhes. Muito provavelmente isso ocorria porque os indivíduos que liam e comentavam os jornais viam-se neles retratados, sentindo-se impelidos a tomar partido e a se identificarem com as causas, as representações e as posições de sujeito ali divulgadas.

Não obstante, os periódicos também têm seus limites porque excluem uma grande parte da população, aquela que ainda está restrita à cultura oral. Apesar de seus membros terem uma experiência própria e importante, paralela e diferenciada da elite, geralmente não aparecem nos jornais e quando o fazem estão em situações desmerecedoras. Essa exclusão, porém, é de extrema relevância porque serve como instrumento de hierarquização social e de distinção para as pessoas que compunham a elite ou que pretendiam a ela ascender. Por outro lado, a despeito da grande taxa de analfabetismo, não se pode mais considerar que os jornais circulassem em um ambiente restrito, formado apenas por grupos de letrados, uma vez que “havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”.⁴³

Por muito tempo o uso de jornais e revistas como fonte histórica foi reduzido, devido às “distorções ideológicas” que lhes eram atribuídas. Com a nova história social e cultural, tal impedimento foi afastado, mesmo considerando-se que, de fato, a imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma aquilo que elegeu como notícia – eleição que já passou por um processo de seleção, hierarquização e enquadramento em nada neutro. Utilização que “não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a *análise*

⁴² Esse processo é explicado por SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**: um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p.50.

⁴³ MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.39.

circunstanciada do seu lugar de inserção”,⁴⁴ abordando os impressos como fonte e objeto de pesquisa simultaneamente, com a ressalva de se realizar uma crítica competente.

A análise do discurso pode fornecer ferramentas para tal crítica ao problematizar a relação entre relato e fato, a “identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”.⁴⁵ Afinal, na perspectiva da análise do discurso,⁴⁶ tomar a palavra é “um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.”⁴⁷ Logo, a linguagem não é apenas transmissão de informação, mas mediadora (transformadora) entre o homem e sua realidade natural e social. Além disso, sendo socialmente construída, não é neutra. Autores como Fowler ou Van Dijk⁴⁸ já mostraram que a linguagem indicia a realidade e, ao mesmo tempo, constrói determinadas ideias e crenças sobre o mundo e edifica determinados valores.

Nesse sentido, torna-se relevante distinguir a análise do discurso da hermenêutica. Enquanto esta visa uma interpretação, procurando extrair um ou vários sentidos do texto, aquela não atribui sentido ao texto, ao contrário, busca problematizá-lo, identificar os processos de significação e os mecanismos de produção de sentido que estão nele configurados.⁴⁹ Assim, põe em curso um procedimento de análise não apenas linguístico, que engloba as condições de produção dos discursos, as situações de comunicação, os atores, o contexto histórico-social, a relação com a realidade a que se referem. A palavra-chave é *enunciação*, não apenas o formalismo do texto dos enunciados, mas também o modo como e a situação em que foram escritos ou pronunciados. Desta forma, a análise do discurso acaba indo ao encontro da luta teórica de Chartier e Marin contra a tirania das abordagens estritamente linguísticas, uma vez que para eles a construção do sentido precisa ir além das estratégias de escritura e edição, abrangendo as

⁴⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. p.141. (grifos no original)

⁴⁵ *Idem*, p.139.

⁴⁶ A teoria referente à análise do discurso baseia-se principalmente nos conceitos apresentados nas seguintes obras: ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. (Coleção passando a limpo); _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987; e SOUSA, Jorge Pedro. *op.cit.*

⁴⁷ ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p.17.

⁴⁸ FOWLER, R. **Language in the news**. Discourse and ideology in the press. London: Routledge, 1991. e VAN DIJK, T.A. **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Piedadós, 1990.

⁴⁹ ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p.117.

“possibilidades e imposições próprias a cada uma das formas materiais que sustentam os discursos” e as “competências, práticas e expectativas de cada comunidade de leitores”.⁵⁰

Afinal, a análise do discurso busca perceber, não a verdade da informação ou o sentido específico de cada texto, mas sim a representação que cada grupo tenta estabelecer sobre si e sobre o outro, visando à legitimação social.⁵¹ Até porque, essa teoria não vê na leitura do texto apenas a decodificação, a apreensão de um sentido (informação) que já está dado nele. Não encara o texto apenas como produto, mas procura observar o processo de sua produção e, logo, da sua significação.⁵² Afinal, “sujeito e sentido não são naturais nem transparentes, mas determinados historicamente, devendo ser pensados em seus processos de constituição”.⁵³

Assim, os sentidos são construídos em confrontos de representações sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. Tudo isso tendo como pano de fundo e ponto de chegada, quase que inevitavelmente, as instituições (disputa pela sedimentação histórica dos sentidos que confere legitimação).⁵⁴ Os sentidos, em suma, não existem por si, são produzidos e influenciados pela autoridade e pela posição da pessoa que fala. Uma vez que as palavras “falam pelos homens que as empregam” e que “as condições de vida do homem estão encravadas nas relações de poder” por aí também passa “o uso das palavras e os seus muitos sentidos. E não passa impunemente. (...) Passa por *processos de exclusão* e de *atribuição de prestígios e poderes*”.⁵⁵ Afirmação que condiz com o posicionamento de Bourdieu contra Austin, no qual o autor afirma que o poder não está nas palavras e que a força ilocucionária está nos usos e nas condições sociais da utilização delas. Ou seja, a eficácia simbólica de cada discurso depende das propriedades

⁵⁰ CHARTIER, Roger. *op.cit.* p.13. Afirmação que é confirmada por ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p.37, ao dizer que: “o leitor não apreende meramente um sentido que está lá; o leitor atribui sentidos ao texto” e ao demonstrar que isso depende também de sua trajetória de leituras.

⁵¹ Conforme: Vignaux, citado por ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p.56. Ver também: *Idem, passim*; ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. p.26 e ss.

⁵² ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p.21 e ss.

⁵³ ZAMIN, Ângela Maria; SCHWAAB, Reges Toni. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. IV, nº1, 1º semestre de 2007. Florianópolis: UFSC; Insular. p. 37.

⁵⁴ ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p. 103.

⁵⁵ *Idem*, p. 58, 95 e 265. (grifos no original).

do discurso, das de quem o pronuncia, das da instituição que o autoriza a pronunciá-lo e do reconhecimento que recebe do público.⁵⁶

Outros recursos importantes de significação para a análise do discurso e que ultrapassam a mera informação são: a intertextualidade, a presentificação de outros discursos e do senso comum, a persuasão e a inculcação.⁵⁷ Mas, os sentidos também se constroem pelo que não é dito, pelo que fica subentendido e implícito ou que é mantido em segredo, silenciado, porque isso indicia as relações de poder. Por tudo já exposto, a análise do discurso fornece um dos suportes teóricos e um dos instrumentais de análise para as pesquisas aqui desenvolvidas, lembrando apenas que serve como ferramenta para a compreensão, não se tendo a pretensão de realizar nessa dissertação uma análise do discurso tal qual o fazem os linguistas e semânticos.

Outro aporte fundamental que, embora distinto, não deixa de estar imbricado com o anterior se detém especificamente sobre as produções jornalísticas. São autores como Mayra Gomes, Rosana Soares, Nelson Traquina e Cristina Ponte⁵⁸ que, teorizando sobre o jornalismo, percebem-no como um “construtor do discurso público”, capaz de conferir sentido à realidade, possibilitando a sua reorganização numa outra forma. Construção através do discurso noticioso que, ao relatar os acontecimentos, enquadra-os numa determinada concepção de mundo e que, ao descrever os personagens, classifica-os num determinado sistema de significação. No processo de produção jornalística, define-se não só o que é notícia – logo o que é pensável ou não –, mas também quais os enquadramentos – as formas de percepção – que esses acontecimentos vão ter – ou seja, os modos legítimos de pensar o que é pensável.

Daí Cristina Ponte afirmar que o conhecimento proporcionado pelo jornalismo é um “conhecimento político”.⁵⁹ A partir disso é preciso abandonar a noção restrita da mídia como simples caixa de ressonância da vida política, para pensá-la como um agente integrado, importante e relativamente autônomo nesse domínio. Passou-se a compreender que a mídia tem influência sobre o campo político ao alterar a relação entre

⁵⁶ Conforme: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp. *passim*.

⁵⁷ ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. p. 119.

⁵⁸ GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores; Edusp, 2003; PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005; SOARES, Rosana de Lima. **Imagens veladas**: AIDS, imprensa e linguagem. São Paulo: Annablume, 2001; e TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

⁵⁹ PONTE, Cristina. *op.cit.* p.16

profissionais e profanos, a formulação da agenda pública, a difusão das visões de mundo e dos grupos nela interessados, a produção do capital simbólico; e que ela pode legitimar ou questionar a ordem vigente, conforme recorra primordialmente a fontes institucionalizadas ou dê visibilidade a outras vozes. O que remete às lutas de representações entre os diferentes atores sociais e grupos de interesse em busca de legitimação e de poder simbólico para instituir como natural a sua ordenação do mundo e as suas fronteiras identitárias.

Daí o terceiro e último referencial teórico que diz respeito aos pensadores do poder simbólico e das lutas de representações e de identificações, em especial Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Stuart Hall. Explicando como ocorre a instituição de uma realidade a partir do “poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*”,⁶⁰ tem-se, entre outras, a noção de *representação*. Mais que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades de relação entre os indivíduos e o mundo social: primeiramente, as operações de classificação, ordenação e hierarquização que configuram esquemas de percepção a partir dos quais os indivíduos julgam e agem, percebendo, construindo e representando a realidade; em seguida, as práticas e signos que tornam reconhecíveis uma identidade social, exibindo uma maneira própria de estar no mundo, delimitando um *status* e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas de delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) que afirmam a coerência de uma comunidade, a estabilidade de uma identidade, a força de um grupo, a permanência de um poder.⁶¹ A partir dessa noção, a construção das identificações sociais transformou-se numa forma de relação simbólica de força que, de acordo com o êxito (ou o fracasso) do trabalho de fechamento e de pertencimento que os grupos realizam sobre si mesmos para tornarem-se percebidos e reconhecidos, define divergentemente a configuração do mundo social.⁶²

Contudo, embora perceba as representações não como uma expressão imediata, automática e objetiva da realidade, é importante lembrar que essa noção não interpõe um distanciamento entre a realidade no campo concreto e as representações e identificações no campo das ideias. Ao contrário, para esses autores a representação é

⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. p. 116. (grifos no original)

⁶¹ Conforme: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. p. 11 e 169 e CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. (Coleção Memória e Sociedade). p.23.

⁶² CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. p. 11.

uma parte importante da realidade, por vezes sendo as apresentações de si comandadas pelas propriedades concretas do grupo. Entretanto, sua força não está necessariamente no seu valor de verdade, de correspondência com a realidade, mas sim na sua capacidade de transformar-se em verdade, em existência material no campo.⁶³ Isto é, sua eficácia depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão, aceitação ou recusa dos mecanismos de apresentação e de persuasão.⁶⁴

Nesse sentido, os meios de comunicação atuam como instrumentos simbólicos que servem para a divulgação de representações e concepções de mundo, ao mesmo tempo em que cumprem a função política de imposição ou legitimação da dominação (violência simbólica). Daí a utilização dos jornais na guerra paralela à eleitoral e militar que, através do poder das palavras – poder de fazer crer que se pode fazer o que se diz, de manter a ordem ou de a subverter, de categorizar o social e fazer reconhecer essa di-visão⁶⁵ – deixa transparecer as lutas simbólicas pelo monopólio de impor a definição legítima das concepções e hierarquizações do mundo, de criar um sentido e um consenso sobre esse sentido, especialmente sobre as identificações e representações dos grupos.⁶⁶ Esse confronto também passa pelo reconhecimento das distinções – porque não basta ser diferente, é preciso ser reconhecido como tal.⁶⁷

Por isso a noção de *identificação* torna-se um instrumento teórico imprescindível. Lembrando que nem as identificações nem as identidades⁶⁸ emergem de um “eu verdadeiro”, único e interior, mas sim das posições-de-sujeito que cada um assume dentro das representações construídas pelos discursos de uma cultura, pelas identificações que cada um investe numa ou noutra representação. São, pois, formadas culturalmente, de modo discursivo e dialógico. Em se tratando de um conceito posicional, a identificação está sempre em processo, não sendo

⁶³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. p. 121.

⁶⁴ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. p. 177-178.

⁶⁵ Grafia utilizada repetidas vezes em BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. *passim*, e aqui adotada por significar simultaneamente uma divisão, ou seja, uma fronteira traçada e hierarquizada, e uma visão dividida em duas, uma vez que as representações em geral são duais: o eu e o outro.

⁶⁶ *Idem, passim*.

⁶⁷ “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.” *Ibidem*, p.118.

⁶⁸ Neste trabalho, são consideradas identificações as suturas temporárias, em construção, em processo e em disputa, enquanto as identidades indicam uma identificação já consolidada e institucionalizada. Não obstante, no caso de citação, respeitar-se-á o termo utilizado pelo autor.

nunca completamente determinada. Logo, também não é automática, muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, podendo ser ganha ou perdida.⁶⁹

Ao contrário do que comumente se crê, as identificações não são únicas, fixas, imutáveis, harmônicas, são sim múltiplas, fragmentárias, fluidas, móveis e, por vezes, conflituosas, até porque se constituem como “apegos temporários às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. Ou seja, “são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” como se fossem idênticas ao sujeito, apesar de serem representações, sempre construídas ao longo de uma falta, de uma divisão, do lugar do outro e que, por isso, “não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos”.⁷⁰

Mas acima de tudo, elas são construídas por meio da diferença e não fora dela, “por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo”.⁷¹ Elas só podem funcionar como pontos de identificação por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. “A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda a identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado.” Exigem, pois, um trabalho discursivo de fechamento, de marcação de fronteiras simbólicas⁷² e de unificação que sobreponha uma aparência de unidade às diferenças internas dos grupos. Tal constituição, como não poderia deixar de ser, é um ato de poder e de exclusão. Assim, as identificações:

surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja,

⁶⁹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.21.

⁷⁰ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.111-112.

⁷¹ *Idem*, p.110.

⁷² *Ibidem*, p.106.

em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático. É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída (...)⁷³

Em suma, as identificações são construídas dentro dos discursos, sendo posições de sujeito que os indivíduos assumem temporariamente, ao identificarem-se com representações construídas pelos discursos de uma cultura. Discursos que servem para construir determinadas ideias e crenças sobre a realidade, conferindo sentido a ela. Nesse processo, constrói-se um fechamento discursivo, uma marcação simbólica de fronteiras que delimitam e unificam um grupo tornando reconhecível – e por vezes criando – sua maneira própria de estar no mundo. Tais construções ocorrem sempre em meio a confrontos simbólicos para impor a definição legítima das concepções e hierarquizações do mundo, sendo permeadas pelas relações de poder.

Entender esse funcionamento complexo do discurso como instrumento simbólico de di-visão do mundo e legitimação das identificações é essencial para compreender que, naquele período tumultuado em que o novo regime acabara de se instalar, não estando ainda consolidado e não havendo um consenso claro sobre como ele deveria transcorrer, ambos os partidos queriam construir – através dos discursos jornalísticos – a sua própria imagem e a do outro, buscando o estabelecimento da primeira como a mais correta e desejável, e recusando a segunda, relegada para o não-correto e não-desejável. Tentavam, pois, traçar por meio da imprensa a fronteira entre o permitido e o proibido, o sagrado e o profano, o bem e o mal, o normal e a anomalia, mas também, nesse mesmo processo, fixar as diferenças entre os grupos, pretendendo reproduzir e perpetuar as relações, transformando identificações em identidades. Assim, os dois grupos, na

⁷³ *Ibidem*, p.109.

disputa pelo poder estadual e pela posse dos cargos públicos, travaram uma verdadeira guerra de opiniões através dos jornais, numa tentativa de legitimação perante a sociedade.

Situados em lados opostos, os jornais *República* e *O Estado* se batiam e debatiam movidos por paixões e rancores partidários. Era a disputa pelo poder simbólico de “fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e fazer reconhecer” e, ao mesmo tempo, a luta pelo “monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e (...) [pelo] monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (direito, exército, polícia, finanças públicas)”.⁷⁴

Nessa luta, os indivíduos e os grupos “investem todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, (...) pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’”.⁷⁵ No entanto, essa constituição só acontece quando as representações são ditas publicamente e com autoridade, ou seja, à vista de todos e em nome de todos, para, dessa forma, subtraí-las ao arbitrário, sancioná-las, torná-las dignas de existir e conformá-las à natureza das coisas.⁷⁶ Assim, a construção das representações e das identificações tende sempre a ocorrer através de um discurso público, no caso da imprensa, e a falar sobre o outro. Paradoxalmente, por oposição, está-se falando sempre do nós. Essa tendência tem um resultado múltiplo porque no mesmo ato, o enunciador elimina um adversário ou partilha com um eleito a sua cota de prestígio e, em qualquer dos casos, ressalta a si mesmo. Ou seja, ao tratar e questionar a legitimidade do outro, pressupõe-se a si próprio de uma forma inquestionável, uma vez que, ao erigir-se em juiz, desloca-se o foco da observação, colocando a sua autoridade fora de discussão. Por esse motivo, Eni Orlandi afirma que “para se compreender um discurso é importante se perguntar: o que ele não está querendo dizer ao dizer isto? Ou: o que ele não está falando, quando está falando disso?”. Caso contrário, corre-se o risco de, por um lado, aceitar o silêncio e, por outro, reproduzir o instituído,⁷⁷ como ocorreu com a historiografia tradicional.

Tendo isso em mente, a abordagem aqui proposta pretende não simplesmente tomar os artigos publicados como documentos que retratam uma realidade, mas sim como discursos que são construídos

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. p.174.

⁷⁵ *Idem*, p.124.

⁷⁶ *Ibidem*, p.114.

⁷⁷ Conforme ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento** p.275.

por indivíduos com determinadas crenças e interesses e que, ao mesmo tempo, são construtores de imagens e de sentidos para aquela sociedade. Ou seja, olhar para os jornais de forma a perceber as estratégias de convencimento para a sua causa política, a construção da sua imagem e a (des)qualificação do outro, no processo de fabricação de uma identificação harmônica, única e consensual: a dos “verdadeiros republicanos”. Deve-se notar ainda que, em momento algum se procura arbitrar que lado detém “a verdade”. Até porque, como explica Vignaux, o discurso não tem como função constituir a “representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação”.⁷⁸ Ao contrário, o que se busca é avaliar como os discursos são estruturados, ou seja, como o vocabulário, a descrição das ações e dos personagens, as figuras de linguagem e os procedimentos de intensificação e dramatização servem à tarefa de construir simbolicamente as representações, as identificações, as distinções entre os grupos, as concepções de mundo. Mas também como o texto permite perceber as intenções do enunciador e o lugar que ele ocupava na hierarquização do mundo histórico-social onde viveu. E isso, em momento algum implica definir o grau de verdade ou de mentira na sua fala, nem mesmo a sua fidelidade em retratar a realidade. Pelo contrário, implica em compreender que representações e identificações cada partido tentava constituir como realidade, assegurando sua permanência e legitimidade.

Nesse caminho, os apontamentos da pesquisa foram estruturados em três partes. Pensando as **Palavras de ordem** que nortearam o advento da república, o primeiro capítulo procura desvendar o percurso que vai de uma retórica inclusiva que – ao substituir “brasileiros” por “republicanos”, tornar inexistentes as divergências e festejar uma onda de adesismo – transforma todos em republicanos, até o purismo que conduz à dissidência e à disputa para definir quem é “mais republicano”. Nessa trajetória, busca-se apontar as mudanças simbólicas trazidas pelo novo regime e perceber as representações e identificações criadas pela narrativização dos eventos relacionados à Proclamação. Tenta-se compreender ainda o sentido dado aos termos “democracia” e “povo”, bem como o papel da oposição discursiva entre república/federalismo e monarquia/centralização e seu funcionamento na prática. Por fim, traça-se a reconfiguração político-partidária e a disputa pela legitimidade para liderar a política catarinense na República.

⁷⁸ VIGNAUX, apud ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. p.56.

O segundo capítulo dedica-se a traçar os **Percursos discursivos** desenhados pelos dois principais jornais partidários do início republicano catarinense. Seguindo as primeiras fases do *República* e d'*O Estado*, acompanham-se os acontecimentos locais e nacionais considerados marcantes pelos redatores, a forma de construí-los discursivamente, a configuração do jornal – sua estrutura, custos, localização, proprietários, colaboradores e espaços dedicados a cada assunto – e os reajustamentos no posicionamento e no pensamento político do partido que cada um representa. Além disso, na tentativa de explicar o estabelecimento de uma arena pública que, englobando aqueles dois periódicos, visava formar e conformar a opinião pública local, busca-se compreender o papel da imprensa naquele momento, o modo como os jornalistas percebiam sua função social e as proximidades e distanciamentos entre discurso e prática.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a disputa pela identificação de “verdadeiros republicanos” entre republicanistas e federalistas, procurando perceber as semelhanças e diferenças entre os discursos dos dois jornais, a construção conjunta dessa identificação e as alterações nas representações a ela associadas no decorrer do tempo. Trata também do processo de associação dos “verdadeiros republicanos” aos membros do PRC após a vitória legalista sobre a Revolução, durante os dois anos em que a imprensa oposicionista esteve silenciada. Mostra ainda a tentativa de revisão dos acontecimentos, realizada por *O Estado* após seu retorno em 1896, que não conseguiu mudar o significado da derrota dos revolucionários, permanecendo o PRC como partido único até 1930, dono dos cargos públicos e dos destinos do estado, capaz de construir a memória dos acontecimentos e com ela a sua identidade e a dos “outros”. **A batalha pela identificação** termina com a institucionalização dessa identificação, com algumas das características identitárias apresentadas no discurso jornalístico passando para a historiografia através das primeiras produções do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

CAPÍTULO 1 – PALAVRAS DE ORDEM NO AMANHECER REPUBLICANO

A tensão que se instaurou na política brasileira no momento da passagem da monarquia à república produziu representações e identificações instituídas e instituintes do jogo político daquele período. Caso da percepção da república como sinônimo de progresso e felicidade. Visão que foi aceita e reafirmada por propagandistas, adesistas, jacobinos e militares, sendo contestada apenas pelos monarquistas.⁷⁹ Mesmo com as decepções cada vez maiores a respeito do regime que se instalara e as críticas cada vez mais constantes sobre seus descaminhos, provenientes de todos os grupos, tal imagem continuava forte. Se “essa não é a república dos meus sonhos”, a República ideal continuava sendo uma promessa de felicidade e avanço. Vê-se isso, por exemplo, em Duarte Schutel. Apesar das críticas ao novo regime, sua concepção de república ainda passava pelas esperanças de melhoramento e civilização.⁸⁰

Outra representação importantíssima para o jogo político daqueles anos conturbados foi o “fantasma”⁸¹ da restauração monárquica. “Fantasma” que – alimentado pelos boatos, pelos discursos da imprensa e pelo próprio governo – revelou-se particularmente eficaz e útil. Embora na maioria das vezes supervalorizasse o poder de atuação dos monarquistas, ao aumentar a insegurança e o medo quanto ao futuro, servia tanto para justificar a repressão, quanto para fortalecer a imagem do grupo perseguido.⁸² Ou ainda a oposição construída entre uma república federativa e uma monarquia centralizadora, cabendo a esta todos os defeitos e àquela todas as virtudes. Aqui a proclamação surgia como o momento de fundação do federalismo brasileiro. Mais um mito a influir no jogo político.

Instituídas e instituintes foram ainda uma série de representações e identificações sobre a república e seus protagonistas: desde as que

⁷⁹ Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁸⁰ Ver SCHUTEL, Duarte. **A República vista do meu canto**. Florianópolis: IHGSC, 2002. p.352-353.

⁸¹ Sobre o papel dos fantasmas, ver BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. I (Memória-história). Lisboa: Imprensa nacional; Casa da Moeda, 1984, p.320.

⁸² Sobre a construção e utilização de tal “inimigo” ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op.cit.*; ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de S.; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. Quanto ao caso catarinense, ver o terceiro capítulo desta dissertação.

exaltavam o entusiasmo popular até as que ressaltavam sua ausência e não participação; daquelas em que todos eram republicanos àquelas que definiam os “republicanos mais puros e verdadeiros”; das que apontavam uma ruptura radical com determinado passado às que procuravam sinais de continuidade e criavam laços de legitimação com outro passado. Todas integrantes da batalha simbólica e parte importante da batalha política em torno da imagem e dos sentidos do novo regime. Todas visando o imaginário coletivo para reordená-lo de acordo com os valores republicanos. Todas destinadas a ressignificar os sentimentos patrióticos dentro daquele universo de interesses e personagens em mutação e em confronto.⁸³

Daí a importância do imaginário – entendido como representação global ou conjunto interligado de representações, no qual se elaboram imagens de si e do outro, estabelecem-se papéis sociais e normas de conduta, qualificam-se determinadas posturas sociais como verdadeiras e outras como inconcebíveis⁸⁴ – para compreender o início republicano. Especialmente porque recorrer ao imaginário é um modo dos grupos reagirem frente à instabilidade e aos conflitos sociais, disputando, dessa forma, o poder real que se exerce a partir do simbólico e buscando legitimar-se. Contudo, para realizarem tais funções e serem eficazes, os símbolos construídos devem estar assentados numa comunidade de sentido – caso contrário, não encontram aceitação social. Por isso, muitas representações e identificações mudaram ao longo do tempo, enquanto outras foram simplesmente esquecidas.

De qualquer forma, o importante é não aceitar tais representações e identificações como naturais e já dadas, mas sim compreendê-las como algo em processo, que estava sendo construído naquele momento e era constantemente disputado e contestado. É preciso perceber que, apesar dos esforços para delinear uma versão de consenso, houve sucessivos confrontos devido aos múltiplos interesses e expectativas dos atores sociais, cujas contradições se resolviam também nas disputas eleitorais e conchavos e através da violência.

⁸³ CHEREM, Rosângela, **Os faróis do tempo novo: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense**. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. p.89.

⁸⁴ Ver BACZKO, Bronislaw. *op.cit.*, *passim*.

1.1 – *Habemus República* – idealizações sobre a proclamação

Ao analisar as narrativizações⁸⁵ sobre a proclamação da república, reproduzidas pela imprensa catarinense, é necessário compreender, primeiro, tal discurso como um objeto linguístico-histórico, produzido por um certo grupo, com uma função específica e num momento determinado. Como demonstra José Murilo de Carvalho,⁸⁶ a tentativa de construir uma versão oficial sobre os eventos do 15 de novembro que se destinasse à história, ampliasse ao máximo o papel dos protagonistas e reduzisse o do acaso começou poucas semanas após o ocorrido. Era a batalha pelo estabelecimento do mito de origem do novo regime. Batalha para estabelecer a “verdade da solução vencedora contra as forças do passado e da oposição”, para dar legitimidade e conferir sentido à situação vitoriosa.⁸⁷

A divergência nas versões sobre a proclamação entre os três projetos republicanos, conforme apresentados por José Murilo de Carvalho, não aparece claramente nos dois jornais partidários catarinenses pesquisados. Não obstante, diversas vezes os periódicos prestavam honras a um dos três personagens principais: Deodoro, Floriano ou Constant. Aliás, o mesmo jornal, em momentos diferentes homenageava distintos “patronos da república”. Por exemplo, *O Estado* que em fins de 1891 festejava o patriotismo de Floriano Peixoto – o “salvador” da pátria republicana contra a tirania de Deodoro –, já em 15 de novembro do ano seguinte, saudava Constant e Deodoro como seus “proclamadores”. E, dois meses depois, atribuía a proclamação apenas aos ensinamentos republicanos de Benjamin Constant, que deviam ser lembrados como um dever de patriotismo. O *República* também variava entre a exaltação de Deodoro ou de Floriano como “fundador” do novo regime. Constant era sempre lembrado, independente de qual dos outros dois fosse exaltado. A definição de uma postura favorável a um ou a outro dependia das relações entre seu partido, o governo estadual e o nacional. Tais flutuações serão vistas mais a fundo nos próximos capítulos.

⁸⁵ Lembrando que, nessa dissertação, o termo narrativização é utilizado com o sentido de transformação dos acontecimentos em narrativa, de uma construção através do discurso noticioso que, ao relatar os acontecimentos, enquadra-os numa determinada concepção de mundo e que os classifica num determinado sistema de significação, distinguindo-se pois do termo narracão, que remete ao tipo de discurso narrativo, um dos três principais ao lado do dissertativo e do descritivo.

⁸⁶ Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.35-54.

⁸⁷ *Idem*, p.14.

Simultaneamente a essas homenagens – nos dias de aniversário ou de morte de tais personagens, nas comemorações das datas cívicas, e nos momentos em que se fazia uma retrospectiva da república –, aparecia uma narrativização dos acontecimentos relacionados à proclamação, tanto aos nacionais quanto aos locais. Esse discurso ao destacar repetidamente alguns elementos acabou por criar uma representação comum a respeito da mudança de regime. Representação que muitas vezes foi reiterada por ambos os jornais, perpetuando-se e enredando-se na historiografia, aparecendo como a apresentação dos “fatos tais quais foram”. Contudo, nem por isso, deixou de ser contestada e contestável.

Essa narrativização dos eventos da proclamação apareceu com força nos meses que se seguiram à mudança de regime. Nesse momento, ao transcrever os acontecimentos da capital federal, ao informar a recepção da notícia nos demais estados, ao narrar as ocorrências em terras catarinense e ao divulgar um sem-número de felicitações de todas as regiões do país e do estrangeiro, foram estabelecidos os traços mais marcantes dessa representação. Ali a república era apresentada como produto da lei biológica da evolução, afinal “a verdade é que a Monarquia estava morta e só nos restava enterrá-la, solenemente, com exéquias régias, em meio das pompas da generosidade”.⁸⁸ E isso foi feito numa “pacífica revolução que salvou a pátria”,⁸⁹ “sem violência e pela persuasão”, de modo a “reunir-se, como dizíamos, num único objetivo os interesses mais antagônicos”.⁹⁰ Revolução inevitável, irrevogável, ordeira, pacífica, exemplar e sem derramamento de sangue que acabou “causando espanto aos que não acham na História fato tão assombroso pela harmonia de vistas e grandeza de resultados”.⁹¹

A exaltação desse “fato tão assombroso” foi tão desmedida, em alguns momentos, que o *República* chegou a afirmar que a democracia liberal e a república salvadora se faziam na defesa da liberdade, da honra, da ordem e... – pasmem! – da Constituição.⁹² A mesma constituição que previa o Estado brasileiro como uma monarquia e que, portanto, eles tinham acabado de desrespeitar ao estabelecer uma república. Mas essa não foi a única idealização, nem o único exagero. O texto de G. de Almeida mostra mais tentativas de transformar a

⁸⁸ **República**, Desterro, 02/dez/1889, p.1.

⁸⁹ **República**, Desterro, 05/dez/1889, p.1.

⁹⁰ **República**, Desterro, 02/dez/1889, p.1.

⁹¹ **República**, Desterro, 11/dez/1889, p.1.

⁹² **República**, Desterro, 19/nov/1889, p.1.

proclamação numa evolução natural, necessária, harmônica e sem resistência:

Sua evolução seguiu o curso natural, sem sérios abalos. (...) O império tornara-se um obstáculo a mais largos progressos morais e políticos. Era necessário acelerar sistematicamente a evolução social, e o império foi derrubado. Afigurava-se aos tímidos cheia de dificuldades a transformação do regime; mas a dinastia abdicou, sem resistência, em favor da sociedade. Órgão sem função, o império deixou-se amputar sem grandes dores para o corpo social. Tudo pressagiava uma era de riqueza e esplendores sob o regime republicano (...) ⁹³

Nessa versão, exagera-se tanto na ausência de resistências para a mudança de regime que ela deixa inclusive de ser uma revolução para se tornar uma “abdicção”.

Normalmente, contudo, as idealizações não iam tão longe, falando apenas numa transformação política que se operou “sem efusão deliberada de sangue, sem violação das leis civis”, sendo “um ato de paz e de acerto”, uma vez que “outra solução não se podia dar à decrepitude da Monarquia”.⁹⁴ Ou então, dizia-se que o Brasil “fazia uma revolução entre as palmas e flores dos seus filhos para alcançarem o verdadeiro governo do povo pelo povo, fazendo baquear com um golpe seguro a velha Monarquia com todos os seus privilégios e adeptos”.⁹⁵ Como se vê, mesmo *O Estado* procurava reforçar essa ideia de uma mudança pacífica, exemplar, consensual e com apoio popular, sendo, pois, um “ensinamento glorioso que a história transmitirá ao futuro”.⁹⁶

Dáí divulgarem-se depoimentos afirmando o caráter equilibrado e tranquilo da revolução que instaurou a república. E escreverem-se artigos enfatizando o fato da proclamação brasileira extirpar a monarquia da América e transformá-la toda em republicana. Ou então destacando a superioridade nacional diante das revoluções francesa e americana, uma vez que aqui não houve luta prolongada nem derramamento de sangue. Mesmo retratada como um percurso exemplar até para o mundo civilizado, porém, procurava-se correlacionar a proclamação brasileira àquelas revoluções, como forma de inserir-se no

⁹³ **República**, Desterro, 26/set/1894, p.2.

⁹⁴ **República**, Florianópolis, 05/nov/1895, p.1. Ver anexo 1.6.

⁹⁵ **O Estado**, Desterro, 14/jan/1894, p.1.

⁹⁶ **O Estado**, Desterro, 21/jan/1893, p.1.

conjunto dos países com mais civilização. Por isso, a cada 14 de julho, exaltava-se a Revolução Francesa, que “decretou a República universal”,⁹⁷ associando-a aos episódios nacionais, numa tentativa de relacionar os princípios defendidos por aquela aos que nortearam os atos desta.

Buscava-se também constituir e legitimar antecedentes que enraizassem os sentimentos e os princípios republicanos na alma e no passado nacionais. Criaram-se então símbolos republicanos para substituir os imperiais, que iam sendo destruídos. Construíram-se, reformaram-se e reformulou-se a função de diversos prédios públicos, acrescentaram-se detalhes no seu interior; alteraram-se os nomes de ruas e praças; incorporaram-se heróis, principalmente militares. Por isso a frequente lembrança ao “proto-mártir da liberdade”, o alferes Tiradentes.⁹⁸ Considerado o início da liberdade e da república, apresentavam-no como um ensinamento para aqueles que fizeram e aceitaram o regime do povo e da ordem.⁹⁹ Colocavam-no como “sangue republicano” e “semente da democracia brasileira” que fez brotar no solo da pátria “milhares de paladinos da República, dispostos a derramarem por ela seu sangue”.¹⁰⁰ Uma imagem em contradição com a versão sobre uma mudança de regime pacífica e sem vítimas, provavelmente influenciada pelos recentes acontecimentos da Revolução Federalista. De qualquer forma, permite perceber que se tratava de uma representação em construção e em constante ajustamento, e que, por isso mesmo, não deve ser tomada como a “narrativa dos fatos tais quais ocorreram”.

Justamente por estar em processo, visando ser a versão oficial e definitiva sobre a proclamação, mas podendo ser contestada em muitos aspectos é que a imprensa e os protagonistas políticos procuravam repetidamente salientar o sentido inevitável, irreversível e consensual do novo regime. Daí afirmarem a república como “a forma de governo adaptável ao Brasil” e como “a suprema aspiração do povo”.¹⁰¹ Ou retratarem-na como possuidora do “franco assentimento do país”, sendo a resposta aos anseios da “quase maioria brasileira” desde “muito antes de tornar-se realidade”.¹⁰² Ou apontarem-na como momento em que finalmente o direito divino fora substituído pelo direito do povo,

⁹⁷ **O Estado**, Desterro, 14/jul/1893, p.1.

⁹⁸ **República**, Desterro, 21/abr/1894, p.1.

⁹⁹ **O Estado**, Desterro, 21/abr/1893, p.1.

¹⁰⁰ **República**, Desterro, 21/abr/1894, p.1.

¹⁰¹ **República**, Florianópolis, 22/jan/1898, p.2.

¹⁰² **República**, Florianópolis, 05/nov/1895, p.1. Ver anexo 1.6.

estabelecendo o “governo da lei”.¹⁰³ Ou definirem o 15 de novembro como marco que livrara o Brasil das “garras bragantinas” e trouxera igualdade e liberdade.¹⁰⁴ Ou, principalmente, contraporem-na à emperrada e decadente monarquia.

Recurso extremamente destacado, a oposição entre república e monarquia esteve presente na maioria dos textos sobre a proclamação e sobre a trajetória republicana naqueles anos iniciais do novo regime. Indicava o fim de uma era de privilégios, conchavos, imoralidade e ignorância, e o começo de outra de igualdade, transparência (via publicidade), moralidade e razão. Era a superação das causas do atraso e da incapacidade monárquica de assegurar os rumos do país pelas promessas republicanas de prosperidade e de progresso. Enfim, a superação das trevas pela luz. Tal representação percebia e aproveitava-se das expectativas de renovação e das esperanças de novas possibilidades que o fim do império despertava na população, trabalhando com esses anseios de melhoramento e de um futuro mais promissor. Associava, pois, a república a uma “nova era de verdadeiro amor fraternal, de igualdade e de progresso”.¹⁰⁵

Nesse sentido, as promessas para os catarinenses ligavam-se à superação das dificuldades, acabando com o contraste entre a natureza exuberante e fértil e a miséria e atraso da sociedade. Fazia-se crer que, com o advento da república, o jovem estado poderia tornar-se próspero e civilizado. A imprensa reforçava essa ideia ao retratar Santa Catarina como “pequena, mas futura pátria” e ao apresentar todos os grandiosos melhoramentos que em pouco tempo o governo republicano trazia ao estado, atendendo necessidades antigas, por muitos anos ignoradas pelo regime centralizador do império. Repetia-se que às províncias abatidas corresponderiam estados economicamente sólidos. Exaltava-se que “ninguém conhece mais, nos nossos Estados da União, risonhos, ricos, fortes, emancipados, aquelas províncias do Império, anêmicas, raquíticas, desacreditadas. Tudo se transformou da noite para o dia, da centralização para a federação, da anarquia para a República!”¹⁰⁶

Vê-se uma premente necessidade de romper com o passado monárquico, desautorizar o velho e instituir o novo como salvação e como única opção válida. Nela inscrevem-se os esforços para distinguir

¹⁰³ **O Estado**, Florianópolis, 21/abr/1896, p.1.

¹⁰⁴ **O Estado**, Florianópolis, 13/mai/1896, p.1 e 2.

¹⁰⁵ **República**, Desterro, 23/nov/1889, p.1.

¹⁰⁶ **República**, Desterro, 09/ago/1894, p.1.

os dois regimes, atribuindo-lhes pesos distintos. As falas oficiais e os artigos da imprensa opõem constantemente república e monarquia: a primeira ligada às ideias de progresso, avanço, desenvolvimento, descentralização e autonomia estadual; a segunda ao atraso, à miséria, à estagnação, à centralização e à dependência dos estados. Essa associação remete à representação iniciada pelo Manifesto Republicano de 1870 entre monarquia centralizadora e república federativa que se verá adiante.¹⁰⁷ Por sua vez, a idealização do novo regime como a única opção válida tornou-se tão disseminada e atestadora dos sentimentos republicanos que chegou a ser utilizada inclusive como forma de justificar a Revolta da Armada. Para fazê-lo, dizia-se que os intentos revolucionários jamais foram no sentido de “fazer voltar ao poder um Império que se esfacelou por si mesmo, sem base no coração do povo” e que tudo que se buscava era “uma República pura, garantidora dos nossos direitos e liberdades conculcados”.¹⁰⁸

Final, como deixou bem claro o *República*, a causa republicana “é uma causa justa, nobre, patriótica e triunfante”.¹⁰⁹ Ou, como disse *O Estado*, é uma ideia santa, significando: “o império da lei, o respeito à propriedade, a garantia do comércio, a economia dos dinheiros públicos”. Contudo, o sentido atribuído ao regime republicano pelos federalistas passa por uma divergência importante. Na sua compreensão, ele implica numa “orientação política com o elemento civil”, que, portanto, deixasse “o glorioso exército e a invencível armada nacional no seu digno lugar de defensores da nossa liberdade e da honra da nossa bandeira”.¹¹⁰ Logo, uma administração sem influência militar na política, na qual as forças armadas se restringissem ao seu papel de guardiãs do território e da ordem, nunca com capacidade de intervenção política, nem mesmo para “salvar” uma situação de crise. Crítica direta aos governos centralizadores e ditatoriais dos marechais Deodoro e Floriano. Crítica indireta à forma militar que tomou a proclamação da república.

Transformação via golpe militar que surpreendeu a muitos, inclusive a alguns propagandistas, e provocou a reflexão de Duarte Schutel: “(...) não me surpreendeu o grito da República, senão pela maneira com que se apresentou”.¹¹¹ “Eu a esperava, não porém como ela veio.” Se para a maioria das elites nacionais e estaduais a monarquia já

¹⁰⁷ Veja-se o subitem 1.4, p.64.

¹⁰⁸ **O Estado**, Desterro, 17/mar/1894, p.1.

¹⁰⁹ **República**, Desterro, 09/dez/1889, p.2.

¹¹⁰ **O Estado**, Desterro, 01/out/1893, p.2.

¹¹¹ SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*, p.116.

não correspondia aos seus interesses, era consenso, mesmo entre alguns dos seus defensores, que um terceiro reinado com a princesa Isabel e o estrangeiro conde D’Eu não seria aceitável. Muitos esperavam a república, como uma transição pacífica, para depois da morte do idoso e doente imperador. Daí o inesperado da “revolução militar”, o primeiro de uma série que traria a frustração das expectativas de “ordem e progresso”, incluídas até na nova bandeira, e também das promessas de igualdade, liberdade e descentralização. Como afirma o político desiludido: “Daí em diante tudo foi surpresas. (...) Disparates, absurdos, monstruosidades, necessidades, ridículos e loucura caíram como chuva em todos os pontos do país. Arbitrariedades, prepotência, fraudes, especulações, iniquidades, roubo e até crimes derramaram-se como incandescente lava, em toda direção, pela face de tão formosa terra”.¹¹² Ainda assim, desacreditava dos governantes, não do regime: “a República não é e nem nada tem de ridículo, este vem dos homens”.¹¹³ E, dessa forma, contestava alguns dos elementos da representação divulgada sobre tais eventos.

1.2 – Somos todos republicanos – entusiasmo popular e adesismo

Duarte Schutel contestou ainda outros pontos dessa representação, como a retórica inclusiva que permeava tais discursos transformando todos em republicanos. Em 28 de junho de 1897 constatava uma alteração discursiva que substituíria o nome pátrio “brasileiro” pelo termo “republicano”, e se questionava sobre as razões de tal mudança:

Já não se diz a Nação brasileira, o povo brasileiro, os brasileiros, o Brasil, porque será?

Hoje só leio e ouço: a República, os republicanos, o povo republicano; assim como, “esse notável, pintor, negociante, artista, médico ou industrial republicano” (brasileiro). (...)

Muitas vezes nos jornais se leem “nós os republicanos” – tratando-se de assuntos de administração do país.

Será que esta gente acredita realmente existir no Brasil uma parte da população que não é republicana?

¹¹² *Idem*, p.117.

¹¹³ *Ibidem*, p.323.

Ou será que essa palavra serve para distinguir certa qualidade de gente à parte com caracteres especiais?

Ou finalmente só um intento proposital de, à força de repetir a palavra, conseguir que todo mundo creia que somos republicanos e nós próprios nos convençamos de que o somos?¹¹⁴

Schutel acertou em cheio nas três perguntas. As três poderiam ser respondidas com uma afirmativa, revelando assim mais contradições dessa representação.

Sim, os políticos e a imprensa acreditavam que existia no Brasil uma grande parte da população que não era republicana: em especial entre o povo, educado na monarquia e com uma forte ligação emocional à figura paternal do rei/imperador, ou agradecido pela libertação proporcionada pela princesa Isabel. Mas também entre os integrantes da elite imperial que, na sua visão, não aceitavam o novo regime ou só o faziam como forma de manter as posições conquistadas. Eles representavam o “fantasma” da restauração, na maioria das vezes supervalorizado em seu número e em sua força de atuação, mas com uma função simbólica importante: justificativa para as ações repressoras de que o início republicano foi pródigo. Fossem as primeiras medidas tomadas para vigiar, afastar, prender ou exilar os antigos senhores da situação; as punições rápidas e exemplares mesmo aos menores movimentos contestatórios; a censura à imprensa; os estados de sítio sucessivos; ou mesmo a utilização de julgamentos sumários ou de tribunais militares para casos políticos, todas podiam ser justificadas como forma de evitar o retorno da extinta monarquia.

Sim, o termo “republicano” também serviu para distinguir um certo grupo de pessoas que, a partir de 1893, se consideraram mais republicanos, mais sinceros e mais puros de ideais que os demais. Eram os jacobinos que, invertendo e desmistificando a retórica inclusiva dos anos anteriores, destacavam a existência de diversas “qualidades” entre os que aceitaram e defendiam o novo regime. Eles aumentaram ainda mais o medo do “fantasma” restaurador, tomando atitudes radicais em relação aos “suspeitos de monarquismo” (perseguições, linchamentos e assassinatos ou empastelamento de jornais) e exigindo punições mais severas contra os acusados de crime de “lesa-República”.¹¹⁵ Tal discurso

¹¹⁴ *Ibidem*, p.321-322.

¹¹⁵ Ver: QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. **Os radicais da república**: jacobinismo – ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

purista já aparecera, contudo, anteriormente, mas de forma bem mais atenuada, quando das primeiras eleições, na discussão entre chapas mistas ou exclusivas para os “autênticos” republicanos, as quais desencadearam a formação de oposições em diversos estados.

E, principalmente, sim, houve uma tentativa de, à força de repetir a palavra, fazer crer que e tentar convencer de que todos eram republicanos. Daí salientarem a onda de adesões, transcreverem telegramas congratulatórios de outros países, divulgarem um sem-número de correspondências de municípios e estados brasileiros atestando o entusiasmo e a participação popular, e escreverem inúmeros artigos saudando o novo regime e ressaltando que “a ex-província de Santa Catarina está toda republicana” e firme na “confiança não só no governo da nação como no deste Estado”.¹¹⁶ Tudo com vistas a enfraquecer qualquer possível oposição, a convencer os indecisos e a fortalecer a crença dos adeptos. Por isso também a grande quantidade de comemorações públicas, celebrações e festividades, devidamente reportadas nos jornais, para marcar a ruptura com o passado e criar um sentido de ampla e organizada adesão social à nova causa.

Nesses relatos sobre a proclamação e seus festejos, sejam nacionais, sejam locais, o povo se faz sempre presente e sempre apoiando o “esperado” evento. É recorrente a expressão “povo entusiasmado”, seguida pela afirmação da manutenção da ordem. O “entusiasmo geral” é, normalmente, acompanhado pela menção à “ordem”, afinal, trata-se de um “povo pacífico e ordeiro”, uma vez que idealizado a partir do comportamento que se esperava dele. Isso transparece também nas correspondências congratulatórias. Como exemplo, tome-se o telegrama enviado pelo presidente da câmara municipal de São Bento, Ernesto Wolf, para o governo provisório estadual, a 20 de novembro de 1889: “Câmara municipal de S. Bento, republicana desde sua eleição, congratula-se com o novo governo. Reina ordem e alegria, visto como população inteira já era republicana declarada”.¹¹⁷ Em primeiro lugar, cabe esclarecer que chamar tal câmara de “republicana desde sua eleição” não foi um exagero, visto que São Bento foi o primeiro município a eleger uma câmara totalmente republicana, ainda durante a monarquia. A idealização está em afirmar como “declaradamente republicana” toda a população da cidade – ideia associada à alegria e à manutenção da ordem. É nesse aspecto que o telegrama integra o esforço para afirmar não apenas a existência de um

¹¹⁶ **República**, Desterro, 29/nov/1889, p.2.

¹¹⁷ **República**, Desterro, 22/nov/1889, p.1 e 2.

apoio popular à mudança de regime, como também para definir o modo aceitável para tal participação. E não se trata somente deste telegrama, pois foram diversas correspondências de vários órgãos oficiais, clubes, partidos políticos e pessoas influentes de quase todos os municípios catarinenses. Nesse trabalho conjunto de idealização também apareciam as resoluções do governo provisório que, publicadas na parte oficial do jornal *República*, repetiam a fórmula “O governo provisório do Estado republicano catarinense, por aclamação das Forças militares, de terra e mar, Club Republicano e Povo”,¹¹⁸ ressaltando se não a participação, pelo menos o apoio popular ao novo regime.

Mesmo anos mais tarde, quando se comemorava a data cívica, repete-se a máxima da: “instituição livre, aceita com júbilo pelo povo catarinense, certo de que esse elemento tem poderosamente concorrido para o desenvolvimento moral e material do estado”.¹¹⁹ Nesse caso, para entenderem-se os motivos de, além da reafirmação da aceitação popular ao regime republicano, o texto referir-se também ao auxílio do povo para efetivar as promessas da proclamação como início do progresso e fim do atraso, é preciso levar-se em consideração os acontecimentos de e as representações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina. Perceba-se que, durante a revolução, *O Estado* dizia que: “o povo catarinense demonstra sua aversão pela tirania e seu amor e devotamento pela República”.¹²⁰ Enaltecia assim o apoio popular à república – idealização vencedora – mas, fazia-o com a intenção de, simultaneamente, destacar a adesão popular à causa revolucionária e contrariar a identificação entre os revolucionários e a restauração, afirmando que seus interesses eram consertar os desvios republicanos. Assim, a referência ao auxílio do povo aos proclamadores da república torna-se uma construção que visa negar a adesão popular aos revolucionários. Trata-se pois, nos dois casos, de uma disputa pelo apoio popular como forma de legitimação. Disputa que se verá na sequência.¹²¹

Outro aspecto a ser destacado nos relatos sobre os acontecimentos relacionados à proclamação, nos artigos políticos e nas correspondências de felicitação é a pronta e massiva adesão ao novo regime. Caso do telegrama do presidente da câmara municipal de Itajaí, Samuel Heuse, ao governo provisório no dia 20 de novembro de 1889:

¹¹⁸ Por exemplo, **República**, Desterro, 21/nov/1889, p.1.

¹¹⁹ **República**, Florianópolis, 17/nov/1895, p.1.

¹²⁰ **O Estado**, Desterro, 18/out/1893, p.1.

¹²¹ Ver subitem 1.3, p.56.

“Câmara reunida unanimemente adere à política republicana”.¹²² Exemplo seguido pela grande maioria, senão pela totalidade, dos órgãos e funcionários públicos, fossem do poder executivo, legislativo ou judiciário, municipais, estaduais e federais de todos os cantos de Santa Catarina. E também pelos clubes e partidos políticos, e por pessoas eminentes. Apoio e reconhecimento imediato inclusive de vários oponentes e políticos conhecidos da época monárquica. Afora os telegramas, houve os atos oficiais de adesão. Tendo a mudança no governo estadual ocorrido no dia 17 de novembro, no mesmo dia o Diretório do Partido Conservador oficializou sua adesão ao novo regime. Atitude concretizada pelos liberais no dia 21. Essa rápida confluência pode ser explicada pelas aspirações de cada partido: enquanto os primeiros esperavam por um retorno, os segundos ansiavam por marcar suas posições. Pode ser explicada também pelo pequeno número de propagandistas durante a monarquia – havia mais políticos catarinenses assumidamente abolicionistas do que republicanistas. Para Rosângela Cherem, isso se deveu à dependência dos simpatizantes da causa republicana em relação aos cargos públicos, de forma que apenas os profissionais liberais e os comerciantes se assumiam como tal.¹²³ Daí o surgimento de diversos novos clubes republicanos logo após a proclamação.¹²⁴

De qualquer forma, é inegável que uma adesão tão rápida e maciça fazia parecer que não havia incompatibilidade entre o antigo e o novo regime, que os interesses da pátria eram maiores do que as contingências políticas. Ideia esta que era reforçada continuamente pelo jornal *República*, pretendendo fazer crer através do discurso, mas que aparecia na fala de muitos. Veja-se os argumentos do presidente da câmara municipal da capital, o liberal Elyseu Guilherme da Silva:

A república é um fato e um fato grandioso, que faz de cada província um estado soberano, com leis próprias, agindo livremente com toda a força dos seus recursos em prol da própria grandeza e prosperidade, só ligada ao poder central pelos laços únicos da federação, isto é, pela necessidade de defesa comum e representação externa.
(...) o novo regime sustenta e garante direito de vida, liberdade e propriedade do cidadão e que,

¹²² **República**, Desterro, 22/nov/1889, p.1 e 2.

¹²³ CHEREM, Rosângela. *op.cit.*, p.48

¹²⁴ Veja-se as notícias no *República*, nos anos de 1889 e 1890, anunciando que “prepara-se grande reunião para constituir club”. **República**, Desterro, 25/nov/1889, p. 2.

portanto, é dever de cada um que tenha amor à pátria concorrer com todas as suas forças para consolidar de modo mais completo e perfeito a obra grandiosa do governo popular, que vem de fundar-se.¹²⁵

Em primeiro lugar, ele ratifica a visão da república como algo já dado, um “fato”, inegável portanto. Depois a define como uma promessa de muitos benefícios: progresso; autonomia estadual; descentralização com a manutenção da unidade territorial; direito à vida, à liberdade e à propriedade. Por fim, lembra sua associação ao povo, afinal trata-se de um “governo popular”, concluindo que essa “obra grandiosa” deve ser por todos os patriotas defendida e auxiliada. Mostrava assim o propósito de colaborar com a reconstrução da Pátria e resumia, em seu discurso, os principais argumentos dos adesistas. Ou seja, de que sendo a república um fato consumado e irreversível, não havia possibilidade para a vitória de nenhum movimento restaurador. Diante disso, não havia mais razão para a existência dos antigos partidos monárquicos, cujos membros deveriam disponibilizar-se e concorrer com sua experiência para a tarefa do engrandecimento da Nação.

Como se vê, a República tornara-se a causa a ser defendida, sendo necessário colocar os interesses nacionais acima de quaisquer outros. Logo, opor-se era retroceder, impedir a organização da Pátria dentro dos novos princípios e, com isso, impedir o progresso e o melhoramento do país. Daí um outro elemento comum nessa representação e complementar à retórica inclusiva do “somos todos republicanos”: a afirmação categórica da não existência de qualquer divergência, nem qualquer oposição ao novo regime. Uma vez que a república era sinônimo de civilização e progresso, igualdade e liberdade, felicidade e razão, representando tudo que o regime passado não soubera ou não conseguira realizar, ninguém em sã consciência pretenderia a restauração da monarquia. Não se ousaria sequer sonhar com isso, nem mesmo diante dos descaminhos republicanos. Por isso era corrente afirmar-se que “o sebastianismo é um sonho”. Afinal, “em nosso país, onde a Monarquia não criou raízes nem se identificou com o povo, não será com a sua volta que se sustará o desmoronamento em que vão rolando os nossos negócios públicos”.¹²⁶ Exatamente quando, de crise em crise, o governo republicano não conseguia cumprir suas promessas nem atender as expectativas que criou, o discurso reforçava ainda mais a

¹²⁵ **República**, Desterro, 22/nov/1889, p.2.

¹²⁶ **O Estado**, Florianópolis, 03/jul/1896, p.1. Ver anexo 2.5.

impossibilidade de uma volta monárquica. Escreviam-se artigos e mais artigos de análise e teoria política, apresentando todos os regimes existentes e concluindo, repetidamente, que nenhum deles, a não ser a república, servia ao Brasil.

Diante disso tudo, cabe perguntar: se toda a população era republicana declarada, ou aceitou prontamente a república, se não havia divergências quanto nem oposições ao novo regime, por que constantemente houve tanto medo da “restauração”?

A resposta é que tanto a retórica inclusiva do “somos todos republicanos” quanto seu complemento sobre a inexistência de contestações fazem parte da representação construída sobre a proclamação, reforçando o mito de um consenso nacional sobre a república e de uma transição harmoniosa, ordeira e com apoio popular, cujo objetivo era tentar dar ao imponderável e ao contingente um sentido racional que possibilitasse a criação de uma versão homogênea. Sua função era, através de tal discurso, obscurecer os conflitos que se travaram entre os grupos políticos e sociais. Apesar desses esforços para delinear a república como regime de “ordem e progresso”, os acontecimentos conturbados daqueles primeiros anos caracterizaram-se mais por sucessivos confrontos entre os protagonistas e embates pelo monopólio do poder político e simbólico do que por uma acomodação pacífica e consensual.

O que de fato ocorreu foi a predominância de um clima de certa indiferença e insegurança. Apesar disso, havia uma elite urbana prevenida quanto à mudança de regime, que possuía informações para poder interpretar os fatos e agir depois dos seus desencadeamentos. A estes poucos cientes da situação coube fazer a campanha republicana e tomar as primeiras medidas após a proclamação.

A notícia sobre a mudança de regime chegou aos estados com alguma demora e encontrou muitas resistências, predominando uma indiferença geral. Apenas havia interesse em não noticiar nenhuma ação de apoio ao regime decaído para não contrariar a idealização de uma transição pacífica e consensual. Nesses primeiros anos tumultuados, contudo, eclodiram rebeliões militares e sucessivas crises ministeriais, agravadas pelas tendências particulares e os enfrentamentos locais, sendo que existiram governos paralelos em vários estados. O mesmo se deu em Santa Catarina. Se uma pequena parcela da população esperava a proclamação da república, a informação – divulgada apenas no dia 16 de novembro – foi surpreendente para a maioria das pessoas. Ainda no dia seguinte, o presidente provincial permaneceu no cargo, não houve

sessão na Assembleia Legislativa e as repartições públicas gerais e provinciais ficaram fechadas.

Além disso, houve um único episódio de contestação em território catarinense. No dia 18 de novembro, soldados amotinados obrigaram a banda a segui-los numa passeata sob a bandeira imperial, pouco tempo depois da mesma banda ter tocado numa comemoração pela república. Prontamente, o chefe de polícia, major Firmino Lopes Rego, mandou prendê-los e atirou naqueles que resistiram – ou seja, houve uma punição rápida e exemplar para evitar outras manifestações contrárias. Isso demonstra o desejo por parte dos protagonistas republicanos de criar uma aparência de consenso e de ampla adesão, principalmente popular, para legitimar o novo regime, garantindo o seu êxito. Nesse sentido, foram usados dois instrumentos para manter a ordem e a coesão: as tentativas de aliança e aproximações e os mecanismos de violência e repressão.¹²⁷ Permeando ambos, os discursos e encenações como recursos simbólicos de convencimento.

1.3 – Um governo do “povo”?

O sentido construído para a república envolvia intrinsecamente a referência à democracia, daí a importância em atribuir-lhe um apoio e uma participação popular. Associando os dois termos, os jornais definiam a república como “o regime do povo e da ordem”.¹²⁸ Assim, a revolução que instaurou aquela se justificava como forma de constituir esta: “uma revolução entre as palmas e flores dos seus filhos para alcançarem o verdadeiro governo do povo pelo povo”.¹²⁹ Ou então, como forma de substituir o direito divino pelo direito do povo.¹³⁰ Ou ainda, simultaneamente constituía-se a Inconfidência Mineira e Tiradentes como antecedentes para o regime republicano e como “semente da democracia brasileira”.¹³¹ Diante dessa ligação estreita, torna-se necessário compreender o que a imprensa e os políticos da época pretendiam dizer quando falavam em “democracia” e em “povo”.

Nas páginas do *República*, a recorrência ao termo “democracia” era menos frequente. Quando aparecia, tal palavra referia-se à aceitação popular, procurando frisar a noção de “governo da lei e da ordem”. Para seus redatores, o povo aceitara a democracia “porque esta somente quer

¹²⁷ CHEREM, Rosângela, *op.cit.*, p. 68-69.

¹²⁸ *O Estado*, Desterro, 21/abr/1893, p.1.

¹²⁹ *O Estado*, Desterro, 14/jan/1894, p.1.

¹³⁰ *O Estado*, Florianópolis, 21/abr/1896, p.1.

¹³¹ *República*, Desterro, 21/abr/1894, p.1.

o respeito à lei, da qual emana a manutenção da ordem e, conseqüentemente, a paz e a tranquilidade”.¹³² Já *O Estado* utilizava recorrentemente os termos “democrata” e “democracia”. Talvez, isso se deva ao maior número de apelos ao povo e ao reforço mais enfático sobre o apoio popular ao partido. Mas com certeza utilizavam-se dessa estratégia para legitimar-se e deslegitimar os oponentes. Por esse motivo afirmavam que quem não baseava seu apoio no povo, quem o desprezava, contrariava o que “os princípios republicanos consagram e determinam” e não servia nem pode servir lealmente à república, afinal “a superioridade do nosso regime de governo sobre todas as formas até hoje vigentes, resulta de que, nesse regime, as maiorias, e só as maiorias, devem preponderar”.¹³³

O Estado afirmava categoricamente que “o povo é o único poder real e soberano, pois os demais poderes são meras delegações da Nação”.¹³⁴ Indicava ainda que o caminho correto, dentro dos regimes democráticos era guiar-se “pela opinião pública”, não servir apenas “aos interesses dos grupos”, mas sim aos “interesses do povo”.¹³⁵ Afinal, é do povo que se “deriva e mantém-se a verdadeira República”.¹³⁶ Mas apesar das palavras, ainda estava longe o momento em que a “soberana decisão do povo” fosse de fato pesar sobre os rumos da república. Daí o desabafo de Duarte Schutel: “Ainda não pude compreender o que se tem vulgarmente como República. Todo mundo diz que ela é ‘o governo do povo pelo povo’ e quem menos entra nisso é o próprio povo”.¹³⁷

Essa frustração quanto à não-participação popular efetiva nas decisões do início republicano brasileiro, numa contradição aparente entre o discurso e a prática, pode ser explicada a partir das interpretações sobre a teoria política. Segundo o conceito clássico de democracia, trata-se do governo do povo pelo povo, do regime político em que o poder reside na massa dos indivíduos e é por eles exercido, diretamente ou por meio de representantes eleitos.¹³⁸ Contudo, as democracias modernas precisariam ser representativas, ou seja, o povo não poderia tratar diretamente das coisas públicas, do governo. Isso deveria ser feito por meio de representantes eleitos.¹³⁹ Por isso, afirmar

¹³² **República**, Florianópolis, 17/nov/1895, p.1.

¹³³ **O Estado**, Desterro, 21/mar/1894, p.1.

¹³⁴ **O Estado**, Desterro, 27/mai/1894, p.1.

¹³⁵ **O Estado**, Florianópolis, 14/jul/1896, p.1.

¹³⁶ **O Estado**, Desterro, 03/jun/1893, p.1.

¹³⁷ SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*, p.322-323.

¹³⁸ AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 17 ed. São Paulo: Globo, 2005. p.212.

¹³⁹ *Idem*, p.217.

aquela república como uma democracia não seria propriamente uma contradição. Embora em diversos momentos o poder executivo estivesse a cargo de encarregados indicados pelo poder central e não pelo voto popular, os representantes legislativos eram eleitos. E, pela constituição, o poder político residia no povo e era exercido pelos seus representantes. Além disso, é preciso levar em consideração que o discurso dos jornais tratava sempre de um “regime do povo e da ordem”,¹⁴⁰ associado ao “governo da lei”,¹⁴¹ podendo significar que do povo viria a soberania e a legitimidade e, para o povo, se estabeleceriam as leis e se manteria a ordem, estas, a cargo da elite dirigente. Interpretação que condiz perfeitamente com suas intenções de estabelecer limites à participação popular na política a fim de evitar a perda do controle político sobre os mais pobres, as massas, vistas portanto como perigosas por tal elite.¹⁴²

Quais seriam, pois, os sentidos de “povo” para a imprensa da época?

Normalmente, confirmando a interpretação acima, aparecia uma distinção entre o “povo” e os seus representantes de forma que, embora seja o povo a fonte do poder, ele não era mostrado como apto a exercê-lo. Veja-se o seguinte excerto do *República*, defendendo a atuação dos representantes como solução para socorrer a população que não podia resolver o problema dos gêneros alimentícios por si própria e, por isso, dependia de “um ato administrativo com que o honrado governador só teve em vista socorrer o povo, na sua maior parte pobre, sem recurso para adquirir esse gênero por alto preço e do qual não pode ser privado”.¹⁴³ Perceba-se que, aqui, “povo” abrange apenas as pessoas pobres, não os comerciantes, cujo interesse devia se curvar à necessidade popular. E muito menos a elite dirigente, que se ocupava da função salvadora. Tal concepção que estabelece uma distinção entre representantes e “povo” e se refere exclusivamente aos “que não têm recurso ou que os têm em mesquinha escala”,¹⁴⁴ por cujos interesses “zelam patrioticamente”¹⁴⁵ os membros do governo e da imprensa, costumava ser usada quando se tratavam de assuntos ligados à saúde

¹⁴⁰ **O Estado**, Desterro, 21/abr/1893, p.1.

¹⁴¹ **O Estado**, Florianópolis, 21/abr/1896, p.1.

¹⁴² PRADO, Maria Lígia Coelho. Democracia e autoritarismo na América Latina do século XIX. In OLIVEIRA, Cecília Helena de S.; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. p.36.

¹⁴³ **República**, Florianópolis, 15/dez/1898, p.1.

¹⁴⁴ **República**, Florianópolis, 30/abr/1898, p.1.

¹⁴⁵ **República**, Florianópolis, 01/mai/1898, p.1.

pública ou aos melhoramentos urbanos, sendo referida às vezes sob o termo “população”.

Embora ainda incluísse a distinção entre representantes e representados, eventualmente o sentido do termo “povo” invertia-se totalmente, e passava a remeter apenas aos primeiros, enquanto partidários ou correligionários daquele que falava. Observe-se tal emprego na frase “ser chefe partidário é delegação do povo e não privilégio”.¹⁴⁶ Obviamente, ser chefe partidário é delegação dos membros do partido em questão, não da população como um todo, nem mesmo de todos os eleitores. Tal utilização se justifica, pois, como uma forma de reforçar a participação popular no sentido de uma escolha democrática e, simultaneamente, associar o apoio dos eleitores a tal personagem e seu partido, garantindo-lhes legitimação social. Nessas ocasiões, pode-se atribuir a esse “povo” a capacidade de “refletir e comparar”.¹⁴⁷ Isso ocorre, porém, apenas se tais características forem essenciais para a reafirmação de uma escolha racional entre as opções disponíveis. Por fim, é preciso considerar que o termo “povo”, mesmo na teoria política, não necessariamente engloba toda a população do Estado.¹⁴⁸ Logo, tais discursos não se referiam a todos os brasileiros quando falavam em “governo do povo”, mas sim apenas àqueles considerados “cidadãos”, isto é, àqueles legalmente aptos a votar e serem votados. Caso do exemplo acima ou da afirmação: “Nós, o povo, único soberano real que os governos democráticos reconhecem”.¹⁴⁹

Tal frase já indica que, em outros momentos, o sentido de “povo” englobava representantes e representados, tornando-se um nós, numa busca de aproximação. Isso geralmente ocorria quando se tratavam de questões políticas que necessitavam de apoio ou legitimação popular. Caso do seguinte poema de Ferrão, publicado n’*O Estado*, que remete à comemoração de um ano desde a conturbada destituição de Lauro Müller do poder estadual:

É que hoje é dia de festas,
Festas e glórias de um Povo...
Como todas as florestas
É que hoje é dia de festas
Cantam mil almas honestas

¹⁴⁶ **República**, Florianópolis, 27/mai/1898, p.2.

¹⁴⁷ **O Estado**, Florianópolis, 28/mai/1896, p.1.

¹⁴⁸ Povo é a população do Estado, considerada sob o aspecto puramente jurídico, é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, os súditos, os cidadãos de um mesmo Estado. AZAMBUJA, Darcy. *op.cit.*, p.31-32.

¹⁴⁹ **O Estado**, Desterro, 08/mai/1894, p.1.

Almas de um regime novo...
 É que hoje é dia de festas,
 Festas e glórias de um Povo...
 Um ano que nós vencemos
 A lesma da ditadura!
 Um ano que nós vencemos
 Que a bandeira desfraldemos
 Branca e como os lírios pura
 Um ano que nós vencemos
 A lesma da ditadura.¹⁵⁰

Poema comemorativo e satírico que utiliza o nós para incluir o povo na vitória federalista. Note-se também a referência ao fato de que esse “povo” comemora enfim a “bandeira branca e pura do regime novo”, sugerindo que a aplicação dos princípios republicanos teria começado efetivamente com o governo federalista e não com a primeira administração republicanista. Aí a presença popular, novamente num sentido festivo e entusiasta, confere legitimação àqueles e não a estes. Além disso, com a utilização do nós, procura constituir a memória do episódio da destituição como uma pressão e exigência “popular”, apenas externada pela atuação federalista. Também merece citação a recorrência à retórica do “somos todos republicanos” quando se fala das “mil almas honestas de um regime novo”, logo, almas identificadas com a república.

Essas concepções sobre o povo foram, em maior ou menor grau, utilizadas por ambos os jornais nas disputas pela legitimação do seu ponto de vista, de forma a mostrar a força numérica e a popularidade do seu partido em detrimento do adversário. Um exemplo, já visto, foi o uso do apoio popular à república como forma de legitimar ou deslegitimar a Revolução Federalista. Enquanto *O Estado* afirmava que “o povo catarinense demonstra sua aversão pela tirania e seu amor e devotamento pela República”¹⁵¹ para significar com isso a adesão popular à causa revolucionária; o *República* dizia que o elemento popular aceitara com júbilo a “instituição livre” e vinha concorrendo poderosamente “para o desenvolvimento moral e material do estado”,¹⁵² repelindo os revolucionários e aderindo aos consolidadores do regime republicano. Disputa pois pela legitimação popular ao seu partido e aos seus atos.

¹⁵⁰ **O Estado**, Desterro, 29/dez/1892, p.1.

¹⁵¹ **O Estado**, Desterro, 18/out/1893, p.1.

¹⁵² **República**, Florianópolis, 17/nov/1895, p.1.

Outro exemplo pode ser encontrado nos discursos que tratavam dos princípios republicanos e democráticos. Costumava-se aproveitar a definição de “regime do povo” para negar aos adversários a verdadeira representação da nação, acusando-os de não respeitarem o povo, “ao qual, em sete anos de governo anarquizado, tem reduzido à extrema miséria e degradação”.¹⁵³ Ou criticava-se o adversário por deixar o caminho correto no novo regime, apoiando-se mais no poder central do que na soberania popular: “abandona o povo, que é a suprema força republicana, insulta-o, chamando-o de récua de *sujos, maltrapilhos e bêbados*, e vai colocar-se servilmente às plantas do vice-presidente da República”.¹⁵⁴ Logo, se não são os adversários que seguem os princípios democráticos e representam o povo, o somos nós. Tratava-se, pois, da disputa por definir quem mais possuía apoio, legitimidade e voto popular.

Esse “povo” tantas vezes conclamado e personificado, pouco conhecido e idealizado de diversas formas – fosse como “povo pacífico e ordeiro”, como “fonte da soberania”, como “pobres necessitados de amparo”, como “correligionário” deste ou daquele partido, como “republicanos declarados” ou “monarquistas perigosos” – cumpria naqueles discursos um papel de autorização e de legitimação. Daí ambos os jornais colocarem-se como seus porta-vozes e seus representantes legítimos: “quem escreve para o povo que nos conhece... que paga tributo de sangue e tributo de dinheiro, não pode senão escrever aquilo que o povo sente, aquilo que o povo pensa...”¹⁵⁵

Schutel, contudo, surpreendia-se que, com tantas e tão variadas referências ao povo, sua voz, desejos e sentimentos ainda permanecessem desconhecidos, exigindo que “é preciso ouvir o povo: – ele ainda não falou”.¹⁵⁶ Compreendia, pois, tais referências como uma retórica justificadora e constatava o “singular papel da imprensa! Pelo povo, ela pensa e fala, em nome do povo pede e exige e manda, sempre como se o povo fora, julga, decide, recompensa e castiga. Exalta a seu talante, precipita e quebra a bel prazer, inventa, consagra, repele, comemora, faz e desfaz reputações e intervêm na administração pública”.¹⁵⁷ Criticava tal discurso também por apresentar com falsidade os princípios democráticos que permaneciam “absolutamente desconhecidos pelo povo”, e pela frustração dos seus sentidos uma vez

¹⁵³ **O Estado**, Florianópolis, 14/jul/1896, p.1.

¹⁵⁴ **O Estado**, Desterro, 03/jun/1893, p.1. (grifos no original).

¹⁵⁵ **O Estado**, Florianópolis, 26/abr/1896, p.1.

¹⁵⁶ SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*, p.101.

¹⁵⁷ *Idem*, p.337-338.

que “o governo do povo pelo povo trazia a abundância, o bem estar, a tranquilidade” mas depois de dez anos, ainda “vive o povo quase na miséria, acobardado de impostos pesados, e sempre agitado e inquieto pelas agitações, pelos crimes e fraudes”.¹⁵⁸

Dessa forma, Schutel representava todo um grupo de desapontados e descontentes com os descaminhos republicanos. Pessoas que compreendiam que tal interpretação e aplicação da democracia e da república acabavam por frustrar o sentido desses termos. Afinal, como explica a teoria política, “para que os governados realmente elejam, isto é, escolham os governantes, é preciso absolutamente que haja liberdade de eleger e igualdade entre os eleitores”.¹⁵⁹ E isso, mesmo considerando “povo” com o significado restrito aos “cidadãos” e aos “eleitores”, o início republicano definitivamente não foi capaz de fazer.

A proclamação da república brasileira, no dia 15 de novembro de 1889, representou o clímax de um longo processo anterior, cujas tensões e complexidades explodiram no período ministerial de Ouro Preto. Exigências federalistas, movimento republicano, insatisfações militares, repúdio à sucessão imperial, descompasso entre a estrutura sócio-econômica e a política, adoção de hábitos¹⁶⁰ e desejos incompatíveis com a administração monárquica, ascensão de novas camadas oligárquicas, surgimento de classes urbanas, predomínio político de uma aristocracia decadente: tudo isso constituía o caldeirão em que fermentavam as contínuas crises imperiais e as alianças heterogêneas feitas pelos diversos grupos que lutavam contra o sistema dominante. Situação ainda mais complexa porque não significava apenas reunir numa coalizão as forças militares e civis, mas também conseguir uma unidade entre interesses, desejos e projetos de nação divergentes.¹⁶¹ Talvez por isso mesmo, o que caracterizou o advento do regime republicano foi seu repentino desencadeamento e o pequeno número de participantes. Proposta basicamente por frações dos grandes proprietários, que elegeram o republicanismo como forma de ocupar o poder, e por outros segmentos insatisfeitos – as camadas médias urbanas e o Exército –, a proclamação não teve caráter popular. Foi uma

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.352-353.

¹⁵⁹ AZAMBUJA, Darcy. *op.cit.*, p.221.

¹⁶⁰ Para mais informações a respeito desse processo de adoção da civilização e do modelo burguês de sociedade ver SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque* In: _____. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 25-77.

¹⁶¹ Ver CARVALHO, José Murilo de. *op.cit.*

transformação política que, através de conciliações, realizou-se pelo alto, sem consulta à opinião pública.

Assim, gestada como um projeto civil, a república acabou levada a termo pelo Exército,¹⁶² sendo que as novas forças sociais estavam mais preocupadas em participar da burocracia do que da cidadania. Embora pregassem e repetissem efusivamente ideias como trabalho livre, igualdade perante a lei, cidadania, soberania popular e um governo do povo pelo povo, o exercício do poder político no novo regime permaneceu distanciado da sociedade, mostrando uma cidadania tímida e restrita a pequenos grupos que disputavam seu lugar na nova estrutura política. Apesar das belas palavras usadas para se diferenciar da monarquia, a república optou pelos mesmos métodos imperiais para impedir a possibilidade de alternância partidária no poder.¹⁶³

De qualquer forma, a adoção da república em 15 de novembro de 1889 provocou diversas mudanças em todo o Brasil, configurando-se como um processo de renovação das forças políticas e sociais. Logo, tornava-se necessário aos novos protagonistas forjar imagens, redefinir identidades, produzir e acumular bens simbólicos, num esforço conjunto e contínuo visando à legitimação necessária para decidir os rumos do país e de cada estado.¹⁶⁴

Essa construção, porém, não se deu pacificamente. Houve concorrência pelo monopólio do poder, interações de diferentes interesses e forças, disputas e confrontos. Afinal, a proclamação trouxe ao poder uma nova elite política, o que provocou a perda dos principais cargos públicos por parte dos políticos tradicionais, justamente num momento de crise econômica na cidade, com o declínio do porto e da exportação de mandioca, fazendo com que aumentasse a dependência desses cargos não apenas como forma de influência política, mas também como fonte de renda familiar. Esse descontentamento somado à marginalização de ex-liberais e de ex-conservadores dentro do novo governo – mesmo após sua expressa adesão – levaria a ressentimentos e cisões, culminando com a formação, em Desterro, de um partido opositor. Mas se os rumos e os protagonistas iam se redefinindo, o número de participantes permanecia reduzido e limitado a atender interesses específicos.

¹⁶² CHEREM, Rosângela. *op.cit.*, p.46.

¹⁶³ NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: UFSC, 2003. p.97-98.

¹⁶⁴ Conforme CARVALHO, José Murilo de. *op.cit.* e CHEREM, Rosângela. *op.cit.*

Daí a necessidade premente de aumentar o capital simbólico próprio diante tanto da população quanto dos concorrentes. Não foi à toa que ocorreram tantas cerimônias públicas, noticiadas tão extensamente pelos jornais, ressaltando as “autoridades” presentes e também o “grande apoio popular”. Primeira preocupação, a de apresentar os fatos políticos num contexto de espetáculo público de modo a demonstrar a confluência das forças. Segunda, reconhecer e tornar reconhecíveis como capacitados e autorizados os novos atores da vida institucional, definindo os demais como meros expectadores.¹⁶⁵ Ou seja, tratava-se de uma encenação dos acontecimentos que servia ao mesmo tempo para conferir legitimidade e para determinar os papéis de cada ator social, estabelecendo a obediência e a ordem. Enquanto os discursos buscavam criar um imaginário que visse na república a única solução para o país, as festas e cerimônias eram utilizadas para criar uma ampla adesão social à causa e aos protagonistas republicanos, que, apesar de representarem um grupo reduzido, afirmavam fazê-lo sempre em “nome do povo”.

1.4 – Federalismo x centralização? – entre discurso e ação

Outro elemento das idealizações sobre o começo republicano passa por uma retórica que visa opor as conquistas da república, identificada com o federalismo e a autonomia estadual, a uma concepção de monarquia centralizadora. Pode-se perceber tal oposição em trechos como: “ninguém conhece mais, nos nossos Estados da União, risonhos, ricos, fortes, emancipados, aquelas províncias do Império, anêmicas, raquíticas, desacreditadas. Tudo se transformou da noite para o dia, da centralização para a federação, da anarquia para a República!”.¹⁶⁶ Ou então, retomando o discurso do presidente da câmara municipal da capital, Elyseu Guilherme da Silva: “A república é um fato e um fato grandioso, que faz de cada província um estado soberano, com leis próprias, agindo livremente com toda a força dos seus recursos em prol da própria grandeza e prosperidade, só ligada ao poder central pelos laços únicos da federação, isto é, pela necessidade de defesa comum e representação externa”.¹⁶⁷ As duas citações demonstram o deslumbramento com as promessas de uma “república federativa” que, num passe de mágica, acabaria com os apertados laços e as intervenções do poder central e, conseqüentemente, possibilitaria o desenvolvimento

¹⁶⁵ CHEREM, Rosângela. *op.cit.*, p.65-66.

¹⁶⁶ **República**, Desterro, 09/ago/1894, p.1.

¹⁶⁷ **República**, Desterro, 22/nov/1889, p.2.

e a prosperidade de todos os estados, autonomamente constituídos e administrados. Essa exaltação muitas vezes era acompanhada pela comparação com o regime federativo dos Estados Unidos, destacando-se que aqui se buscava autonomia estadual para romper com o centralismo monárquico. Costumava-se também apresentar a versão tradicional sobre a necessidade do federalismo:¹⁶⁸ era um desejo antigo de todas as províncias, sufocadas pelo poder moderador; por presidentes indicados pelo centro, provenientes de outras regiões e sem conhecimento das necessidades locais; enfim, pela falta de autonomia. Sua adoção estava necessariamente ligada ao advento da república e fora estabelecida como meta principal pelos seus propagandistas.

Reproduziam esse percurso e, principalmente, essa associação entre federalismo e república em oposição a centralização e monarquia, os quais já vinham sendo idealizados no decorrer dos últimos anos do Segundo Reinado. Seus primeiros indícios surgem, como o demonstra José Murilo de Carvalho,¹⁶⁹ com Tavares Bastos. Embora não se declarasse republicano, Bastos identificava federalismo com liberdade e centralismo com despotismo, tratando como sinônimos “absolutismo, centralização e império”. A expressão oposta, embora óbvia, só apareceria abertamente no Manifesto Republicano de 1870. Ali “liberdade, federalismo e república” também passavam a ser sinônimos. A partir de então, o federalismo apareceria indissolúvelmente ligado à república e ao rompimento com a centralização monárquica. Como explica Rosa Maria Godoy, foi com a retrospectiva sobre o federalismo feita pelo Manifesto Republicano que “nasceu um tipo de raciocínio que se enraizou na historiografia e na política muito depois de proclamada a República: o já falado binômio Federação-descentralização”.¹⁷⁰

Esse raciocínio acabou se enredando nas interpretações de muitos historiadores de renome, incluindo-se também nas análises sobre o período imperial. Apesar das explicações diversas para o processo de construção do Estado brasileiro, autores como Sérgio Buarque de Holanda,¹⁷¹ Maria Odila da Silva Dias¹⁷² e José Murilo de Carvalho¹⁷³

¹⁶⁸ **O Estado**, Florianópolis, 21/jun/1896, p.1.

¹⁶⁹ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005. p.171.

¹⁷⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo**: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, 4). p.49.

¹⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira. Do Império à República**. t.II, v.5. São Paulo: Difel, 1985.

¹⁷² DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, C.G. (org.). **1822 Dimensões**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

veem a permanência da monarquia após a independência como vitória do Estado unitário e centralizado, que levou à marginalização das elites provinciais dos processos decisórios nacionais. Tal regime centralista teria se mantido, em maior ou menor grau, por todo o império, principalmente após o “regresso” conservador da década de 1840, sendo questionado pelo movimento republicano, que pretendia instaurar um modelo federativo e, por isso, defendia a mudança na forma de governo. Haveria, portanto, como diz José Murilo de Carvalho, uma “ausência de federalismo até a Proclamação da República em 1889. Não tendo havido federalismo autêntico, nem mesmo durante a Regência, houve, no entanto, como consequência da reação à centralização, um rico debate sobre o tema”.¹⁷⁴

Segundo sua interpretação, o Ato Adicional de 1834 teria adotado alguns elementos federais, quais sejam: as assembleias provinciais, a divisão de rendas entre províncias e centro, e a eliminação do Conselho de Estado. Mesmo como “versão moderada das reformas”, teria dado origem a uma “experiência republicana” no império, com os regentes sendo eleitos pelo voto. Faltaria, pois, apenas a eleição dos presidentes de província. Na década de 1840, porém, os conservadores reformaram tais leis descentralizantes, realizando o chamado “regresso”. A partir de então vigoraria a centralização política e administrativa, manifestada pelo Poder Moderador, pelo senado vitalício, pela nomeação dos presidentes de província feita pelo governo central, pelo judiciário centralizado nas mãos do ministro da Justiça. Com isso teria terminado a “experiência republicana semifederal”. Para confirmar a concentração do poder no governo central, José Murilo de Carvalho indica a distribuição desigual das receitas (ano de 1885) e dos funcionários públicos (ano de 1877) entre os três níveis de governo: respectivamente 77% daquelas e 69% destes para o central; 18% e 25% para o provincial e 5% e 6% para o municipal.¹⁷⁵

Perceba-se como o autor também assume uma identidade necessária entre república e federalismo. Para ele, o ato adicional de 1834 não teria apenas introduzido elementos do federalismo, teria dado origem a uma “experiência republicana”. Além disso, com exceção da justiça centralizada, os outros elementos apontados como indícios do fim da descentralização (Poder Moderador, vitaliciedade do Senado e

¹⁷³ CARVALHO, José Murilo. Federalismo e centralização no Império brasileiro. In: ____.

Pontos e bordados.

¹⁷⁴ *Idem*, p.173-174.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.165 e ss.

nomeação dos presidentes provinciais) jamais deixaram de existir mesmo durante a vigência da chamada “experiência republicana semifederal”. Por fim, os indícios da concentração de poder por ele apontados também não são propriamente válidos. É necessário compreender que a autonomia provincial se mede pela existência de competência tributária, não pelos volumes de arrecadação entre centro e província. E tal competência, o próprio autor reconhece, existia, mesmo após o “regresso”.

A fim de esclarecer a questão e contribuir para esse importante debate historiográfico, vejamos o conceito atribuído ao termo “federação” pelos teóricos da ciência política. Para Darcy Azambuja, federação surge quando se forma um Estado pela união de vários Estados, que perdem a soberania em favor da União Federal, como no caso norte-americano, ou quando um Estado unitário outorga autonomia e participação na formação da União às suas antigas províncias, como supostamente no caso brasileiro.¹⁷⁶ Em ambos os casos, o que caracteriza uma federação é que as “coletividades-membros têm faculdade de elaborar suas constituições próprias”, ou seja, têm capacidade de “auto-organização e autogoverno, dentro dos limites fixados pela Constituição Federal”, para a elaboração da qual concorrem.¹⁷⁷ Além disso, elas participam da formação da vontade federal e da organização dos órgãos centrais federativos. Para William Riker, o que define esse sistema é a divisão formal de funções em que tanto o governo central quanto o regional assumem total responsabilidade pelos deveres a ele atribuídos, decidindo autonomamente sobre as atividades que lhe competem. Não importa, portanto, o volume de atividades de cada governo, nem o grau de descentralização, mas sim a existência de uma divisão de competências.¹⁷⁸ Daniel Elazar acrescenta ainda que, no federalismo, as tensões entre as duas esferas de poder, a central e as estaduais, devem

¹⁷⁶ Apenas lembrando que **soberania** é o grau supremo que atinge o poder político, não reconhecendo outro poder juridicamente superior a ele nem mesmo igual dentro do mesmo Estado. Diferencia-se, portanto, de **autonomia** que é a possibilidade de auto-organização e autogoverno concedida aos estados-membros de uma federação, visto que esta é limitada pela Constituição Federal. Logo, os estados-membros num regime federativo são **autônomos**, mas nunca **soberanos**. A soberania pertence unicamente à União.

¹⁷⁷ AZAMBUJA, Darcy. *op.cit.*, p.144.

¹⁷⁸ RIKER, William H. Federalism. In: GREENSTEIN, Ferd I.; POLSBY, Nelson W. (eds). **Handbook of political science**. V.5. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

ser resolvidas via negociação e conciliação, nunca a partir da imposição unilateral da vontade de uma delas.¹⁷⁹

Percebe-se que nenhum dos teóricos vincula federação e república. Ou seja, o federalismo não é uma exclusividade de regimes republicanos, como se tem acreditado e feito crer na historiografia brasileira, podendo existir monarquias federativas. Pode-se concluir ainda, acompanhando Preston King, que o critério descentralização/centralização não é operativo para distinguir as federações, pois mesmo Estados unitários possuem algum grau de descentralização.¹⁸⁰ Logo, tal critério também não deveria ser utilizado para diferenciar a monarquia da república brasileira. Inclusive porque, como visto acima, tal associação foi uma representação criada pelos propagandistas republicanos para justificarem a mudança de regime. Ou, como explica Miriam Dolhnikoff:

A adoção do regime monárquico e a centralização do Judiciário pelos conservadores vitoriosos na década de 1840, assim como o fato de ter sido o federalismo a principal bandeira daqueles que se mobilizaram pela proclamação da República no final do século XIX, levaram os historiadores a tomar como pressuposto de que a federação passara ao largo do Brasil imperial.¹⁸¹

E, a partir disso, a concluir que se poderia analisar a transição de regime como uma passagem da centralização à descentralização. Nesse sentido, apesar do grande debate historiográfico a respeito desse assunto, prefere-se acompanhar a interpretação de Miriam Dolhnikoff que demonstra a existência e o funcionamento de aspectos federativos durante o regime monárquico brasileiro, a partir do Ato Adicional de 1834 e perdurando mesmo depois do “Regresso Conservador”. Visão que acaba por reformular também a compreensão da instauração da república no país e que permite perceber mais claramente a existência e a relevância das representações criadas sobre a proclamação, em especial sua associação ao federalismo, para distinguir os dois regimes.

¹⁷⁹ ELAZAR, Daniel J. **Exploring federalism**. Alabama: The University of Alabama Press, 1987.

¹⁸⁰ KING, Preston. **Federalism and federation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.

¹⁸¹ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005. p.286.

Para entender a tese da autora, é preciso começar desvinculando os termos “república” e “federalismo” para perceber que a monarquia, embora oposta àquela, não é incompatível com este. Tal visão inclusive teve adeptos e defensores desde a independência. Inspirados no federalismo norte-americano, devidamente expurgado de seu conteúdo democrático e também de sua natureza republicana, vários liberais não apenas fizeram tal dissociação como propuseram uma “monarquia federativa”. Expressão que foi utilizada no primeiro artigo do projeto de reforma constitucional que daria origem ao Ato Adicional, mas que acabou suprimida na versão aprovada.¹⁸² Suprimida do texto, mas não da essência da reforma. Esse projeto federalista continuaria em vigor inclusive após o “regresso” que, se alterou alguns de seus aspectos, não afetou seus fundamentos.¹⁸³ Projeto que pretendia organizar um Estado que mantivesse a unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do Rio de Janeiro e que, simultaneamente, acomodasse os grupos provinciais – ao conceder-lhes suficiente autonomia para administrar suas províncias e participação no governo central através de suas representações na Câmara dos Deputados. Ou seja, um arranjo que combinasse e conciliasse autonomia provincial com um forte vínculo com o Estado nacional e que, ao mesmo tempo, preservasse a ordem e a escravidão. Claramente excludente, portanto.¹⁸⁴ Exclusão posteriormente mantida, embora num outro sentido, pelo projeto de democracia republicana adotado após a proclamação, como se viu acima.

Para Dolhnikoff, é justamente a inserção das elites provinciais que marcará a dinâmica do Estado brasileiro a partir das reformas liberais. Visava-se, contudo, forjar uma verdadeira elite política provincial que não se confundisse com os potentados locais e tivesse influência para além dos seus municípios. Uma elite que conseguisse espalhar a ação disciplinadora e fiscalizadora do governo à maior parcela do território possível e submeter tais potentados aos rituais do Estado moderno. Daí a preocupação em neutralizar o poder municipal, estabelecendo Câmaras Municipais com responsabilidades apenas administrativas, cujos orçamentos e leis precisassem da aprovação da Assembleia provincial. Assim, no poder provincial, a Assembleia era composta pela elite política da província enquanto o presidente era nomeado pelo governo central. Esta nomeação não era, porém, um

¹⁸² *Idem*, p.55 e ss.

¹⁸³ *Ibidem*, p.286

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.74 e ss.

obstáculo à autonomia, uma vez que, como a autora demonstra, a capacidade de intervenção do presidente nas decisões locais não era significativa. Afinal, o veto era restrito e tinha caráter apenas suspensivo, o presidente não podia apresentar projetos, nem dissolver a Assembleia, e, mesmo para manipular o resultado das eleições, precisava negociar com os deputados. Tratava-se, pois, de uma convivência onde prevalecia a negociação.¹⁸⁵

Havia também uma divisão da competência tributária entre o centro e as províncias. Estas, em geral ficavam com os impostos que taxavam as atividades internas, com a intenção de garantir maior eficácia na cobrança e de formular um orçamento próprio. A autonomia provincial incidia ainda nas decisões referentes aos empregos provinciais e municipais – matéria de grande importância por ser poderosa moeda de troca no jogo político –, às obras públicas e à força policial. Logo, dispunham de capacidade financeira para decidir sobre os investimentos, o exercício da força coercitiva e o controle de parte da burocracia pública.¹⁸⁶ Afora isso, as elites provinciais podiam defender e negociar cotidianamente seus interesses através de suas bancadas na Câmara dos Deputados, interferindo nas decisões da política nacional. Ali se dirimiam os eventuais confrontos com o Executivo e as disputas entre as diversas elites provinciais. Dessa forma, a Câmara não era a instância de decisão imparcial que pairava sobre a nação, mas o local de conflito e negociação entre interesses diversos.¹⁸⁷

Para a autora, o “regresso conservador” da década de 1840, mesmo limitando, não neutralizou a autonomia provincial. Ele não teria questionado o pacto federalista, apenas corrigido alguns de seus pontos. Entre eles, estabeleceria um controle mais rígido do aparato judicial pelo governo central que, através do controle sobre a polícia e os tribunais, estenderia sua hegemonia sobre todo o território.¹⁸⁸ Ainda assim, não retirou a competência tributária das províncias, nem permitiu ao centro fazer valer unilateralmente suas imposições, não extinguindo, portanto, nem a autonomia provincial nem o pacto federalista.¹⁸⁹

Resumindo as ideias da autora:

A divisão constitucional de competências entre governos provinciais e governo central,

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 97 e ss.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.155 e ss.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p.223 e ss.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.129 e ss.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p.254.

garantindo autonomia dos primeiros, a qual não podia ser unilateralmente revogada pelo governo central; a capacidade de os governos provinciais tomarem decisões autonomamente sobre temas relativos à tributação, força policial, obras públicas, empregos, etc.; a constante negociação entre províncias e centro no parlamento para dirimir tensões e confrontos entre interpretações divergentes sobre a esfera de competência de cada um; a atribuição do governo central de responder pela unidade nacional, provido dos instrumentos necessários para tanto; e sua convivência com governos provinciais autônomos, que respondiam por questões regionais estratégicas, foram elementos federativos que marcaram a organização institucional que prevaleceu no Brasil do século XIX.¹⁹⁰

Assim, a criação e manutenção do poder provincial foi uma forma de cooptação dos grupos provinciais e de vinculação institucional deles ao Estado nacional e, simultaneamente, um instrumento de pressão desses grupos sobre o governo central. Seu resultado, em longo prazo, foi o fortalecimento desses grupos no interior do próprio aparato estatal, com o conseqüente estabelecimento de poderosas oligarquias, as quais viriam, posteriormente, a reivindicar mais autonomia.¹⁹¹ Daí a defesa paulista da necessidade de adoção da república como forma de conseguir maior representatividade política dentro do Parlamento e maior autonomia para arrecadar e gerir suas rendas. Tal insatisfação diante de uma representação política incompatível com a força econômica faz mais sentido se se considerar que, em lugar de um regime centralizado e conduzido por uma elite nacional desvinculada dos interesses regionais, havia uma representação provincial dentro do governo central que estava comprometida com tais interesses, o que acabava por beneficiar àquelas que contavam com maior número de representantes.

Diante disso, é preciso perceber que as mudanças introduzidas pela república, especialmente no que diz respeito aos elementos federativos, não foram tão inovadoras quanto se fez parecer através da representação que opunha “república federativa” e “monarquia centralizadora”. Nesse sentido, não se deveria crer nos destaques dados

¹⁹⁰ *Ibidem*, p.291-292.

¹⁹¹ *Ibidem*, p.154.

pela imprensa e pelos políticos às “conquistas republicanas”. Analise-se, por exemplo, a lista feita por Duarte Schutel em relação ao Decreto nº1 do Governo Provisório da República do Brasil, em 15 de novembro de 1889:

República federativa Descentralizada;
 Integridade da Nação;
 Autonomia e independência dos Estados;
 Liberdade completa e soberana (*sic*) do município;
 Governo do povo pelo povo;
 Constituição definitiva de cada Estado – Eleição de seus corpos deliberativos e seus governos locais.¹⁹²

Como se viu, federativa a monarquia era em vários sentidos, embora não nominalmente. As inovações foram o regime republicano e a “democracia”, embora esta permanecesse mais excludente que incluyente. Afinal, o federalismo, da forma como foi praticado, com o controle das eleições e da representatividade, embora canal de convergência para os novos e velhos grupos políticos, não permitiu a ascensão de escalões inferiores da sociedade, mas servia de justificativa perante a coletividade.¹⁹³ A integridade da nação fora mantida no período monárquico. A autonomia estadual através da divisão da competência tributária já existia, tendo ocorrido, portanto, uma redistribuição dentro da lógica proveniente do período imperial. Essa questão da divisão de competências político-administrativas entre União e estados, aliás, foi a preocupação primordial dos constituintes republicanos.¹⁹⁴ Uma das novidades nesse aspecto foi a atribuição aos governos estaduais dos impostos sobre a exportação. Medida que favoreceu somente os estados exportadores como São Paulo, não interferindo significativamente nas arrecadações de estados com produção voltada para o mercado interno, como Santa Catarina. Quanto às competências estaduais sobre a força policial e sobre o funcionalismo público estadual e municipal, também eram originárias do regime anterior. A relação entre estados e municípios permaneceu praticamente a mesma, uma vez que a questão da autonomia municipal foi deixada em aberto pela Constituição de 1891, cabendo aos estados a deliberação sobre o tema. A maioria deles manteve a elaboração da legislação

¹⁹² SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*, p.48.

¹⁹³ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *op.cit.*, p.85.

¹⁹⁴ *Idem*, p.48.

municipal como tarefa das Assembleias estaduais.¹⁹⁵ Logo, outra sobrevivência. Santa Catarina não definiria nenhuma norma relativa a esse assunto.

As principais mudanças efetivas, quanto à organização federativa, trazidas pela república não eram comumente citadas, com exceção da possibilidade de eleger o executivo estadual. Foram elas: a substituição de um presidente nomeado por um governador eleito localmente; a definição de um Senado temporário e eleito; e a criação da justiça estadual e do Supremo Tribunal Federal, o qual substituíra o Parlamento na tarefa de controlar a constitucionalidade das leis. Tais medidas, no geral, alargavam o grau de autonomia estadual, mas configuraram-se mais como um rearranjo do que como uma fundação do federalismo brasileiro.¹⁹⁶ Outro elemento novo trazido pela primeira constituição republicana foi o presidencialismo, que aparecia como uma implicação da proposta de divisão dos três poderes e incluía a questão da responsabilidade pelos atos do governo recair agora na pessoa do presidente.¹⁹⁷ De qualquer forma, os beneficiados com essas conquistas foram os grandes estados, que viviam da exportação. Os pequenos fadaram-se à extrema penúria, permanecendo sem possibilidade de fazerem ouvir suas reclamações uma vez que a representação na Câmara dos Deputados, apesar de atualizada, permanecia proporcional ao número de habitantes de cada unidade federada.¹⁹⁸

Provavelmente pela falta de recursos e de vigor para enfrentar os problemas por si mesmos é que os governantes catarinenses, independente do partido, utilizassem-se tanto da prática de pedir “socorro” à União. Em geral usada para enfrentar um inimigo ou para manter-se no poder, tal prática transparecia nos jornais a partir das denúncias mútuas sobre a disseminação de boatos ou o envio de telegramas falsos ao centro do país para reportar sua versão sobre os acontecimentos locais, angariar simpatias e apoio político para seus atos e decisões. Ambos os periódicos criticavam essas calúnias, invenções e intrigas como “armas indecentes”, como um apelo desesperado ao centro do país devido à fraqueza no cenário político local. Retravam-nas como “prática ilegal e onerosa”¹⁹⁹, cujos praticantes, incapazes de

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 74-76.

¹⁹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. *op.cit.*, p.298-299.

¹⁹⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *op.cit.*, p.52. Na época monárquica, a responsabilidade das decisões não recaía sobre o rei, mas sim sobre o “gabinete”, composto pelos ministros. Daí suas constantes substituições.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 102.

¹⁹⁹ **República**, Desterro, 06/set/1893, p.1.

vencer na “luta das urnas, honestamente e a peito descoberto” escondem-se “nas trevas, e tecem revoltas contra os poderes constituídos, fomentam a desordem, tentam quebrar a paz que, reinando nos Estados, consolida a República que é a Pátria”.²⁰⁰ Acusações semelhantes serviam também para negar a força política e o apoio popular ao grupo adversário, que deveria ser inexistente, uma vez que precisavam socorrer-se no centro. Ou então, para questionar seu republicanismo, já que atitudes desse tipo são consideradas retornos às estratégias imperiais. Nesses casos, atira-se aos adversários a pecha de “pensar que ainda estão no tempo da centralização monárquica”.²⁰¹ Veja-se o exemplo a seguir:

(...) a oposição deixa o caminho único que pode conduzi-la a recuperar as forças perdidas, abandona o povo, que é a suprema força republicana, insulta-o, chamando-o de récuca de *sujos, maltrapilhos e bêbados*, e vai colocar-se servilmente às plantas do vice-presidente da República, dando-lhe os votos dos seus *deputados e senadores*, mediante a demissão de amigos nossos de cargos públicos, que ocupavam com honestidade e competência que não reúnem os seus substitutos, e na expectativa de que terão as baionetas federais para galgar o governo do Estado. E dizem-se republicanos, e republicanos sinceros, homens desse quilate, políticos que se inspiram exclusivamente na benevolência do governo federal, que se esforçam para se manter, mais apertadas que nunca, as cadeias da centralização que a República veio quebrar para instituir sobre elas o governo popular.²⁰²

Este trecho reúne quase todas as acusações mais comuns. Começa pela falta de apoio popular à oposição e sua substituição pela servilidade ao governo central. Indica uma troca política: os votos dos representantes estaduais daquele partido pela intervenção da União em algum assunto do interesse deles, no caso, a demissão de funcionários do partido adversário e sua substituição por correligionários seus. Passa pela ameaça de uma possível interferência armada do poder central no governo estadual. Termina ironizando o “republicanismo sincero” de

²⁰⁰ **O Estado**, Desterro, 10/nov/1892, p.1.

²⁰¹ **O Estado**, Desterro, 12/abr/1893, p.1.

²⁰² **O Estado**, Desterro, 03/jun/1893, p.1. (grifos no original)

tais políticos que se mantêm exclusivamente pela “benevolência do governo federal” e que procuram apertar os laços da centralização, tornando-os mais insuportáveis do que na época monárquica. Contudo, apesar de demonstrarem uma percepção tão negativa sobre essa prática política, ela foi utilizada constantemente por ambos os partidos. Nem por isso, a denúncia de uma “centralização mais cruel e tirânica do que na Monarquia” é fora de propósito.²⁰³ Nos primeiros anos republicanos houve um crescente intervencionismo da União nos estados, ora através da deposição e nomeação de governadores, ora via declaração do estado de sítio, ora pelos apelos locais a intervenções federais para acalmar conflitos internos.²⁰⁴

1.5 – Reconfiguração no jogo do poder: a quem cabe governar a república?

Se a república aparece como uma reorganização e uma extensão do pacto federativo já firmado no império, este não é o único aspecto em que ela se torna mais um rearranjo do que uma mudança. O mesmo acontece quando se consideram os fundamentos do sistema de dominação. Aí também ela surge como uma reconfiguração no jogo do poder e na constituição dos grupos e facções políticos. Tratar-se-ia, pois, de um processo de inclusão de novos atores sociais na política republicana, como por exemplo alguns setores urbanos e militares, e, simultaneamente, de transposição dos quadros político-partidários imperiais para o novo regime.²⁰⁵ Ambos adaptando-se aquela nova ordem e ambos não como expressão da representatividade democrático-constitucional de interesses diversos, mas antes como simples canais de acesso ao poder por alas diversas de uma mesma elite.²⁰⁶ O sentido do partidarismo permanecia, portanto, o mesmo, constituindo-se os partidos republicanos estaduais, em sua maioria, como uma forma de ascensão política, uma agremiação destituída de qualquer programa partidário bem definido (exceção para São Paulo e Rio Grande do Sul), a não ser uma meta comum de adesão à ordem republicana ora vigente.²⁰⁷

Tal situação não foi diferente em Santa Catarina, nem passou despercebida aos olhos atentos de Duarte Schutel. Para ele, o jogo político-partidário republicano configurava-se como uma “complicada

²⁰³ SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*, p.70.

²⁰⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *op.cit.*, p.114-115.

²⁰⁵ *Idem*, p.1.

²⁰⁶ *Ibidem*, p.82.

²⁰⁷ *Ibidem*, p.120.

luta entre facções e lideranças pouco articuladas e, na maioria dos casos, pouco embasadas ideologicamente”.²⁰⁸ Ou seja, na sua observação de exilado “não há ainda realmente partidos e muito tarde se poderão eles formar, tão sem ideias andam os movimentos políticos. Há somente grupos, bem pequenos, reunidos pelo interesse, pela ambição ou pelo ressentimento e despeito, e esses grupos se tem revezado no poder”.²⁰⁹ Interpretava, portanto, a reconfiguração do campo político catarinense não como uma oposição entre dois partidos claramente definidos por seus princípios, sua doutrina ou seu programa administrativo, mas por dois agrupamentos que atraíam seus seguidores por simpatias ou ódios pessoais, pela defesa de interesses comuns, pela ambição por favores ou empregos públicos prometidos.

Logo, trata-se de um campo de lutas simbólicas cujas forças, tendências e alianças se movem constantemente de acordo com um amplo leque de regras e culturas políticas; acontecimentos locais; conjunturas nacionais; mitos, ideologias e identificações em construção; aproximações de interesses; lealdades a determinados líderes; ressentimentos e ambições pessoais, e assim por diante. É preciso reconhecer ainda que tais lutas não ocorrem apenas entre extremos antagônicos, mas se exercem numa geometria variável, incluindo personagens que, em determinados momentos, adentram numa topologia de desvios via incertezas, dissidências, traições e delações.

Para compreendê-lo, recorre-se ao conceito de “campo” desenvolvido por Pierre Bourdieu²¹⁰ para lidar, ao mesmo tempo, com as estruturas objetivas da sociedade e com o conjunto de valores, regras, representações e crenças que as sustentam, sem descartar os conflitos existentes. Um campo pode ser entendido como “um campo de forças dotado de uma estrutura, e também um campo de lutas para conservar ou transformar o campo de forças”.²¹¹ Esse conjunto de relações de força objetivas impõe-se a todos os que entram nesse campo, supondo

²⁰⁸ SCHUTEL, Duarte. *op. cit.*, p.18.

²⁰⁹ *Idem*, p.108.

²¹⁰ Conforme principalmente: BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Organizador Renato Ortiz. Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais); _____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade); _____. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos); _____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp; e _____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²¹¹ BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et reflexivité**. Paris: Raison d’Agir, 2001. p.69 *apud* MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral. **Revista de sociologia e política**. n.20, Curitiba, jun/2003, p.119.

inclusão e também exclusão. Não aceitar as regras do jogo é inevitavelmente excluir-se de jogar.²¹² Logo, em cada campo há algo em jogo e pessoas dispostas a jogar, o que implica em conhecer e reconhecer as regras do jogo, as formas de expressão e de desenvolvimento dos confrontos. Até porque o princípio de funcionamento e de movimento perpétuo do campo depende das lutas de classificação. Essas lutas, mais ou menos declaradas, definem os princípios legítimos de di-visão do campo, quem pertence ou não, quem assume as posições dominantes ou as dominadas, o que é pensável e o que não é. Realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e sobre a identidade e a unidade do grupo. Isso envolve o direito de dizer a sua própria identidade e visão de mundo, bem como a do outro. Envolve ainda o poder de consagração da classificação arbitrária. Esses princípios estabelecidos como legítimos são apreendidos como “naturais” e acabam conformando a maneira de perceber, pensar e atuar dos agentes (o que Bourdieu chama *habitus*).²¹³ É bom ressaltar que:

Os efeitos que se geram no seio dos campos não são nem a soma puramente aditiva de ações anárquicas, nem o produto integrado de um plano concreto. A concorrência de que eles são produto exerce-se no seio de um espaço que pode imprimir-lhe tendências gerais, ligadas aos pressupostos inscritos na própria estrutura do jogo de que eles constituem a lei fundamental (...)²¹⁴

²¹² “(...) agentes que, a menos que se excluam do jogo e caiam no nada, não têm outra escolha a não ser lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, frequentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência” BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. p.85.

²¹³ O *habitus* é um instrumento de tradução, mediação e ajuste entre os desejos e aspirações dos indivíduos e as demandas próprias do campo; estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes; princípio operador que proporciona a interação entre as estruturas objetivas e as práticas. Constitui sistemas de disposições duráveis e esquemas de percepção, valoração e ação incorporados através das experiências passadas, permitindo atos de conhecimento prático. Isto significa que, via *habitus*, as estruturas exteriores, as regras do campo e as divisões sociais são interiorizadas pelo indivíduo: a ordem inscreve-se em seus corpos. Ao mesmo tempo, as atuações dos agentes exteriorizam essas disposições incorporadas, de forma não reflexiva. “(...) este programa escapa, por essência, à consciência do criador e de todos aqueles que participam da cultura, porque não precisa ser intencionalmente expresso por alguém para *exprimir-se* e, pode exprimir-se sem exprimir uma vontade de expressão individual e consciente.” BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. p.342.

²¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p.254

Todo campo almeja à autonomia e ao fechamento sobre si mesmo, no entanto, encontra limitações que fazem com que sua autonomia seja sempre relativa. Ela se estabelece na dinâmica interna do campo (concorrência) e nas relações externas, com os outros campos e com aqueles indivíduos que estão excluídos (profanos).

Uma vez que se trata de um campo de forças, os agentes ou grupos e as propriedades – as coisas por eles apropriadas – encontram-se situadas numa posição do espaço, lugar distinto e distintivo que é caracterizado relativamente às outras posições e pela distância que as separam. Contudo a posição de cada indivíduo é uma coordenada multidimensional porque envolve sua posição nos diferentes campos, ou seja, os poderes e capitais que possui em cada um deles. Além disso, comporta tanto a informação sobre suas propriedades intrínsecas (condição) quanto sobre as relacionais (posição).

Outra noção muito importante para compreender o funcionamento dos campos é a de “capital”. Bourdieu a estende para muito além de seu sentido econômico restrito, introduzindo a ideia de um capital simbólico, que depende fundamentalmente da *crença* difundida socialmente sobre a sua validade. É a coisa em jogo em cada campo, representando o poder sobre ele num determinado momento. Assim, o poder dos agentes corresponde ao capital que possuem, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo determinado. Isto é, funcionam apenas se forem percebidos e reconhecidos como legítimos. Podem existir no estado objetivado (na forma de propriedades) ou incorporado (em pessoas ou instituições) e, à maneira dos trunfos, definem as probabilidades de ganho, sendo desigualmente distribuídos. Como explica Miguel, “os dominados concedem seu reconhecimento aos dominantes graças ao desconhecimento da desigualdade material que lhes permite alcançar a competência”.²¹⁵ Por ser baseado na crença e na confiança, é facilmente dilapidável: qualquer passo em falso e o capital simbólico pode desaparecer.

Não há necessariamente uma correspondência entre os capitais dos diferentes campos – por exemplo, o fato de algumas frações das classes dominantes possuírem mais capital econômico não quer dizer necessariamente que são as que mais possuem capital cultural. No entanto, isso não significa que não haja conversão entre capitais de campos diferentes. Pelo contrário, o capital político, por exemplo, “baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a

²¹⁵ MIGUEL, Luís Felipe. *op.cit.* p.120-121.

ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política)”.²¹⁶

No geral, o capital político subdivide-se em três tipos: 1) *capital pessoal* – particular do agente político, produto da acumulação lenta e contínua, pode advir da notoriedade e popularidade, daquilo que Weber chama de “carisma”, ou de um “capital heróico” que surge num desafio repentino. 2) *capital convertido* – proveniente de um outro campo (econômico, cultural ou social), e que se transforma em capital político, sendo que nesse processo há uma *taxa de conversão*, a qual trata distintamente cada tipo de capital. 3) *capital delegado* – proveniente da instituição, via reconhecimento, fidelidade e ganhos em lutas anteriores. É passado provisoriamente ao agente político por meio da “investidura” e depende do “investimento” que o agente fez no partido, seja ele via dinheiro, tempo, trabalho ou dedicação pessoal. Também pode ser proveniente da ocupação de cargos públicos.

Devido à desigual distribuição do capital político – e conseqüentemente dos instrumentos legítimos de produção de representações –, pode-se descrever o campo político como um mercado, seguindo as leis da oferta e da procura. Assim, na concorrência entre os agentes estão envolvidos produtos políticos (processos, programas, conceitos, acontecimentos...) que são os instrumentos de percepção e de expressão do mundo social – seus princípios de di-visão. Essa produção é um monopólio dos profissionais políticos – o que, por um lado, exige a competência desses profissionais e, por outro, conduz os consumidores à fidelidade. Tais produtos são duplamente determinados: pelos concorrentes e pelos representados. Isto é, devem atender, ao mesmo tempo, os fins esotéricos das lutas internas e os fins exotéricos das lutas externas.

Esta luta que opõe os profissionais da política é a luta simbólica por excelência: a luta pelo monopólio sobre os princípios de di-visão legítima do mundo social, pela conservação ou transformação desse mundo via conservação ou transformação da visão sobre ele, das suas categorias de percepção. Dessa forma, o que está em jogo no jogo político é, segundo Bourdieu:

(...) por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados

²¹⁶ *Idem*, p.121.

(capital político objetivado). Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado). (...) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos (ou, se se preferir, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc).²¹⁷

Por isso, o autor insiste tanto em que a força das ideias políticas não se mede por uma verdade lógica, mas pelo seu poder de mobilização, por sua capacidade de transformar-se em verdade, em existência material no campo. Nesse sentido, em política, “dizer é fazer”, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz. Implica que o agente político (porta-voz) deve fazer com que acreditem no cumprimento das promessas que faz, bem como, na sua autoridade de fazê-las em nome de um grupo, a quem representa, e cujo empenho pode realizar sua palavra. As palavras de ordem fazem o que dizem na medida em que os destinatários se reconhecem nelas, conferindo-lhes a força simbólica e também material (em forma de votos, de subvenções, de quotas ou de força de trabalho) que lhes permitem realizar-se.²¹⁸

Daí a importância de tornar público – ou seja, de dizer a vista de todos, subtraindo ao impensado e objetivando aquilo que as palavras dizem. Daí também a importância atribuída ao campo de produção cultural, no qual se desenrolam as lutas de representações e a institucionalização do sentido, e principalmente à mídia que, por ser detentora de um poder sobre os meios de grande difusão, tem um grande poder sobre a construção (ou destruição) do capital simbólico: o poder de “fazer e desfazer reputações”.²¹⁹ Daí poder-se afirmar que, o campo político a ser estudado, qual seja o do início republicano em Santa Catarina, passa por um processo de reestruturação, na qual os jornais desempenharam uma função importante.

O campo político catarinense reconfigurado após a proclamação da república permitiu a ascensão de novos agentes (como o tenente Lauro Müller e Hercílio Luz) e de uma nova instituição: o Partido

²¹⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. p.174.

²¹⁸ *Idem*, p.187.

²¹⁹ *Ibidem*, nota 31, p.189.

Republicano Catarinense (PRC). Por aproximadamente quatro anos – de novembro de 1889 até meados de 1894 –, as posições dominantes do campo político, juntamente com os cargos públicos, foram disputadas acirradamente entre os agentes com capital e carreira políticos mais antigos – em sua maioria reagrupados no Partido União Federalista (PUF) –, e os novos agentes colocados em cena pelo governo militar nacional ou promovidos por sua ligação com os clubes republicanos. Estes possuíam majoritariamente um capital delegado e/ou convertido. Em relação aos capitais econômico, cultural e social, os dois grupos mais ou menos se igualavam.

Tal antagonismo entre republicanistas e federalistas, contudo, não se constituiu imediata e definitivamente nesses termos. Como se viu, a adoção do novo regime em Santa Catarina foi seguida por uma onda de adesões, por diversas idealizações sobre o consenso nacional e por uma retórica inclusiva que visava transformar todos em republicanos. As fraturas começariam a aparecer no início do ano seguinte, quando da dissolução das Câmaras Municipais. Nesse momento, os liberais adesistas ficaram descontentes e ressentidos por serem destituídos dos cargos que ocupavam e substituídos por republicanistas, principalmente porque o domínio dos Conselhos Municipais, através da Lei Cesário Alvim, garantia o controle da máquina eleitoral e assegurava a vitória da situação. Ainda não apareceria, porém, uma divisão entre as forças emergentes e os adesistas.

A cisão que formaria um partido de oposição só viria em julho, quando ocorreu a indicação dos candidatos para o Congresso Nacional. Uma questão de conflito de interesses: os republicanistas queriam uma chapa exclusiva; os adesistas uma composição mista. Aqui começa a substituição da retórica inclusiva do “somos todos republicanos” pela retórica purista que procura definir quem é “mais republicano” e, portanto, quem seria mais capaz de governar a república e deveria fazê-lo. Essa retórica tornar-se-á predominante e levará à construção e disputa pela identificação de “verdadeiros republicanos”, desembocando na representação que entrou para a historiografia e que opõem os “republicanos históricos” aos “monarquistas disfarçados de federalistas”. Quando prevaleceu o exclusivismo, os descontentes liderados por Elyseu Guilherme da Silva e Manoel José de Oliveira convocaram uma reunião no Hotel Brazil para formar uma coligação predominantemente de comerciantes e profissionais liberais com experiência nos assuntos políticos e administrativos, denominada União Nacional.

Seguiu-se um grande confronto entre governo e oposição através de panfletos, de boatos e, principalmente, dos jornais: o *República* contra a sessão livre do *Jornal do Comércio* e *A Tribuna Popular*. A principal crítica republicanista afirmava que ainda não era o momento para surgir outro partido. Em resposta, os oposicionistas acusavam-nos de exclusivismo e denunciavam as características da lei eleitoral vigente. E o *República* replicava demonstrando os benefícios que o novo regime trouxera em tão pouco tempo ao estado, enquanto os monarquistas nunca se empenharam em resolver aqueles antigos problemas, como a desobstrução do Tabuleiro.

Essas disputas se repetiram ainda duas vezes no ano de 1891. Em fevereiro, por causa da eleição para o legislativo estadual e, em agosto, devido ao pleito para juizes de paz, superintendente e conselheiros municipais. A oposição organizava-se então no Partido União Federalista (PUF), criado em substituição à União Nacional. Como na votação anterior, a vitória coube à situação, que controlava as mesas eleitorais. A diferença foi que, em agosto, os federalistas recomendaram ao eleitorado a abstenção, em vista da impossibilidade de vencer. Como se pode perceber, as fraturas, os conflitos, os comportamentos ligados à topologia de desvios tendiam a ocorrer mais frequentemente e a tornarem-se mais visíveis nos momentos de maior tensão, como no caso dos acirramentos eleitorais e dos enfrentamentos armados.

A partir de então, já não são mais todos republicanos, embora tal discurso permaneça. O campo político passa a se configurar como uma disputa constante entre um nós e um eles, com duas identificações principais em construção: a dos “republicanos mais sinceros” em oposição a dos “possíveis monarquistas mascarados”, sendo que cada grupo procurava atribuir esta ao adversário e aquela a si mesmo. Contudo, é preciso ressaltar que os motivos que opunham os dois partidos não geravam uma divisão entre restauradores de um lado e republicanos históricos de outro, como costuma aparecer na historiografia. Ao contrário, ambos eram republicanos. Daí que:

Os conflitos vividos na capital catarinense apontam **não para o retorno à Monarquia**, mas para um realinhamento das forças e rumos no interior do próprio regime republicano. A definição da nova elite política ocorreu principalmente através dos **embates travados em torno de interesses e personagens particulares, mais em função de objetivos eleitorais do que de convicções ideológicas**. Convivendo com

práticas ligadas a **princípios pouco definidos, alianças casuísticas, perseguições políticas e truculência com adversários**, exonerações, calúnias, fragilidade de convicções, falsas notícias, desmentidos, etc., a República como fato consumado e que atingia a todos esteve muito **mais ligada à questão de definição e controle do estado** do que à preocupação com os destinos da nação brasileira.²²⁰

Logo, os conflitos entre os dois partidos não se davam por discordâncias de cunho ideológico ou programático, como bem apontara Schutel, embora se possam encontrar pequenas divergências nos programas divulgados por cada partido. Enquanto o PRC apresentava seu apoio incondicional à forma republicana – por ser a única capaz de aliar “liberdade com autoridade” – e ao sistema federativo, pugnando por isso pela autonomia dos estados;²²¹ o PUF dispunha-se a lutar pela mais ampla e completa autonomia municipal, base do verdadeiro sistema federativo, defendendo inclusive a municipalização da polícia.²²² Propunha ainda uma modificação no sistema de impostos e no eleitoral, adotando a representação da minoria e a divisão do estado em distritos eleitorais. Como já visto, os federalistas também se referiam mais à democracia e ao “governo do povo pelo povo” do que os republicanistas. Quando surgem como partido de oposição, sob o nome de União Nacional, contrapunham-se ao PRC por sua posição quanto ao fim da ligação entre Estado e catolicismo. Estes defendiam a liberdade de consciência e de religião, aqueles acreditavam na obrigatoriedade da fé católica. Mudaram de opinião, porém. O programa do PUF passava a defender o respeito às crenças religiosas de cada um.

Esse tema pode indicar outra diferença entre os dois grupos. A relação mais estreita dos federalistas com a religião católica e a aproximação entre os republicanistas e espíritas kardecistas. Tal fato pode ser aferido pela presença regular de artigos espíritas nas páginas do jornal *República*, principalmente no ano de 1898, assinados por J.S., os quais apresentavam tal doutrina como salvação para a anarquia²²³ e

²²⁰ NECKEL, Roselane. *op.cit.*, p.24.

²²¹ **República**, Desterro, 05/set/1890, p. 2 e 3.

²²² MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense (1889-1930). Florianópolis: Insular, 1997. p.78. Tal afirmação confirma-se por frases como: “municípios cuja autonomia é a base do sistema federativo. O governo local é a chave da federação” citadas por **O Estado**, Florianópolis, 07/jul/1896, p.1.

²²³ **República**, Florianópolis, 31/mar/1898, p.2.

modo de luta contra as trevas da tirania.²²⁴ E também pela referência constante ao político e vice-governador na gestão 1894-1898, Polydoro de S. Thiago, como sendo um espírita praticante.

Ainda assim, poder-se-ia afirmar que se tratava muito mais de uma acirrada disputa simbólica entre a antiga e a nova elite política visando distinção e legitimação social para, através delas, conquistar e garantir a posse dos cargos públicos, mais necessários naquele cenário de crise financeira que atingia Desterro. Não obstante, é preciso compreender que tais grupos eram menos homogêneos e mais matizados, havendo tanto políticos ex-monarquistas no PRC, quanto republicanos dissidentes no PUF. Como exemplo, dentre os primeiros: o liberal Francisco Tolentino e o conservador Polydoro de S. Thiago, ambos tendo concorrido e ocupado cargos importantes nas administrações do partido; e dentre os segundos: Lídio Barbosa, Fausto Werner e Luiz Nunes Pires.

De maneira geral, contudo, os republicanistas podem ser considerados como os políticos mais jovens, em idade e em experiência política, sendo oriundos dos núcleos coloniais mais recentes, em especial na região do Vale do Itajaí, e englobando comerciantes, professores, profissionais liberais e funcionários públicos. Por sua vez, os federalistas podem ser considerados como os políticos mais velhos, em idade e em experiência, sendo provenientes de áreas de colonização mais antiga, especialmente do entorno da capital, e aglutinando predominantemente comerciantes e profissionais liberais.

Entretanto, grupos que se opõem como o “novo” e o “antigo”, a “renovação” e o “ultrapassado”, como diria Bourdieu, tratam-se normalmente de “dicotomias decisórias”.²²⁵ Logo, diante de uma quase inexistência de diferenças, ressaltam-se aquelas que sejam suficientes para classificar e fazer existir os grupos designados – leia-se bem: designados, mais do que definidos – por etiquetas que visam produzir as diferenças que pretendem anunciar. Ou seja, tais divergências eram mais construídas que reais.

Daí a necessidade premente de aumentar o capital simbólico próprio diante tanto da população (profanos) quanto dos concorrentes (especialistas), externa e internamente. Não foi à toa que ocorreram tantas cerimônias públicas, noticiadas tão extensamente pelos jornais, ressaltando as “autoridades” presentes e também o “grande apoio popular”. Também não foi por acaso que cada partido teve seu próprio

²²⁴ **República**, Florianópolis, 01/mar/1898, p.2.

²²⁵ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**, p.143.

“órgão oficial” para divulgar e publicar – no sentido utilizado por Bourdieu de tornar público, visível e dizível e assim criar a existência do grupo ao falar sobre ele – seus atos, opiniões e membros. E também para atacar os adversários – uma vez que o capital simbólico baseia-se na crença e na credibilidade, sendo portanto muito volátil e muito sensível às críticas e aos ataques pessoais.

O confronto efetivo e violento entre republicanistas e federalistas para garantir a posse dos cargos públicos e o governo do estado se reproduz no conflito propriamente simbólico para imporem a definição de regime republicano mais conforme aos seus interesses. Na composição do campo de forças políticas, onde os discursos são tecidos e disputados e as linguagens legitimadas, cada partido procurava colocar seus correligionários como os “verdadeiros” protagonistas do novo tempo. Faziam isso através dos periódicos, onde construíam e disputavam a identificação de “verdadeiros republicanos”, discutiam interesses privados de alguns grupos como sendo interesses coletivos, apresentavam-se como representando a Nação e mimetizavam o querer do povo com o seu próprio querer de forma a transformar a sua vontade na vontade nacional.²²⁶ Ou seja, buscavam, na sua construção simbólica, uma identificação dos interesses da Nação com os do seu grupo, de forma a legitimar a sua autoridade e o seu poder. No entanto, sua preocupação era mais com a aparência, com a forma, com o discurso, do que com a essência, o conteúdo e os princípios que regeriam os caminhos do novo regime.

Ao final, venceu quem conseguiu conquistar tal identificação transformando-a no seu principal capital simbólico, de modo a autorizá-los a ocuparem os cargos públicos e a agirem nessas funções como os únicos capazes de bem conduzir o estado sob o regime republicano. Com a vitória do PRC, o reconhecimento do presidente e o silenciamento dos vencidos, as posições dominantes estavam consolidadas. O capital e o poder simbólico que acumularam foram tão grandes que, mesmo com o retorno dos adversários e seus ataques pessoais – ataques que poderiam desfazer sua reputação, desacreditá-los, privá-los da crença e do reconhecimento públicos – permaneceram no controle da máquina estadual por aproximadamente 30 anos. Mais que isso, ampliaram seu poder e seu capital ao serem consagrados pela historiografia como “republicanos históricos” que lutaram e venceram os “monarquistas” disfarçados de federalistas.

²²⁶ CHEREM, Rosângela. *op. cit.*, p.51.

CAPÍTULO 2 – PERCURSOS DISCURSIVOS: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DOIS JORNAIS PARTIDÁRIOS

*(...) os sistemas simbólicos, que um grupo produz e reproduz no âmbito de um tipo determinado de relações sociais, adquirem seu verdadeiro sentido quando referidos às relações de força que os tornam possíveis e sociologicamente necessários, ou seja, é preciso estabelecer as condições sociais de sua produção, reprodução e utilização e, ainda mais, as condições de produção, reprodução e utilização dos esquemas de pensamento de que são o produto.*²²⁷

A política ocupa espaço no jornalismo há muito tempo, estando, sem dúvida, relacionada aos valores-notícia²²⁸ mais consagrados. A primeira pesquisa conhecida sobre as características dos periódicos – a tese de doutorado de Tobias Peucer²²⁹ – apontava-a já em 1690 como um dos principais assuntos das publicações jornalísticas. E, embora a imprensa e os critérios de noticiabilidade²³⁰ tenham mudado muito, o principal tema, o mais destacado, nos periódicos do final do século XIX catarinense era exatamente esse. Embora os jornais publicassem artigos noticiosos, comerciais e literários, eram eminentemente políticos, a ponto do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral dizer que “(...) a história da imprensa catarinense (...) é indissociável da história

²²⁷ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos Ciências Sociais), p.176.

²²⁸ **Valor-notícia** está relacionado aos atributos que, percebidos no fato, podem torná-lo notícia e ajudam a selecioná-los e hierarquizá-los. Contudo não necessariamente são um valor próprio dos fatos, são atributos percebidos, reconhecidos nesses acontecimentos e, como tal, dependem de quem os olha e das suas influências pessoais, profissionais, organizacionais, ideológicas e culturais. Uma vez que perpassam todo o processo de produção das notícias, além desses constrangimentos, pode-se acrescentar a atuação do meio físico e tecnológico usado na produção dos jornais e a ação da história. Assim, apesar de apresentarem uma certa homogeneidade, esses critérios não são universais, mudando ao longo do tempo e também de uma empresa/sociedade para outra, e são responsáveis por uma certa padronização no conteúdo dos meios de comunicação social. Ver: PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005; SOUSA, Jorge. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002; ou TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

²²⁹ PEUCER, Tobias. **De relationibus novellis**. Leipzig, 1690. Tese (Doutorado em Periodística). Universidade de Leipzig, Leipzig (Alemanha). Trad. Paulo da Rocha Dias. São Bernardo do Campo: PósCom Umesp, 1999.

²³⁰ Estão relacionados aos valores-notícia, são os critérios de seleção e de hierarquização dos fatos considerados capazes de se tornarem notícia. Também têm a ver com a pessoa que olha e, conseqüentemente, com seus constrangimentos pessoais, sociais, culturais e organizacionais.

política”.²³¹ Mais do que meros informantes sobre a realidade política e sobre os políticos, esses jornais eram, eles próprios, espaços para se fazer política. Ou melhor, lugares privilegiados para apresentar suas propostas, defender ardorosamente as cores de seu partido, as virtudes do seu chefe político e seus correligionários. E também, pelo lado inverso, criticar os projetos contrários, atacar ferinamente o partido adversário, os membros oposicionistas e, conseqüentemente, seus defensores. Em suma, serviam como tribuna política e lugar de formação de opinião.²³²

Ainda é assim em muitas pequenas cidades do interior. Era assim na Desterro do final do século XIX. Especialmente no período conturbado que sucedeu à instauração do regime republicano, quando os dois grupos, na disputa pelo poder estadual, pela posse dos cargos públicos e por novas formas de distinção social, travaram uma verdadeira guerra de opiniões através dos jornais, numa tentativa de legitimação perante a sociedade. Para compreender como esse confronto simbólico aparece nos periódicos torna-se imprescindível especificar a configuração da imprensa desterrense no século XIX. Afinal, segundo a citação de Pierre Bourdieu, para compreender os sistemas simbólicos produzidos por um grupo num determinado período histórico é necessário estabelecer as condições sociais em que se dá sua produção. E Roger Chartier acrescenta também as condições materiais, uma vez que “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”.²³³

Há, pois, uma necessidade de considerar todos os aspectos envolvidos no fazer jornalístico. Importante recordar, contudo, que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas se inserem nele, haja vista que aquilo que se tornou notícia²³⁴ envolve tanto as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a algumas coisas em

²³¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *apud* PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli; FCC Edições, 1992. p.36.

²³² Conforme PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: EdUFSC; 1995; e SIEBERT, Itamar. **Um biênio de provocações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-1856)**: entre a polemica política e o processo civilizador. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

²³³ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. (Coleção Memória e Sociedade). p.127.

²³⁴ Quando falamos assim de notícia, falamos em sentido lato, que engloba diversos registros discursivos do jornalismo: texto de notícia, reportagem, entrevista, artigo, editorial. Conforme: PONTE, Cristina. *op. cit.*, p.16.

detrimento de outras, quanto a forma como são captadas as informações; o processo de seleção, escritura e impressão do jornal; a organização do trabalho; o vínculo dos redatores com a empresa; a relação com a e o papel da imprensa dentro da sociedade; a cultura jornalística e a geral; etc. Portanto, o “conteúdo não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.”²³⁵

Começa-se então traçando em linhas gerais o funcionamento da imprensa catarinense na época e a organização desses jornais defensores dos partidos republicanos. A seguir, desenha-se um panorama dos principais acontecimentos que, marcando os anos iniciais da república em Santa Catarina, tornaram-se assunto desses periódicos. Tais fatos, seus principais atores e a luta político-partidária que lhes subjaz são o pano de fundo para se compreender o modo de atuação dos discursos da imprensa como construtores de um capital simbólico e de formas de legitimação política diante da sociedade, bem como de representações que os identificassem como os mais aptos a governar o estado no novo regime. Além disso, apresentam-se a configuração e as principais preocupações de cada jornal nas diversas fases que perpassam esses momentos iniciais da república. Tudo isso para que se possam revelar as similaridades e diferenças das estratégias discursivas e dos argumentos entre os dois periódicos, no processo de construção das imagens de si e do outro que serão analisadas mais detidamente no terceiro capítulo.

2.1 – Dois jornais partidários, uma arena pública

A imprensa é simultaneamente objeto e sujeito da história brasileira. Os impressos que, em duzentos anos, circularam por estas terras testemunham, registram e veiculam a história nacional e, ao mesmo tempo, são parte intrínseca da formação do país. Por isso muitas vezes os personagens da imprensa, da política, das instituições e da intelectualidade são exatamente os mesmos.²³⁶ Se se traçar rapidamente um panorama dessa atividade perceber-se-á desde suas primeiras manifestações as raízes políticas do jornalismo. As publicações brasileiras desde cedo se constituíram como meio de propagação de

²³⁵ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.139-140.

²³⁶ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.08.

ideias e aspirações de grupos de interesses específicos.²³⁷ Ou seja, a imprensa atua como agente de visibilidade e de poder.²³⁸

Durante o século XIX, enquanto a imprensa mundial já iniciava a transição para um novo modelo de jornalismo, mais objetivo e imparcial, menos opinativo e mais informativo, atribuindo-se um papel de vigia social e político e defendendo os cidadãos de abusos governamentais, a imprensa catarinense ainda era essencialmente impulsionada pelas lutas político-partidárias e tinha o poder público menos como alvo de seus ataques e mais como presa almejada pelos diferentes partidos.²³⁹ Tanto os jornais quanto seus produtores dependiam da administração pública para sobreviverem, os primeiros através de contratos de publicação oficial e os segundos, de cargos como funcionários. Não obstante, defendiam acirradamente a separação entre os setores público e privado, a construção de uma esfera íntima familiar, as ideias de civilização e de progresso e a modelização dos comportamentos sociais.

Esse entrelaçamento entre esfera pública e privada²⁴⁰ no cotidiano dos jornais, do qual dependia sua manutenção, permite compreender algumas características importantes durante todo o século XIX. Em sua maioria, os jornais locais tinham curta duração, ligavam-se à política partidária e vinculavam-se direta ou indiretamente ao poder público. O custo de produção e manutenção dependia primordialmente dos contratos públicos de divulgação dos atos oficiais. Daí a existência mais longa e menos sujeita a interrupções das folhas situacionistas. As assinaturas e os anúncios, porém, ajudavam a pagar os gastos. Não obstante, conforme explica Joana Maria Pedro, apenas os anúncios, as vendas e as assinaturas não eram suficientes para manter os jornais funcionando. Por isso eles dependiam dos contratos e das publicações oficiais ou de investimentos pessoais dos correligionários que os sustentavam. Essa talvez seja uma das explicações de porquê, quando passam para a oposição e perdem esse “privilégio”, as interrupções na publicação se tornam mais constantes.

²³⁷ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. p.104.

²³⁸ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. p.59.

²³⁹ Países como Inglaterra, França e Estados Unidos transformam a troca de informações em empresas privadas voltadas à geração de lucros já em 1830. No Brasil, as empresas jornalísticas com estrutura específica e equipamentos gráficos surgem na passagem do século XIX para o XX. Em Santa Catarina, isso só vai acontecer em 1970. Conforme: PEDRO, Joana Maria. *op. cit.*, p. 16-18; 44.

²⁴⁰ *Idem*, p.09.

A quantidade de impressos aumentava consideravelmente nos períodos de disputa eleitoral, quando serviam de “tribuna escrita”. Isto é, eram utilizados como um trampolim para conseguir cargos públicos ou uma carreira política. Novamente, a atuação da imprensa como forma de visibilidade, uma vez que a criação de pequenas folhas dava a oportunidade para pessoas não pertencentes à elite exporem sua ilustração e serem notadas pelas lideranças locais. Tornavam-se a principal forma de expressão para os que desejavam ascender socialmente e também para os membros da elite que detinham o poder ou almejavam obtê-lo. Esse papel consolidou-se depois de 1850, quando passaram a existir periódicos não situacionistas. Jornais ligados aos partidos da oposição que, mesmo com menor duração, permitiam às facções fora da administração divulgar seus projetos. Assim, juntamente com as publicações oficiais, nasciam folhas de oposição, atendendo a uma variedade de tendências políticas. Variedade que não se repetia na aparência material, devido às limitações técnicas que não permitiam grandes diferenciações.

Embora predominantes, os assuntos tradicionalmente relacionados à política – as questões partidárias, os atos dos órgãos públicos, a administração, o governo, os eventos relacionados aos três poderes e aos políticos – não eram os únicos de que tratavam. Em suas páginas apareciam também questões morais, sobre educação e ética, posturas urbanas e limpeza da cidade. Não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e o internacional, nem entre as dimensões opinativa e informativa: o cotidiano e questões da localidade misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar.²⁴¹ Os redatores, em geral, viam-se como o principal instrumento de ligação entre o mundo civilizado e a realidade local, buscando propagar as “luzes”. Esse traço característico de todos os jornais foi apropriado pelos grupos políticos em disputa, sendo associado aos diferentes projetos para o estado, de modo a garantir-lhes legitimidade.

Desta forma “polêmica política e processo civilizador caminhavam juntos e divorciados como dois lados da mesma moeda”.²⁴² Ou seja, por um lado os objetivos iniciais da campanha jornalística relacionavam-se com a luta partidária; por outro, a polêmica política não era autônoma, sua permanência na arena pública dependia da relevância dos temas abordados. Aí entravam em ação os problemas materiais, os

²⁴¹ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. p.36.

²⁴² SIEBERT, Itamar. *op.cit.*, p. 357-358.

melhoramentos necessários, a questão da higiene e da saúde e a moralidade dos atos – temas que serviam de base para a discussão, o questionamento e o julgamento de valor, bom ou mau, quanto às ações públicas. Esse caráter doutrinário, essa defesa apaixonada de ideias e essa intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira do século XIX. Diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, divulgá-las e torná-las conhecidas, os aspectos comerciais da atividade eram secundários.²⁴³

Por isso a predominância do estilo panfletário, que só desapareceu na segunda metade do século XX. A partir de várias características retóricas interligadas, alcançava grande eficácia, tornando-se expressão de uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos via imprensa. Através de uma linguagem literária – cheia de referências cultas à história e à mitologia, frases em francês e latim, e recorrência a grandes pensadores –, os redatores demonstravam seu espírito mordaz e crítico, recorrendo fosse à sátira fosse à argumentação com a intenção de convencer ou atacar. O humor, em geral, brotava da polêmica, quando se esgotava o estoque de argumentos. Era uma arma, ao lado da agressão verbal pura e simples. Contudo, tal estilo exigia esforços para apresentar simultaneamente densidade doutrinária e agilidade retórica, de modo a expressar, mesmo em situações circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida.²⁴⁴

Situados em lados opostos, os jornais *República* e *O Estado* se batiam e debatiam movidos por paixões e rancores partidários. Era em função de sua ligação com o poder e de acordo com a sua agremiação política que orientavam suas linhas editoriais e se confrontavam na arena pública, muitas vezes subordinando a parte noticiosa, informativa e até mesmo literária às demandas polêmicas do momento. Diversas vezes o espaço do folhetim foi reduzido, ou ele simplesmente não foi publicado, para aumentar as colunas políticas. Não raramente, a parte literária transformava-se numa fábula ou num poema satírico ou grandiloquente, quanto a algum episódio, real ou fictício, envolvendo os adversários.²⁴⁵ Naqueles periódicos, tudo tinha uma extrema propensão a se tornar político, mesmo o anúncio aparentemente mais inocente.

²⁴³ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. p.133-134.

²⁴⁴ MOREL, Marco. *op.cit.*, p.36-37.

²⁴⁵ Ver, por exemplo, quanto aos poemas **O Estado**, Desterro, 15/dez/1892, p.2 ou **República**, Desterro, 17/jan/1892, p.3, e quanto às fabulas, **República**, Desterro, 28/abr/1893, p.2, sob o título “Batalhões fantasmas”, uma alegoria sobre um “rei” vaidoso e com mania de grandeza que enlouquece e perde o trono diante da população indignada.

O papel de tribuna pública pode ser percebido nas constantes polêmicas e discussões entre os jornais ou nos artigos escritos unicamente para denunciar ou desmentir as falsidades que o adversário publicou. Aspecto frequente, essas contestações explícitas – onde um jornal cita e contra-argumenta o dizer do outro, às vezes de forma geral, algumas trecho por trecho ou ainda apenas as frases mais importantes – tornavam-se verdadeiras batalhas entre os órgãos de imprensa que podiam se alongar em séries ou reduzir-se a simples réplicas e trélicas. Isso ocorre porque a negação é sempre polifônica: um enunciador nega o conteúdo afirmado pela perspectiva do outro enunciador.²⁴⁶

Tal conformação como tribuna pública pode ser percebida na própria fala dos jornalistas que, diversas vezes exigem de um chefe político adversário que pare de se esconder e venha à imprensa, ao campo da disputa aberta para explicar determinada atitude. Além disso, criticam quando esse espaço não é ocupado como deveria, ou seja, “doutrinando os espíritos e influindo, com as luzes de sua crítica, na administração dos negócios públicos”.²⁴⁷ Sua missão era ser espaço de discussão e, por isso, devia ser “séria e justa para ser crida, criar adesões, chamar adeptos, defendendo o bem público, pelas indicações de medidas capazes de o fortalecer, ou pela crítica severa, mas digna, dos atos que julgassem menos pensados por parte do governo”.²⁴⁸ Em suma, sua principal missão era “dirigir a opinião pública, guiá-la, esforçar-se para que o povo, cômulo dos seus deveres, não aliene os seus sagrados direitos”.²⁴⁹ Isso porque a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. Ou seja, uma forma de legitimação política que surge a partir da criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas assim publicizadas destacavam-se dos governos. É, pois, um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública, significando “a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado”.²⁵⁰

Mais ainda, os redatores acreditavam que o poder só se alcança: “pelos talentos e aptidões provadas pelas lutas sérias da imprensa”.²⁵¹

²⁴⁶ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2000. (Coleção Passando a limpo). p.63 e ss.

²⁴⁷ **O Estado**, Desterro, 13/jul/1893, p.1.

²⁴⁸ **O Estado**, Desterro, 22/set/1893, p.1.

²⁴⁹ **O Estado**, Florianópolis, 12/mai/1896, p.1.

²⁵⁰ MOREL, Marco. *op.cit.*, p.30-33.

²⁵¹ **O Estado**, Desterro, 19/abr/1893, p.2.

Assim, a função dos jornais era destacada enquanto arena pública de discussões, foro de formação de opiniões e vigia da moralidade na sociedade e nos poderes judiciário, legislativo e executivo, mas principalmente neste último, alvo almejado por ambos os grupos.

Por isso mesmo, havia um confronto e uma diferença tão radical entre as imagens construídas, sobre o poder público, por situacionistas e opositoristas. Pelo mesmo motivo, apareciam tantas matérias criticando e desmerecendo as atitudes dos chefes políticos do partido adversário, em oposição àquelas que exaltavam e personificavam as qualidades dos seus próprios correligionários. Como exemplo, pode-se apreciar os adjetivos²⁵² favoráveis que são usados pelo *República* para descrever seu partidário, o cel. Julião de Serra Martins, contrapostos aos que são utilizados para caracterizar os federalistas. Enquanto estes são chamados de bárbaros, perversos, inimigos gratuitos e parciais, asnos pretensiosos, conspiradores capazes de empregar todos os meios vis e sórdidos; aquele é apresentado como militar valente que já prestou serviços inolvidáveis à Pátria e à República, herói honrado, soldado brioso, brasileiro extremado, amigo da lei e da ordem, honesto e digno, bravo e nobre, altivo, de alma grande e generosa.²⁵³

Com as mudanças introduzidas pela adoção da república, não apenas os grupos em disputa se reconfiguraram, os jornais também se modificaram. Existia um número razoável de periódicos. Seus responsáveis e assinantes fizeram deles verdadeiros veículos de propaganda dos novos tempos políticos, culturais, econômicos e científicos, representando ao mesmo tempo uma expressão da vida urbana moderna e um instrumento para a sua intensificação. Levando em consideração as duas folhas partidárias que nos interessam, seus discursos constituíram-se na interação. Ou seja, o sentido dos textos de cada jornal não pode ser entendido separadamente, não se aloja apenas naquele que o enuncia, ao contrário, se encontra no espaço discursivo criado pelo (nos) dois interlocutores.²⁵⁴ Assim, *O Estado e o República* transformaram-se numa verdadeira arena pública, num espaço para confrontos pela legitimidade e pelo poder simbólico de instituir o consenso e a interpretação de mundo aceita como mais adequada para guiar Santa Catarina no novo regime.

²⁵² Por sua natureza qualificativa, os adjetivos são vocábulos em que necessariamente se repara porque são os mais importantes na hora de construir as imagens representativas de si e do outro.

²⁵³ *República*, Desterro, 04/jul/1893, p.2.

²⁵⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *op. cit.*, p.22.

Quando surgiram, ambos os jornais fizeram uma declaração de intenções, que constantemente retomavam no transcurso das matérias. Por serem políticos, suas autodefinições estavam intimamente relacionadas com o programa do partido a que se filiaram, mas sempre ressaltavam uma independência relativa, um compromisso com a verdade e com a justiça, uma missão de vigia quanto aos poderes instaurados, uma posição de guarda fiel dos direitos dos cidadãos, da ordem e do bem públicos. Tudo isso para que pudessem legitimar suas palavras, as representações e denúncias que divulgavam.

O *República* se firmava pelo apoio incondicional aos princípios republicanos de respeito à opinião e vontade da maioria; da liberdade em toda a sua plenitude legal – inclusive a de pensamento e de imprensa, apesar de acrescentar, logo abaixo, que ela não se devia estender a todas as instituições, porque muitas abusariam da calúnia e da difamação²⁵⁵ – e da igualdade de todos perante a lei, sem distinções sociais. Almejava trabalhar, “com a maior isenção de espírito”, como “amigos da verdade, do respeito à lei, da coerência, da boa razão, ciosos das nossas prerrogativas e da conservação das boas tradições e das nossas glórias”²⁵⁶ que eram, para que a segurança de ordem, paz e prosperidade se estabelecessem para toda a família catarinense. Jurava sinceridade na defesa da sua crença, e que ergueria as armas da imprensa para lutar com patriotismo pela verdadeira justiça e pela alegria e autonomia da terra natal: o futuroso estado de Santa Catarina, procurando incansavelmente o progresso material e espiritual.²⁵⁷ Órgão de publicidade “que se tem batido pelo povo, se apresenta para tecer louros e coroas aos denodados defensores da mesma”:²⁵⁸ os membros do PRC, aos quais defendia ardorosamente. E apesar de proclamar-se “propugnador dos interesses públicos”,²⁵⁹ dizia-se a favor da administração moralizada de Lauro Müller e disposto a denunciar e tornar públicas todas as desonestidades e mentiras da oposição contra o governo e o povo.

Esse posicionamento, no entanto, era contestado pelo *O Estado* que, ao definir seu programa de atuação, contrapôs-se ao tipo de jornalismo praticado pela oposição – por ele considerado insultuoso, caluniador e desonesto. Prometia, então, viver lutando pela “verdade, a suprema virtude, e pelo bem público, o supremo ideal da imprensa

²⁵⁵ **República**, Desterro, 05/set/1890, p.2-3.

²⁵⁶ **República**, Desterro, 01/fev/1893, p.1.

²⁵⁷ **República**, Desterro, 27/jan/1893, p.1.

²⁵⁸ **República**, Desterro, 13/mai/1894, p.2.

²⁵⁹ **República**, Desterro, 04/mar/1891, p.1-2.

honestá”. Explicava ainda que, embora fosse um jornal político, não faria como os adversários: não transformaria nenhuma personalidade em ponto de doutrina ou base de programa. Nem fuzilaria invenções deturpantes, grosseiras calúnias, utopias repisadas ou chavões impertinentes,²⁶⁰ porque considerava a imprensa um “sacerdócio”, não um instrumento à mercê das conveniências partidárias.²⁶¹ Os redatores federalistas responderiam sempre “altivamente” às denúncias dos republicanistas, não desceriam propositadamente a “entreter-se com as nulidades que por aí vivem berrando”,²⁶² porque como eram **“republicanos convictos, amantes dos princípios que ensinávamos nos custosos tempos da propaganda,** detestamos a luta em que campeia a calúnia, odiamos o combate em que se esgrima o impropério”, convocando inclusive os adversários a aprender as “armas nobres de cavaleiro” e só depois vir à luta pela imprensa.²⁶³

Essa “imparcialidade” e o “compromisso com a verdade”, apesar de permanecerem nas confissões de princípios e na autodefinição de cada jornal,²⁶⁴ não se verificavam na prática diária, visto que mesmo as transcrições e telegramas informando sobre as notícias eram selecionados diferentemente de acordo com a filiação partidária, o que era bem visível no caso da Revolução Federalista, quando cada jornal enfatizava as vitórias dos grupos que apoiavam. Outro aspecto relevante é que, mesmo nas suas autodefinições, aparece claramente o desejo de legitimação para as palavras que proferem e para as representações que divulgam. Embora eles se autodefinam já dentro do novo paradigma de imprensa imparcial, na maior parte do tempo não cumprem o que

²⁶⁰ **O Estado**, Desterro, 05/nov/1892, p.1. Ver anexo 2.1.

²⁶¹ **O Estado**, Desterro, 06/nov/1892, p.2.

²⁶² **O Estado**, Desterro, 10/fev/1893, p.1.

²⁶³ **O Estado**, Desterro, 03/fev/1893, p.1. O negrito nesta citação serve para chamar a atenção dos leitores a respeito das construções identitárias de “republicanos históricos e convictos” que aparecem mesmo quando não se trata especificamente deste tema. Ao longo desta dissertação, os negritos nas citações serão sempre intervenções nesse sentido, enquanto que os itálicos identificam os grifos presentes nos jornais.

²⁶⁴ A primeira vez que esse tipo de proposta aparece no jornalismo catarinense, provocando uma ruptura com o estado de coisas anterior – “verdadeiro diálogo de surdos” – foi em setembro de 1855, com a substituição do *Correio Catarinense* pelo *Mensageiro*, que tinha um programa de jornalismo “noticioso, imparcial, tolerante e comedido”, propondo uma regeneração da imprensa catarinense contra os ímpetos político-partidários. Logo, foi seguido pelo *Conservador*, que denominado *Argos da Província de Santa Catarina*, adotou um novo conceito de imprensa oposicionista, tornando-se uma “vigilante ativa e equânime dos negócios públicos”. No entanto, nenhum dos dois novos periódicos deixou de defender o seu partido e os seus representantes. O que efetivamente acontecia era que se dava maior destaque à parte noticiosa, na qual o jornal emitia suas opiniões sem comprometer o corpo de redatores e o nome da empresa. Conforme SIEBERT, Itamar. *op.cit, passim*.

prometem, permanecendo extremamente parciais e políticos. Tais dissonâncias e contradições aparecem claramente quando se comparam imagens radicalmente opostas sobre os mesmos personagens no mesmo jornal ao longo do tempo. Um bom exemplo é o tratamento dispensado ao marechal Floriano Peixoto, que variava de acordo com a compatibilidade ou incompatibilidade entre sua política nacional e as expectativas locais de cada grupo.

Note-se que, o sentido de neutralidade naqueles jornais era diferenciado do que se espera hoje dos veículos jornalísticos. O seguinte trecho do *República* deixa perceber qual era o significado atribuído a tal termo na época: “como órgão da imprensa que, embora filiado a uma parcialidade política, temos também a precisa isenção de ânimo para julgar os fatos e emitir opinião a respeito”.²⁶⁵ Ou seja, diziam-se “imparciais” pretendendo legitimar suas visões como “isentas” de paixões partidárias, “racionais”, “neutras” e “friamente analisadas” de modo a, com elas, influenciar a opinião pública.

Importante lembrar que nessas disputas, a força das palavras de ordem e a legitimação que delas pode advir estavam intimamente relacionadas com a autoridade e a credibilidade de quem as enunciava. Afinal, as palavras não significam por si mesmas, mas por quem as diz – pela posição que o enunciador ocupa, pela crença que desperta naqueles que o acreditam e o autorizam. Por isso a grande importância de uma autodefinição em favor da “verdade”, constantemente repisada, apesar de desmentida na prática diária dos jornais.

2.2– República numa retórica em mutação: da situação à oposição

O primeiro jornal a aparecer depois da proclamação foi o *República*. Surgiu na tarde de 19 de novembro de 1889, como “órgão oficial do Estado Republicano de Santa Catarina” e, nessa posição, proclamava-se intérprete fiel dos sentimentos da população catarinense. Sob a direção de José Artur Boiteux e a gerência de Evêncio Lopes, prometia ser “um jornal moral e materialmente digno”.²⁶⁶ Iniciou seu funcionamento no número 23 da Rua do Príncipe, posteriormente renomeada do Comércio, devido à alteração dos nomes de logradouros públicos realizada pelo novo regime. Depois, mudou-se sucessivamente para a rua José Veiga e, por fim, para a João Pinto. Era impresso na

²⁶⁵ *República*, Florianópolis, 04/set/1895, p.1.

²⁶⁶ *República*, Florianópolis, 01/dez/1898, p.1.

tipografia do antigo periódico *Conservador*²⁶⁷ seis vezes por semana, de segunda a sábado. Contudo, saía aos domingos, quando houvesse eleição. Circulou à tarde até o número 389 (23/mar/1891), quando se tornou matutino. Nesse período, foi o único jornal vespertino, sendo conhecido como “Folha da Tarde”.

Compunha-se de quatro páginas, divididas em quatro, cinco ou seis colunas, dependendo da quantidade de material a ser publicado. As duas últimas folhas dedicavam-se quase sempre aos anúncios, enquanto a primeira destinava-se às matérias políticas e econômicas, e a segunda aos assuntos gerais, variedades, folhetins, diversões e outras publicações literárias. Nos momentos mais acirrados de disputa, porém, a parte política estendia-se para a segunda e, por vezes, para a terceira página. Sua assinatura começou custando, 8\$000 por semestre, para a capital. Durante sua primeira fase, esse preço diminuiu passando a custar semestralmente 7\$000 para a capital e 8\$000 para o interior, enquanto o exemplar variava entre 40 e 60 réis para o número do dia, e 80 a 100 réis para os atrasados.

O restante do ano de 1889 transcorreu com um caráter mais oficial: a transição de regime, os atos do governo, as nomeações/substituições²⁶⁸ e os telegramas congratulatórios dirigidos à administração ocupavam a maior parte do jornal. Além disso, publicavam-se ainda os editais públicos e um número considerável de anúncios. Por isso havia pouco espaço para matérias e artigos de produção local. Estas, quando apareciam, tratavam normalmente das cerimônias públicas, ou tentavam explicar o motim do dia 18 de novembro, “fato que destoou da ordem e do entusiasmo que reinava

²⁶⁷ Esse fato era utilizado para reforçar o discurso de que a república chegou num clima de paz e tranquilidade, com adesão geral e irrestrita, não havendo incompatibilidade entre o novo e o velho regime, sendo os interesses da pátria maiores que as contingências políticas e sendo a proclamação um fato consumado e irrevogável. Seu objetivo era apaziguar, disfarçar e minimizar a importância das disputas que se acirravam entre a nova e a velha elite política, além de convencer os indecisos e fortalecer os adeptos. Afinal, apesar da existência de divergências, elas não deveriam transparecer. Era preciso aparentar unidade, superar contradições e valorizar o consenso (mesmo ele não existindo) para ressignificar os sentimentos patrióticos dentro dos novos tempos, conforme visto no primeiro capítulo.

²⁶⁸ As substituições eram inclusive instigadas pelo jornal e seus leitores. Veja-se o telegrama enviado de São Francisco: “Para boa marcha e garantia ordem pública, acha necessário substituições de autoridades” em **República**, Desterro, 21/nov/1889, p.1 e 2, sendo que as primeiras manifestações do Governo Provisório foram justamente no sentido de substituir-se os delegados e subdelegados responsáveis pelo poder executivo municipal.

nesta capital”.²⁶⁹ De resto, o periódico ocupava-se mais com as transcrições narrando os acontecimentos relacionados à proclamação e suas consequências. No início de dezembro, saudava os bons serviços, a seriedade e o patriotismo demonstrado pelo governo de 17 de novembro, exatamente no momento em que o executivo estadual passava para as mãos do tenente Lauro Müller, enviado de Deodoro da Fonseca.²⁷⁰

Foram a descrição e os elogios aos atos do novo governador que preencheram grande parte dos editoriais políticos do jornal *República* nos anos de 1890 e 1891 – com destaque para a série “A administração”, em defesa da moralidade da situação republicanista. Havia poucas colunas políticas, apenas *Viver às claras* e *Jornais e jornalistas*, nenhuma das duas assinadas. Predominavam artigos e comentários, que tendiam a concentrar-se nos dias próximos às eleições – num reconhecimento da necessidade e legitimidade delas como fundamento do exercício do poder. O governo federal, personificando o novo regime;²⁷¹ a organização do partido oposicionista e as disputas eleitorais, envolvendo polêmicas quanto à validade dos dois programas partidários, foram outros assuntos importantes. Quanto ao primeiro, utilizaram-se muitas comparações,²⁷² desenhando uma república como árvore frondosa sob a qual o povo seria feliz, um céu sem nuvens e uma aurora de um novo tempo. Aproveitando-se das esperanças de renovação que o fim do império despertava, a campanha republicana trabalhou com essas expectativas. Daí a presença frequente de associações e oposições de ideias,²⁷³ apresentando a república relacionada à liberdade, paz, ordem, progresso, civilização, moralidade e felicidade, em oposição a um passado monárquico de atraso, imoralidade, miséria e servidão, conforme especificado no capítulo anterior.

Quanto ao segundo tema, houve algumas transcrições e artigos importantes,²⁷⁴ em especial para questionar o surgimento do partido de

²⁶⁹ **República**, Desterro, 25/nov/1889, p.2 e 3. Destaque recebido especialmente porque tal motim contradizia a representação divulgada sobre o caráter pacífico e consensual da transição, como visto no primeiro capítulo.

²⁷⁰ **República**, Desterro, 04/dez/1889, p.1.

²⁷¹ Ou seja, estabelecendo uma mimetização onde se passa a ver o Presidente e os republicanistas como a Pátria e a República, confundindo-se os seus interesses de grupo com os interesses e a vontade nacional.

²⁷² Refere-se à figura de linguagem que, explícita ou implicitamente (utilizando “como” ou metaforizando), cria uma analogia, promovendo a visualização e o melhor entendimento de uma situação ou de um argumento, simplificando a compreensão de um discurso.

²⁷³ É um recurso de intensificação e dramatização do discurso, no qual se estabelecem relações de sentido entre diferentes vocábulos, mesmo que indiretamente. São importantes para se penetrar no significado de um discurso. Podem ocorrer por oposição ou adição de ideias.

²⁷⁴ Ver, por exemplo, **República**, Desterro, 21/jul/1890, p.3 (anexo 1.1).

oposição. Nesses textos utilizaram-se diversos argumentos. Começavam dizendo que não era o momento certo para criarem-se outros partidos, que viria a hora, mas ainda era cedo e que, acabada a monarquia, não havia mais nenhum princípio discordante legítimo para justificar a criação de outro partido, a não ser as ambições pessoais e a paixão pelo poder. Destacavam a necessidade de esforços conjuntos para a consolidação da república, no entanto, quem devia ser responsável por essa tarefa eram os “verdadeiros republicanos”, criando oposições implícitas entre o “bom patriota” e o membro da oposição e citando suas armas sujas – os “boatos, intrigas, imputações aleivasas de fatos criminosos e de intenções malévolas”.²⁷⁵ Imprescindível compreender que essa luta restritiva pelos limites do grupo dos “verdadeiros republicanos” e das condições da participação nele nada tem de abstrato: a realidade do campo político republicano e o próprio conceito de “político republicano” podiam ser transformados em decorrência do alargamento do conjunto de pessoas que tinham uma palavra a dizer sobre esses assuntos.²⁷⁶ Daí a necessidade de reforçar o exclusivismo. Interessante notar que alguns historiadores, como Jali Meirinho,²⁷⁷ explicaram-no como uma intransigência dos velhos políticos para com os novos, quando o “purismo” na escolha dos candidatos às primeiras eleições republicanas partiu destes, não daqueles.²⁷⁸

Em relação às eleições, os editoriais colocavam o PRC como sinônimo da república e da pátria, instruindo o eleitorado a votar nos candidatos que inspirassem confiança ao governo – não ao próprio eleitor cuja vontade diziam ser soberana – e que concordassem com a posição da situação. Numa tentativa de construir uma imagem de consenso, mostravam aqueles que tinham opinião divergente como elementos perniciosos, maus para a nação e contrários ao progresso. Além disso, alertavam para um grande perigo se o eleitorado não

²⁷⁵ **República**, Desterro, 26/ago/1890, p.2.

²⁷⁶ Conforme, BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.254.

²⁷⁷ Ver: MEIRINHO, Jali. **República e oligarquia**: subsídios para a história catarinense (1889-1930). Florianópolis: Insular, 1997.

²⁷⁸ Conforme explicitado no item 1.5. O mesmo se pode concluir ao considerar o cenário no Rio Grande do Sul, onde as pesquisas sobre as divergências ideológicas e programáticas entre os federalistas e os membros do PRR estão mais desenvolvidas. Foram o repúdio ao exclusivismo e a exigência de uma política de composição que uniram os políticos gaúchos, apesar de sua heterogeneidade ideológica, no primeiro partido de oposição, que também se denominava União Nacional. Conforme: AXT, Gunter. A revolução de 1893: os diários de Joca e Francisco da Silva Tavares. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de S.; PRADO, Maria Lúcia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

votasse no partido certo, aquele que o jornal já apresentara e defendia. E pretendiam convencer o eleitorado sem citar nenhum nome, nem de líderes nem de partidos, apenas através do implícito e da oposição entre as duas opções. Mas desenhavam um cenário tão vívido, que não poderia haver nenhuma dúvida:

Este grupo, homogêneo e coerente, que **representa a ordem e o verdadeiro espírito republicano**, com razão apoia e auxilia o atual governo do Estado, como a mais segura e firme garantia de vermos em breve realizadas as justas aspirações públicas; o **outro grupo, composto de elementos híbridos** e heterogêneos, reunidos, apenas, pela necessidade de se coadjuvarem na luta de momento, tendo por isso mesmo em seu próprio seio o gérmen corrosivo da discórdia que não tardará a manifestar-se com todos os seus horrores, pesando desastrosamente sobre a ordem pública, e **eivado em alto grau da lepra monárquica**, corromper as consciências, desnortear as razões, sopesar a liberdade de voto, extorquindo adesões; declama, grita, segreda, entorce-se, barafusta, corre, voa e tenta ir por toda parte inocular o gérmen da desordem e da corrupção.²⁷⁹

Essa construção de imagens mais do que opor republicanismos e federalistas, enquanto “verdadeiros republicanos” e “monarquistas interessados apenas nos cargos”, criava um forte apelo emocional ao eleitorado, por configurar previsões tenebrosas para o futuro, caso não fosse escolhido o partido certo, ou seja, aquele que o jornal defendia. Essas previsões eram reforçadas através da associação de ideias universalmente opostas:

Dois contendores, digamos logo, a luz dum lado e a treva do outro, vão ferir combate decisivo de vida ou morte perante o eleitorado que tem de decidir soberanamente do mérito dum, elegendo-o como seu representante e advogado de seus interesses, e do demérito do outro, repelindo-o, como inconveniente, incapaz e perigoso.²⁸⁰

²⁷⁹ **República**, Desterro, 20/fev/1891, p.2. Ver anexo 1.2.

²⁸⁰ *Idem*.

Ou seja, associava-se por um lado os republicanistas com o bem, a vida, a luz e o mérito futuro, numa palavra com Deus, e por outro, apresentava-se os federalistas como mal, morte, trevas, e demérito passado e futuro, isto é, o Diabo. Alguém hesitaria na escolha? Mas para evitar qualquer engano, posteriormente esse apelo popular era ainda amplificado pela utilização da seguinte interrogação retórica, com grande função persuasiva:

Qual será o cidadão, amante de sua pátria e zeloso do bem público, a cuja mente, bem intencionada, não ocorram aquelas sensatas considerações? Qual será aquele que, podendo, deixará de levar também a sua pedra para ajudar a reconstruir o grande edifício da Pátria, donde irradie até ao extremo recanto da vastidão o bem e a luz? Qual será, finalmente, o eleitor, tão insensato e imprudente, que, como marujo enganado pelas cantilenas de pérfida sereia, desamparando a bitácula, largando o pinçote, deixe correr a nau do Estado à mercê de ventos contrários e impetuosos, que a levem contra rochedos e recifes?²⁸¹

O final desse trecho acrescentava mais um fator persuasivo: uma comparação depreciativa do outro – retratado como “pérfida sereia” capaz de enganar e destruir. Diante de tudo isso, o eleitorado considerava-se bem avisado: era preciso ter cuidado, pois na sua mão estava a possibilidade de cumprir o dever sagrado salvando a Pátria ou condenando-a a um futuro tétrico de penas e escuridão. Mais ainda, se teimosamente escolhesse a segunda opção, corria o risco de ser considerado tão monarquista quanto aqueles a quem elegia. Atentava, pois, contra o bem maior a ser defendido: a república. Pelo menos, nessa ótica.

No final do ano de 1891, ocorreu, porém, uma inversão na situação política estadual e, conseqüentemente, na postura do jornal. A tentativa de golpe de Estado por parte de Deodoro da Fonseca e a dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro provocaram um desentendimento entre os chefes republicanistas catarinenses. Enquanto Gustavo Richard apoiava o ato presidencial, Lauro Müller e os demais representantes federais se opunham ao fechamento do Congresso. A oposição aproveitava-se dessa situação para aplaudir Floriano Peixoto e

²⁸¹ *Ibidem.*

intensificar os ataques ao governo do estado. A renúncia do presidente em 23 de novembro tornou insustentável a posição de Lauro Müller. Dois dias depois, ele e um correligionário sofreram um atentado²⁸² bastante controverso, que foi explorado de diferentes modos pela imprensa – enquanto o *República* e a *Gazeta do Sul* destacavam e amplificavam a vitimização de líder republicano, o *Jornal do Comércio* e a *Tribuna Popular* ironizavam, desmentiam a gravidade do fato e pressionavam pela renúncia.²⁸³

A situação se tornava cada vez mais tensa. A oposição a Lauro Müller se avolumava. O jornal situacionista deixou de circular no dia 26 de dezembro. No mesmo dia, os federalistas começaram a promover concentrações populares. A 28, tomaram dois navios que estavam no porto, para resistir em caso de ataque. As forças federais aderiram ao movimento pela deposição. As tropas republicanistas lideradas por Hercílio Luz, Bonifácio Cunha e Vitorino de Paula Ramos marchavam de Blumenau para defender Lauro Müller. E Floriano Peixoto, que assumira a presidência, não se pronunciava, negando apoio ao governador que, em 28 de dezembro, acabou abandonando o Palácio e transferindo o poder para o comandante da Força Estadual, major Lopes Rego. Logo depois, o governo estadual passou para as mãos de uma Junta Governativa composta pelo comandante do 25º batalhão de infantaria, coronel Luiz dos Reis Falcão, pelo tenente da marinha Arthur Deocleciano de Oliveira e pelo representante federalista Cristóvão Nunes Pires. No dia seguinte à posse, a Junta dissolveu o Congresso Representativo do Estado e destituiu Lauro Müller e seus substitutos legais.

Se por um lado, federalistas de diversos municípios rejubilavam-se com o fato, por outro, houve resistência em Blumenau, Tijucas, Tubarão, Laguna e São Bento que continuavam a reconhecer Lauro Müller como governador legítimo. Os deputados estaduais e a imprensa republicanista também protestaram, acusando os partidários da Junta de serem monarquistas. Os primeiros diziam que o grupo ligado ao coronel Falcão hasteara uma bandeira imperial no mastro do vapor *Laguna* – fato desmentido pelo comandante do barco, José Antonio de Souza, numa solicitada do *República*.²⁸⁴ Já a segunda, atacava preferencialmente Nunes Pires, “**monarquista** que nunca tivera

²⁸² Fato ao qual, posteriormente o jornal *O Estado* se reportaria como “comédia do alçapão e do muro”.

²⁸³ PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p.59-67.

²⁸⁴ **República**, Desterro, 10/jan/1892, p.3.

coragem de se alistar nas fileiras republicanas nos tempos difíceis da propaganda”, além de negar qualquer possibilidade da “Junta Desgovernativa” ter sido aclamada por comissões do povo, da marinha e do exército.²⁸⁵

Indiferente ao que se passava em Santa Catarina, Floriano nem desautorizava a Junta, nem lhe dava sua explícita aprovação. O *República* aproveitava para repisar constantemente que o tempo passava e nem as intendências municipais, nem a presidência reconheciam-na como autoridade estadual. As ironias contra a “junta que se desconjuntava” aumentaram quando dois de seus integrantes foram chamados ao Rio de Janeiro. Pouco depois, numa articulação entre os representantes estaduais e o governo federal, estabeleceu-se a vinda de um interventor para Santa Catarina. A indicação do nome ficou a cargo de Lauro Müller, que escolheu um militar, ex-colega que também partilhara os ensinamentos de Benjamin Constant. Em fins de fevereiro, o tenente Manoel Joaquim Machado viajava para o estado. Entretanto, apesar de esperado como salvação pelos lauristas, o tenente acabou por voltar-se para o grupo federalista, glorificando o patriotismo e a virtude da revolução que depusera o ex-governador e enaltecendo a Junta Governativa que a seguiu.²⁸⁶

Apesar da decepção com o discurso de posse, os partidários do PRC ainda esperavam uma mudança favorável. Pelo menos até 17 de março, quando o jornal *República*, então “órgão do Partido Republicano Catarinense”, tornou-se propriedade de um sindicato jornalístico, sob a direção de Emílio Blum e Antonio Pereira da Silva e Oliveira, com gerência de Geraldo Ferreira Braga e chefia de redação de José Boiteux. A partir de então, essa folha passou a atacar abertamente o tenente Machado, acusando-o de “rasgar a Lei fundamental do estado” ao invés de restabelecer as normas constitucionais. Um discurso ferino, apresentado em forma de denúncias quanto à situação da administração,²⁸⁷ constituindo séries importantes de artigos como: “Vários tópicos” e “A época é de traições”. Ao mesmo tempo, denunciavam os ideais monarquistas e restauradores que moviam os “falsos democratas”, que o rodeavam e nos quais se apoiava.²⁸⁸ Por fim,

²⁸⁵ Trechos de diversas matérias do jornal *República* nos primeiros meses de 1892.

²⁸⁶ Discurso de posse do tenente Machado, publicado no **República**, Desterro, 03/mar/1892, p.01.

²⁸⁷ Tratavam de tópicos como: estrada de Lages, Congresso, finanças, o território estadual e a questão de limites.

²⁸⁸ Ideias extraídas de diversos números do jornal **República** desse período, principalmente da série de artigos denominada “A época é de traições”.

desgostosos com a atitude de Floriano, os lauristas passaram a enaltecer a figura de Deodoro da Fonseca.²⁸⁹

A atitude do jornal a respeito do vice-presidente foi cambiante, seguindo um círculo que passou por glorificações e deformações cada vez maiores até retornar lentamente às primeiras. Num primeiro momento era favorável, exaltando-o por sua bravura e heroísmo em reconduzir a Pátria à legalidade após o golpe desferido contra a Constituição pelo marechal Deodoro.²⁹⁰ Depois, com as deposições dos governadores, os republicanistas passaram a alertá-lo sobre o perigo da vereda que trilhava, mostrando como “descontentamento da pátria” o seu próprio descontentamento. Nesse período, os títulos das matérias dão uma ideia do tom do discurso: ele é “algoz da legalidade” seguindo “caminho errado”, numa “época de traições” onde “a situação” vai “de mal a pior”, e “não há lei”, nem “liberdade de imprensa”.²⁹¹ Aí veio a crítica radical e mordaz, que inverteu as representações: desprezavam o vice-presidente e idolatravam a figura de Deodoro. Transcreviam artigos em franca oposição ao “ominoso” governo do sr. Floriano, alguns dos quais assinados por figuras de proeminência nacional como Ruy Barbosa e José do Patrocínio.²⁹² Somente a partir do seu apoio ao governo de Castilhos contra a revolução no Rio Grande do Sul, começou um lento processo de legitimação de Floriano – o qual percebia seu erro e retornava para a trilha da legalidade e da ordem. Sua personificação fortalecer-se-ia após o reposicionamento dos federalistas catarinenses, que o acusavam de “anarquizador e subversivo”. O ápice, entretanto, seria sua glorificação após a derrota do movimento revolucionário, quando ele voltava a ser retratado como o herói que tudo

²⁸⁹ Para confirmar isso basta consultar a edição nº 778, de 25/ago/1892, cuja capa foi totalmente dedicada a uma “homenagem à memória do legendário marechal Manoel Deodoro da Fonseca, fundador da República Brasileira”. Além disso, na segunda página houve três matérias para esse “herói entre heróis”. Ou então, a série de artigos em sua homenagem que começa na edição nº 784, de 02/set/1892 e prossegue por outras oito edições (números 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791 e 794).

²⁹⁰ **República**, Desterro, 02/dez/1891, p.1

²⁹¹ Vários títulos de artigos e transcrições do *República* no começo de 1892.

²⁹² Respectivamente: **República**, Desterro, 27/mar/1892, p.1 e **República**, Desterro, 25/mar/1892, p.2 Estes se deviam às pressões pela convocação de novas eleições. A questão é controversa e gira em torno do fato do vice-presidente ter assumido o cargo quando a Constituição recém-aprovada estabelecia a convocação de novas eleições, em vista da renúncia ter ocorrido antes da metade do mandato. Diante disso, muitos, inclusive os revoltosos da Armada e da Federalista, consideravam o governo de Floriano ilegal. No entanto, a mesma Constituição determinava eleições diretas para presidente, exceto para o primeiro mandato, que seria escolhido pelo Congresso. Era o caso de Deodoro e Floriano. Assim, houve quem considerasse que se o mandato era de exceção e que, uma vez que a Constituição não se aplicava ao segundo caso, também não deveria aplicar-se ao primeiro.

fazia pela defesa da Pátria Brasileira e se tornava o “consolidador da República”. Mas isso ainda não acontecera em 1892.

Mesmo nesse ano, as críticas ao governador Machado e ao presidente Floriano não duraram muito tempo: em fins de abril o periódico parou de circular, retornando apenas em 1º de junho. Com a situação dos republicanistas deteriorando-se progressivamente, em 1º de novembro, o jornal *República* novamente suspendia a publicação, ao mesmo tempo em que o delegado de terras e colonização, Paula Ramos, foi preso e deportado para o Rio de Janeiro, por ordem do ten. Machado, sem muitas explicações. No início de 1893, após um grave conflito em Blumenau onde o deputado federalista Elesbão Pinto da Luz foi agredido, mais líderes do PRC que faziam acirrada oposição ao governo foram presos. No entanto, os réus Hercílio Luz, Francisco Margarida, Bonifácio Cunha e Santos Lostada foram impronunciados pelo Tribunal de Justiça. Contrariado, o governador dissolveu aquele foro e inaugurou o Tribunal da Relação, previsto na Constituição do ano anterior. Além disso, rompeu com Floriano Peixoto – o qual denunciou como “anarquizador, subversivo à ordem pública e responsável pelo sangue que se derramasse no Estado”²⁹³ – e também com o governador gaúcho Júlio de Castilhos. Apenas nesse momento, o vice-presidente voltava a cair nas graças do *República*, principalmente após a substituição no comando do 5º Distrito Militar, que passou do cel. Luiz dos Reis Falcão, ligado aos federalistas, para o cel. Julião de Serra Martins, florianista, alterando o componente de forças políticas locais. Mesmo assim, o jornal ainda interromperia sua publicação outra vez em agosto de 1893.

Depois que voltou a apoiar Floriano, rebate os artigos d’*O Estado*, ironizando com a impossibilidade dos federalistas locais realmente agirem contra o marechal presidente:

O próprio marechal Floriano Peixoto que conta, como apoio ao seu governo o auxílio das classes armadas e do povo não se deve descuidar, porque qualquer dia o partido federalista de Santa Catarina, com o senhor Elyseu à frente, levanta daqui acampamento e segue marcha batida pelo centro do Paraná a depô-lo. Cuidado, marechal, note que o senhor Elyseu tem em armas um

²⁹³ CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo**: o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894). Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1990. p. 54.

exército de 4 milhões de gafanhotos, não contando com os regimentos de cavalaria de São José.²⁹⁴

Como se pode perceber pelo trecho acima, esse período em que o *República* permaneceu na oposição política foi de extrema intensificação do discurso, com o auxílio de ironias e sarcasmos, deformações e oposições, exageros na narração dos fatos e vitimização dos líderes republicanos, sendo também muito produtivo em relação às fábulas. Merecem destaque: “O sonho do tenente”, apresentada como uma “imitação” onde os 22 espectros dos municípios catarinenses rondavam o governador exigindo ordem e justiça; e “Os felizardos”, uma comédia publicada em forma de folhetim fazendo uma crítica mordaz do governo do ten. Machado. Com um tom geral de “comédia”, de sátira e ridicularização, faziam da brincadeira, do jogo do riso, uma forma de mostrar as distorções e de educar no que deveria ser aceito e no que deveria ser repellido. Enfim, concomitantemente uma estratégia de desvalorização do outro, de disciplinarização do povo e de legitimação própria.²⁹⁵

Ainda assim, predominavam os artigos argumentativos e os comentários irônicos. Relacionando as denúncias sobre o governo estadual com os desmentidos acerca de acusações contra os líderes do PRC, encontraram-se muitos textos cheios de vitimização²⁹⁶ sobre as arbitrariedades do governador. Havia também muitas correspondências e telegramas – apresentados sob o título *Serviço Telegráfico*. Ao longo desse período, a quantidade e o espaço dedicados às colunas aumentaram. Entre elas estavam: *Cousas do dia*, assinada por X. Legal, que depois do aparecimento d’*O Estado* com uma coluna de mesmo nome foi substituída por *Cousas da noite*; *Fantasmagorias e Alfinetadas*, ambas irônicas, respectivamente de Manel e Felício; *Um por dia*, pequenas quadras humorísticas escritas por Flydio; *Corre como certo...*, composta por boatos²⁹⁷ e depois substituída por *Falava-se ontem que...*; *Seção do povo*, um espaço aberto para manifestações do

²⁹⁴ **República**, Desterro, 24/jun/1893, p.1.

²⁹⁵ Conforme: GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores; Edusp, 2003, *passim*.

²⁹⁶ Essa intensificação do discurso pode ser percebida também nos títulos: “Dr. Hercílio mais uma vítima”; “As vítimas de Blumenau” e “Os crimes de Blumenau”.

²⁹⁷ Os boatos e a fofoca são educativos por excelência, pois se constroem a partir de um ponto em que se contraria o conveniente, ou o socialmente aceitável. Por isso, a abordagem que, em contradição ao oficialmente declarado, prefere contar as fofocas de bastidores, de cujas afirmações não se tem certeza, inclina-se ao sussurro sobre os deslizes e, assim, aponta um modelo exemplar, realiza uma tarefa disciplinadora e confirma um dado moral consensual. GOMES, Mayra Rodrigues. *op.cit.*, *passim*.

“descontentamento popular”, sempre subscrita pelo Povo,²⁹⁸ além de uma que não possuía título fixo, em forma de crônica, que colocava os federalistas em situações embaraçosas, sendo que o pseudônimo que a subscrevia, Faererir, deixa perceber o tom da coluna, cujo objetivo era “fazer rir”. Havia ainda *Comunicados* e *Posta-restante*, comentários diversos e às vezes irônicos feitos respectivamente por Barriga-verde e Estafeta; *Escavações*, publicando documentos antigos com o objetivo de “revelar o passado restaurador” dos opositores que se diziam republicanos; *Notas a lápis* e *Rabiscos a carvão...*, com caricaturas dos chefes federalistas; *Historietas*; *Croniquetas* e uma *Seção de felicitações*, com telegramas irônicos de diversos lugares “felicitando” as atitudes arbitrárias do tenente Machado.

Outro assunto que mereceu consideração por parte dos redatores aparecia sob o título “Revolução no Rio Grande”. A partir de meados de junho de 1892, negavam os boatos sobre a invasão, apoiavam o retorno de Júlio de Castilhos à presidência do estado e defendiam o posicionamento do vice-presidente, que sabiamente não interferia naquele governo. Quando não puderam mais negar a evidência da revolução, passaram a acusar os rebeldes de serem estrangeiros e restauradores que atentavam contra as instituições republicanas²⁹⁹ – além de denunciar o conluio entre eles e o governo catarinense, numa estratégia de deslegitimação dos adversários locais, os quais, por associação, também defenderiam a causa da monarquia. Mesmo os boletins de notícias sobre a batalha não eram neutros: narravam os “revoltantes atentados” cometidos pelos “bandidos da horda perversa”, e as proezas do “exército libertador e patriótico”.³⁰⁰ E emitiam juízos de valor ao tratar das vitórias dos “bravos soldados” sobre a “sanha da castelhanada mercenária que sequiosa de sangue degolava infamemente”.³⁰¹ Além disso, reforçavam a iminência da vitória das

²⁹⁸ Tratava-se, obviamente, não de uma coluna aberta para que a população ou os leitores descontentes reclamassem, mas sim de uma coluna elaborada por um redator que pretendia passar-se como porta-voz do povo, como seu representante, mas que defendia os interesses do grupo político que representava, procurando legitimá-lo através dessa personificação do Povo.

²⁹⁹ Veja-se a seguinte notícia transcrita: “sobre os revolucionários, *que não têm intuítos restauradores*: Tivemos em nosso poder uma divisa, tomada pelo ilustre coronel Thomaz Thompson Flores, a um *federalista* ferido no combate da Restinga, e que ostentava os seguintes dizeres, cuja ortografia conservamos: Viva o in Perio! Morram os Republicanos!” em **República**, Desterro, 27/jun/1893, p.2, que junta duas das acusações mais comuns: o monarquismo e a falta de conhecimentos sobre a gramática portuguesa, o que reforçava a acusação de serem mercenários estrangeiros.

³⁰⁰ **República**, Desterro, 05/mai/1893, p.2.

³⁰¹ **República**, Desterro, 16/mai/1893, p.2.

forças legalistas. Como em 18 de julho, quando comemoravam a prisão do almirante Eduardo Wandenkolk como fim da revolução gaúcha:

Sentimo-nos verdadeiramente orgulhosos e alegres, por ver que a queda afinal dos revolucionários aproxima-se: a prisão de Wandenkolk significa o início do castigo que merecem todos aqueles que se esquecem dos seus deveres para, de mãos dadas com o sr. Gaspar Martins, atacarem armados o território da pátria, **ferindo de frente a República**, que de tudo tem saído vitoriosa e que não há de baquear pela guerra infame que lhe movem os seus não menos **infames inimigos**. A República consolida-se afinal, mal grado os esforços empregados em contrário pelos **assalariados de Isabel**.³⁰²

Depois disso, com o acirramento da revolução, o *República* deixaria de circular definitivamente em 26 de setembro de 1893 devido à chegada da Esquadra em Desterro. Encerrava-se assim sua primeira fase.

2.3– A voz da concorrência: *O Estado*, um jornal federalista

O segundo periódico, seu opositor declarado durante esses anos tumultuados, só apareceu em 04 de novembro de 1892, já no governo do tenente Machado. *O Estado* surgiu como “órgão do Partido Republicano Federalista”, dirigido por Arthur Ferreira de Mello. A tipografia ficava no sobrado de número 5 da rua Trajano. Depois, mudou-se para a Praça XV de Novembro. Circulava seis vezes por semana, sempre pela manhã. A princípio era publicado de terça a domingo, mas a partir de 1893 passou a sair de segunda a sábado. Inicialmente custava, na capital, 40 réis o exemplar ou 7\$000 por semestre, sendo mais barato que o concorrente. No final do ano seguinte, porém, anunciou um aumento no preço avulso e uma diminuição da assinatura semestral. A partir de 1894, assinar o jornal custava 6\$000 para a capital, 7\$000 para o interior e 8\$000 para os outros estados, enquanto para comprar um exemplar os leitores gastavam 60 réis para o número do dia, e 100 para os atrasados. Apesar do encarecimento, dos problemas de entrega – recorrentemente denunciados devido ao mau funcionamento do correio – e da grande

³⁰² *República*, Desterro, 18/jul/1893, p.1.

irregularidade na publicação do periódico nesse período, registraram um aumento de vendagem, agradecendo por isso a seus assinantes.

Submetido às mesmas limitações materiais, sua aparência gráfica era semelhante à do seu adversário. Compunha-se também de quatro páginas, cada uma com quatro colunas. Era comum que a parte política ocupasse as duas primeiras, enquanto as variedades e as publicações literárias continuavam na terceira, junto com notas de falecimentos, editais e os primeiros anúncios. Ao contrário do *República*, quando seus partidários estavam no poder, não mantiveram uma seção específica para os atos oficiais do governo, apenas divulgavam aqueles que implicassem leis, licitações e concursos de interesse geral. Somente no final de 1893 a publicação dos atos do Governo Provisório e da administração estadual, das sessões da Assembleia Legislativa, e das ordens do dia da Divisão Expedicionária e da Guarda Nacional tornara-se diária e passara a ocupar grande parte do jornal. Mesmo assim, não deixou de publicar o folhetim Lucíola.

A distribuição do conteúdo, contudo, era diferenciada. Nos anos de 1892 e 1893, *O Estado* apresentava poucos artigos, vinculando os assuntos políticos mais a colunas ou seções fixas. A principal delas denominava-se *Cousas do dia* e configurava-se quase como um editorial diário embora não assinado. Houve também seções irônicas como *Alfinetadas*, *Farpinhas* e *Agulhadas* subscritas respectivamente por Ninô, Zé Bedeu e Ninô Jr; caricaturas e deformações dos líderes republicanistas feitas por Gavorni e Chico das Ditas em *Lápis vermelho* e *Bolhas*; poemas³⁰³ satíricos e deformadores de Ferrão nos *Mosquitos*; crônicas humorísticas de Pio e Maxtom nas *Piadas* e *Historiando*; boatos em *Dizia-se ontem que...*; e, às quintas-feiras, resenhas políticas semanais assinadas por X. Menor, responsável pela *Letras e fatos*. Além disso, o jornal publicava as correspondências de correigionários do interior no espaço intitulado *Telegramas: Serviço Especial d'O Estado* e apresentava algumas transcrições sobre acontecimentos nacionais, dedicando especial atenção à situação gaúcha.

Quanto aos eventos revolucionários ocorridos no estado vizinho, o posicionamento d'*O Estado* tendia a ser mais confuso, dúbio e sutil que a oposição peremptória assumida pelo *República*. Até o rompimento oficial do governador com o vice-presidente, não houve nenhum

³⁰³ A utilização de poemas com conteúdo político foi uma estratégia editorial muito utilizada por ambos os jornais com a intenção de ampliar a discussão política. Tal prática, ao autorizar outras formas de recepção, possibilita atingir outros públicos. Uma vez que os poemas adéquam-se mais facilmente à oralidade, permitem atingir a população não-alfabetizada. Veja-se um exemplo desse tipo de estratégia no anexo 2.6.

editorial do jornal se colocando nem contra nem a favor do conflito no Rio Grande do Sul, nem sequer criticando ou apoiando as atitudes de Floriano a esse respeito. A maioria das transcrições e correspondências era neutra – só informando sobre os dois lados,³⁰⁴ anunciando o início da “guerra civil” ou apresentando notícias contraditórias. Ao reproduzir informações dos jornais gaúchos, citava atrocidades cometidas por ambos os lados, mas eventualmente ressaltava a falta de piedade dos generais republicanos com as esposas dos federalistas.³⁰⁵ Ou apresentava, na voz de outra pessoa, uma negativa de que o partido federalista tivesse ideia de restauração, sendo **“mais republicano que o governo do Rio Grande do Sul”**.³⁰⁶ Mesmo assim, as notícias continuavam contraditórias.³⁰⁷ Aconselhavam, pois, a “refletir e **verificar se os invasores têm ou não intuítos restauradores**”.³⁰⁸

Publicava também os manifestos e os documentos tanto dos líderes legais quanto dos revolucionários. Representando estes, os textos de Demétrio Ribeiro³⁰⁹ e Joca Tavares³¹⁰ que desmentiam tratar-se de um “movimento restaurador” e apresentavam a situação como uma luta entre inimigos da pátria arvorados em governo legal e patriotas defendendo a liberdade e a autonomia. Apoiando aqueles, correspondências de Fernando Abott³¹¹ e M. Valadão³¹² que retratavam uma luta entre republicanos e uma oposição impatriótica, entre um governo que sustentava a república e pseudo-federalistas que atacavam a pátria. Inclusive, como nesses casos, algumas transcrições eram claramente contrárias à revolução – criticando a invasão de Santa Catarina ou mostrando as violências e mortes. De qualquer forma, a Revolução Federalista aparecia sempre pela voz de outras pessoas ou jornais. O real posicionamento do periódico, porém, podia ser mais bem percebido nos detalhes: no espaço ligeiramente maior que concedia aos federalistas gaúchos ou no fato de mostrar de forma mais comovente quando eram os castilhistas que cometiam saques e atos impiedosos.³¹³

³⁰⁴ Por exemplo, dia 25 de março divulgam um telegrama de cada lado narrando os acontecimentos do Rio Grande do Sul. Ver: **O Estado**, Desterro, 25/mar/1893, p.2.

³⁰⁵ **O Estado**, Desterro, 19/nov/1892, p.2.

³⁰⁶ **O Estado**, Desterro, 15/jan/1893, p.1.

³⁰⁷ **O Estado**, Desterro, 05/mar/1893, p.2.

³⁰⁸ **O Estado**, Desterro, 17/mar/1893, p.2.

³⁰⁹ **O Estado**, Desterro, 15/nov/1892, p.2.

³¹⁰ **O Estado**, Desterro, 25/fev/1893, p.2.

³¹¹ **O Estado**, Desterro, 13/jan/1893, p.2.

³¹² **O Estado**, Desterro, 03/mar/1893, p.2.

³¹³ Por exemplo, quando conta a cena ignorada de “Uma pobre esposa de joelhos e completamente banhada em lágrimas pedia a um alto personagem que intercedesse em seu favor para ir visitar o marido preso na cadeia, e que ainda tinha vida.” Conforme **O Estado**,

Até meados de 1893, tal tema aparecia sempre em transcrições que não apresentavam o endosso específico do jornal, parecendo meros boletins informativos. Quando, em 26 de abril, veio a público o telegrama do governador tenente Machado, a situação mudou. Esse documento chamava Floriano de “anarquizador e subversivo à ordem pública” e acusava-o de impedir o rumo normal da administração estadual, tornando-se responsável pelo sangue que corresse neste estado, uma vez que tinha armado a oposição. Naquele dia, *O Estado* não comentou o telegrama, apenas publicou-o. No dia seguinte, suas páginas aprovavam o ato de denunciar a intervenção das forças armadas em terras catarinenses, visto que o estado estava em paz. Abstinham-se, porém, de comentar a “denúncia” sobre o vice-presidente, apenas aconselhando sobre “a necessidade de manter a autonomia do Estado e os verdadeiros princípios republicanos”.³¹⁴ Ou seja, *O Estado* hesitava sobre que atitude tomar quanto àquele problema. Enfim, decidiu-se a manter a linha editorial de defesa do governo Machado e então passou a repisar o republicanismo e o patriotismo do governador, bem como o apoio popular à causa.³¹⁵ Procuravam justificar tal atitude a partir das medidas do governo central que infringia a constituição porque mobilizava e armava forças cívicas sem que houvesse invasão.³¹⁶ Desse momento em diante, a forma como tratavam Floriano mudou. Começaram a criticar desde os menores atos presidenciais até as “eleições peixotistas”, consideradas como “nova prova do seu desprezo pela opinião pública, ficção de constitucionalidade e obediência a princípios com que ele pretende disfarçar os seus atos de prepotência e menosprezo pela lei”.³¹⁷

Consequentemente, *O Estado* passou a defender aberta e vigorosamente os revolucionários das acusações de serem restauradores, apontando-os como os verdadeiros patriotas que lutavam para libertar a república martirizada pelo tirano. Patriotismo, civismo e liberdade estavam agora do lado revolucionário e os pobres soldados se

Desterro, 19/nov/1892, p.2.

³¹⁴ **O Estado**, Desterro, 27/mar/1893, p.1.

³¹⁵ Falam da “coragem militar, **fibra republicana**, civismo e patriotismo do tenente Machado”; apontam que “**republicano tem sido ele desde os primeiros passos da vida pública**, um político intransigente e ítemerato, um atleta das liberdades públicas, **um dos fundadores das instituições republicanas e um dos seus mais denodados defensores** na imprensa, como na praça pública, como na administração deste Estado” e ainda afirmam que com seu telegrama ele “deu provas do mais altanado patriotismo, da **mais forte mentalidade republicana** e do mais entranhado amor ao povo catarinense”. **O Estado**, Desterro, 28/abr/1893, p.1.

³¹⁶ **O Estado**, Desterro, 29/mar/1893, p.2.

³¹⁷ **O Estado**, Desterro, 10/mar/1894, p.1.

enganavam quando supunham defender a causa republicana, pois defendiam seu carrasco.³¹⁸ O próprio tenente Machado buscava redimir as atitudes do governo estadual, dizendo que não eram contrários aos federalistas revolucionários e que só o foram quando os acreditavam restauradores. Agora, sabia-se que eles amavam a Pátria, a República e a liberdade.³¹⁹ Mostrava-se, pois, uma república ameaçada de morte por Castilho e por seu “governo criminoso que arrasta o Estado para a destruição”, acusando-o de saques, estupros, incêndios, prisões, torturas, mortes, fuzilamentos e degolas.³²⁰ E questionava-se a legitimidade de uma constituição “republicana” que, como a do Rio Grande do Sul, acumulava todos os poderes numa só pessoa.³²¹

Outro tema predominante foram os adversários. Dentre os artigos merece destaque a série que relembra e glorificava, um ano depois, a “revolução popular” que tirou Lauro Müller do poder em 1891,³²² e que usava muito o recurso à personificação do povo e à amplificação emocional, além da oposição entre a moralidade do governo atual e os privilégios do anterior, que servia de base para afirmar o seu republicanismo sincero, frente ao falso republicanismo dos adversários, e para construir uma versão que lhes fosse favorável sobre a criação dos dois partidos. Outra série, menos numerosa, mas não menos importante

³¹⁸ **O Estado**, Desterro, 15/jun/1893, p.2.

³¹⁹ **O Estado**, Desterro, 07/mai/1893, p.1.

³²⁰ Textos intitulados “Uma carta” em **O Estado**, Desterro, 20-27/mai/1893, p.1.

³²¹ **O Estado**, Desterro, 10/jun/1893, p.2. Nisso os federalistas catarinenses aproximavam-se da posição dos federalistas gaúchos, os quais criticavam: o legislativo unicameral apenas com funções orçamentárias, o executivo com mandato de cinco anos e poderes para legislar por decreto em matérias não-financeiras e a possibilidade de reeleição consecutiva. O PRF gaúcho reivindicava, por sua vez, um mandato de governador de quatro anos, sem reeleição; a renovação a cada dois anos de metade da Assembleia, a qual deveria ter funções legislativas; e a autonomia dos municípios e do judiciário, demonstrando a preocupação de não concentrar o poder nas mãos de uma única pessoa e de restringir tanto quanto possível o executivo. A relação entre os políticos federalistas dos dois estados também era reforçada por sua ligação anterior com o Partido Liberal. Por sua vez, a aproximação entre os membros do PRC e do PRR se deu porque enfrentavam os mesmos adversários. Ver: ROSSATO, Luciana. **Imagens construídas: Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

³²² “Grandioso espetáculo, onde o povo cansado dos vilipêndios e da falta de virtudes cívicas” (honestidade, patriotismo e lealdade) do governo de Lauro Müller, levantou-se, derrubando-o para “**manter a inviolabilidade do dogma institucional da República**, da qual ele dizia-se sincero apóstolo, ao passo que se tornou um desacreditado ditador sem escrúpulos”. Diante disso, “**os republicanos históricos, decepcionados, afastaram-se daquele grupo partidário.**” Assim, a revolta de 1891 teria sido um “**ato de verdadeira democracia para salvar as instituições republicanas**”, pondo fim ao “**governo que realizou todos os atentados contra o regime republicano**”. Conforme **O Estado**, Desterro, 28/dez/1892, p.1 e 2.

foi: “História de um partido” – extremamente contrária ao partido e aos líderes republicanistas, com oposição, deformação e amplificação emocional, de modo a reforçar a origem pouco republicana dos partidários de Lauro Müller, a quem acusavam de lucenismo e sebastianismo, e a sua própria sinceridade republicana.³²³ Outra polêmica importante foi a causada pela deportação de Paula Ramos e pela prisão dos outros líderes republicanistas de Blumenau, sobre a qual publicaram, além dos artigos intitulados “Habeas Corpus”³²⁴ e “O crime de Blumenau”, o relatório do chefe de polícia e os depoimentos do processo.

Embora tais textos fossem principalmente argumentativos, também apareciam com bastante regularidade os narrativos – especialmente sobre os acontecimentos da revolução gaúcha – e os irônicos ou humorísticos. Houve ainda duas fábulas importantes: “Bazar: uma comédia dos deuses” e o “Assassinato do rei Lambisa”,³²⁵ um texto mordaz que reescreve por outro ângulo o atentado de 1891. Apresentado como “fato histórico”, esta fábula caricaturizava os líderes republicanistas e tinha como personagens: rei Lambisa, Déo-Dorus, Duque de Blumen, general Glycerina, capitão do mato Campus Bobó, dr. Purgante, poeta Pomadas, dr. Pula Muros, dr. Jesus Cristo, cabo Livra-mentis e chefe Tolentibus,³²⁶ passando-se na capital Laurópolis.

Diferentemente do *República* quando os republicanistas dominavam o governo, *O Estado* tendia a não falar muito sobre a administração do tenente Machado – provavelmente porque ele não fora opção do partido e nem sequer era catarinense. Esse assunto só se tornou mais frequente depois do processo aberto por Felipe Schmidt e do afastamento judicial do tenente. Ainda assim os artigos eram mais desmentidos do que exaltações, sendo que a boa imagem do governo federalista aparecia quando se falava dos outros, por oposição: aí eles se construíam como moralizados e bons governantes. Também é interessante notar que, apesar de terem sido apenas três ou quatro vezes, ao mesmo tempo em que retratava as obras realizadas, o jornal escrevia exigindo melhorias – diminuição de impostos, saneamento e higiene, e

³²³ *O Estado*, Desterro, 22/set/1893, p.1.

³²⁴ Nesses artigos, o jornal fazia questão de deixar bem claro o quanto considerava importante e necessário esse recurso jurídico, o quanto o respeitava, mas não concordava em absoluto na concessão do *habeas corpus* ao engenheiro Paula Ramos porque “o constrangimento [que lhe justifica] não existiu, nem existe”. Conforme *O Estado*, Desterro, 03/jan/1893, p.2.

³²⁵ *O Estado*, Desterro, 07/dez/1892, p.2.

³²⁶ Ou seja, Lauro Müller, marechal Deodoro, Hercílio Luz ou Bonifácio Cunha, Francisco Glicério, (?), Raulino Horn, Napoleão Poeta, Carlos Augusto Campos, Paula Ramos (?), Artur do Livramento e Francisco Tolentino.

outras “medidas urgentes” – tanto da administração estadual quanto da municipal. Fato que abriu o precedente para depois exigirem medidas aos líderes republicanistas que ocupavam cargos federais quanto aos cuidados contra o cólera.

Outros três pontos nos quais se diferenciava do *República* foram: o pouco espaço que reservava ao governo federal; a publicação ou notificação dos telegramas da oposição sobre ameaças e falta de liberdade;³²⁷ e a constante utilização do tom moralista, da apologia da república, do Estado e do povo, bem como da ironia descarada ou sutil. Nesse sentido, um texto exemplar foi “Um bom político”, o qual aparentemente preocupava-se em descrever como deveria se comportar um bom político quando no governo e quando na oposição, mas que sutilmente ironizava e criticava as atitudes dos republicanistas que “prometem tudo ainda que nada façam” e que “empregam todos os meios para alcançar o seu fim, que é conseguir o melhor emprego quando seu partido voltar ao poder”.³²⁸

Entre 31 de julho e 08 de agosto de 1893, *O Estado* teve uma parada temporária na sua publicação em decorrência da invasão da capital por forças republicanistas. De Blumenau, 160 homens marcharam até Desterro e depuseram o governo estadual. Antes, porém, tomaram a intendência municipal de Tijucas e proclamaram Hercílio Luz governador paralelo. Ironicamente, nos dias que antecederam a tomada da capital, o jornal federalista publicou diversos artigos desmentindo os telegramas e correspondências que chegavam do norte avisando sobre a queda de intendências e a instalação de um governo paralelo, dizendo que aquela era apenas uma “revolução telegráfica”. Além disso, diversas colunas brincavam com o inexistente “governo da Luz”. Contudo, nos últimos dias de julho, os hercilistas marchavam pelas ruas centrais e investiam contra o Palácio, onde os federalistas resistiram. Houve cerrado tiroteio, cinco pessoas morreram e várias ficaram feridas. Elyseu telegrafou a Floriano, dando conta do ocorrido, e refugiou-se na Capitania dos Portos, enquanto os republicanistas se instalavam no governo.

Apesar de parecer desejável à União ter uma administração aliada no estado vizinho ao Rio Grande do Sul, onde se desenrolava a luta armada, o vice-presidente não só deixou de reconhecer o ato revolucionário, como recomendou neutralidade às forças federais e exonerou Hercílio Luz do cargo na comissão de terras de Blumenau. Em

³²⁷ Eram publicados na sessão telegráfica ou, no mínimo, tinham reportados seu conteúdo.

³²⁸ *O Estado*, Desterro, 27/jan/1893, p.2.

tal decisão deve ter pesado a necessidade de coerência quanto à justificativa para o posicionamento que tomava em relação à situação gaúcha. Afinal, ele se negava a intervir no governo daquele estado, legalmente eleito, devido à autonomia estadual. Logo, não podia agir de modo contrário em Santa Catarina sem correr o risco de angariar ainda mais adversários. Embora decepcionado com a atitude de Floriano, o *República* procurou tirar partido dela para apontar as incoerências da oposição. Dizia que os federalistas aplaudiam o vice-presidente porque levou a paz a Santa Catarina, mas atacavam o mesmo porque levava de igual modo a garantia à autoridade governamental no Rio Grande do Sul. E perguntava: “Onde está, portanto, aqui a coerência, a crítica sincera da oposição?”³²⁹

O Estado não tentou rebater tais críticas, mas gastou duas páginas e meia para contar, como num diário, os acontecimentos da capital. Afirmava “narrar os fatos como o mais imparcial historiador”. Retratava-os, porém, de maneira maniqueísta: de um lado, colocava o povo firmemente escudado na sinceridade de suas crenças republicanas e os verdadeiros catarinenses, defensores desse povo e da autonomia, heróis que deixaram suas famílias para defender os brios do estado e a honra da república. De outro, os inimigos desta terra e da atual situação, anarquistas, assassinos sediciosos, cínicos facínoras que saquearam o palácio e por fim, sem apoio popular nem do governo central, colocaram o rabo entre as pernas e se retiraram da vida pública, justificando tal atitude como a que cabia aos “republicanos sinceros” diante do “sufocamento da autonomia do Estado e do desrespeito à Constituição”.³³⁰

Já no início do mês seguinte, porém, o jornal trazia poucos artigos políticos e poucas notícias sobre a revolução gaúcha. Mesmo os artigos sobre política local diminuíram, dando a impressão de que se passava por um momento de paz e tranquilidade. O espaço foi preenchido com a publicação das sessões da Assembleia Legislativa (inaugurando uma seção de atos oficiais), com notícias sobre o mundo ou sobre cultura, indústria, saúde ou civilização, ou ainda com textos literários. Mas, o jornal estranhava a falta de notícias.³³¹ O motivo do silêncio foi o fechamento da comunicação com o Rio de Janeiro e com o restante do país e a ordem para não despachar navios para fora do estado. Somente uma semana depois, viria a explicação: o jornal

³²⁹ **República**, Desterro, 08/ago/1893, p.1.

³³⁰ **O Estado**, Desterro, 09/ago/1893, p.1-3.

³³¹ **O Estado**, Desterro, 10/set/1893, p.1.

reportava, através de documentos, a ocorrência da “revolta armada contra o governo constitucional”, retratando-a pela versão oficial de que se tratavam de “maus brasileiros”, “inimigos da Pátria”, “rebeldes” nos quais não se podia perceber “a menor sugestão do bem público, nem a mais simples inspiração patriótica”.³³²

A partir de outubro, com a chegada dos navios da Armada a Santa Catarina, ocorreu uma modificação no posicionamento de *O Estado* que começou a publicar regularmente os escritos de João José César, narrando os eventos da “Revolução da Esquadra Libertadora”. O jornalista gaúcho apresentava-a como “revolução gloriosa contra a tirania ignominiosa do governo Floriano, ditatorial, retrógrado, anárquico, prepotente e homicida”.³³³ Outros redatores também exaltavam as “hostes de valentes destemidos e denodados defensores de sua honra vilipendiada; de sua propriedade saqueada” que se levantavam para lutar pelas “infelizes mães, inconsoláveis viúvas, desamparados filhos” aos quais os tiranos levavam “o luto e a dor, a infâmia e a desonra”.³³⁴ E instigavam o apoio e a participação popular naquela santa causa, de modo a evitar que se reduzisse “a um caos a família catarinense, nodoando os seus lares com a desonra de suas patrícias, com o assassinato de seus membros”.³³⁵ Ou, se eventualmente reproduzia a narrativa a partir de jornais governistas, alertava para as estratégias de encobrimento da verdade.³³⁶

Simultaneamente o jornal publicava o manifesto de Lorena ao povo catarinense, bem como publicaria posteriormente os demais manifestos dos chefes do movimento.³³⁷ O mais importante e polêmico deles sem dúvida foi o de adesão à Revolta da Armada por parte de Saldanha da Gama, que afirmava sua simpatia pela monarquia e acabava por dar mais armas aos legalistas, que já acusavam o movimento revolucionário de pretender a restauração. Ao Governo Provisório coube rebater tal proclamação, afirmando que “a guerra ao marechal Floriano **não tem intuítos restauradores**, nem pessoais, sua função é sustentar a Constituição e a República”. Ia além, dizendo ainda que aqueles que tinham intenções de restauração não deveriam lutar ao lado deste governo.³³⁸ O jornal também procurava desmentir tais acusações,

³³² *O Estado*, Desterro, 17/set/1893, p.1.

³³³ *O Estado*, Desterro, 01/out/1893, p.1-3.

³³⁴ *O Estado*, Desterro, 07/nov/1893, p.1.

³³⁵ *O Estado*, Desterro, 05/nov/1893, p.1.

³³⁶ *O Estado*, Desterro, 10/out/1893, p.2.

³³⁷ Custódio de Mello, Silva Tavares, Eduardo Wandenkolk, Gumercindo Saraiva, entre outros.

³³⁸ *O Estado*, Desterro, 17/dez/1893, p.1.

tentando fazer crer que aquele manifesto restaurador era apócrifo, não de Saldanha da Gama,³³⁹ e que fora idealizado pelo marechal para desmerecer a revolução.³⁴⁰ Por fim, invertia as acusações e apontava os adversários como aqueles que corrompiam a Constituição e se diziam conservadores da república.³⁴¹ Muitos desses artigos de denúncia contra Floriano e contra a atitude dos generais legalistas eram transcrições assinadas por grandes políticos como Ruy Barbosa, Epitácio Pessoa, deputados J. Seabra, Anfriso Fialho e Antão de Faria, tendo havido até um assinado pelo espírito do marechal Deodoro da Fonseca.³⁴²

De qualquer forma, *O Estado* continuou como órgão oficial do governo catarinense. Publicava, porém, os atos oficiais do Governo Provisório e as ordens do dia da Guarda Nacional. Apesar do grande espaço ocupado pela publicação oficial, e talvez justamente por isso, no começo de 1894, o jornal assumiu uma postura mais jornalística na configuração das páginas, separando e identificando as diversas partes em “editorias”. Passou a dividir-se em: oficial, *O Estado* (correspondendo aos editoriais corroborados pela redação), telegramas, notícias diversas, folhetim, variedades, de tudo um pouco, solicitadas, editais e anúncios (sendo que os três últimos sempre foram destacados do restante dos textos).

Como consequência, diminuiu o número e o espaço das colunas e seções, embora elas continuassem responsáveis pela manutenção do traço irônico. Nesse período existiram: as *Ferroadas*, *Sombrinhas* e *Nomes próprios* com caricaturas sobre os chefes republicanistas, assumidas respectivamente por J.B.Mallat, Bosco e Dario; as *Para a história* e *Crônica*, sem assinatura; e uma coluna de crônicas irônicas e satíricas, sem título, escrita por Um cronista. Não apareceram fábulas e as correspondências e transcrições giravam em torno do desenrolar dos acontecimentos revolucionários. Predominavam os artigos argumentativos, embora também houvesse muita narração, principalmente dos atos oficiais, das batalhas e das recepções calorosas com que o povo catarinense agradava os grandes chefes do movimento revolucionário. Era principalmente nesses comentários sobre as festas e

³³⁹ *O Estado*, Desterro, 25/jan/1894, p.2.

³⁴⁰ “No firme propósito de tornar antipática a causa da revolução, desvirtuando os seus intuítos, todos os dias solenemente afirmados por seus chefes, o marechal ditador e seus partidários não têm trepidado em lançar mão dos mais ignóbeis meios e criminosamente persistem em sua ativa campanha de difamação. (...) Agora a revolução não só é restauradora como está sendo auxiliada por nações europeias, quando seu caráter é genuína e exclusivamente republicano.” *O Estado*, Desterro, 17/fev/1894, p.1.

³⁴¹ *O Estado*, Desterro, 13/fev/1894, p.1.

³⁴² *O Estado*, Desterro, 01/jun/1893, p.1

saraus que se abria espaço para as “digníssimas filhas e diletas esposas”. Tratava-se de moças e senhoras patrióticas preocupadas com a convecção de bandeiras ou fardas para os batalhões, com a realização de quermesses para arrecadar fundos para os combatentes, com as subscrições para providenciar ataduras aos feridos, com a organização de festas para receber os valorosos soldados, com a declamação de poesias para alegrá-los e a entrega de flores e brindes para honrá-los. De qualquer forma, era apenas a extensão do seu papel privado de mãe amorosa e esposa amantíssima, educadora dedicada e enfermeira zelosa, boa anfitriã e dona-de-casa.³⁴³

O principal tema se tornou o Governo Provisório, a Revolução, especialmente os episódios que se desenrolavam no estado, e seus líderes. Por oposição, o governo federal também ganhou importância e sua figura principal – Floriano Peixoto – passou a ocupar um espaço enorme, sempre em artigos negativos, com uma imensa deformação, muitas comparações e, obviamente, uma completa oposição quanto aos “defensores do povo”. Apareciam ainda apelo emocional e tom moralista, além da reafirmação constante da vitória próxima – em parte explicada pelo avanço do movimento e pelos sucessos no Paraná, sem esquecer seu papel unificador, tentando evitar o desmembramento da revolução com a imagem dessa conquista iminente. O jornal tratava ainda dos republicanistas, principalmente nas colunas, onde eram deformados e criticados por preferirem ficar ao lado do “tirano” em vez de apoiar a causa do “povo sofrido”. E falava do governo estadual, em discursos sempre preocupados com a ruptura entre federalistas prós e contrários ao ten. Machado. Daí ter substituído sua postura tradicional de dedicar pouco espaço à administração estadual para gastar muitas palavras, exaltando as conquistas dos federalistas, os melhoramentos no estado, os sucessos revolucionários.

Os desentendimentos entre os chefes revolucionários, contudo, aumentavam. As principais dissensões relacionavam-se com a instalação e a organização do Governo Provisório. Enquanto os federalistas gaúchos pretendiam uma administração civil, através de uma junta governativa composta por representantes da Armada, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina,³⁴⁴ o que se constituiu foi um governo único, militar, centralizador e sem representação nem gaúcha nem catarinense. E isso acabou se tornando uma dificuldade inclusive para a imprensa, uma vez que o argumento mais forte contra Floriano Peixoto era seu

³⁴³ Ver, por exemplo, os números 269, 276, 283 e 288 do jornal *O Estado*.

³⁴⁴ CORRÊA, Carlos Humberto. *op. cit.*, p.74-87.

centralismo e militarismo incondizentes com a Constituição e com a república. Como, porém, criticá-los defendendo um governo revolucionário constituído nas mesmas bases? Não é a toa pois que a notícia da sua substituição por uma Junta é apresentada como “instituição de uma verdadeira república”.³⁴⁵

O crescimento das divergências entre os chefes revolucionários foi uma grande preocupação da imprensa. A própria proliferação de notícias sobre o Governo Provisório pode indicar uma tentativa de reerguê-lo, de fortalecê-lo diante das fraturas ideológicas demonstradas. Por isso, o jornal ressaltava a existência de uma comunhão de interesses e projetos que visavam a salvação da Constituição, dos direitos e das liberdades individuais. Destacava a necessidade de união entre todos os inimigos de Floriano, já que esse era o único ponto em que concordavam, apelando para que colocassem “a Pátria, seus direitos e suas liberdades acima de quaisquer ressentimentos a fim de termos as garantias da vitória”.³⁴⁶ E importava-se em avisar que “o momento não é para *dissensões* que nada valem em face da questão pública que aí está pedindo desenlace”. Alertava, por fim, que “todos os inimigos do marechal devem formar um só corpo de luta para abater a tirania”.³⁴⁷ Apesar de todos os sinais, algumas vezes as colunas do jornal ironizavam os desencontros de princípios entre os revolucionários³⁴⁸ ou exaltavam a força da revolução:

Assim havia de acontecer. Escrito estava que as crueldades e os crimes do tirano haviam de encontrar, em uma época que não estava longe, a repulsa esmagadora de um povo inteiro que, cioso de seus direitos, se levantaria um dia formando um só corpo, para defesa do lar e da propriedade ameaçadas e das suas próprias instituições políticas, que o liberticida da Pátria e da República sacrifica para satisfazer seus perversos intuítos, como criminoso inconsciente que é.³⁴⁹

Não só previa a vitória iminente, como ridicularizava a “gloriosa e invencível” esquadra de Floriano. E o fez até início de abril, sem saber que, em poucos dias, essa mesma esquadra acabaria com a revolução. A surpresa com o desenlace pode ser medida pelo calendário que, depois

³⁴⁵ **O Estado**, Desterro, 13/mar/1894, p.1.

³⁴⁶ **O Estado**, Desterro, 10/nov/1893, p.1.

³⁴⁷ **O Estado**, Desterro, 22/mar/1894, p.1.

³⁴⁸ **O Estado**, Desterro, 29/dez/1893, p.1.

³⁴⁹ **O Estado**, Desterro, 11/abr/1894, p.1.

das reformas na diagramação do jornal, informava diariamente os dias restantes de publicação até o final do mês. Esse cronograma apontava diversas edições para abril³⁵⁰ quando a circulação d'*O Estado* foi brutalmente interrompida com a retomada da ilha de Santa Catarina pela chamada “esquadra de papelão”. Depois disso *O Estado* não circularia durante os dois anos seguintes, só retornando em 21 de abril de 1896.

2.4 – A virada florianista: o *República* e a justificativa dos vencedores

Pouco depois do fechamento d'*O Estado*, o *República* voltava a circular, agora de terça a domingo. Permanecia sendo “órgão do Partido Republicano Catarinense” e sendo propriedade de um sindicato jornalístico, sob a direção de Emílio Blum e Antonio da Silva e Oliveira, com gerência de Geraldo Braga e chefia de redação de José Boiteux. Situava-se no número 26 da rua João Pinto e mantinha o mesmo preço das assinaturas e dos exemplares avulsos. Contudo, retornava no dia 21 de abril de 1894 recomeçando a numeração a partir do número 1. Assim, iniciava uma nova fase do jornal e inaugurava um novo período na política e nas disputas simbólicas.

Devido ao estado de sítio e à censura à imprensa, apenas o *República* sobrevivera na capital e tornara-se porta-voz oficial e instrumento do poder imposto. Nele se publicavam os atos oficiais do governo Moreira César, bem como os boletins das tropas e da esquadra florianistas. Por isso, a partir de novembro, o jornal aumentaria seu tamanho, tanto na altura quanto na largura, e acrescentaria mais uma coluna, de modo a atender a grande demanda de publicação. Antes disso, pelos mesmos motivos, por três vezes saíra com seis páginas.³⁵¹

Nesse período imediatamente posterior ao fim do governo revolucionário, grande espaço era dedicado às descrições das batalhas por mar e terra, principalmente daquelas que terminaram como vitórias das tropas legais, embora também aparecessem elucubrações que tentavam provar as vantagens mesmo das vitórias inimigas (na Lapa, por exemplo). No geral, predominaram os comentários narrativos com recuperação histórica dos “tristes e horríveis” acontecimentos da revolução.³⁵² Neles aparecia muita amplificação emocional e vitimização do povo, ao retratar o sofrimento das famílias e a

³⁵⁰ *O Estado*, Desterro, 12/abr/1894, p.1.

³⁵¹ Dias 23, 24 e 25 de agosto de 1894.

³⁵² Nesses artigos aparecia comumente a preocupação em “registrar para a história”, apesar do jornal afirmar que os nomes dos responsáveis por essa “página negra” deveriam ser esquecidos.

brutalidade dos rebeldes – deformados e adjetivados negativamente como bandidos, degoladores, maragatos, calças largas e lombos sujos, piratas, restauradores, monarquistas, gasparistas e sebastianistas, iconoclastas capazes das maiores perversidades, atrocidades e desgraças.³⁵³ Para reforçar e comprovar essas crueldades, tornavam públicas as fotografias dos massacres. Apesar da incapacidade técnica para reproduzi-las como imagem nas páginas do jornal – visto que até mesmo as ilustrações eram raras e repetitivas, aparecendo normalmente nos anúncios –, os redatores descreviam-nas com tintas bem marcadas e depois anunciavam sua exposição no prédio da redação.³⁵⁴

As colunas e seções, que versavam principalmente sobre esse tema, eram: *Crônicas da semana*, escrita por Marion; *Maragateando*, *Diário de um revoltoso*, *Fastos da Revolta*, *Arrebanhando...*, *Croniquetas*, *Busca Pés*, de Pirotécnico, *Foguetes*, de Rojão, e *Coleção Preciosa*, essa com textos documentais. No entanto, todas elas narravam as revoltas e suas repercussões em Santa Catarina a partir da visão republicanista, ou seja, dos vencedores. Assim, responsabilizavam os federalistas pelo número de órfãos e viúvas existentes naquela época, alegando que quem começou a chacina deveria se responsabilizar pela revanche. Ou seja, mostravam-nos como deflagradores da luta armada e tornavam-nos culpados, devido às degolas, por todos os atos de violência praticados pelo governo em represália – isentando-se assim da responsabilidade pelos massacres, prisões e fuzilamentos que tiveram lugar no período de “pacificação”.³⁵⁵ Além disso, silenciavam sobre estes eventos, apesar deles circularem em murmúrios pela cidade,³⁵⁶ afinal, para eles: “à algazarra e cinismo dos revoltosos opôs-se o silêncio

³⁵³ Em oposição a essa imagem dos federalistas, apresentavam-se os líderes republicanistas, principalmente os que lutaram na guerra civil, personificados, valorizados, adjetivados como heróicos, patriotas e legalistas, construídos como os “verdadeiros republicanos”.

³⁵⁴ Por exemplo, fotografias sobre as degolas federalistas em **República**, Desterro, 11/jul/1894, p.1.

³⁵⁵ Depois da vitória sobre a revolução, retratavam-nos como “homens perdidos, incapazes de uma regeneração descidos ao último grau da abjeção, do erro e da loucura.” **República**, Desterro, 22/jun/1894, p.1.

³⁵⁶ Ver: SCHUTEL, Duarte. **A república vista do meu canto**. Florianópolis: IHGSC, 2002. Mas esses murmúrios também podem ser percebidos nas entrelinhas do *República*, como no trecho a seguir, que deixa entrever que os federalistas não tinham se calado e que a população devia tender a crer neles, uma vez que o jornal se preocupava em desmentir, em lembrar que os responsáveis foram os maragatos. “Sim, é preciso que abroquelemos o governo com as muralhas de nossas constantes adesões, e *au jour le jour* façamos ver ao povo que outro fim não visa a retórica sutil dos egressos da prisão se não fazer crer que eles são mártires da liberdade, **quando nem esta nem a República estão com eles, mas sim conosco**, que somos seus fiéis soldados”. **República**, Florianópolis, 20/out/1894, p.1.

da justiça”.³⁵⁷ Contudo, era mais um silêncio de medo do que de tranquilidade, visto que se há democracia e liberdade de expressão, o normal é que haja vozes dissonantes, não que não haja outras vozes além da oficial.

Esse silêncio somente seria rompido em abril de 1898. Para contrapor-se aos editoriais d’*O Estado*, que comentavam sobre os acontecimentos violentos da “pacificação”, o *República* trazia a luz uma série de artigos visando negar os fuzilamentos ou então, justificá-los a partir das degolas.³⁵⁸ Tentava escusar-se de qualquer das violências cometidas desde o fim da revolução, afirmando categoricamente que: “ainda não se deu no Estado o menor atentado à vida dos nossos adversários, por atos políticos, de que fosse mandante um dos chefes da nossa agremiação”.³⁵⁹ Ou então buscava redimir seus partidários isoladamente, como fez com Araújo Coutinho, acusado de ter delatado um dos fuzilados, explicando que ele, ao contrário, tentara soltá-lo.³⁶⁰

As vitórias legalistas, a ridicularização dos “maragatos” e a exaltação de Floriano também estavam presentes nas inúmeras correspondências e transcrições de 1894, nas quadrinhas irônicas de O. Simões intitulada *Choradeiras*, e nos poemas ao Marechal de Ferro. Ou ainda na proclamação do fim da revolta, negando os boatos falsos e desesperados de que ela continuava e preparava nova invasão (o que de fato ocorreria), e nas celebrações de diversas datas consideradas de conquistas republicanistas – como a “revolução de julho” que comemorava a invasão da capital e o governo paralelo de Hercílio Luz.

Diante da insistência desse tema, torna-se importante considerar o significado que se atribuía aos termos “revolta” e “revolução” na época. Desde o início da vida republicana, a ideia de “revolução” foi percebida como uma ameaça e, simultaneamente, como um recurso válido quando as leis fossem violadas.³⁶¹ Esse pensamento estava presente também nos jornais, basta ver-se que *O Estado* defendia o “dever de revolta todas as

³⁵⁷ *República*, Desterro, 05/jun/1894, p.1. Ver anexo 1.4.

³⁵⁸ Contudo, os artigos repetiam sempre os mesmo três ou quatro casos de degolas. Veja-se, por exemplo, *República*, Florianópolis, 26/abr/1898, p.1, anexo 1.7.

³⁵⁹ *República*, Florianópolis, 06/dez/1898, p.1. No entanto, chegaram a desejar vingança: “É preciso não termos consideração para com os rebeldes, para aqueles que não trepidaram em desmoronar a República, tentando implantar a anarquia e a desordem”. *República*, Desterro, 19/mai/1894, p.1. E não consideravam bastante as punições de Moreira César: “E a primeira medida que se impõe, lógica, inadiável, é a punição daqueles que, escapando à jurisdição militar, estão contudo sujeitos ao poder civil. Ou seja, era preciso ainda puni-los com processos que, no princípio de 1895, denunciariam 65 federalistas, pelo menos três dos quais já estavam mortos. *República*, Florianópolis, 24/out/1894, p.2.

³⁶⁰ *República*, Florianópolis, 16/dez/1898, p.2.

³⁶¹ GUTFREIND, Ieda. *Apud* ROSSATO, Luciana. *op. cit.*, p.29.

vezes que a autoridade sair fora da lei”.³⁶² Ou que o *República* afirmava que “o supremo remédio dos povos assim oprimidos é a revolução, esse bálsamo que cicatriza na praça pública as feridas da tirania”.³⁶³ Essa afirmação aproxima-se da diferenciação estabelecida por Duarte Schutel:

Já dois fenômenos vinham indicando uma nova feição, quando de simples revolta se fez a revolução. Em terra era o povo armado que combatia a tropa de linha ao serviço do governo. No mar era a Armada que jurava a queda do déspota e nada aceitava para si. (...) a ideia da destruição do poder da espada no governo do país, como o resultado de toda esta sangrenta e desoladora campanha. Mais nobre, mais honrosa, mais justificativa é esta feição, que torna política e correta a Revolução de 93. Não é o soldado revoltado que combate o soldado da tirania – é o povo armado que repele o soldado quando ele o embarça. Não é a Marinha que se levanta para partilhar o poder: é a Armada Nacional que derriba o governo para que nele entre o possuidor de direito. O verdadeiro soberano sente que se vai quebrar a espada que o afastava do governo e prepara-se para tomá-lo em suas mãos. É o povo que marcha para o poder.³⁶⁴

Seguindo o seu raciocínio, pode-se perceber que a diferença entre “revolta” e “revolução” estava na participação popular e na justificativa para o movimento de oposição ao governo: a queda da tirania, do poder militar. Estava ainda na atuação desinteressada das forças revolucionárias que “nada aceitava para si” e lutava pelo bem maior, para instaurar no poder o “verdadeiro soberano”, o seu “possuidor de direito”. Ou, nas palavras d’*O Estado*, a revolução resumia-se “pela entronização do verdadeiro governo republicano democrático”.³⁶⁵ A partir dessa definição pode-se compreender melhor a aplicação que cada jornal fazia desses termos. Uma vez que uma revolução precisa ter “por fanal e guia os mais puros sentimentos de patriotismo na reconquista dos direitos dos povos”,³⁶⁶ e que os federalistas eram “rebeldes que se

³⁶² *O Estado*, Florianópolis, 26/abr/1896, p.1.

³⁶³ *República*, Desterro, 03/set/1893, p.1.

³⁶⁴ SCHUTEL, Duarte. *op. cit.*, p.77-78. (grifos nossos)

³⁶⁵ *O Estado*, Desterro, 04/fev/1894, p.1.

³⁶⁶ *República*, Desterro, 03/set/1893, p.1.

adornavam com o título de revolucionários”,³⁶⁷ obviamente o *República* não consideraria a Revolução Federalista como uma verdadeira revolução. Daí preferir aplicar a esse movimento a palavra “revolta”, com sentido pejorativo. “Revolução” apenas as que se referiam aos acontecimentos franceses de 1789, ou ao episódio da tomada da capital, aos quais eles atribuíam serviços prestados à Pátria. Já nas páginas d’*O Estado*, “revolta” e “revolução” apareciam como sinônimos, ambos se aplicando ao movimento de 1893. Contudo, nunca ao episódio da invasão, ao qual chamavam “emboscada”.

Ainda assim, falava-se repetidas vezes em perdão e esquecimento.³⁶⁸ Contudo, ao mesmo tempo, reforçava-se a necessidade da memória sobre essas “revoltas cruentas”. E, com o escopo de evitar que elas se repetissem no futuro, inscrevia-as na história com uma forte recriminação sobre quem as ocasionou, impedindo ao deflagrar a guerra civil que a pátria se engrandecesse e que as instituições se fortalecessem. Daí, posteriormente, a forte oposição e ressentimento quanto à aprovação da anistia, interpretada como uma precipitação do presidente Prudente de Moraes³⁶⁹ e uma volta dos revolucionários “ao poder que não puderam destruir pela força”, levando os legalistas a abandonarem a situação “que fundaram na defesa e para a defesa das instituições por aqueles mesmos diretamente atacadas”.³⁷⁰

Por fim, sobre esse assunto tão recorrente nessa segunda fase do *República*, é preciso lembrar ainda que é justamente nessa imensa quantidade de material jornalístico que se encontram as indicações de que essas imagens se tratavam mais de representações construídas com o intuito de legitimação política do que de narrações sobre os acontecimentos em si. Analise-se, por exemplo, os seguintes trechos do depoimento de Emílio Blum:

(...) eu que tive por chefe durante seis meses o general Carneiro e por inimigos as forças de Gumercindo Saraiva, de quem fui prisioneiro, não

³⁶⁷ **República**, Desterro, 21/abr/1894, p.1.

³⁶⁸ “Esquecido o passado, só almejamos que tantos sofrimentos porque passou a sociedade brasileira durante essas revoltas cruentas desde 1891 nesta parte sirvam de lição às gerações vindouras a fim de que evitem a guerra civil e enveredem pela estrada da paz.” **República**, Florianópolis, 26/out/1895, p.1 e 2.

³⁶⁹ “O presidente não percebeu que a reintegração dos vencidos na comunhão política da República, antecipando a ação moderada do tempo e dos sentimentos, com todas as regalias anteriores, como se nada houvera acontecido, segundo a índole da anistia, se por um lado não apagara neles os desejos mal contidos de desforras, acendia nos vencedores os mesmos ódios que a vitória diminuía.” **República**, Florianópolis, 13/jan/1898, p.1.

³⁷⁰ **República**, Florianópolis, 14/jan/1898, p.1.

venho produzir argumentos por informações, venho apenas trazer ao Congresso aquilo de que fui testemunha presencial.

(...) tendo sido um dos capitulados da heróica Lapa, escapei à degola, não por falta de vontade de muitos membros do exército *soidisant* libertador, mas, e nisto v.ex. vai ver que não tenho ódios e sei fazer justiça, mas sim devido ao chefe revoltoso Laurentino Pinto que a isso se opôs, aconselhando-me até que evitasse o contato com a gente do Gumercindo Saraiva, verdadeiros facínoras a quem ele não podia dominar.³⁷¹

A partir das próprias afirmações do chefe republicano pode-se perceber que, se ele foi prisioneiro e saiu vivo, dizer que os federalistas não poupavam prisioneiros e degolavam todos se torna, no mínimo, um exagero. Além disso, o trecho seguinte mostra que foi um dos chefes federalistas que lhe permitiu escapar. Daí se conclui que muitas das afirmações sobre a maldade e a impiedade dos federalistas eram generalizações a respeito das atitudes de alguns grupos. Ou seja, eram construções discursivas que visavam transformar os adversários num grupo homogêneo e atribuir-lhes uma imagem negativa.

Sem deixar de tratar dos episódios revolucionários, a partir de agosto de 1894 o *República* voltava a tratar de assuntos corriqueiros da cidade, por vezes, exigindo alguma atuação mais firme das autoridades, como no caso dos gêneros de primeira necessidade, da carestia, e dos problemas com a água, as ruas ou doenças. Outra preocupação desse mês foi a convocação do eleitorado às urnas, para votar nos chefes republicanos. Seguida pela exaltação da administração ordeira e pacífica de Hercílio Luz, frisando a volta da legalidade e da constitucionalidade, em oposições entre o novo e o velho governo. Congratulavam-se com a “passagem de um estado verdadeiramente intolerável para outro tão cheio de lisonjeiras esperanças. Motivo de irresistível júbilo: estávamos no escuro e eis que jorra a luz!”³⁷²

Temática importantíssima dessa fase foi também a mudança de nome da capital para Florianópolis. A primeira menção a ela apareceu em 18 de maio. Nos números anteriores, porém, já transparecia a campanha em prol da alteração: vários poemas se referiam à volta da

³⁷¹ *República*, Florianópolis, 18/set/1895, p.1.

³⁷² *República*, Desterro, 03/mai/1894, p.2

luminosidade e da ordem à Ondina.³⁷³ Depois disso houve muitos artigos defendendo-a, num apoio explícito do jornal, que não apenas reportava o que se decidira a respeito, como também defendia e divulgava a ideia em tom de apologia. Mais que isso, publicava todos os telegramas favoráveis para autorizá-la e legitimá-la, mostrando a decisão das intendências como vontade do povo. Talvez seja justamente a versão do *República* para tal adoção³⁷⁴ e sua visão sobre si mesmo como representante da opinião pública estadual³⁷⁵ que fizeram Jali Meirinho acreditar e tentar fazer crer que se tratava de um “processo democrático”.³⁷⁶

Além disso, os redatores opunham os dois nomes como se se tratassem de duas cidades diferentes, duas antíteses perfeitas. Desterro não poderia mais indicar a capital catarinense porque significava: rebeldia, regime decaído, restauração monárquica, entronização do parlamentarismo. Deveria, portanto, ser eliminada por contrariar o sistema republicano.³⁷⁷ Florianópolis, ao contrário, seria a cidade de Floriano, do imortal cidadão que “consolidou a República dos Estados Unidos do Brasil, **esmagando os restauradores** e aniquilando a impatriótica e monstruosa revolta da pirataria, do saque e dos horrores inauditos”,³⁷⁸ logo, seria índice do futuro, do progresso, da ordem e da paz. Assim, “se Desterro foi a sede do governicho revolucionário... Florianópolis não exprimiria o passado angustioso por que viveu nossa terra” ao contrário, atestaria “a vida autonômica decorrente do estatuto fundamental da nação, **a sinceridade pela República em todos os sentidos**”.³⁷⁹

³⁷³ Referência às duas tentativas anteriores – 1888 e 1892 – de mudar o nome da capital de Desterro para Ondina.

³⁷⁴ “(...) em reunião popular efetuada nessa capital, a que concorreu o Partido Republicano, com assistência de sua comissão executiva, foi aceita unanimemente, com aplausos gerais, a indicação feita por V. Ex. de ser mudado o nome dessa capital para o de Florianópolis”. **República**, Desterro, 19/jun/1894, p.1.

³⁷⁵ “A opinião favorável à grande causa que teve por epílogo a salvação da República (...) traduz-se pela voz da imprensa, não na linguagem da imprensa revolucionária, (...) mas da imprensa que aspira a foros de civilizada” **República**, Desterro, 13/jun/1894, p.1

³⁷⁶ Meirinho apresenta essa alteração como um processo democrático, com consulta de opinião e com debate de cinco meses envolvendo a imprensa e segmentos representativos da sociedade. MEIRINHO, Jali. *op. cit.*, p.115. Esquece-se, porém, que o “debate” pela imprensa transcorreu por órgão único que representava o governo; que não houve nenhuma consulta para avaliar a vontade popular e que as repercussões da “pacificação” ainda se faziam sentir fortemente na cidade. Logo, esse debate transcorreu num âmbito bastante restrito. Além disso, se houvesse sido tão consensual, não haveria tantas resistências.

³⁷⁷ **República**, Desterro, 02/jul/1894, p.2.

³⁷⁸ **República**, Desterro, 21/jul/1894, p.2.

³⁷⁹ **República**, Desterro, 03/ago/1894, p.1.

Tão logo a lei que alterou o nome da capital foi aprovada, o jornal alterou seu cabeçalho para Florianópolis, 02 de outubro de 1894. Mais que isso, mudou até o nome do navio da companhia Loyd de “Desterro” para “Florianópolis”, embora a empresa mantivesse a alcunha original. Logo, porém, os indícios de resistência ao novo nome transpareceriam. Primeiro, a recomendação do governador para que não fossem aceitos documentos dirigidos de “Desterro”.³⁸⁰ A seguir, a crítica aos jornais que, como o *Correio da Manhã*, não adotavam “Florianópolis” em seus cabeçalhos, substituindo-o por “Capital”.³⁸¹ E as ironias quanto à não-aceitação do nome por seus adversários: “Florianópolis, em idioma de burro, em que se publica *O Estado*, diz-se ‘capital’.”³⁸² Ou enfim, a informação de que o ministro da Fazenda daria uma ordem para as repartições públicas que lhe eram subordinadas no sentido de “ser estritamente observada a lei nº 111, de 1º de outubro de 1894”.³⁸³ Isto é, mesmo quatro anos depois de tal alteração, ainda havia resistência dentro do próprio governo em aceitá-la.

Já para *O Estado* e seus redatores tal resistência era comum e se dava principalmente através da não utilização do novo nome. O cabeçalho do jornal, quando retornou, era Capital e data. Os artigos e as notícias referiam-se sempre à “capital” nunca ao seu nome, a não ser que fosse o caso de uma confrontação aberta ou de uma ironia, como quando um colunista constatou a representação republicanista segundo a qual a partir de 1894, “Desterro é nome feio e quem o pronuncia não pode ser republicano”.³⁸⁴ Ou quando se afirmava que a nova nomenclatura “foi imposta ao nosso povo” num momento em que “nem ao menos tínhamos a liberdade de protestar contra essa tirânica arbitrariedade”.³⁸⁵ Quanto às ironias, as mais comuns passavam por atribuir outros nomes à capital – como Monopolópolis,³⁸⁶ “algo”polis³⁸⁷ – ou usar nomes semelhantes para outras cidades. Ou ainda, por questionar se a missa seria “celebrada para ‘Nossa Senhora de Florianópolis?’”.³⁸⁸

Após a posse dos candidatos eleitos, a publicação oficial aumentou. Em 1895, o *República* divulgava os atos do governo estadual

³⁸⁰ **República**, Florianópolis, 12/out/1894, p.1.

³⁸¹ **República**, Florianópolis, 04/set/1895, p.1.

³⁸² **República**, Florianópolis, 25/ago/1898, p.2.

³⁸³ **República**, Florianópolis, 21/dez/1898, p.1.

³⁸⁴ **O Estado**, Florianópolis, 30/abr/1896, p.1.

³⁸⁵ **O Estado**, Florianópolis, 03/jul/1896, p.2. Ver anexo 2.5.

³⁸⁶ **O Estado**, Florianópolis, 05/mai/1896, p.1.

³⁸⁷ **O Estado**, Florianópolis, 28/nov/1896, p.1.

³⁸⁸ **O Estado**, Florianópolis, 04/fev/1897, p.1.

e municipal, os projetos e as discussões da Assembleia Legislativa, os editais dos órgãos públicos e os acórdãos do Tribunal de Justiça.³⁸⁹ Isso, acrescido do terço de página do folhetim,³⁹⁰ deixou pouco espaço para artigos políticos – exceto para os mais importantes. Passaram a prevalecer os documentos oficiais e as notas. Era nelas que aparecia a preocupação com o aspecto civilizatório: os melhoramentos urbanos, a higiene, os comportamentos sociais. Reclamava-se e exigia-se solução para: o rio da Bulha, os cães vadios, as carroças de excremento, a venda de produtos alimentícios, as ruas mal-calçadas, as casas velhas/feias/pegadas umas às outras, o cemitério, o lazareto, as epidemias, a casa correccional e até os meninos vadios que soltavam pipa em vez de estudar.

Depois disso não é possível saber exatamente qual foi a configuração do jornal nos dois anos seguintes, visto que todos os exemplares do ano de 1896 desapareceram do acervo e os de 1897 não constavam nele. Nesse intervalo, em virtude dos acontecimentos nacionais e da postura assumida diante deles pelo PRC, o *República* mudou seu subtítulo para “órgão do Partido Republicano Federal”.³⁹¹ O PRF, criado em 1893 com participação de representantes catarinenses, tinha por intuito criar um partido nacional que reafirmasse o presidencialismo e se preocupasse com as candidaturas à presidência, visando especialmente substituir Floriano. Com uma bandeira muito ampla, recebeu diversas tendências e interesses políticos, alguns até contrapostos entre si.³⁹² Talvez por isso, *O Estado* anunciasse que era “fatal a queda desse partido”,³⁹³ e criticasse a influência que seu líder

³⁸⁹ Era tanto material oficial que, por vezes, o jornal saiu em duas edições no mesmo dia. Veja-se *República*, 2.ed., Florianópolis, 27/jul/1895, p.1-3, que trazia na íntegra o pronunciamento do governador Hercílio Luz na abertura do Congresso Representativo do Estado. Mensagem posteriormente publicada em alemão e italiano.

³⁹⁰ A escolha do folhetim podia ter cunho político. Em novembro de 1894, o *República* passou a publicar uma história que tratava dos caudilhos no México, intitulada “Caudilhos e guerrilheiros”, numa aproximação com os eventos revolucionários. Além disso, apareciam anúncios de peças teatrais com temas relacionados ao período.

³⁹¹ Contudo, a partir de meados de fevereiro, tornar-se-ia “órgão do Partido Republicano”, justificando tal mudança como uma continuidade: “(...) conservaremos o subtítulo de – **órgão do partido republicano – porque é o nosso partido, que nunca teve outro nome**, nem o terá, por exprimir exatamente os nossos sentimentos políticos e porque com ele fomos sagrados nos dias angustiosos da adversidade, em que, com a coragem dos fortes e convictos, tivemos de lutar enfrentando, vencendo-a afinal, essa horda de aventureiros de todos os matizes, congregados em partido com o único intuito de escalar o poder e entregar nossa querida Pátria ao saque de bandidos assalariados.” *República*, Florianópolis, 15/fev/1898, p.1.

³⁹² Ver: WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. (Coleção História)

³⁹³ *O Estado*, Florianópolis, 24/mai/1896, p.1.

Francisco Glycério tinha sobre Prudente de Moraes,³⁹⁴ o qual ajudara a eleger sem a participação de grande parte do país.³⁹⁵

Através d'*O Estado* pode-se acompanhar os eventos que levaram a efetiva cisão do partido, em meados de 1897, e assim compreender a postura assumida pelo *República* daí em diante.³⁹⁶ A tensão aumentava devido aos episódios de Canudos e à pressão dos florianistas. Em maio, a Escola Militar revoltava-se. A repressão foi forte: oficiais presos, 165 alunos desligados, os demais desarmados. No Congresso as opiniões se dividiram. A moção Seabra, para apoiar a decisão de Prudente de Moraes, não foi aprovada, mas a oposição de Francisco Glycério a ela acabou por levar a um rompimento entre eles e, conseqüentemente, a uma cisão partidária entre prudentistas e gliceristas.³⁹⁷ O PRC ficou ao lado destes. Justificava tal posicionamento como uma defesa do regime presidencial e do pacto entre estados e União, mas contra o atual governo central. Colocavam-se assim como “oposição leal e enérgica”, contrária ao grupo heterogêneo que cercava e se submetia “aos caprichos do presidente”.

Daí apontarem Prudente como o chefe de Estado mais funesto que o Brasil já teve.³⁹⁸ Daí começarem o ano de 1898 gastando muitas páginas do *República* para tratar do atentado ao presidente,³⁹⁹ logicamente, defendendo os membros do PRF supostos de estarem envolvidos nele. Daí publicarem o relatório policial na íntegra, acusando-o de espalhafatoso e denunciando a “perversidade do seu autor”. Daí darem publicidade a todas as decisões judiciais e pareceres contrários à visão prudentista. E atribuírem o novo estado de sítio, em decorrência do atentado, à necessidade do presidente de “perseguir, prender e desterrar os que vêm pregando a República desde o

³⁹⁴ “A que estado de decadência chegou o Brasil tornando possível a um rábula ignorante e desmoralizado tomar a direção política e financeira do país. (...) De fato, o governo está moral e virtualmente dissolvido. Ele não representou nunca o país e lhe é completamente estranho”. **O Estado**, Florianópolis, 14/jul/1896, p.1.

³⁹⁵ Os moradores de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, de capitais dos estados do norte, da capital federal e do Rio de Janeiro não participaram da eleição presidencial por estarem sob estado de sítio.

³⁹⁶ *O Estado* comemorava o fato do PRF não estar mais nas graças de Prudente de Moraes, dizendo que a moção Seabra teria apenas acentuado o “desacordo que procurava disfarçar”. **O Estado**, Florianópolis, 03/jun/1897, p.1.

³⁹⁷ Ver: WITTER, José Sebastião. *op. cit.*, p.113-133; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**: jacobinismo – ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986. p.44-57.

³⁹⁸ **República**, Florianópolis, 24/fev/1898, p.1.

³⁹⁹ Ocorrido em 05 de novembro de 1897. Ver: QUEIROZ, Suely R.R.de. *op. cit.*, p.59-80

Império".⁴⁰⁰ Daí, por fim, divulgarem todo o extenso manifesto do vice-presidente Manoel Vitorino, intitulado "À minha pátria".⁴⁰¹

Provavelmente foi pelos mesmos motivos e pela aproximação do grupo glicerista dos políticos jacobinos, que, nesse período, se acentuaram as tendências jacobinas⁴⁰² do jornal. Seu primeiro sinal foi a constante e insistente exaltação de Floriano Peixoto, que era fortemente sentida desde a vitória sobre o movimento revolucionário. Não foi à toa que os republicanistas defenderam um nome que homenageasse "os inolvidáveis serviços" prestados pelo vice-presidente – que lhes possibilitara a eliminação dos adversários rebeldes – para substituir "Desterro". Nem que jamais se esquecessem de exaltar o "morto imortal", afinal, era "mister lembrar a grandeza da data (...) anunciando a salvação da República". Ou que ressaltassem "como se propaga, cada vez mais **a admiração dos brasileiros republicanos** pela memória sagrada do **aniquilador dos últimos Abencerragens (sic) da monarquia**".⁴⁰³

Outro sinal era a exaltação do exército, principalmente de sua intervenção salvadora "no momento supremo em que correr grave risco a existência da instituição política ou em que um grande perigo ameaçá-la".⁴⁰⁴ Em especial, o perigo da restauração, uma vez que, na sua visão, as instituições republicanas ainda não estavam consolidadas e corriam riscos frequentes. Também eram sinais a percepção da anistia como uma traição e a crítica aos portugueses por terem dado refúgio aos revoltosos ao fim da revolta.⁴⁰⁵ Ou ainda a colocação dos nomes dos inimigos políticos em letra minúscula, recurso típico dos jornais jacobinos.⁴⁰⁶ Essa tendência era percebida, porém, mais claramente na defesa acirrada de que somente eles eram os "verdadeiros republicanos", de que apenas as suas atitudes eram corretas, e de que todos os seus inimigos eram, inevitavelmente, "restauradores", bem como no direito que se arrogavam de dar atestados de "bons ou maus cidadãos". Contudo, é necessário ressaltar que, no caso dos republicanistas catarinenses, trata-se de uma tendência ao jacobinismo, não de um agrupamento igual aos jacobinos cariocas descritos por Suely de Queiroz. Em Florianópolis não

⁴⁰⁰ **República**, Florianópolis, 18/ago/1898, p.1.

⁴⁰¹ Entre 08 de março e 24 de abril de 1898.

⁴⁰² Sobre as características dos grupos jacobinos ver: QUEIROZ, Suely R.R.de. *op. cit.*, p.81-153.

⁴⁰³ **República**, Florianópolis, 13/mar/1898, p.1.

⁴⁰⁴ **República**, Florianópolis, 05/nov/1895, p.1. Ver anexo 1.6.

⁴⁰⁵ **República**, Desterro, 17/jul/1894, p.1.

⁴⁰⁶ Por exemplo, **República**, Florianópolis, 15/abr/1898, p.2 ou **República**, Florianópolis, 26/abr/1898, p.2. (anexo 1.7).

se promoviam *meetings* e passeatas para incentivar os populares a cometer ações radicais e violentas, apesar de, eventualmente, ocorrerem agressões e empastelamentos contra os federalistas. Tampouco o discurso do PRC defendia um governo autoritário, militarista, etnicamente exclusivista (até porque era composto em grande parte por descendentes de alemães), nem era propriamente nacionalista e protecionista das atividades econômicas.

Outro assunto em que aparece claramente seu posicionamento político seguindo a corrente glicerista foi a eleição presidencial. O *República* apresentava da seguinte forma o pleito de março:⁴⁰⁷ Lauro Sodré foi indicado por um “imprevisto” na convenção do PRF, não representando a opinião republicana nacional, enquanto Campos Salles demonstrava correção na sua visão republicana, mas não deveria ser votado, devido ao estado de sítio e à pressão exercida em seu favor por Prudente de Moraes.⁴⁰⁸ Logo, para os republicanistas, a única atitude digna era a abstenção.⁴⁰⁹ Diante disso, a campanha de Campos Salles em território catarinense foi encampada e apoiada pelos federalistas anistiados,⁴¹⁰ e um número razoável de catarinenses foi às urnas.⁴¹¹ Contudo, o resultado tornar-se-ia outro motivo de polêmica. O jornal, a princípio, apresentava pouquíssimos votos em todas as seções eleitorais, comentando “o fiasco medonho” dos adversários.⁴¹² Em geral, apareciam cinco votos em branco, inclusive nas seções onde não compareceram eleitores: eram os votos dos mesários. Mas o *República*

⁴⁰⁷ *República*, Florianópolis, 10/fev/1898, p.1.

⁴⁰⁸ “É pena que o dr. Campos Salles tenha para garantia de sua eleição um estado de sítio. (...) receber a imputação perfeitamente cabível de que foi eleito pela pressão do seu antecessor que patrocinava sua candidatura.” *República*, Florianópolis, 09/jan/1898, p.1.

⁴⁰⁹ “É contra esse funesto precedente [o estado de sítio] que protestamos, nos abstendo de votar, por nos parecer em consciência que não nos é lícito concorrer a um ato público de tamanha magnitude quando sentimos que ele se realiza sem a liberdade e as garantias que tornam honroso e eficaz o direito de voto.” *República*, Florianópolis, 26/fev/1898, p.1.

⁴¹⁰ A intenção dos federalistas era retornar ao poder estadual, contudo, a “política dos governadores”, instituída nos anos de 1898 a 1902 por Campos Salles, esvaziaria essa perspectiva ao legitimar as situações eleitas dentro de cada estado em troca do apoio das bancadas no Congresso. Não obstante, o preço pago pelos republicanistas pela abstenção foi a imposição de abrigarem no interior do seu partido os federalistas remanescentes. CHEREM, Rosângela. *Os faróis do tempo novo*: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. p.204-205. Essa adesão consolidou-se nas eleições de 1906, quando os ex-federalistas Abdon Batista (vice-governador) e Elyseu Guilherme da Silva (deputado federal) integraram a chapa do PRC.

⁴¹¹ O resultado oficial computou quase 4 mil votos, apesar do *República* ter passado mais de um mês ridicularizando os federalistas por não alcançarem sequer 3 mil votos.

⁴¹² *República*, Florianópolis, 02/mar/1898, p.1.

negava essa prática apresentando o nome de um mesário da capital que votara em Campos Salles. De resto, mostrava poucos votos em comparação ao número de eleitores⁴¹³ e atribuía a maior parte da “votação insignificante” à simpatia pela candidatura, nunca à força federalista no estado,⁴¹⁴ aos quais apontava como “partido quase extinto”. Dizia que muitos votos vieram dos socialistas ou de republicanistas que decidiram não se abster, e afirmava que muitos federalistas se recusaram a votar ou o fizeram contrariados, uma vez que “a plataforma eleitoral do ilustre sr. dr. Campos Salles, porque está vazada nos moldes do republicanismo presidencialista” era seguida “pela opinião republicana catarinense” e por isso mesmo estava “em completo antagonismo com esse corpo anômalo de doutrinas, compendiado para uso do maragatismo impenitente”.⁴¹⁵ Como se vê, o *República* fazia o possível para minimizar o apoio dos federalistas à campanha presidencial e desvinculá-los de Campos Salles, afirmando que era o PRC o maior interessado na sua eleição.⁴¹⁶ Colocavam-se ao lado do novo presidente e justificavam tal atitude porque não o fazer seria obstar a república.⁴¹⁷ Essa tentativa de associar seu partido ao candidato eleito e de afastar o apoio dos adversários explica-se pelo medo de perder espaço político. Por isso comemoraram a não nomeação de nenhum “maragato” pelo poder central.⁴¹⁸

O ano de 1898 também se caracterizou por repetidas negações de adesão ao PRC, a ponto do jornal explicar que “quando chamamos de correligionário qualquer cidadão, para o que não precisamos de licença, é somente porque o consideramos um dos nossos”.⁴¹⁹ Ao mesmo tempo, registraram-se algumas inclusões individuais de ex-federalistas, bem como divergências internas. Entre elas o desligamento de Polydoro de S. Thiago, ex-vice-governador,⁴²⁰ e as discussões em Blumenau que

⁴¹³ “Os nossos adversários tiveram afinal ocasião de dar cabal demonstração da sua nulidade na eleição a que se procedeu anteontem para os cargos de presidente e vice-presidente da República”. **República**, Florianópolis, 03/mar/1898, p.1. Contudo, é preciso lembrar que os mesários pertenciam à situação e podiam, portanto, fraudar as eleições. Além disso, diante do caso acima, pode-se perceber como tais eleições não eram secretas.

⁴¹⁴ **República**, Florianópolis, 06/mar/1898, p.1.

⁴¹⁵ **República**, Florianópolis, 06/abr/1898, p.1.

⁴¹⁶ **República**, Florianópolis, 12/mar/1898, p.2.

⁴¹⁷ **República**, Florianópolis, 15/dez/1898, p.1.

⁴¹⁸ **República**, Florianópolis, 19/mar/1898, p.1.

⁴¹⁹ Por exemplo, **República**, Florianópolis, 06/dez/1898, p.2 ou **República**, Florianópolis, 16/dez/1898, p.1.

⁴²⁰ **República**, Florianópolis, 17/dez/1898, p.1.

ocorriam desde 1894, mas só vieram a público no final de 1898.⁴²¹ Apesar dos problemas no partido, esse ano foi promissor para o jornal republicanista. Com o contrato de publicação oficial – que abrangia os atos do governo estadual e municipal, as atas da Assembleia, o expediente militar (da guarnição federal e do corpo de segurança) e os acórdãos do Superior Tribunal⁴²² – ganhou, apenas com a primeira parcela, a considerável quantia de 750\$000. Isso sem falar no aumento das assinaturas para 15\$000 e 18\$000 anualmente ou 8\$000 e 10\$000 semestralmente, valores respectivos da capital e do interior, e das vendas de exemplares a 100 réis o número do dia e 200 o atrasado. E havia ainda o faturamento com os anúncios, sendo que nesse período se faziam presentes, inclusive, extensas propagandas de comerciantes da oposição, caso da Farmácia de Elyseu Guilherme. Com tamanha arrecadação, o *República* pôde inaugurar uma “Oficina de obras” para atender pedidos de publicação de folhetos, circulares, faturas, talões, cartões, rótulos e notas. E melhorou sua capacidade gráfica, permitindo a publicação mais frequente e elaborada de desenhos fora dos anúncios, caso dos retratos de líderes republicanistas.⁴²³ Esses incrementos financeiros e gráficos, sob a gerência de Carlos Paiva e a chefia de redação de José Boiteux e Abílio de Oliveira, renderam-lhe a epígrafe de “Jornal de maior circulação em todo o Estado”, além da seguinte quadrinha numa peça de Moreira de Vasconcelos:

Sou a *República* folha do povo
 E defensora da causa legal
 Propagandista de tudo que é novo,
 Aqui na imprensa local.

Contudo, essa era mais uma referência às novidades técnicas do que às informativas. Afinal, diante de tanta publicação oficial –

⁴²¹ Ali um grupo liderado por Bonifácio Cunha divergia das decisões partidárias, opondo-se à escolha de Hercílio Luz para governador, não atendendo à recomendação de abstenção, não aceitando a escolha do vice Lopes Rego, e elegendo Bonifácio Cunha para superintendente de Blumenau com o apoio da oposição. Na explicação oficial, esse comportamento se ligava a uma não aceitação da liderança de Lauro Müller. **República**, Florianópolis, 23/dez/1898, p.1 e 2. Parece mais provável, porém, que se devesse à proeminência de Hercílio Luz.

⁴²² Embora estivesse sempre presente e ocupasse quase tanto espaço quanto os anúncios, essa parte oficial variava: alguns dias publicavam-se os atos do governo estadual, outros os do municipal, eventualmente ambos. Apenas a seção dos editais e a da Assembleia eram publicadas diariamente. Ainda assim, diante de tanta publicação oficial, não foi à toa que ela estava sempre atrasada: em janeiro publicavam-se as sessões legislativas de setembro e os atos executivos de novembro do ano anterior; o mesmo se dando no começo de dezembro, quando se publicava o expediente de meados de agosto.

⁴²³ Por exemplo, a referente a Paula Ramos, em **República**, Florianópolis, 27/ago/1898, p.1.

acrescida pelo movimento do porto e da Caixa Econômica, pelo expediente do bispado, pelos resultados dos exames escolares, pelas participações dos parlamentares catarinenses no Congresso, e pelas notícias dos outros estados e internacionais, dadas em *Os Estados e Exterior* – não se poderia estranhar a ausência de folhetins, a drástica redução da parte literária e o pouco espaço destinado a colunas e artigos. A maior parte das notícias era compilada na coluna *Revista diária*, a qual tratava de coisas corriqueiras como aniversários e casamentos, acontecimentos da capital e do interior, eventos de clubes e associações, pequenas informações sobre o país e o exterior até atos governamentais como nomeações e demissões, ou leis. Também sobre assuntos gerais que eventualmente recaíam na política eram as colunas *De Palanque*, de El nino; *Calhas*, de S.; *Rimas*, de Maestrino; *Calhaos*, de Elzevir; e *Corre como certo*, reedição da tradicional seção de boatos, dessa vez assinada por Gato Bravo.

Depois que retornou o jornal oposicionista, reapareceu a *Notas d'O Estado* assinada por Mário de Magdala. Sem um tamanho fixo, normalmente tratava-se de um comentário satírico sobre trechos dos artigos d'*O Estado*, criticando principalmente problemas de gramática ou de impressão. Menos de um mês mais tarde, lançou-se outra coluna sobre os adversários: quase uma edição fac-símile da capa do jornal, intitulada *O Estado* e com a epígrafe: “filho do Estado maior – órgão de todos os partidos”. Diariamente, tal seção imitava a primeira página do opositor, apresentando notícias parodiadas e ironizadas.⁴²⁴

Os poucos artigos eram inevitavelmente sobre política e só apareciam quando o jornal se sentia ameaçado, forçado a marcar posição ou a rebater alguma matéria, carta ou ação dos adversários. Um exemplo, logo no início do ano, apresentava um texto excessivamente ofensivo: quase duas colunas em tipo pequeno, com acusações pessoais e ofensas.⁴²⁵ O motivo? Uma carta enviada pelos federalistas para o jornal *Debate* denunciando por contrabando o inspetor da alfândega da capital – o que, obviamente, na versão do órgão oficial eram falsidades, agressões de vingança para tentar voltar ao poder, denúncias falsas para atingir os “zelosos” funcionários. Tanta raiva se devia pois ao fato de, mesmo sem um jornal de oposição circular, os adversários não se

⁴²⁴ Por exemplo: “O tremor de terra que se notou na noite de 25 de fevereiro e que manifestamente foi arranjado pelo governo do Estado (...)”. **República**, Florianópolis, 22/mar/1898, p.2.

⁴²⁵ Ofensas como: idiotas, pusilânimes, fracos pífidos, desleais, bastardos, caluniadores, perversos, rancorosos, despeitados, etc. **República**, Florianópolis, 06/jan/1898, p.1.

calarem e continuarem a denunciar o governo, tarefa a que se dedicariam com ainda maior afínco a partir do retorno d' *O Estado*.

2.5 – O(s) retorno(s): a visão dos vencidos e a permanência do terror

Ainda situado na Praça XV de Novembro, *O Estado* retomou sua publicação no dia 21 de abril de 1896, iniciando sua segunda época. Circulava de terça a domingo, sob a direção de Caetano Carlos Xavier Neves e a chefia de redação do tenente Manoel Joaquim Machado.⁴²⁶ Voltou custando, respectivamente para a capital e para o interior, 15\$000 e 16\$000 pela assinatura anual, ou 8\$000 e 9\$000 pela semestral, valores superiores ao do adversário. Já o preço avulso era similar ao do *República*: 100 réis para o número do dia e 200 réis para o exemplar atrasado. Com uma verba menor, falta de redatores – em virtude dos expurgos e do medo –, de funcionários e de material, e diante da necessidade de aumentar o espaço dos anúncios pagos, recorrentemente o jornal deixou de sair, ou pediu desculpas pelos erros e pela diminuição das matérias, que iam apenas até a metade da segunda página.

Seu conteúdo dividia-se entre artigos (em geral de cunho político), Noticiário (notas diversas, algumas com título próprio), colunas políticas, folhetim, Governo do Estado (contendo informações sobre nomeações, demissões, transferências, requerimentos despachados e leis promulgadas), e, eventualmente, variedades (literária) e livre (solicitadas). A revisão dos acontecimentos ficava a cargo da coluna dominical *Através da semana*, de Mariano Silva. Entre as seções irônicas sobre política havia: *Farpas*, assinada por Theotônio; *De binóculo*, por Thomé; *Foguetes*, por Pancrácio; *De sacada*, por Caramuru; *Beliscões*, por Victor; *Lanterna Mágica*, pelo Conde Patrizio e *Riscos*, sem assinatura. Sem esquecer a tradicional seção de boatos *Dizia-se ontem...* de Cabrion. A coluna *Historiando*, de Maxtom, servia para ironizar o “**caráter eminentemente republicano**” dos membros da situação, enquanto *Tiro ao alvo*, de Espada-chim, surgiu para marcar os “**inimigos da República**” perfilados no caríssimo e novo Palácio do Governo.⁴²⁷ Suas historietas contribuíram para criar uma imagem de governo corrupto e de políticos que buscavam apenas privilégios pessoais. Com a mesma intenção, mas no formato de diálogos entre

⁴²⁶ O ten. Machado ocuparia tal posição por pouco tempo: em julho seria preso e forçado a abandoná-la.

⁴²⁷ *O Estado*, Florianópolis, 21/abr/1896, p.1.

republicanistas caricaturizados, aparecia *Palestras* por Z(Zulu) – que na terceira época, foi assumida por Tico – e, posteriormente, *Pescando* de Y e *Conversando* de Zé Fumaça. Além d’*As notas do Badalo* subscrita por Amígdala, parodiando as *Notas d’O Estado do República*.

Entre os artigos, destacaram-se os textos variados de J.P.Malat, a série de Erasmo, sob o título “Viver às claras”, e as colaborações de Carlos de S., chamadas “Em todas as claves”. As duas últimas eram análises políticas sobre a história republicana, sobre outros modelos de democracia e república, e sobre outros sistemas de governo, que, em geral, acabavam por concluir pela superioridade da república e sua inevitabilidade no Brasil. Tratavam também da ilusão da campanha monarquista, tentando provar que “não é com a restauração da Monarquia, nem com a implantação da República Unitária que faremos cessar as dificuldades”, mas sim com o sistema federativo “único talhado para a nossa pátria”.⁴²⁸ Nelas percebia-se a tentativa do jornal de dissociar sua imagem da dos restauradores.

Nessa fase, *O Estado* passou a subscrever-se não mais como órgão partidário, mas a partir de suas crenças políticas como “órgão Republicano Federalista”, em virtude dos acontecimentos da “pacificação” e do “abandono” da política por alguns dos seus antigos correligionários. O partido federalista só voltaria a ousar organizar-se no início de setembro.⁴²⁹ A partir de outubro, a comissão executiva reassumiu a direção do jornal, mas não mudou seu subtítulo. Somente em 1897 adotaria novamente o “órgão do Partido Republicano Federalista”. Iniciava, pois, sua 2ª época com um reposicionamento político no qual assumiu seu papel de jornal de “oposição que tem, sobre os governantes, visível vantagem numérica”, mas que, como “**genuinamente democratas**”, pretendia constituir-se em “auxiliares dos que governam” através de uma “severa fiscalização (...) sobre todos os atos administrativos e políticos”.⁴³⁰ Acrescentavam ainda que:

Tendo elevada compreensão da República,
trabalharemos por torná-la amada dos povos, a
fim de que estes compreendam que não temos um

⁴²⁸ **O Estado**, Florianópolis, 07/jul/1896, p.1.

⁴²⁹ E em novembro, com vistas a reunir todos os opositoristas contra essa “nefasta política dominante” e fazer frente às “modernas harpias que se congregaram sob o nome de Partido Republicano Federal”, os federalistas catarinenses uniram-se-iam ao Partido Republicano Democrata. Explicavam tal adesão a partir do “programa claro”, da “ampla bandeira a que se podem abrigar todos os cidadãos que se empenham no melhoramento da Pátria”, e da “**franqueza republicana**” dos seus membros. **O Estado**, Florianópolis, 15/nov/1896, p.1.

⁴³⁰ **O Estado**, Florianópolis, 21/abr/1896, p.1.

regime de opressão, mas de liberdade, não um regime de esbanjamento, mas de economia, não um regime de miséria, mas de riquezas. Resumindo, vamos empregar nossas forças intelectuais na consecução de um ideal que se pode assim sintetizar: A felicidade do povo pela realização concreta das concepções abstratas do regime republicano.

E fariam tudo isso para atender as necessidades do povo que “não podem ser prejudicadas pela ambição de assalto ao poder por um partido”. Justificavam seu novo posicionamento como um “dever que temos de denunciar os abusos e as faltas que forem chegando ao nosso conhecimento”, dever que cumpriam como um “serviço ao povo que sofre os prejuízos da má administração”.⁴³¹ Logo, tornavam-se fiscais da causa pública, lutando “em prol das garantias individuais”,⁴³² e para que “o público reivindique os seus direitos e esforce-se pelo restabelecimento do domínio da lei”.⁴³³ Por fim, afirmavam que, para convencer o público da justiça dessas críticas, iriam também aplaudir o procedimento correto dos adversários.⁴³⁴ O que de fato faziam, publicando notas ou cartas que contrariavam a visão do jornal,⁴³⁵ dando duas versões diversas sobre o mesmo fato, colocando-se ao lado do governo em alguns assuntos⁴³⁶ ou ainda afirmando que “felizmente, embora a contragosto e devagar, o governo vai movendo-se caminho direito”.⁴³⁷

Em razão dessa nova postura, *O Estado* demonstrava uma preocupação maior com o presente, com o governo atual e com a população. Apresentava muitos comentários ou artigos denunciando o estado deplorável do Tesouro estadual, motivo pelo qual não se divulgava o balancete dos gastos públicos. Sintomas de que nosso estado vinha sendo mal administrado por políticos corruptos que “têm segredos para o povo, cuja soberania não reconhece para pedir-lhe conta do modo porque são geridos os negócios públicos e aplicados os seus

⁴³¹ **O Estado**, Florianópolis, 30/abr/1896, p.1.

⁴³² **O Estado**, Florianópolis, 18/mar/1897, p.1.

⁴³³ **O Estado**, Florianópolis, 07/jun/1896, p.1. Note-se, em todas essas falas a presença constante de uma ameaça que pairava sobre o jornal e seus partidários e era estendida para a população.

⁴³⁴ **O Estado**, Florianópolis, 12/set/1896, p.1.

⁴³⁵ Por exemplo, **O Estado**, Florianópolis, 06/mai/1896, p.1.

⁴³⁶ Caso da questão de limites com o Paraná, na qual *O Estado* defendeu os interesses catarinenses colocando-se ao lado do governo estadual contra as atitudes paranaenses.

⁴³⁷ Frase que é citada e elogiada em **República**, Florianópolis, 28/dez/1898, p.1 e 2.

dinheiros”. Exigia a publicação do balancete, mas não era atendido e explicava tal atitude como uma forma de esconder a “incapacidade administrativa”⁴³⁸ do PRC, tentando negar que a falta de verbas se devesse à má administração federalista e aos gastos com a revolta. Além disso, questionava o modo de aplicação do empréstimo proveniente da União.

A principal crítica era sobre o uso do empréstimo federal para cobrir os gastos exorbitantes com a reforma do palácio de governo,⁴³⁹ uma vez que havia outras prioridades e necessidades.⁴⁴⁰ Criticavam ainda a interrupção de obras necessárias por causa da exaustão do tesouro, enquanto se continuavam com as luxuosas.⁴⁴¹ Denunciavam a criação e manutenção de monopólios (às vezes ocorrendo até concessões em duplicata),⁴⁴² os abusos de poder e o descumprimento de leis (como na questão das terras devolutas),⁴⁴³ as más atuações de funcionários ou o mau funcionamento de órgãos públicos (por exemplo, as reclamações sobre o correio).⁴⁴⁴ E reportavam também os pedidos da população a respeito de melhoramentos específicos (caso emblemático da carne verde)⁴⁴⁵ e da saúde pública,⁴⁴⁶ usando ambos como forma de questionar as atitudes do governo estadual.

⁴³⁸ **O Estado**, Florianópolis, 19/jun/1896, p.1.

⁴³⁹ Referiam-se a tais gastos com o palácio de “monomania arquitetônica” e construção do “castelo encantado”. Respectivamente **O Estado**, Florianópolis, 26/jun/1896, p.1 e **O Estado**, Florianópolis, 12/ago/1896, p.1.

⁴⁴⁰ **O Estado**, Florianópolis, 28/abr/1896, p.1.

⁴⁴¹ **O Estado**, Florianópolis, 19/nov/1896, p.1.

⁴⁴² Por exemplo, **O Estado**, Florianópolis, 05/set/1896, p.1.

⁴⁴³ *O Estado* denunciou a demarcação de terras já vendidas e documentadas como se fossem terras devolutas. Ao que o *República* respondeu atribuindo tais denúncias ao despeito de algum adversário que não conseguiu qualquer concessão governamental. **República**, Florianópolis, 02/ago/1898, p.1.

⁴⁴⁴ *O Estado* constantemente reclamava que os exemplares do jornal não chegavam aos assinantes do interior devido ao mau funcionamento do correio, dirigido por um republicanista. Por sua vez, o *República* dizia que a bagunça no correio estadual começara quando “o assumiu um federalista” **República**, Florianópolis, 15/dez/1898, p.1. Levando em conta as reclamações mútuas, pode-se concluir que o correio simplesmente não funcionava, independente de quem o administrasse, e por isso servia para as denúncias de má administração de ambos os grupos sobre seus adversários.

⁴⁴⁵ Os problemas de fornecimento de carne verde, ou seja, carne fresca, para a capital transformaram-se numa bandeira d’*O Estado*: aproximadamente 50 matérias tratando do assunto apareceram nesse periódico, em poucos meses. Fora as denúncias sobre outros problemas urbanos da cidade, apresentando a situação precária e exigindo o respeito à lei e a atuação correta dos funcionários públicos envolvidos. O *República* eventualmente reclamava dos órgãos públicos, mas eram denúncias de leitores, menos contundente e apenas pedindo a verificação dos fiscais. Por exemplo, **República**, Florianópolis, 29/jan/1898, p.1 ou **República**, Florianópolis, 01/fev/1898, p.1.

Tal postura amenizou-se quando o governador Hercílio Luz foi temporariamente substituído por Polydoro de S. Thiago. Nesse momento *O Estado* pareceu depositar alguma fé de que as coisas pudessem mudar, apesar dos limites impostos pelos cofres vazios. E justificavam seu reposicionamento dizendo que: “como oposição, deveríamos preferir o governo do Sr. Hercílio Luz que, por seus maus caminhos, não se sustentaria, contudo, por nosso patriotismo, preferimos o Sr. Polydoro que pretende estancar essa loucura”.⁴⁴⁷ Logo, porém, retornariam à atitude agudamente crítica ao reconhecer que o vice-governador: “nem queria, como ainda se dizia, modelar a sua administração pelos princípios positivos de uma política republicana e honesta. O Sr. Polydoro, recuou. A desilusão foi terrível”.⁴⁴⁸

Com relação aos acontecimentos nacionais, *O Estado* deu destaque aos “protocolos italianos”,⁴⁴⁹ criticando Hercílio Luz por se intrometer nas negociações entre Brasil e Itália e aproveitando dessa questão para questionar as grandes liberdades de que desfrutavam os alemães em Santa Catarina, onde podiam manter sua língua, cultura e tradição e, ainda assim, assumir a maioria dos cargos públicos da região. Também garantiu espaço considerável para Canudos a partir do fracasso da terceira expedição militar e da morte de Moreira César. Passou então a especular sobre a tendência restauradora do movimento sertanejo⁴⁵⁰ e sobre o provável uso político dos “fanáticos” pelos falsos amigos das instituições republicanas.⁴⁵¹ Contudo, nesse assunto não criticava a atuação do presidente. As críticas do jornal a ele ocorreram apenas enquanto Prudente esteve relacionado ao PRF, uma vez que então “deixou de ser chefe de Estado para ser delegado de um partido”.⁴⁵²

Outro assunto que merece citação, especialmente pelas poucas menções diretas que recebeu, foram os episódios finais da Revolução

⁴⁴⁶ Quanto ao médico responsável pelo controle das epidemias, *O Estado* questionava: “Não haverá por aí quem tenha dó deste infeliz povo, procurando fazer cumprir com os deveres esse funcionário?” *O Estado*, Florianópolis, 30/out/1896, p.1. Sobre esse aspecto, o *República* também falava, contudo, não acusava o governo. Ao contrário, dava a impressão que a culpa era apenas da população: “É infinitamente pequeno, nulo o cuidado que quase todos têm pela higiene da cidade, pela saúde da população”. Limitava-se a solicitar gentilmente a intervenção do inspetor de higiene. *República*, Florianópolis, 05/fev/1898, p.1.

⁴⁴⁷ *O Estado*, Florianópolis, 24/nov/1896, p.1.

⁴⁴⁸ *O Estado*, Florianópolis, 25/dez/1896, p.1.

⁴⁴⁹ Os protocolos referiam-se ao pedido de indenização dos súditos italianos por suas perdas durante a Revolução Federalista, estendido aos casos em que os colonos se sentissem lesados por descumprimento do contrato verbal.

⁴⁵⁰ *O Estado*, Florianópolis, 12/dez/1896, p.1.

⁴⁵¹ *O Estado*, Florianópolis, 09/mar/1897, p.1.

⁴⁵² *O Estado*, Florianópolis, 22/ago/1896, p.1.

Federalista e os da “pacificação”. *O Estado* procurava evitar tocar nisso e, quando o fazia, era superficialmente e em meio a outros artigos, mais como referências esparsas do que de fato como comentários sobre o tema.⁴⁵³ Além das pequenas menções sobre o medo e as violências durante o estado de sítio, o jornal narrou a degola realizada pelos legalistas de uma comerciante que seguia as tropas do exército libertador.⁴⁵⁴ Criou a seção *Galeria republicana*, de curta duração, para homenagear aqueles que derramaram seu sangue em holocausto à república, começando por Romualdo de Barros. Divulgou as cartas de Maneco Manduca, a partir do distrito de Campo Belo, contando as atrocidades ocorridas na época revolucionária pelo interior do estado, principalmente as cometidas pelas “autoridades” da legalidade. Reportou a prisão de um homem sob a acusação de ter servido à revolução a bordo do Aquidaban, o que era ilegal depois da lei de anistia.⁴⁵⁵ Ironizou a versão dos vencedores ao narrar episódios atuais de abuso de autoridade, como quando praças do Corpo de Segurança atacaram uma casa e mataram três pessoas em Lages, diante do que perguntaram se ainda “os bandidos maragatos, com vestes de salvadores da República e defensores da legalidade” eram os responsáveis.⁴⁵⁶ Simultaneamente, negou outras representações, procurando desmentir a versão de que os federalistas haviam cometido roubo de gado, recrutamento forçado, violências, ameaças e castigos, e afirmou que o povo apoiava a revolta, não a tirania.⁴⁵⁷

O exemplo mais representativo de revisão dos acontecimentos revolucionários pela ótica dos vencidos, porém, foi precedido por uma propaganda de quase um mês,⁴⁵⁸ na qual se anunciava para breve os “Episódios da revolta” e as “Notas de um revoltoso”. No começo de dezembro, quando enfim a espera iria acabar, *O Estado* divulgou um boletim suspendendo a publicação devido às ameaças do major do Corpo de Segurança aos redatores.⁴⁵⁹ O jornal retornou no dia 4. O

⁴⁵³ Somente em abril de 1898, o jornal se ocuparia abertamente e em edições contínuas dos fuzilamentos de Santa Cruz, provocando forte repercussão no *República*. Contudo, os exemplares de *O Estado* referentes a esse período não constam no acervo, só restando, portanto, a versão republicanista sobre os fatos.

⁴⁵⁴ *O Estado*, Florianópolis, 25/abr/1896, p.2.

⁴⁵⁵ *O Estado*, Florianópolis, 18/out/1896, p.1. Demonstravam sua mágoa quanto ao resultado alcançado pela anistia: “De que serviu a anistia, se ela não os aproveitou?” *O Estado*, Florianópolis, 10/jul/1896, p.1.

⁴⁵⁶ *O Estado*, Florianópolis, 04/jul/1896, p.1.

⁴⁵⁷ *O Estado*, Florianópolis, 11/set/1896, p.2.

⁴⁵⁸ A propaganda iniciou em 08 de novembro de 1896.

⁴⁵⁹ Considerando a frequência de acusações desse tipo, os constantes processos de funcionários e as muitas interrupções do jornal nessa época, não se pode crer que fosse apenas uma

folhetim “Notas de um revoltoso”, com o subtítulo “Diário de Bordo – Documentos autênticos” escrito por um “distinto oficial da marinha e destemido republicano”, foi publicado entre 05 de dezembro de 1896 e 23 de março de 1897. Apresentaram-no como “páginas escritas com mais imparcialidade do que esperávamos” narrando os “tristes episódios dessa revolta de tão lamentáveis consequências” na qual “a par de tanta bravura de ambos os combatentes, houve tanta inépcia dos chefes”.⁴⁶⁰ Contudo, tratava mais dos eventos da Revolta da Armada, dando pouca ênfase ao ocorrido no estado catarinense e não era, como se dizia, um diário escrito à medida em que os fatos se desenrolavam e deles tomava conhecimento o seu autor. Tais notas foram, sem dúvida, revistas posteriormente e reordenadas à luz do desenlace visto que o autor falava dos erros que levaram ao desastre.⁴⁶¹ Ele demonstrou um forte ressentimento contra Saldanha da Gama e procurou tirar todo o mérito de Floriano, concluindo que a revolução terminava vencida “não pela habilidade do Marechal Floriano, mas pela desavença que reinara no meio dos próprios revolucionários”.⁴⁶²

As revisões apareceram também quando o jornal se referia ao marechal Floriano. Enquanto o *República* o homenageava em virtude do aniversário de sua morte, *O Estado* lembrava a data sob um prisma completamente diverso: inevitavelmente relacionavam-no aos eventos da violenta “pacificação”. Emblemático foi o texto “Floriano Peixoto”, escrito pelo ten. Machado.⁴⁶³ Nesse longo artigo que ocupou quase toda a primeira página do jornal, o redator apresentava a revolução como “compendiamento de todos os desejos de destruição do mal dominante que era a tendência do presidente constitucional para a ditadura”. Percebia que, simultaneamente, ela fora uma luta contra “as forças centrípetas de São Paulo”. E que a vitória das forças legais contou com o apoio paulista e com a “dubiedade característica de algumas influências revolucionárias, que (...) queriam contar com o apoio de políticos de todos os matizes”. Daí seria proveniente a aparente pretensão à restauração monárquica que daria ainda mais força a causa do vice-presidente, conduzindo-o a:

coincidência que no dia anterior ao início da revisão histórica por parte dos vencidos os redatores fossem mais uma vez ameaçados por uma autoridade pública do partido adversário.

⁴⁶⁰ **O Estado**, Florianópolis, 05/dez/1896, p.1.

⁴⁶¹ **O Estado**, Florianópolis, 23/dez/1896, p.1.

⁴⁶² **O Estado**, Florianópolis, 21/mar/1897, p.1.

⁴⁶³ **O Estado**, Florianópolis, 03/jul/1896, p.1. (anexo 2.5) Esse artigo provocou a prisão de seu redator (sob acusação de quebra de hierarquia militar) e do diretor do jornal, além de processos para ambos e do afastamento do primeiro da chefia de redação. Talvez por isso, após o ocorrido *O Estado* tenha adotado a postura supracitada de cautela ao tratar desse assunto.

(...) uma vitória que seria gloriosa, se não fosse manchada pelo sangue de um sem número de mártires, que após a luta caíram nas mãos dos vencedores, e foram vitimados por ódios pessoais e pequeninas intrigas, e cujos crimes levados a um tribunal ao qual assistisse a calma indispensável à Justiça certamente sairiam impunes. (...)

A imoralidade desses assassinatos sobe de ponto quando aqueles que são os seus principais responsáveis insistem em negar oficialmente a sua existência.

Essa negativa preemptória, como se deu com os fatos ocorridos com nossos amigos nessa capital, é a expressão de que o segredo com que se rodeou os fuzilamentos deste estado só servia para acobertar a falta de convicção que presidiu sua execução (...)

Falava abertamente pela primeira vez sobre os fuzilamentos e acusava o marechal de não recuar “diante do derramamento de sangue”. Concluía afirmando que Floriano era “condenado pela consciência de todos os seus compatriotas, que nele encaram o algoz das liberdades públicas” e dizendo que sentiam profundamente o fato de que, apesar de tudo, ainda fosse o seu nome lembrado. A respeito do vice-presidente *O Estado* ainda fazia questão de lembrar que aqueles que então o chamavam de “salvador da República” foram os primeiros a acusá-lo de “déspota sanguinário e traidor”, só mudando de postura diante da perspectiva de reassumir o poder estadual.⁴⁶⁴ Acusações às quais o *República* respondia dizendo que isso até era “possível”, mas que, se tivesse acontecido, nada mais seria do que uma contestação aos atos inconstitucionais do marechal, e que tal atitude seria mais patriótica do que a assumida pelos federalistas que o apoiavam. Além disso, negava ter se aproximado dele por causa do governo estadual, mas “unicamente para o coadjuvamos na **defesa da República** e da Constituição de 24 de fevereiro, contra as quais os federalistas atentaram”.⁴⁶⁵

Mais comuns eram as denúncias da permanência⁴⁶⁶ de fato do estado de sítio, após sua revogação na lei,⁴⁶⁷ a ponto de chamarem os

⁴⁶⁴ Fazia questão de rememorar e reproduzir os artigos do *República* de 1892 criticando Floriano e de perguntar: “Quais são os traidores?” *O Estado*, Florianópolis, 27/mar/1897, p.1.

⁴⁶⁵ **República**, Florianópolis, 09/dez/1898, p.1.

⁴⁶⁶ Duarte Schutel também depôs continuamente sobre essa permanência da violência, que não respeitava os direitos civis. Ele questionou a volta à normalidade, quando da “pacificação”, salientando a prorrogação do estado de exceção no sul do país, que mantinha um caráter militar

republicanistas de “representantes genuínos do estado... de sítio”,⁴⁶⁸ aos quais “o povo não outorgou direitos” porque não tinham “prestígio nem popularidade para representá-lo” e não firmaram “os seus alicerces nas urnas” – lembrando com isso o “número limitado de eleitores que sufragavam o nome do sr. Hercílio Luz”.⁴⁶⁹ Apontavam outros casos de abuso do poder por parte dos republicanistas, fosse quando “não foram eleitos os que não tiveram proteção”,⁴⁷⁰ ou quando se ameaçava “com todo o descaramento, os eleitores que não fossem às urnas sob qualquer pretexto de **serem considerados revoltosos, inimigos da República e por tais perseguidos**”.⁴⁷¹ Além disso, acusavam-nos de pregar “a doutrina de extermínio de nossos correligionários” porque “queriam ficar sós no cenário político, livres de censuras todos os atos pautados na estrada do abuso”.⁴⁷² Reclamavam ainda que, uma vez que não mais existia “o regime dos assassinatos”, as “ameaças com que nos pretendem intimidar”,⁴⁷³ deveriam cessar.

Não cessaram, se se levar em conta os casos de pressões e violências constantemente reportados pelo jornal, nos quais autoridades e partidários do governo, mesmo dois anos depois do fim da revolução, apossavam-se de animais “a pretexto de terem pertencido às forças revolucionárias”;⁴⁷⁴ praticavam atos de vandalismo em diversas regiões do estado;⁴⁷⁵ e mantinham o recrutamento forçado, apesar da sua

nos atos oficiais e na navegação; interferia nas comunicações e no comércio; demitia arbitrariamente; prendia, julgava e executava sumariamente; dispunha da propriedade alheia; extorquia dinheiro para repor os cofres públicos; recrutava à força; deixava a população aterrorizada e sufocada pelo medo, silêncio, desconfiança, luto e falta de direitos. Mesmo depois da volta do governo civil isso continuou: em março de 1895 ele ainda falava em censura à imprensa, sequestro de correspondências, recrutamento extensivo e coação de magistrados. Isso está presente em todas as suas anotações dos anos de 1894 e 1895. Veja-se em especial: “O castigo”, “A vila maldita”, “César que mata” e “Os processos” respectivamente de abril, junho e dezembro de 1894, e janeiro de 1895. SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*

⁴⁶⁷ “(...) o estado de sítio não pode mais continuar existindo de fato porque, de há muito, deixou de existir de direito”. **O Estado**, Florianópolis, 29/dez/1896, p.1.

⁴⁶⁸ **O Estado**, Florianópolis, 23/jul/1896, p.1.

⁴⁶⁹ **O Estado**, Florianópolis, 19/jun/1896, p.1.

⁴⁷⁰ **O Estado**, Florianópolis, 02/fev/1897, p.1.

⁴⁷¹ **O Estado**, Florianópolis, 23/set/1896, p.1.

⁴⁷² **O Estado**, Florianópolis, 26/jul/1896, p.1. A falta de garantias constitucionais no estado também era denunciada pelo procurador seccional: “O sr. procurador seccional telegrafou ao ilustre sr. dr. Prudente de Moraes, presidente da República, dizendo-lhe que aqui não há garantias constitucionais!!!” **República**, Florianópolis, 05/nov/1895, p.1. Ver anexo 1.6.

⁴⁷³ **O Estado**, Florianópolis, 29/dez/1896, p.1.

⁴⁷⁴ **O Estado**, Florianópolis, 04/jul/1896, p.2.

⁴⁷⁵ “De toda a parte nos chegam notícias de vandalismos cometidos por indivíduos partidários da atual situação, contra até mesmo correligionários seus, contando com a proteção das autoridades.” **O Estado**, Florianópolis, 04/nov/1896, p.1.

extinção pela Constituição.⁴⁷⁶ *O Estado* chegou a dizer que várias notícias de violências vinham seguidas de pedidos das vítimas para que não fossem publicadas a fim de evitar que “venham a sofrer maiores vexames”.⁴⁷⁷ O próprio jornal e seus redatores não escaparam dessas ameaças e violências.

Elas apareciam repetida e veladamente nas páginas do *República*, sempre em nome da “defesa da ordem e da legalidade”. Por exemplo, afirmava-se que o governador Hercílio Luz não hesitaria em “esmagar com mão hercúlea qualquer tentativa de subversão”, não consentindo que “esses desordeiros de todas as classes venham atentar contra a ordem pública”.⁴⁷⁸ Ou, mais claramente, quando diziam que “eles sabem que dispomos dos meios de castigar criminosos e da energia para punir delinquentes”.⁴⁷⁹ E eles realmente sabiam. Tanto que *O Estado* anunciou repetidas vezes, como boato, historieta ou denúncia, que os “lambisas” queriam empastelar o jornal. E nesses casos, recorriam à liberdade de imprensa pregada pela Constituição.⁴⁸⁰

A oposição, que vem a ser o exercício da liberdade de pensamento consagrada pela Constituição Federal e cujo concurso beneficentemente influi nos governos democráticos apontando o erro, a fim de que esses governos a ele desviem-se, ou, pelo menos, nele não reincidam, (...) continua a ser ameaçada (...).⁴⁸¹

Em meados de abril de 1897, essas ameaças se concretizaram. O jornal teve sua tipografia atacada, as máquinas destruídas e um funcionário ferido, ficando quatro dias sem ser publicado. Retornou com um tamanho menor: uma folha A4 dobrada ao meio e impressa em quatro páginas de duas colunas cada.⁴⁸² Recomeçou a numeração iniciando a 3ª época. Voltou relatando o ataque e abrindo uma

⁴⁷⁶ **O Estado**, Florianópolis, 11/jul/1896, p.1.

⁴⁷⁷ **O Estado**, Florianópolis, 19/jul/1896, p.2.

⁴⁷⁸ **República**, Florianópolis, 13/mar/1898, p.1.

⁴⁷⁹ **República**, Florianópolis, 06/jan/1898, p.1. E essas ameaças se concretizavam. Não apenas contra *O Estado*. Veja-se o caso do *Correio da Manhã* que foi atacado pouco depois de iniciar seu funcionamento porque publicou um artigo contrário ao governo. Isso foi noticiado pelo *República* que confirmou “o governo sabe que no próprio código penal encontra-se o meio de castigar a quem acusa sem provas.” Aí percebe-se a ameaça de um “castigo” caso se opusessem novamente ao governo, ameaça que poderia se concretizar como processo, como empastelamento, ou como ambos. **República**, Florianópolis, 06/set/1895, p.1.

⁴⁸⁰ Por exemplo, **O Estado**, Florianópolis, 10/mai/1896, p.1.

⁴⁸¹ **O Estado**, Florianópolis, 27/out/1896, p.1.

⁴⁸² Saíram apenas quatro números nesse formato, durante o mês de abril.

subscrição para substituir o material destruído. E ironizava os inimigos “**que se diziam republicanos**” mas não acreditavam na existência de leis que garantissem “a existência de um jornal que denuncie os crimes dos amigos do governo”.⁴⁸³ Denunciava também a agressão do comandante do Corpo de Polícia ao redator do jornal Antônio Braga, o qual seria processado por ter sido agredido.⁴⁸⁴

No dia 15 de maio, *O Estado* retornava ao tamanho normal, tendo uma tipologia mais elaborada para o título. Ressentia-se que “nossas justas censuras em vez de influírem na conduta do governo” fazendo-o melhorar, tinham servido antes para aumentar a intolerância, “cujos desvarios consumados às escancaras formam a impatriótica característica pela qual se distingue e há de celebrar-se a situação política dominante”.⁴⁸⁵ Daí a mudança na postura do jornal, que se tornava ainda mais contundente e, simultaneamente, desesperançada: “Não pedimos providências porque não temos esperanças de que as autoridades competentes venham a tomá-las”.⁴⁸⁶ Além disso, a 3ª época trouxe também algumas modificações na configuração do jornal, com as seções *Mala do Rio* e *Telegráfica* dando maior espaço às notícias nacionais. Passaram a apoiar a ideia da nacionalização do seguro de vida, publicando longos artigos sobre as empresas brasileiras do ramo e substituindo os anúncios das companhias estrangeiras pelo das nacionais, no início de junho de 1897.

Nesse mesmo mês, na seção “Notas”, *O Estado* desafiava os adversários a pararem de “latir” e cumprirem as ameaças que continuavam fazendo ao jornal.⁴⁸⁷ Nesse ponto, o acervo se interrompe.⁴⁸⁸ Pode-se supor, porém, que o jornal tenha parado de circular, logo após essa provocação aberta. Afinal, muitas ameaças contra suas oficinas e seus redatores haviam se cumprido naquele mesmo ano. Além disso, de acordo com as referências do *República*,⁴⁸⁹ *O Estado* realmente parou de circular no ano de 1897, só retornando nos últimos dias de fevereiro de 1898. Voltou numa nova localização: o número 4 da rua João Pinto, o que permite considerar a hipótese de uma

⁴⁸³ **O Estado**, Florianópolis, 15/abr/1897, p.1.

⁴⁸⁴ **O Estado**, Florianópolis, 27/abr/1897, p.1.

⁴⁸⁵ **O Estado**, Florianópolis, 15/mai/1897, p.1.

⁴⁸⁶ **O Estado**, Florianópolis, 22/mai/1897, p.1.

⁴⁸⁷ **O Estado**, Florianópolis, 11/jun/1897, p.1.

⁴⁸⁸ O acervo não cobre o período de 12 de junho de 1897 a 05 de agosto de 1898.

⁴⁸⁹ “O jornal que nessa terra não se pode apresentar como órgão do partido republicano é *O Estado* cujo reaparecimento os federalistas apregoam, como uma ameaça que desprezamos, dizemo-lo em alto e bom som”. **República**, Florianópolis, 15/fev/1898, p.1. Além disso, em março ressurgiam as colunas dedicadas a criticá-lo.

nova destruição na sede do jornal. Reiniciava a numeração⁴⁹⁰ e inaugurava a 4ª época. Retomou a tipologia habitual do título e reduziu o subtítulo para “órgão do Partido Republicano”. Contudo, manteve o local de publicação como “Capital”. O preço das assinaturas também se alterou, passando a custar respectivamente para a capital e o interior: 18\$000 e 20\$000 por ano, ou 10\$000 e 11\$000 por semestre.

Outros indícios para a suposição de ataque e destruição d’*O Estado*,⁴⁹¹ estavam presentes na primeira coluna do jornal. Sob os títulos “Garantias Individuais” e “Código Penal”, trazia trechos de leis que tratavam da inviolabilidade da casa ou propriedade; da ilegalidade de prisões sem determinação da culpa, ordem legal ou flagrante delito; e dos direitos ao *habeas corpus* e à legítima defesa. Vinha acompanhada pelo seguinte comentário: “Até que sejam respeitados os direitos individuais consagrados no pacto fundamental da República, manteremos nesta coluna os artigos abaixo transcritos da Constituição Federal”. A partir das queixas e ironias do *República* pode-se perceber que tais trechos permaneceram. Os republicanistas reclamavam que “quem lê o órgão federalista e encontra, na sua primeira coluna, a transcrição de uns tantos artigos da Constituição da República ficará julgando que não há no Estado as garantias decorrentes do mesmo estatuto”.⁴⁹² Dias depois, reiterava que “se ainda estivéssemos no tempo em que se prendia, sem culpa formada, um funcionário federal, deportando-o em seguida, certamente não se faria aquela transcrição com o alarde idiota com que é feita”.⁴⁹³ Além disso, ironizava que “a censura já é mania para essa gente”.⁴⁹⁴ Contudo, esquecia que os federalistas tinham motivos para reclamar.⁴⁹⁵

⁴⁹⁰ A numeração atingia a edição 125, em 06 de agosto de 1898, o que condiz com a média de publicação do jornal (aproximadamente 25 exemplares por mês). Essa média também permite dizer que, a falha seguinte no acervo entre 07 de agosto de 1898 e 03 de janeiro de 1899 representa apenas uma falta de exemplares no acervo não uma interrupção na publicação do jornal, uma vez que os 115 números faltantes condizem com os cinco meses, o jornal manteve a 4ª época e a continuidade da numeração (edição nº 242 em 4 de janeiro de 1899). O próximo exemplar do acervo já não apresentava os artigos sobre direitos individuais.

⁴⁹¹ Outro indício também poderia ser encontrado nos anúncios. Nos dois anos anteriores, a Farmácia Rauliveira (de Raulino Horn e Antonio Pereira Oliveira) anunciou constantemente n’*O Estado*: costumava ter em média 9 anúncios/dia, representando um dos principais anunciantes, embora adversário político. Contudo, na 4ª fase, a Farmácia simplesmente deixou de anunciar n’*O Estado*, indicando uma rusga política mais forte.

⁴⁹² **República**, Florianópolis, 24/mar/1898, p.2.

⁴⁹³ **República**, Florianópolis, 29/mar/1898, p.1. Referência à prisão de Paula Ramos no governo federalista.

⁴⁹⁴ **República**, Florianópolis, 22/dez/1898, p.1.

⁴⁹⁵ Além dos casos já citados do tenente Machado e de Antônio Braga, houve o processo contra o redator tenente Salles Brazil, em abril de 1898, e o recolhimento do empregado das oficinas

Tanto que o próprio *República* deixava transparecer o problema que tinha *O Estado* para conseguir alguém que assumisse a responsabilidade de editor-chefe, ao chamar a atenção do promotor público para “a oposição que não compreende ainda o que quer dizer a proibição de publicação anônima”.⁴⁹⁶ Provavelmente era medo dos processos e represálias que vinham sendo tão comuns. Dois dias depois, o jornal anunciava que José Boiteux ia iniciar (mais) um processo contra *O Estado*. Mais alguns dias e ironizava as constantes interrupções e ressurgimentos do adversário: “apesar da moderação que usamos nos nossos artigos, rosna-se por aí além alguma coisa contra a integridade d’*O Estado menor*. É asneira. Depois do assalto reaparecerá a 5ª época, porque *O Estado menor* não receia ameaças de politicões (*sic*)”.⁴⁹⁷ Contudo, a quinta época não viria tão cedo, não pelo menos nos próximos anos.

O ano de 1898, apesar da falta de exemplares no acervo, foi marcado pelas disputas eleitorais e pelas polêmicas sobre a lisura das eleições. Nos pleitos presidencial, estadual e municipal apareceu reiteradamente o problema do alistamento de eleitores. A muitos federalistas não foi permitido votar porque o alistamento de 1892, no qual constavam seus nomes, fora anulado por Moreira César.⁴⁹⁸ Contudo, os processos e as notícias permitem inferir que a tais eleitores não foi permitido se alistarem em 1898, permanecendo tal interdição mesmo quatro anos após o fim da revolução. Esse problema era tão sério que o *República* reportou a intervenção de Prudente de Moraes, pedindo a revisão da legislação eleitoral, principalmente quanto ao processo de alistamento e organização das mesas, sendo que o presidente deu como exemplo do abuso e da “má vontade dos mesários” a eleição catarinense, onde eles teriam privado “os eleitores de exercer aquele direito”.⁴⁹⁹

Tentando rebater as reclamações dos federalistas, o *República* comparava as duas legislações eleitorais para justificar a intervenção policial e o encerramento da votação em algumas seções através do

Sebastião José de Souza ao quartel para servir novamente a uma força da qual já havia sido liberado. Fora os processos contra o jornal, daí dizerem que “não sendo possível fazerem-nos calar com as ameaças constantes, pretendem que acharam o meio de inutilizar-nos processando-nos e naturalmente condenando-nos”. *O Estado*, Florianópolis, 07/abr/1897, p.1.

⁴⁹⁶ *República*, Florianópolis, 13/mar/1898, p.1 e 2.

⁴⁹⁷ *República*, Florianópolis, 23/mar/1898, p.2.

⁴⁹⁸ A intenção era impedir que os federalistas pudessem votar para o governo estadual logo após a pacificação. Daí a acusação supracitada das candidaturas legislativas e executivas estaduais de 1894 não representarem a opinião do povo catarinense e terem sido eleitas por um número limitado de eleitores.

⁴⁹⁹ *República*, Florianópolis, 13/mai/1898, p.1.

argumento de que na época federalista as coisas eram ainda piores.⁵⁰⁰ Ou então, criticava o manifesto da oposição em favor da abstenção na eleição para governador em virtude das fraudes nas mesas eleitorais e da falta de garantias.⁵⁰¹ Quanto à eleição para conselheiros municipais e juizes de paz, ocorrida em 13 de novembro, os federalistas participaram e conseguiram eleger alguns candidatos. No entanto, pelo menos um deles, que recebeu o mesmo número de votos que um candidato do PRC, não foi reconhecido e duas seções foram anuladas em vista de “vício insanável”. Todos os juizes de paz reconhecidos como eleitos eram do PRC.⁵⁰²

O *República* ao dar os resultados das eleições municipais pelo estado, em geral frisava a não-eleição dos federalistas, apesar de sua candidatura.⁵⁰³ Quando acontecia uma disputa acirrada, como em São Francisco, onde o PRC conseguiu 280 votos, e o PUF 214, com a vitória destes numa das seções por 13 votos, o jornal justificava que 13 dos seus eleitores daquela seção haviam votado em outra, e acusava os federalistas de terem feito todo tipo de cabala.⁵⁰⁴ Além disso, negavam que os republicanistas tivessem levado “capangas” para obstar a eleição ou para fiscalizar a apuração, e afirmavam que se tratavam de “cidadãos patriotas, **guardas vigilantes das instituições republicanas**”.⁵⁰⁵ Ainda assim, se a polícia esteve de prontidão no dia da apuração, o fez para manter a ordem e evitar arruaças por parte dos federalistas, não por parte dos republicanistas.⁵⁰⁶

Aquele ano se destacou também pela quantidade de pedidos de anulação das eleições ou do alistamento eleitoral em todo o estado. Processos movidos por federalistas que, apesar de já terem sido eleitores e requererem-no novamente, não obtiveram seus títulos. As negações de alistamento se deram sob a alegação de falta de um comprovante

⁵⁰⁰ **República**, Florianópolis, 02/ago/1898, p.1.

⁵⁰¹ **República**, Florianópolis, 09/ago/1898, p.1.

⁵⁰² **República**, Florianópolis, 01/dez/1898, p.1. A explicação para isso se encontra na Lei Cesário Alvim que estabelecia a legislação eleitoral da época: uma mesa de cinco membros, nomeados pelo presidente da câmara, com a função de apurar os votos, lavrar as atas e queimar as cédulas. Portanto, a base eleitoral estava no município, sendo pois comandada pelo partido que o dirigia naquele momento. Uma base de situacionismo forçado, que somente permitia a vitória da situação, inclusive através de fraudes e da inserção de um eleitorado fictício nos dados. Ver, por exemplo: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902)**. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, 4). p.76-80.

⁵⁰³ Por exemplo, **República**, Florianópolis, 01/dez/1898, p.2.

⁵⁰⁴ **República**, Florianópolis, 02/dez/1898, p.2.

⁵⁰⁵ **República**, Florianópolis, 03/dez/1898, p.1.

⁵⁰⁶ **República**, Florianópolis, 02/dez/1898, p.1.

qualquer (ora de nome, ora de domicílio, de maioria ou de alfabetização). Tais processos se moveram pelos mais variados motivos: “tornar patente o falseamento do alistamento eleitoral federal pela expedição de títulos a cidadãos não-qualificados”,⁵⁰⁷ reclamar a impossibilidade de votar por cidadãos qualificados em 1892 e que não constavam nos novos alistamentos (24 eleitores),⁵⁰⁸ exigir uma revisão do alistamento uma vez que 32 eleitores, não foram alistados por não se aceitar sua comprovação de alfabetização⁵⁰⁹ ou mesmo pedir a suspensão das eleições.⁵¹⁰ Quanto aos processos, a justiça repetidamente decidiu contra os requerimentos.

Em primeiro lugar, percebe-se o apelo constante e em diversas cidades a recursos jurídicos para tentar resolver a questão do alistamento eleitoral, em alguns casos propostos inclusive pelo procurador da República. Em segundo, percebe-se a não-resolução de tal pendência, uma vez que reiteradamente a justiça se nega a aceitar tais processos ou a dar parecer favorável aos requerentes. Diante disso, pode-se supor que, novamente, a situação empregou os mais diversos meios para obstar os direitos políticos dos cidadãos ligados ao partido opositor. Aí a explicação para a seguinte constatação presente nas páginas d’*O Estado*: “o poder pode fazer”.⁵¹¹

⁵⁰⁷ **República**, Florianópolis, 24/dez/1898, p.2.

⁵⁰⁸ **República**, Florianópolis, 27/dez/1898, p.2.

⁵⁰⁹ **República**, Florianópolis, 28/dez/1898, p.2.

⁵¹⁰ **República**, Florianópolis, 23/dez/1898, p.1.

⁵¹¹ **O Estado**, Florianópolis, 11/set/1896, p.1.

CAPÍTULO 3 – A BATALHA PELA IDENTIFICAÇÃO: CONSTRUÇÃO E DISPUTA DA REPRESENTAÇÃO DE “VERDADEIROS REPUBLICANOS”

A configuração e o posicionamento de cada jornal, a seleção dos assuntos, as estratégias discursivas e a recorrência às idealizações sobre a República, o povo e o federalismo foram instrumentos que influíram na luta simbólica em que os dois grupos estavam envolvidos: a luta pela identificação de “verdadeiros republicanos”. Identificação construída através dos discursos jornalísticos e das representações sobre o período, disputada por ambos os partidos e, finalmente, assumida como capital simbólico dos republicanistas, reconhecida inclusive pela historiografia. Fechamento discursivo de fronteiras para delimitar e diferenciar os grupos, para construir a sua própria imagem e a do outro, visando o estabelecimento daquela como a mais correta e desejável, e recusando esta como não-correta e não-desejável. Trabalho simbólico de classificação ainda mais necessário considerando-se as poucas diferenças efetivas entre republicanistas e federalistas.⁵¹²

Daí a constante luta de classificação para definir os princípios legítimos de di-visão do campo político republicano catarinense: quem deveria a ele pertencer ou não, quem deveria assumir as posições dominantes, quais assuntos seriam pensáveis e discutíveis e quais não. Luta que envolvia não apenas a afirmação de sua identidade e visão de mundo, mas, principalmente, a possibilidade de permanência e de atuação no campo – daí a oposição, presente no discurso dos dois partidos, entre os “verdadeiros republicanos” e os “restauradores disfarçados”. Por isso, mais do que o valor dos produtos políticos e da autoridade de cada grupo, essa luta envolvia o poder de definir o que era ser legitimamente um “político republicano”,⁵¹³ e com isso, quem estava apto a participar desse campo reconfigurado.

Ou seja, aplicando o pensamento de Bourdieu, uma das principais disputas políticas do início republicano catarinense foi pelo monopólio da legitimidade política, isto é, entre outras coisas pelo poder de dizer com autoridade quem estava autorizado a chamar-se “político

⁵¹² Conforme analisado no subitem 1.5, p.75 e ss.

⁵¹³ BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Organizador Renato Ortiz. Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais), p.127-128.

republicano” ou mesmo a dizer quem era um “político republicano” e quem tinha autoridade para dizer quem o era; ou, se se preferir, o monopólio do poder de consagração dos produtores ou dos produtos. Logo, se esse campo era o lugar de uma luta pela definição do “político republicano”, existiria apenas uma definição em processo e correspondente ao estado momentâneo dessa luta.⁵¹⁴

Devido a isso, analisa-se aqui a construção e a disputa pela identificação de “verdadeiros republicanos” em suas fases iniciais, seguindo o desenrolar das batalhas travadas entre republicanistas e federalistas pelo governo estadual. Começa-se pela percepção das semelhanças e diferenças nos discursos dos dois jornais partidários, sua construção conjunta dessa identificação e as alterações nas representações a ela associadas no decorrer dos primeiros anos do novo regime. Depois da vitória sobre os revolucionários, demonstra-se o processo de associação dessa identificação com os republicanistas, no período em que a imprensa oposicionista esteve silenciada. A seguir mostra-se a tentativa infrutífera de revisão dos acontecimentos realizada pel’ *O Estado* após seu retorno em 1896, bem como a institucionalização da versão dos vencedores pela historiografia, via Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Por fim, apresenta-se a permanência da representação que opõem republicanos e restauradores apesar das evidências sobre a pouca representatividade dos grupos monarquistas.

3.1 – Uma construção a quatro mãos

As tentativas de definição do “político republicano”, bem como as representações a ela associadas, não foram prioridade apenas dos novos participantes do jogo político catarinense. Os governantes utilizaram-nas como forma de legitimarem-se e perpetuarem-se no poder enquanto os oposicionistas usaram-nas com o objetivo de autorizar suas tentativas de retomada do governo estadual. E ambos os grupos transformaram-nas numa qualidade exclusivamente sua, de modo a garantir sua permanência legítima nas posições dominantes do campo político republicano e a excluir os adversários como inadaptados e retrógrados.

Em geral, eram em artigos argumentativos que os redatores dos jornais visavam a persuasão, o convencimento a respeito da verdade de sua interpretação para acontecimentos e problemáticas, enfim, a adesão

⁵¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.253-254.

do leitor a sua bandeira político-partidária. Contudo, notas, comentários e até poemas e fábulas também serviram para construir uma nova identificação política diante do advento do novo regime. Até assuntos a princípio não relacionados com a disputa partidária entre republicanistas e federalistas muitas vezes foram usados nas tentativas de legitimar-se politicamente e identificar-se como o mais apto a governar dentro da nova situação. Para atingir essa meta, os mais diversos recursos discursivos foram utilizados, desde termos que indicassem certeza a elaboradas argumentações retóricas com tom moralista, comoção popular e expressões universais do senso comum, com toda a sua credibilidade.

Outras vezes, mobilizou-se uma reconstrução retrospectiva do passado – para questionar a honra, pôr em dúvida a honestidade ou construir um percurso político que o identificasse com uma das duas identificações opostas (“verdadeiro republicano” ou “monarquista disfarçado”) – e também uma previsão do futuro, associando ideias de progresso e felicidade aos planos do seu partido, ou de miséria e atraso para as propostas do adversário. Afinal, a função do enunciador está justamente em tornar o enunciado capaz de produzir sentido – não qualquer sentido, mas aquele condizente ao grupo cujos interesses representa – aliando os esquemas de opinião comuns e as estratégias de convencimento.

Constantemente manipulava-se o grande poder persuasivo da imagem na construção de representações, em favor próprio ou contra o outro. Uma vez que os jornais dificilmente publicavam figuras, tal construção era discursiva, através da adjetivação e valoração dos atos, positiva ou negativa, da deformação ou personificação, da comparação ou da metáfora. Privilegiava-se uma visão bipolar, com o mundo estruturado em dois pólos opostos: bem e mal, pró e contra, nós e eles, os “verdadeiros, sinceros, convictos republicanos desde os tempos difíceis da propaganda” contra os “falsos republicanos, inimigos da república, restauradores e saudosistas da monarquia”.⁵¹⁵ Logo, as

⁵¹⁵ Esse tipo de polarização entre os grupos identitários (nós e eles) pode ser melhor compreendido pelo quadro ideológico proposto por van Dijk. Segundo ele, há uma tendência de se apresentar de maneira favorável o grupo de pertença, exaltando suas características positivas e ocultando as negativas, e uma tendência de mostrar o grupo de não-pertença, ressaltando seus traços negativos e ofuscando os positivos. Tais apresentações se operam via processos de vinculação semântica, de sugestão e de associação, aos quais se juntam implicações ideológicas, interessando pois não só a quantidade do que se diz, mas também a relevância ou irrelevância do que é dito. Conforme VAN DIJK *apud* PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005. p.113.

referências aos personagens retratados acabavam recaindo ou na exaltação ou na desvalorização simbólica.

Dessa forma também se construía as fronteiras entre o aceitável e o não-aceitável, o desejável e o não-desejável, o correto e o incorreto dentro do avanço e do progresso da nova ordem. Daí a tendência a mostrar mais os aspectos negativos, os temas que se situavam mais próximo aos limites do não-permitido e do desviante, o que contribuía para legitimar o nós sempre presente, embora não necessariamente explícito. Nessa tentativa de delimitar as diferenças entre os grupos, muitas vezes a caracterização do adversário ultrapassava o limite do desviante, adentrando nos aspectos da anormalidade.⁵¹⁶ Tal caracterização eventualmente recaía na vitimização de si e na transformação do outro num “monstro” ou num “bandido”; outras na caricaturização, estereotipização ou deformação, pelo uso principalmente da ironia. Um exemplo é a descrição dos republicanistas, feita pel’*O Estado*, que os chamava de “graudagem da terra que se transformou em palhaço”, apontando-lhes a “forte demência e a perversidade” e comparando-os a “gatunos e bandidos de casaca e de cartola” que deixavam à mostra “o *rabinho* das ladroeiros infames”.⁵¹⁷

Assim, nesse processo de legitimação do nós em oposição ao eles, os três recursos discursivos mais comuns foram a adjetivação positiva ou negativa – forma imediata de qualificação de um personagem, que pode ser direta ou usar uma linguagem figurada, recorrendo-se, à comparação e à metáfora –; a descrição valorativa das ações e a associação indireta de ideias – onde o enunciador tenta passar determinadas mensagens positivas sobre si e negativas sobre os outros. Ou seja, repetidas vezes, ambos os lados apresentaram-se num nós cheio de virtudes, como no trecho a seguir:

Não; nós não podemos ser dependentes em pleno regime federativo, apesar de tão desvirtuado pelos dominadores; nós não somos escravos nem

⁵¹⁶ Muitas vezes “essas figuras [desviantes da normalidade] que emergem não têm outra função a não ser a do serviço de administrar o campo social. Funcionam como instrumentos educativos, pontos estratégicos disciplinares, enquanto nos dão as coordenadas do aceitável”. GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores; Edusp, 2003. p.53. Ideia que é reforçada pela afirmação de que “Alguns dos conceitos pré-concebidos (estereótipos) que alimentam as notícias resultam das táticas estratégicas que esses grupos dominantes foram usando, mesmo que inconscientemente, para fabricarem o consentimento e legitimarem o seu domínio”. SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**: um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p.25. (grifos no original)

⁵¹⁷ *O Estado*, Desterro, 15/dez/1892, p.2.

covardes, nem jamais consentiremos que nos reduzam a tão degradantes condições. Eis o que dirão certamente todos aqueles cidadãos que amam e tiveram por berço o glorioso Estado de Santa Catarina; eis o que dirão, enfim, todos os que estão ligados aos interesses do poder e que respeitam acima de tudo a honra e a dignidade de um povo todo.⁵¹⁸

Tem-se aí uma exaltação do nós, não numa adjetivação direta, mas num trecho em que a primeira pessoa do plural aproxima o enunciador do povo catarinense ao qual se dirigia, investindo-o, assim, voluntariamente das falas desse discurso e garantindo autoridade a si e ao seu grupo. A essas estratégias constantemente acumulam-se valorizações positivas dos atos:

Apoiados unicamente no civismo do povo catarinense, desprezando suas maquinações e manejos, **sem desviar-nos uma linha do dever e dos sentimentos republicanos**, confiando nos princípios federativos que garantem a autonomia do Estado, beneficiamos Santa Catarina com melhoramentos indispensáveis, com diversas estradas e obras, com leis libérrimas e garantias as mais completas, com serenidade, sangue-frio e respeito à lei, longanimidade e tolerância.⁵¹⁹

No caminho inverso, mas extremamente relacionada a essa estratégia, desenhava-se um outro repleto de vícios:

(...) os escritores oposicionistas, despeitados, furibundos, hidrófobos, esgueiram-se, disparam do terreno da luta política em que deviam enfrentar-nos, se tivessem dignidade e, como se a calúnia pública ainda fosse pouca baixeza, invadem, assaltam covardemente o que há de mais inviolável, o que há de mais santo na sociedade, o que há de mais respeitável na lei: atacam a vida privada, invadem o lar e assaltam a família! Loucos e tartufos, para trás caluniadores!...⁵²⁰

⁵¹⁸ **República**, Desterro, 10/jul/1892, p.1.

⁵¹⁹ **O Estado**, Desterro, 01/jun/1893, p.1.

⁵²⁰ **O Estado**, Desterro, 02/mar/1893, p.1. Ver anexo 2.3.

Nesse excerto, pode-se perceber ainda o apelo emocional, a vitimização e o tom moralista ao tratar da inviolabilidade e da santidade da família que “vem sendo covardemente atacada” pelos republicanistas. À adjetivação negativa, recorrentemente se associava a desvalorização dos atos:⁵²¹

os *soi-disants* **republicanos** (...) que só aspiravam ao interesse pessoal – a continuidade das posições (...) desconhecera que a soberania residisse no povo, que o povo fosse o supremo árbitro de seus próprios destinos. Ainda **falseando o regime federativo**, apelaram para o centro pedindo que os mantivesse (...) **Desconheciam a política republicana**, desconhecendo os princípios sobre que se assenta. (...) São republicanos e conspiram contra o progresso da pátria; são republicanos e procuram armar ao afeito nas mais pequeninas coisas, perfidamente. São republicanos que **aspiram uma República sua** (...) Se pretendes o governo, **fazei-vos antes bons republicanos**; conquistai primeiro a confiança pública; confraternizai com a verdade e a justiça; **amai a República** pura e imaculada, como a imaginou Benjamin Constant.⁵²²

Nesse trecho, o modo de dissociar os adversários da representação de “políticos republicanos”, a que se arrogavam o direito e a exclusividade, é apontando seu falseamento, na prática política, dos princípios do novo regime. Aí se recorria à representação idealizada da república, vista anteriormente, para apontar as características anti-republicanas dos concorrentes. Daí falar-se na prevalência dos interesses pessoais sobre o bem público, no desconhecimento dos princípios republicanos, no desrespeito à soberania popular e no falseamento do regime federativo. Os autores ainda aproveitavam para ressaltar a si mesmos e às suas virtudes quando indicavam o caminho correto a ser seguido para atingir o governo. Uma vez que ocupavam aquela posição, ao dizerem que era preciso: ser “bons republicanos”, conquistar a confiança pública, confraternizar com a verdade e a justiça, amar uma

⁵²¹ Um exemplo proveniente do *República* pode ser encontrado nas acusações do jornal ao governo do tenente Machado por “usurpar criminosamente a administração pública e rasgar a Constituição e as leis”, cometendo assim uma “flagrante traição, um crime imperdoável e punível com as mais severas penas”. **República**, Desterro, 21/jun/1892, p.1.

⁵²² **O Estado**, Desterro, 04/jan/1893, p.1. Ver anexo 2.2.

república pura e imaculada para chegar à administração, estavam indireta e sutilmente dizendo que eles próprios haviam feito tudo isso.

Outro recurso extremamente correlacionado a estes era a comparação. Por exemplo, a utilizada pel’ *O Estado* para descrever o comportamento dos republicanistas, apresentados como “quadrilha de saltimbancos, rapinantes abutres, corja insaciável de bandidos, malta de descarados gatunos, hostes de corsários políticos, caterva de beduínos e salteadores do erário público, mercenários do dever e do patriotismo e falsos apóstolos da República Federal”.⁵²³ Ou ainda a associação de ideias, como esta entre republicanistas/cofres vazios/privilégios/descrédito/ataque e desrespeito ao povo; construída em oposição à que ligava os federalistas aos cofres cheios/moralidade/salvação/consideração e defesa do povo.⁵²⁴

Comparando-se as representações construídas e as estratégias usadas por cada jornal pode-se perceber que havia uma constante repetição nos recursos e nos discursos apresentados pelos dois periódicos. Isso pode, por um lado, relacionar-se ao fato da construção social do sentido ocorrer através da redundância e da novidade. Ou seja, simultaneamente aparecem pequenas modificações, acréscimos e rearranjos nas representações, enquanto a maioria das figuras utilizadas se repete, possibilitando tanto a apreensão e fixação, quanto a cristalização e institucionalização dos significados.⁵²⁵ Por outro lado, pode ligar-se ao fato de ambos estarem disputando a associação do seu grupo com uma mesma identificação, a de “verdadeiros republicanos”, a qual construíam em conjunto. Uma confirmação para tal suposição é o artigo “Repugnante” que, publicado pelo *República* em 04 de maio de 1893, foi reproduzido na íntegra pelo *O Estado* no dia seguinte, com a explicação de que iam replicar dizendo para os adversários exatamente o mesmo, uma vez que percebiam as representações ao contrário e que eram eles que “vibrando com a constância das causas justas, a fibra do patriotismo do povo” não tinham olhos para outros antagonistas que não “os réus de lesa-constituição”.⁵²⁶

Além disso, a estratégia discursiva de legitimação por oposição entre as representações do nós e do outro foi muito usada por ambos os jornais, inclusive de uma maneira bastante similar. Um resumo do seu funcionamento pode ser encontrado no texto seguinte d’ *O Estado*:

⁵²³ *O Estado*, Desterro, 03/jun/1893, p.2.

⁵²⁴ *O Estado*, Desterro, 11/fev/1893, p.1.

⁵²⁵ Conforme GOMES, Mayra Rodrigues. *op.cit.*, p.102; e SOARES, Rosana de Lima. *Imagens veladas: AIDS, imprensa e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2001. p.96.

⁵²⁶ *República*, Desterro, 04/mai/1893, p.1 e *O Estado*, Desterro, 05/mai/1893, p.1.

Aparece uma imprensa com arrogância de coisa séria, começando a pregar moral, a proclamar às instituições, a evangelizar princípios de honestidade, de economia e de civismo, mas vai, com o gastar da máscara, resvalando para o seu elemento próprio, e daí começa a mutação de cenas; surge um dia o insulto, outro a mentira, a intriga, a baixeza de sentimentos, a falta de respeito à família, à sociedade, a tudo quanto não gira na sua órbita política a todos quanto não são satélites do seu *Deus*.

Quem não veste a roupa de irmão da confraria, é *ateu*, é desonesto, é **inimigo da República**, é esbanjador dos dinheiros públicos, odeia ao chefe da nação, procura por todos os meios derrocar a ordem, empobrecer o Estado, perseguir o povo, injuriar os adversários, e, finalmente, nada fazer pelo bem público; eles, os vestais da moralidade e da dignidade política, tudo fizeram, tudo querem fazer, tudo prometem fazer, mas não o podem, pois que nós outros impedimos lhes de beneficiar este povo, cuja maioria dá-lhe todo o apoio, aderindo ao seu *programa*, e sustentando a sua política de *desinteresse* e somente de amor, pelo berço natal, e pelo progresso de sua terra!⁵²⁷

Contudo, se os federalistas falavam isso dos republicanistas, com poucas mudanças a inversão seria possível de forma que a representação permanecesse tão fiel às fontes quanto esta. Ou seja, poderiam, em sua maioria, as imagens construídas para uns serem aplicadas aos outros de modo que, se as descrições favoráveis de cada jornal sobre seus correligionários fossem colocadas lado a lado, não seria possível distinguir quais retratavam os membros do PRC e quais os do PUF. O mesmo valendo para as imagens negativas dos adversários, as quais, sem nomes, dificilmente poder-se-ia identificar a procedência. Assim, ambos os jornais construíam as mesmas identificações de “verdadeiros” e “falsos republicanos”.

As semelhanças, porém, não paravam por aí: apareciam também nos assuntos tratados e na forma de tratá-los. Considerando que nos períodos eleitorais a quantidade de matérias aumentava e havia um acirramento nas disputas, esse sempre foi um foco de contradições e polêmicas. A atuação de cada jornal – de exaltação ou de repúdio quanto

⁵²⁷ **O Estado**, Desterro, 23/set/1893, p.1 e 2.

ao pleito – variava de acordo com a situação política de seu partido naquele momento. Em geral, quando possuíam o domínio do poder estadual, conclamavam o eleitorado às urnas para cumprir seu “dever de concorrer espontaneamente (...) para escolherem livremente os cidadãos mais aptos e de mais confiança popular”,⁵²⁸ a fim de os representarem. Normalmente a opção era apresentada como uma decisão simples entre dois adversários completamente opostos, de forma que “d’este direito soberano do povo devem sair a ordem ou a desordem, a moralidade ou a imoralidade, o progresso ou o retrogresso, o bem ou o mal, a vida ou a morte para o Estado”.⁵²⁹ Aqui, novamente, percebe-se claramente a bipolarização das representações.

Nesses momentos, era comum criticarem a estratégia dos adversários de pedir a abstenção, como uma “insinuação cavilosa” que afastaria das urnas cidadãos necessários, “fazendo-os incorrerem na grave falta, melhor diríamos no crime, de abandonarem a Pátria”.⁵³⁰ Não obstante, quando estavam na oposição, acabavam por aconselhar e utilizar-se da mesma estratégia como “um protesto solene que deixamos aqui lavrado, contra os abusos inqualificáveis que se vão cometendo diariamente em nosso desventurado Estado, digno de melhor sorte”.⁵³¹ Além disso, denunciavam as pressões e fraudes eleitorais, que tornavam impossível qualquer vitória dos opositoristas – devido à estrutura da máquina eleitoral.

Após o resultado, se fossem situação, narravam a tranquilidade em que transcorreu a votação, desmentindo as pressões políticas aos funcionários públicos e a utilização das forças policiais. E construía longas argumentações baseadas em números que servissem para exaltar a vitória esmagadora e minorar os efeitos das abstenções – assim estimavam, desde o último registro eleitoral, quantas mortes ocorreram, além de aventar as faltas por doenças, ausências do estado e impossibilidades de locomoção. Utilizavam assim, uma das principais estratégias persuasivas: a da verdade “incontestável” da matemática.

Outro assunto discutido por ambos os grupos e sempre posto em pauta pelos opositoristas, em forma de denúncias mútuas, foram as demissões, exonerações e transferências de funcionários públicos, consideradas “arbitrárias, tumultuárias e violentas”,⁵³² visando favorecer os seus correligionários em detrimento dos adversários, que eram

⁵²⁸ **O Estado**, Desterro, 06/nov/1892, p.1.

⁵²⁹ **República**, Desterro, 20/fev/1891, p.2. Ver anexo número 1.2.

⁵³⁰ **República**, Desterro, 09/set/1890, p.1 e 2.

⁵³¹ **República**, Desterro, 24/abr/1892, p.1.

⁵³² **República**, Desterro, 28/jan/1892, p.2

punidos. Havia também as constantes críticas à atividade policial, tanto por deixar de cumprir suas tarefas ou demorar-se nas providências necessárias, quanto por abusarem do poder ou excederem-se na rigorosidade da punição. E as reclamações sobre o mau funcionamento dos órgãos públicos, em especial o correio e a alfândega. Além da questão sempre repisada dos boatos e telegramas falsos, apelando para o centro do país. Ou então as constantes e intermináveis dúvidas sobre a lisura, veracidade e viabilidade do orçamento. E ainda as exigências de melhoramentos necessários ou as exaltações das obras e financiamentos conseguidos.⁵³³ Todas elas foram temáticas utilizadas para reforçar as denúncias de má administração de ambos os grupos sobre seus adversários e, conseqüentemente, constituíram parte importante das identificações de bons ou maus republicanos.

Muito comuns foram também os desmentidos em relação ao que publicou o outro jornal. Uma grande quantidade de artigos e comentários começava com “ao contrário do que informou”, ou “o que disse tal órgão de publicidade é mentira”, e o texto seguia numa determinada organização discursiva que desfazia a argumentação do adversário, utilizando muitas vezes afirmações do senso comum ou declarações de figuras incontestáveis para legitimar-se. Nesse sentido, como explica Bourdieu, uma vez que são objetos de disputa:

As palavras do léxico político trazem a marca da polêmica na forma da *polissemia* que é o vestígio dos usos antagonistas que grupos diferentes delas fizeram e delas fazem. Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico – poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos – consiste assim em pôr o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele.⁵³⁴

Assim, essa estratégia, comumente usada, ao mesmo tempo, coloca o discurso como autoridade incontestada e bloqueia contra-argumentações. Afinal, especialistas e pessoas credíveis sempre ajudam a sustentar argumentos. Outro recurso que segue uma lógica semelhante é a utilização de termos gerais de certeza – como “ideias que não se

⁵³³ Sobre a constância desses dois últimos aspectos, basta ver a sequência de artigos, tanto do *República* quanto d'*O Estado* sobre as “Finanças do Estado”, “A Estrada de Lages” e “A passagem do Estreito”.

⁵³⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p.143.

podem contrariar de boa fé”, “há que se concordar”, “a verdade é que”, “sem dúvida”, “eis toda a verdade”, “vamos elucidar (ou alertar) o público”, entre outras. Dessa forma as representações ali construídas “aspiram à universalidade de um diagnóstico fundado na razão”, embora sejam sempre “determinadas pelos grupos que as forjam”.⁵³⁵

Outro recurso muito utilizado por ambos os jornais foi a utilização de títulos valorativos – que desde o início enquadravam os acontecimentos e personagens retratados. São exemplos recorrentes: “Vão errados”, “Insana oposição”, “A cada qual o que merece”, “Inimigos do Estado”, “Tiranía”, “Mais bravos”, “Parvoíce”, “Eleição farsa”, “É falso ou errado” e “Medo ou crime” – esses dois últimos muito inteligentes pois aparentemente dão uma opção, contudo, qualquer das duas possibilidades é negativa e conduz ao descrédito.

Além disso, geralmente um periódico exigia do outro provas e explicações para as denúncias ou críticas que publicava, apesar de seus próprios artigos basearem-se apenas em argumentações e supostas cartas, telegramas, citações ou documentos. Nesses casos, se mobilizava o que Mayra Gomes chama de “função testemunhal do jornalismo”, ou seja, o “testemunho do testemunho” através do qual se apresentam provas da veracidade do que foi dito a partir de “citações, entrevistas, tabelas de porcentagem, fotografias”.⁵³⁶ Só assim era possível e legítimável ao *República* dizer que “é fato e não palavra que a contestar o nosso editorial de 16 do corrente encheu *O Estado* ontem coluna e tanto e deixou à evidência provada que toda sua mal argamassada catilinária resume-se em palavras e não fatos”.⁵³⁷

Palavras que, como lembra Antoine Prost “não são inocentes. Para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade, denominando-a”.⁵³⁸ Logo a escolha das palavras e a forma como foram agrupadas em textos e proferidas possuem um significado que o locutor/redator pretende passar aos ouvintes/leitores. Estratégias discursivas por vezes sutis que visavam reforçar a sua visão de mundo, associar seu grupo à identificação de “verdadeiros republicanos” e persuadir os leitores a aderirem ao seu programa de ação, garantindo assim o poder simbólico necessário para agir e justificar suas atitudes, para concretizar o “fazer

⁵³⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. (Coleção Memória e Sociedade), p.17.

⁵³⁶ GOMES, Mayra. *op.cit.*, p.91.

⁵³⁷ **República**, Desterro, 18/mar/1893, p.1

⁵³⁸ PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p.312.

ver e fazer crer” em “fazer fazer”, em mobilização do grupo e em realizações no campo social e político.

A tarefa primordial dos discursos jornalísticos, como afirma Gans,⁵³⁹ não era, pois informar o público, e sim gerenciar a arena pública e simbólica de construção da realidade. Isto é, tanto na Desterro do século XIX quanto hoje, para além de todo este importante papel na socialização da informação e na formação da opinião pública, a imprensa também tende a conformá-la, no sentido de, não apenas selecionar os acontecimentos que serão reportados, as características destacadas, os assuntos discutidos, mas também de tentar mostrar como essa discussão deve ocorrer. Não apenas definir o que pensar, mas como pensar nisso.

Assim, o confronto entre os grupos através do discurso jornalístico, ao apresentar representações opostas, transformou os jornais *República* e *O Estado* – não cada um em si, mas os dois em conjunto – num espaço para disputar a legitimidade e o poder simbólico de instituir o consenso e a interpretação de mundo aceita como mais adequada. Lembrando que, essa disputa começou apenas depois do fim da retórica inclusiva do “somos todos republicanos”, quando da escolha da chapa exclusiva para a composição do Congresso Nacional. Só então os jornais iniciariam a disputa constante entre um nós e um eles, construindo simultaneamente as duas identificações principais: a dos “republicanos mais sinceros” em oposição a dos “possíveis monarquistas”, sendo que cada grupo procurava atribuir esta ao adversário e aquela a si mesmo.

3.2 – “Verdadeiros republicanos”: uma representação em construção

A substituição do discurso inclusivo do “somos todos republicanos” pelo exclusivismo que procurava definir quem era “mais republicano” marcou o início da primeira fase de construção das identificações de “verdadeiros republicanos” e de “possíveis restauradores”. Principalmente entre meados de 1891 e meados de 1894 as posições dominantes do campo político republicano catarinense foram acirradamente disputadas entre agentes com capital e carreira mais antigos e os novos participantes colocados em cena pelo governo militar nacional ou promovidos por sua ligação com os clubes

⁵³⁹ GANS, H. *Deciding what's news*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1994, p.312 *apud* SOARES, Rosana. *op. cit.*, p.26.

republicanos. Tais lutas também envolviam a associação do seu grupo com a identificação de “verdadeiros republicanos” – construída em conjunto pelos dois jornais.

De modo geral, houve quatro formas principais de criar essas duas identificações opostas e de associá-las ao seu grupo, através da oposição ou associação às representações negativas ou positivas sobre: o governo federal, os revolucionários, o governo estadual e os adversários (neste caso, apenas a oposição) sendo que este último foi o recurso mais comum. Quanto ao governo federal, personificado na pessoa de Floriano Peixoto, a posição do *República* e d’*O Estado* eram muito semelhantes, embora as fases de apreciação e desprezo, exaltação e deformação aparecessem em momentos divergentes. O posicionamento do periódico republicanista, conforme visto anteriormente,⁵⁴⁰ iniciou com a exaltação do patriota que salvou a Constituição do tirano Deodoro. Logo em seguida, em virtude das atitudes tomadas em relação ao governo estadual, passou a alertá-lo sobre o caminho perigoso que trilhava. Depois veio a crítica mordaz e os ataques diários ao “ominoso” governo do marechal Floriano, posteriormente lembrados pelos opositores. Após a atitude favorável do vice-presidente ao governador Julio de Castilhos, sua imagem foi lentamente melhorada, personificada e legitimada até tornar-se o guardião, defensor e consolidador da república.

Por sua vez *O Estado*, inicialmente, mostrou-o muito pouco, variando entre uma atitude benfazeja e certas decisões errôneas – por exemplo, em relação à revolução rio-grandense. Após 1893, com o rompimento entre os governos estadual e federal e com a chegada da revolução às terras catarinenses, começou a denegri-lo e a retratá-lo como tirano, sempre disposto a sacrificar tudo – lei, direito, justiça, tolerância, lealdade e consolidação das instituições – à sua permanência no poder. Apontava o ataque inaudito ao regime federativo, a traição às instituições republicanas, a campanha inglória e criminosa contra a Constituição, afirmando a impossibilidade da permanência dos republicanos propagandistas e dos cidadãos que defendiam sinceramente a república ao lado do seu corruptor. Por oposição, seus salvadores eram os heróis patriotas da esquadra e do exército libertador.⁵⁴¹

Em relação às estratégias discursivas, a mais usada por ambos os jornais foi a adjetivação, positiva ou negativa, como em “já toca às raias do delírio a política ultriz e negregada do **ex-ajudante de ordens do sr.**

⁵⁴⁰ Ver páginas 105-106.

⁵⁴¹ Conforme os números 248, 251 e 282 do *O Estado*, respectivamente 08 e 12/out/1893 e 22/nov/1893.

visconde de Ouro Preto. (...) esse homem até então submergido na penumbra mais espessa, sem títulos de benemerência, e, digamo-lo francamente, sem tradições de idoneidade”.⁵⁴² Outra bastante empregada foi a valoração boa ou ruim dos atos realizados: “manda despoticamente militares de alta patente à frente já de populares, já de força armada, depor os presidentes eleitos dos Estados, fazendo jorrar das veias dos nossos concidadãos o sangue precioso que até então não havia sido derramado”.⁵⁴³ E era em relação a essa visão negativa ou positiva que se construía como “bons ou maus republicanos” como em: “todos os **bons republicanos** patrioticamente preocupados na defesa dos princípios federativos **contra o despotismo do ditador tirano** que continua a ensanguentar a pátria (...)”.⁵⁴⁴ Havia ainda o recurso de apelo às emoções quando se retratava a situação nacional: “o momento que atravessamos, vindo de um lado despedaçada, a golpes de espada, a imagem da Pátria, que geme e chora abocando-se do abismo que abriu aos seus pés o marechal Vermelho, e de outro a figura branca e sagrada da **República martirizada**”.⁵⁴⁵

A partir de 1893, tais imagens apareciam comumente relacionadas também às dos revolucionários. Em geral, quando tal construção se identificava às representações sobre o governo federal, opunha-se àquelas a respeito dos revolucionários, e vice-versa. Assim, o *República*, uma vez que apoiava o governo legal de Júlio de Castilhos e as atitudes de Floriano em relação às ocorrências no Rio Grande do Sul, tendia a retratar os revolucionários negativamente, como “meia dúzia de indivíduos, a quem parecia de acerto – demolir para reconstruir”.⁵⁴⁶ Ou então, como “um pequeno grupo sem autoridade, sem prestígio e sem raízes na alma rio-grandense”, grupo que “não dispunha senão da força que lhe foi emprestada e dos recursos que lhe advieram de alianças híbridas e de conchavos efêmeros e ilusórios”. Acusavam-nos de serem restauradores que simulavam “um protesto contra a ordem de coisas resultante da **ação vitoriosa da opinião republicana** e do abandono dos postos por eles próprios desertados!”.⁵⁴⁷ E ao representar os castilhistas como “sinceros republicanos”, partilhavam com eles essa identificação:

A **vitória do partido republicano** rio-grandense,
no pé em que estavam colocados os combatentes,

⁵⁴² **República**, Desterro, 25/mar/1892, p.1

⁵⁴³ **República**, Desterro, 20/mar/1892, p.2

⁵⁴⁴ **O Estado**, Desterro, 17/nov/1893, p.1.

⁵⁴⁵ **O Estado**, Desterro, 05/nov/1893, p.1

⁵⁴⁶ **República**, Desterro, 22/jun/1892, p.1.

⁵⁴⁷ **República**, Desterro, 08/jul/1892, p.1. Sobre o assunto, ver nota nº298 na página 108.

é a vitória da União, pela **derrota completa do parlamentarismo** naquela parte da República, e o restabelecimento glorioso do sistema presidencial. Em nenhum outro lugar do país a arma parlamentar se havia organizado como no Rio Grande do Sul, onde os **antigos representantes do império levantaram essa bandeira inadmissível no regime federativo**, pretendendo fazer o partido parlamentar em toda a República, como se ele não viesse ferir a Constituição e a autonomia dos Estados.⁵⁴⁸

Aproveitaram dessas representações ainda para associar os **“parlamentaristas, logo monarquistas”**, com o governo federalista catarinense,⁵⁴⁹ em textos cada vez mais repletos de deformação e exagero, além de amplificação emocional, comoção e vitimização do povo que sofria as “perversidades sem nome, afrontas e horrores (...) cometidos pelas hordas invasoras”.⁵⁵⁰ Um bom exemplo a esse respeito foi a publicação de uma carta, endereçada por uma moça ao seu irmão, que narrava os sofrimentos causados por esses “bárbaros”, essa “horda de celerados”: a fuga das famílias devido ao terror dos “roubos, assassinatos e desonras”, o incêndio das casa, o estupro das jovens e senhoras e a degola das crianças.⁵⁵¹

Por sua vez, *O Estado*, quando finalmente se posicionou de maneira clara,⁵⁵² invertia as representações, sendo contrário ao governo castilhistas, “governo do terror”,⁵⁵³ cuja política denunciava e criticava.⁵⁵⁴ E tendia a retratar os revolucionários favoravelmente, exaltando-os por serem “o elemento educado e instruído do Estado” e afirmando que **“o partido federalista é mais republicano do que o**

⁵⁴⁸ **República**, Desterro, 08/jul/1892, p.2. Perceba-se a associação implícita entre sistema parlamentarista e regime monárquico, como se fosse impossível haver uma república parlamentarista.

⁵⁴⁹ Série de artigos chamada Revolução no Rio Grande.

⁵⁵⁰ **República**, Desterro, 13/abr/1893, p.2.

⁵⁵¹ **República**, Desterro, 01/jun/1893, p.1.

⁵⁵² Sobre o posicionamento d’*O Estado* com relação à revolução rio-grandense, ver páginas 110 a 113.

⁵⁵³ **O Estado**, Desterro, 18/dez/1892, p.1e2.

⁵⁵⁴ “São conspiradores os que morrem. Mas em virtude de que lei os matam? Mas ninguém protesta. O governo do Rio Grande do Sul entende que só assim pode consolidar lá a República, e o que ela faz está muito bem feito. Os cadáveres não escrevem nem falam. Dizem que eles conspiram, mas se esquecem de acentuar que este fenômeno só se dá nos povos capazes de serem livres. Aqui a morte é o meio mais prático de governar sem as agitações da liberdade. Por isso, o mísero Rio Grande do Sul morre sem ter ao menos quem reze por ele um responso.” **O Estado**, Desterro, 17/nov/1892, p.2.

governo do Rio Grande do Sul".⁵⁵⁵ Como não podia deixar de ser, constantemente o jornal defendia os federalistas gaúchos contra as acusações de serem restauradores. Para tanto, transcreveu recuperações históricas de modo a deslegitimar e reverter tal visão:

Os federais gostam de ouvir dar-lhes os títulos de federalistas ou liberais, mas não concordam com o de gasparistas. Durante o Império este partido se chamava **liberal-republicano**. O que hoje domina é **republicano**, simplesmente; depois da República aderiu a este o partido conservador monárquico, como era lógico, e daí a razão de lhe atribuírem a restauração do Império. (...) **Todos os homens que possuem títulos nobiliárquicos, figuram no partido castilhistas;** e ao assassinato juntaram o envenenamento.⁵⁵⁶

Assim, para *O Estado*, o movimento do sul não tinha intuítos restauradores e era composto por republicanos históricos que combatiam pela garantia de direitos e pela liberdade.⁵⁵⁷ Utilizando-se inclusive de um discurso religioso, afirmava que a revolução era santa e vinha dos impulsos da honra ultrajada, e que os revolucionários eram **verdadeiros evangelizadores do credo republicano** lutando contra os partidários do poder pessoal e do arbítrio absolutista.⁵⁵⁸ Questionava, pois, a legitimidade de uma Constituição republicana que acumulava todos os poderes numa só pessoa, apontando tal governo como indigno do regime nascente, principalmente porque essa pessoa tornou-se um ditador que **derramava o sangue de irmãos e de republicanos históricos, sendo o maior inimigo da República.**⁵⁵⁹

Outra forma de construir-se como “bons ou maus republicanos” associava-se às representações relativas ao governo estadual. Aqui, o posicionamento diferia de acordo com quem ocupava essa posição, identificando-se com as representações quando seu grupo era situação e

⁵⁵⁵ *O Estado*, Desterro, 06/jan/1893, p.2 e *O Estado*, Desterro, 15/jan/1893, p.1.

⁵⁵⁶ *O Estado*, Desterro, 10/mar/1893, p.2.

⁵⁵⁷ Além disso, os redatores federalistas acusavam o vice-presidente de tudo inverter: “se diz consolidador da república e nos acusa de restauradores” quando, em sua visão, a revolução se tratava de um “**movimento reivindicador essencialmente republicano**”. *O Estado*, Desterro, 31/jan/1894, p.1.

⁵⁵⁸ *O Estado*, Desterro, 16/jan e 22/fev de 1894. Ou ainda: “**Apóstolos do credo republicano** para a defesa e redenção das liberdades pátrias **mesmo que se lhes empreste intuítos restauradores, são genuína e substancialmente republicanos** que à ditadura militar substituirá o regime da lei e a república civil”. *O Estado*, Desterro, 07/mar/1894, p.1.

⁵⁵⁹ *O Estado*, Desterro, 10/jun e 20/mar de 1893.

contrapondo-se a elas quando oposição. Se dominavam a administração estadual, apresentavam-se num nós honrado, digno, brilhante, talentoso, moralizado, que não se desvia “**uma linha do dever e dos sentimentos republicanos**”, garantindo a autonomia do estado e provendo-o de melhoramentos indispensáveis, leis libérrimas e garantias pessoais.⁵⁶⁰ Por outro lado, quando o governo estava a cargo de seus adversários, questionavam-lhes a legitimidade, referindo-se ao seu “**republicanismo sui generis**” ao lembrar:

(...) **as centenas de atentados cometidos contra o sistema republicano** quando foram governo para **provar a sinceridade e a convicção desses republicanos** que colocaram seus interesses pessoais a frente dos do Estado e que, diante de simples boatos, declararam que **não oporiam a menor resistência a qualquer tentativa de restauração** e que não a auxiliavam por coerência e respeito à dignidade deles.⁵⁶¹

O mesmo fazia o *República* quando tratava do governo federalista:

Falam em autonomia federativa; no respeito à lei e ao princípio de autoridade; em legalidade e constituição! Paladinos de independência estadual, e aceitam cavilosamente para presidente esse remunerador de padrinhos e alcoviteiros que aqui aportou com o estigma de traição! Cínicos e miseráveis no conceito público, a tudo se sujeitam, a tudo descem, contanto que se mantenham nas posições heroicamente conquistadas, **acobertados pela proteção do poder republicano, quando na sua maioria não passam de monarquistas professos ou de gasparistas sebastianistas.**⁵⁶²

Aqui, como no trecho anterior d’*O Estado*, percebe-se novamente a recorrência às idealizações sobre a República como forma de reforçar o republicanismo do seu grupo e/ou de questionar os sentimentos republicanos dos adversários, opondo o discurso dos “autodenominados republicanos” às suas práticas políticas que colocavam interesses

⁵⁶⁰ *O Estado*, Desterro, 01/jun/1893, p.1.

⁵⁶¹ *O Estado*, Desterro, 11/dez/1892, p.2

⁵⁶² *República*, Desterro, 26/fev/1893, p.1 e 2.

personais e a manutenção dos cargos acima do bem público e dos princípios que diziam seguir. Logo, mais uma vez têm-se as mesmas identificações criadas em ambos os jornais, apenas com as indicações dos grupos por elas nomeadas trocadas. Por isso, a construção delas ligava-se mais frequentemente a oposição em relação às representações sobre os oponentes – isto é, o nós aparecia como a antítese perfeita do eles, sendo o nós identificado com os “verdadeiros republicanos” e o eles com os “possíveis restauradores” –, e a oposição em relação às representações com que os adversários tentavam identificar os grupos – ou seja, as identificações republicanistas sobre os “bons e os maus republicanos” eram o oposto das apresentadas pelos federalistas.

Surgindo depois e com o estigma de ser composto por “elementos híbridos e heterogêneos, reunidos, apenas, pela necessidade de se coadjuvarem na luta de momento (...) e **eivado em alto grau da lepra monárquica**”,⁵⁶³ *O Estado* precisava inverter as identificações e o fez. Nesse processo de se contrapor às representações propostas pelo *República* e inverter seu sentido⁵⁶⁴ contribuiu para criar as mesmas duas identificações opostas de “bons e maus republicanos”, de “administradores moralizados” e de “proveitadores que querem se manter no poder à todo o custo”. A diferença estava no fato de, nas suas páginas, os federalistas se tornarem os republicanos sinceros, que traziam melhoramentos e progresso, que administravam pelo bem público, com moralidade e com o apoio popular. E, no caminho contrário, os membros do PRC eram os que possuíam um republicanismo *sui generis* contrário aos princípios republicanos, sendo eles:

(...) **os inimigos mais tenazes das novas instituições** (...) Se rejeitam a luta nas urnas, honestamente e a peito descoberto, pelo temor da

⁵⁶³ **República**, Desterro, 20/fev/1891, p.2. Ver anexo 1.2 e ainda páginas 100 a 103.

⁵⁶⁴ “(...) pretendem **fazer-nos passar por parlamentaristas e restauradores** com o fim de por esse meio receberem do governo central o precioso apoio que lhes nega a grande maioria do Estado, que aplaude a atual situação. E dessa arte os expulsos do poder, aqueles que com mãos criminosas assaltaram os cofres municipais, estaduais e da União em benefício próprio, **apresentam-se como republicanos puros, da gema**, ao passo que nós que, felizmente, chegamos a tempo de salvar o Estado de despenhar-se pelo abismo inevitável da bancarrota que o ameaçava (...)” **O Estado**, Desterro, 12/jan/1893, p.1. Ou ainda: “(...) apontados como aliados dos revolucionários ou **promotores da restauração**; (...) o que é fato, o que é verdade é **termos tido bastante paciência e bastante amor pela República** para tudo isso suportarmos, até mesmo o sermos assassinados por *cívicos* 48 horas antes entrados nesta capital, sob as harmonias da banda musical do 25º batalhão e o comando imediato com coronel comandante do 5º distrito militar”. **O Estado**, Desterro, 22/ago/1893, p.1.

derrota e pela efetividade dos castigos que o passado exige, por essa covardia lamentável **não podem merecer o título de bons republicanos**; muito menos o podem ainda se, **na treva, tecem revoltas contra os poderes constituídos**, fomentam a desordem, tentam quebrar a paz que, **reinando nos Estados, consolida a República que é a Patria.**⁵⁶⁵

Esse discurso explora bastante o implícito. Percebe-se que se trata sempre do eles, nunca se cita o nós, pois tudo o que se diz do outro em momento algum se aplica a si próprio. Nesse sentido, mostra-se de extrema relevância a alteração da pessoa verbal. Normalmente os artigos eram escritos na primeira pessoa do plural – nós, a qual promove a identificação do enunciador com o grupo de que fala. Aqui, porém, isso não ocorre – afinal, o autor quer excluir-se daquilo que retrata, separar-se, diferenciar-se. E é justamente nesse ponto que se revela a presença do nós. Afinal, se não somos iguais, somos diferentes.

Outra figura de linguagem à qual os redatores recorreram diversas vezes nessa construção identitária foi a recuperação histórica, abusando da vulnerabilidade do homem político para submetê-lo às suspeitas sobre a lisura do seu passado. Sua importância é explicada por Bourdieu:

Devido ao seu capital específico ser um puro *valor fiduciário* que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança. (...) trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito.⁵⁶⁶

E ele acrescenta, numa nota na mesma página, que daí também provém a força do jornalista “detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico”, ou seja, “o poder de ‘fazer ou desfazer reputações’.” Poder que não passou despercebido aos jornais partidários. Mobilizando fatos históricos, *O Estado* tentou construir também um passado que desmerecesse o desejo de exclusividade política dos

⁵⁶⁵ *O Estado*, Desterro, 10/nov/1892, p.1.

⁵⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. p.188-189.

republicanistas no novo regime. Para tanto, retratavam-nos como um grupo heterogêneo, sem programa, composto por indivíduos ambiciosos, dos quais **três ou quatro eram republicanos históricos, mas não sinceros**, e os outros eram **retrógrados e conservadores dos partidos monárquicos**, reunidos em torno da figura de um homem.⁵⁶⁷ Além disso, usavam da mesma figura retórica para apresentarem a si mesmos como os **mais esforçados republicanos** dos tempos da imprensa propagandista, os **históricos dissidentes** que abandonaram o PRC quando este traiu e desvirtuou os princípios republicanos.⁵⁶⁸ Mostravam-se como aqueles que não faziam política de pessoas e sim de princípios⁵⁶⁹ – inversão a partir da qual perguntavam: “Onde pois os sentimentos monárquicos, onde os homens que podem ser os restauradores?”⁵⁷⁰ E argumentavam que:

⁵⁶⁷ “Sois os retrógrados, **os vindos dos antigos partidos monárquicos**”, “(...) os **falsos republicanos** de encomenda, **monarquistas de ontem**, que especulam com o seu nome. (...) É um agrupamento de forasteiros, filhos de outros países, **monárquicos a maior parte**, esse que se nos quer antepor no amor da pátria e nas ideias republicanas” e “**A bagagem da monarquia – que é a oposição de hoje** – intenta encobrir o que foi e excede-se em ousadia, querendo levantar o estandarte da República.” **O Estado**, Desterro, 08 e 09/abr/1893, p.1 e 2. Ou o texto que se apropriava das representações sobre a proclamação para ressaltar o republicanismo do seu grupo: falava da adesão entusiástica do povo à República (idealização da transição pacífica e do entusiasmo popular), e do fim das disputas partidárias (idealização do consenso e da comunhão de forças) até que o primeiro governador começou sua oligarquia de meia dúzia e suas trapaças, ambições, despotismo, crimes e fraudes, obrigando os republicanos históricos a se afastarem daquele grupo. Apontava ainda a revolta do final de 1891 como um ato de verdadeira democracia para salvar as instituições republicanas, estabelecendo o fim do governo que realizou todos os atentados contra o regime republicano e o início da administração moralizada que garantiu a lei, a liberdade e o direito. **O Estado**, Desterro, 19/dez/1892, p.1 e 2. Ou ainda a seguinte recuperação histórica destinada a associar os adversários aos restauradores: “Contra o princípio precursor da existência, não teve a agrupação oposicionista gestação regular, nem tão pouco surgiu como Minerva de algum cérebro mitológico, apareceu... pelo resultado fatal do estrangulamento da constituição em 3 de novembro, em virtude da descoberta que fez o senhor Lucena do **sebastianismo**, tal qual querem hoje editar novamente os **patriotas republicanos lucenistas**. Compreende-se que, com tal paternidade, com sangue tão puro, de **uma origem tão republicana**, não poderíamos ter um *produto* diferente do que resultou do *partido* ou agrupamento que organizou o Sr. Lauro Müller com o seu secretário e oficial de gabinete.” **O Estado**, Desterro, 22/set/1893, p.1.

⁵⁶⁸ “**Republicanos de todos os tempos que nunca foram porque nunca os encontrei na propaganda** e só conheci a força de suas convicções quando vi muitos deles chorarem a 17 de novembro de 1889 quando foi retirada a coroa da frente dos edifícios públicos.” **O Estado**, Desterro, 10/nov/1892, p.1. Ou: “É tempo de serem eles mais leais aos **princípios republicanos que até hoje têm desvirtuado e mentido**.” **O Estado**, Desterro, 10/nov/1892, p.1. E ainda questionavam quando teriam os republicanistas defendido os princípios republicanos: “no período da ditadura ou no atentado de julho?” **O Estado**, Desterro, 21/set/1893, p.1.

⁵⁶⁹ **O Estado**, Desterro, 08/abr/1893, p.1 e 2.

⁵⁷⁰ **O Estado**, Desterro, 09/abr/1893, p.2.

Os próprios atos dos nossos adversários encarregam-se de **destruir os sentimentos republicanos que eles invocam** em justificativa dos esforços com que se atiram contra o poder. **Abrindo mão das mais elementares noções da ordem republicana, mentindo aos princípios da organização federativa** cuja base reside na efetividade da autonomia dos Estados, atendo-se, de unhas e dentes, **agarrada aos velhos moldes monárquicos, centralizadores** – a oposição, em vez de ir buscar força moral ao seio da opinião pública, de conquistar prestígio entre **o povo, de onde deriva e mantém-se a verdadeira república**, habituou-se a maquinar miseravelmente, fazendo crer a possibilidade de envolver a força pública na sonhada deposição do tenente Machado! (...) **E dizem-se republicanos, e republicanos sinceros**, homens desse quilate, políticos que se inspiram exclusivamente na benevolência do governo federal, que **se esforçam para se manter, mais apertadas que nunca, as cadeias da centralização que a República veio quebrar para instituir sobre elas o governo popular.**⁵⁷¹

Povo que, obviamente, nessa versão, eles representavam. Aqui aparece novamente a já citada referência recorrente d’*O Estado* ao “governo popular” ou à “democracia”.⁵⁷² Estratégia para legitimar-se e deslegitimar os oponentes ao reforçar a obediência à soberania popular que “os princípios republicanos consagram e determinam”⁵⁷³ como modo de servir lealmente à república.

3.3 – “Verdadeiros republicanos” somos nós: a identificação com os vencedores

A partir de abril de 1894, com a retomada da ilha catarinense pela esquadra legalista de Floriano e a “pacificação” promovida pelo delegado federal Antonio Moreira César, o campo político republicano catarinense passou por novas alterações. Afinal, a estrutura do campo se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os

⁵⁷¹ **O Estado**, Desterro, 03/jun/1893, p.1.

⁵⁷² Ver páginas 56 e 57.

⁵⁷³ **O Estado**, Desterro, 21/mar/1894, p.1.

protagonistas em luta, sejam eles agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico – o qual é resultado das lutas anteriores.⁵⁷⁴ Em outras palavras, a legitimidade política num dado momento corresponde ao estado das relações de força propriamente políticas neste momento, ou seja, o resultado das lutas passadas pelo monopólio do exercício legítimo da violência política.⁵⁷⁵ Assim, o resultado do conflito armado de federalistas catarinenses e gaúchos e revoltosos da Marinha contra republicanistas, castilhistas, paulistas, membros do Exército e defensores de Floriano teve um peso decisivo na reconstituição das posições do campo e, conseqüentemente, das disputas simbólicas desse momento. A onda de violências e perseguições, prisões e fuzilamentos sumários conduzida contra os federalistas teve, pois, um caráter exemplar e um efeito coibidor e coercitivo, eliminando ou afastando muitos adversários e silenciando os demais. As eleições daquele ano, favorecidas pela ausência de oponentes, elevaram os republicanistas novamente às posições dominantes no campo político. Além disso, consagraram como personagens proeminentes da política estadual tanto líderes já reconhecidos (caso de Lauro Müller) quanto pessoas que se destacaram durante a disputa armada (caso de Hercílio Luz). Dessa forma, no plano estadual, a derrota dos revolucionários significou simultaneamente a legitimação dos republicanistas, a posse por eles dos cargos públicos e da decisão sobre os destinos do estado, a autorização para utilizarem o monopólio do exercício legítimo da violência política e simbólica e, com ela, a possibilidade de construírem a memória dos acontecimentos, a sua identificação de vencedores e a dos “outros”, os vencidos.

Daí o ressurgimento do *República*, paralelo ao desaparecimento temporário d’*O Estado* e de toda a imprensa de oposição, inaugurar uma nova fase na construção e na disputa das identificações de “bons e maus republicanos”. Em primeiro lugar, porque o próprio campo político estava reconfigurado. Em segundo porque entre 1894 e 1896 apareceram apenas as representações criadas e aceitas pelo grupo vitorioso. Em terceiro porque, embora permanecessem as quatro formas principais de apresentá-las, houve uma predominância bastante acentuada dos discursos sobre a revolução, retratada sempre como um “movimento rebelde e restaurador”. Essa visão desmerecedora estava presente mesmo quando se tratava dos governos estadual e federal ou dos

⁵⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. p.133.

⁵⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos Ciências Sociais). p.90.

opponentes. Além disso, transparecia uma associação recorrente entre adversários e revolucionários, termos usados quase como sinônimos e ligados a descrições negativas dos atos, narrações de cenas revoltantes, deformações e estereotipizações, de modo a associá-los com a identificação de “falsos e maus republicanos”, “monarquistas disfarçados” e “destruidores do lar e da República”.⁵⁷⁶ Por inversão, e também via caracterização e adjetivação positiva das ações, os membros do PRC se tornaram os “verdadeiros e bons republicanos”, “defensores da honra e da Pátria”. Representações nesse momento incontestáveis via imprensa ou atuação política sob pena de duras represálias – às vezes jurídicas (processos e julgamentos), às vezes extrajudiciais (prisões e fuzilamentos sem seguir a lei, empastelamentos de jornais, ameaças veladas ou abertas de pôr em funcionamento o aparato policial ou jurídico), ambas as estratégias autorizadas pelo domínio do exercício legítimo da violência por parte dos republicanistas.

Mesmo autorizada pelo resultado da luta e pelo reposicionamento no campo político, tal violência passava por uma legitimação discursiva realizada pelos articulistas do *República*. Daí constroem uma versão sobre os acontecimentos revolucionários que apresentasse a crueldade federalista, as degolas, os roubos, as torturas, os estupros, os incêndios, a destruição do lar, o desrespeito às famílias.⁵⁷⁷ Uma narrativização dos

⁵⁷⁶ Contudo, mesmo quando aceita pela historiografia, há indícios de que tal identificação não atingiu prontamente a população. Pelo menos não a do interior do estado, nas regiões onde as lutas continuavam. Diante da permanência dos confrontos, o jornal escrevia solicitando aos revoltosos que se entregassem e à população local que não os apoiasse: “Voltem, pois, as costas aos *caudilhos*, porque eles são os elementos subversivos da paz que todos com razão ambicionam, são a negação do bem, do útil e do justo, em suma, eles são os iconoclastas da imagem sagrada da pátria, os seus filhos ingratos que procuram arremessá-la ao abismo, levantando sobre as ruínas a tocha acesa da anarquia para iluminar o solo ensochado do sangue de seus irmãos e das lágrimas da viuvez e da orfandade!”. **República**, Florianópolis, 09/jul/1895, p.1. Contudo, uma vez que pediam o fim do apoio popular aos revoltosos, pode-se concluir que a população ainda os apoiava. E, se os apoiava, não devia ter deles uma visão tão negativa quanto aquela que o *República* procurava passar. Afinal, tratavam-se de representações e identificações discursivamente construídas, não necessariamente correspondentes aos grupos a que se referiam, nem necessariamente aceitas integralmente pelos contemporâneos.

⁵⁷⁷ Por exemplo: “Como todas as causas más e condenáveis, ruiu enfim por terra, esmagada pela Justiça, pela Razão e pelo Direito, a causa perversa dos ambiciosos, que – para satisfação dos seus ódios em fermento, dos seus apetites sanguinários e dos seus instintos de maldade – não trepidaram em convulsionar o país, em espalhar a desordem e a anarquia, em sacrificar inúmeras vítimas, em assassinar covardemente a honra e a integridade de nossa pátria.” **República**, Desterro, 21/abr/1894, p.1. Ou então: “De fitas de cores nos chapéus, em que se lia o falso rótulo – *Tudo pela liberdade*, eles bradavam: *morte aos pica-paus* – o que significava o extermínio de brasileiros patriotas que se colocassem ao lado da autoridade e na guarda da lei. Diziam combater pelos direitos individuais, mas encarceravam quando não degolavam os

eventos que responsabilizasse os adversários pelo número de órfãos e viúvas existentes, em ambos os lados, justificando que os iniciadores da luta armada eram culpados por todos os atos violentos praticados pelo governo em resposta – isentando-se assim de qualquer responsabilidade pelos massacres, prisões e fuzilamentos ocorridos na “pacificação”.⁵⁷⁸ Daí também tentarem fazer crer que eram mais piedosos e justos que os vencedores das guerras internas registradas pela história, uma vez que aqui não predominava a vingança aos velhos ultrajes, o esmagamento dos adversários, sendo “a lei, somente a lei, quem classifica o crime e determina a pena” dos “**culpados de traição à República**”.⁵⁷⁹ Já nesse trecho se percebe outro modo de justificativa para o castigo: o sentimento de saudosismo monarquista que atribuíam à revolta. Na visão do *República*, os revolucionários eram “**comparsas dos vis**

brasileiros que não fizessem coro com suas tropelias e atentados cruéis. Proclamavam-se zeladores da fortuna pública e particular, entretanto, penetravam no armazém do negociante, por toda a parte, por onde passavam em sua carreira vertiginosa, intimidando-o a entregar-lhes a mercadoria comprada com o produto sagrado do labor, sob pena de prisão ou de morte. Se o cidadão negava-se a auxiliá-los na sua missão de demolir, faziam logo rolar a sua cabeça pelo chão. Se a esposa implorava pelo marido, agarrado para os servir à força, um ato de justiça para garantir o pão dos pobres filhinhos banhados em lágrimas e perecendo à fome, era desatendida e até enxotada quando tinha a sorte de escapar à desonra, quando o comerciante tentava resistir ao sequestro da sua mercadoria, era preso e remetido para um cárcere, em terra ou a bordo dos navios corsários.” **República**, Desterro, 22/abr/1894, p.1. Ou ainda: “Não só pelo telégrafo como por meio de missivas dos nossos correspondentes e amigos nos vem relatadas essas cenas de tantos horrores exercidas por essa malta de degenerados brasileiros, por esse conluio da mais baixa caudilhagem, por essa horda de salteadores que sob fingido zelo de defesa à liberdade do povo e à Constituição, baixaram à prática dos mais hediondos crimes, roubando, saqueando, deflorando, degolando e trazendo o povo sob a pressão e ameaça de suas armas.” **República**, Desterro, 05/mai/1894, p.1.

⁵⁷⁸ Violências sobre as quais procuravam silenciar, embora as justificassem. Sobre a postura do jornal a esse respeito, ver p. 121-125. Um exemplo de justificativa: “Depois dessas datas lutuosas para a nossa história política, os acontecimentos tudo subverteram, forçando o governo federal a lançar mão de meios extremos e fazendo a ordem desaparecer para dar lugar a hecatombes pavorosas desde o lançamento frio, impassível, desumano jogado contra o peito patriota de um republicano irmão, até a morte inconsciente feita em uma criança indefesa por um estilhaço de metralha.” **República**, Florianópolis, 03/set/1895, p.1.

⁵⁷⁹ **República**, Desterro, 03/jul/1894, p.1. Falavam recorrentemente também em perdão e esquecimento desses atos cruéis, vangloriando-se de sua misericórdia, como no trecho que segue: “O ato magnânimo que acaba de ser firmado, perdoadando aqueles que tomaram parte **nas lutas em que todos os males feriam em cheio as novas instituições**, deve ser considerado como o maior bem que lhes poderia ser dispensado, pois é o esquecimento do **leso-patriotismo**, o desaparecimento da afronta, a supressão do delito”. **República**, Florianópolis, 23/out/1895, p.1. Tratava-se, contudo, de um esquecimento relativo e ambíguo, uma vez que simultaneamente em que se falava nele se fazia absoluta questão de ressaltar as atrocidades cometidas contra as instituições republicanas e de lembrar vários dos crimes de lesa-patriotismo que ensanguentaram a bandeira nacional e deveriam ser esquecidos. Além disso, se propalava a grandiosidade e a generosidade dos que perdoavam e esqueciam.

restauradores” que mereciam “cruel expiação, o castigo severo, mas justo, dos seus crimes e perversidades”.⁵⁸⁰

Nesse sentido, mostravam os federalistas como: “**encapotados republicanos e sebastianistas covardes** que não tiveram a precisa coragem para defenderem o seu Rei, o seu patrono, no momento que ele mais precisava de servos”,⁵⁸¹ “**inimigos desleais dos princípios vitoriosos a 15 de novembro de 1889**”,⁵⁸² “**revoltosos sedentos do sangue dos defensores da Pátria e da República**”,⁵⁸³ e “partidários da libré e da coleira imperial” que mereciam as “palhas úmidas do cárcere” e o “justo castigo de seus crimes e atentados contra a tranquilidade e segurança da República”.⁵⁸⁴ Daí concluírem que era “de toda a justiça e na verdade merecido o castigo exemplar que o governo federal” dava a “criminosos que (...) representam o **rabulho do partido sebastianista**”.⁵⁸⁵

Dessa forma, os redatores do *República* aprofundavam a visão negativa que criaram dos federalistas na fase anterior – quando traçaram uma versão desconfiada sobre o percurso político dos seus adversários em relação à república, afirmando que no início todos haviam aderido, “todos eram republicanos” mas que **somente alguns o faziam com sinceridade**, “outros, porém, cediam por interesse, calculando **não perderem as posições com que o Império os havia presenteado**” ou ainda por “covardia, **sem coragem de defender a bandeira porque juraram bater-se até a morte**”.⁵⁸⁶ Ou seja, já insinuavam essa oposição entre um nós composto apenas por “republicanos históricos” e um eles mascarados de republicanos, mas monarquistas em seu íntimo, aderentes apenas por interesse ou covardia. Ou então, diziam que “transformados há três dias em republicanos”, os oponentes fingiam-se “defensores da Constituição” mas esperavam pelo triunfo da revolução que se fazia “**ao som do hino do Império**”,⁵⁸⁷ numa distorção sutil que se transformava em acusação de desejos restauradores – uma vez que o chamado “hino

⁵⁸⁰ *República*, Desterro, 03/jul/1894, p.1.

⁵⁸¹ *República*, Desterro, 12/mai/1894, p.1.

⁵⁸² *República*, Desterro, 20/mai/1894, p.1.

⁵⁸³ *República*, Florianópolis, 29/out/1895, p.1. Percebe-se que, já nessas frases de acusação aos federalistas/ revolucionários, aparece uma imagem positiva dos republicanistas, afinal se os outros eram os “revoltosos sedentos do sangue dos defensores da Pátria e da República”, os “defensores da Pátria e da República” só poderiam ser o grupo que quem falava representava, o nós.

⁵⁸⁴ *República*, Desterro, 21/jul/1894, p.1.

⁵⁸⁵ *República*, Desterro, 21/jul/1894, p.1.

⁵⁸⁶ *República*, Desterro, 12/jul/1893, p.1.

⁵⁸⁷ *República*, Desterro, 27/jul/1893, p.1.

imperial” continuou sendo o hino nacional republicano, acrescido apenas com uma nova letra.⁵⁸⁸ Novamente, percebe-se a construção de identificações opostas, entre republicanos recentes e duvidosos x republicanos antigos e sinceros, numa tentativa de criar discursivamente tais diferenças entre os grupos, uma vez que ambos eram heterogêneos e compostos tanto por políticos provenientes dos partidos imperiais quanto por uns poucos propagandistas e novos agentes elevados a partir da proclamação.⁵⁸⁹

Nessa segunda fase, contudo, não se tratavam mais de desconfianças, mas sim de acusações diretas sobre o modo como o “suposto governo *federalista*” transformou o estado numa “tragicômica balbúrdia” que por fim o impeliu à “anarquia manifestamente adesista da **revolta restauradora** de seis de setembro”.⁵⁹⁰ E com o intuito de demonstrar o monarquismo dos “ditos federalistas”, o *República* relembra o motim militar que, a 18 de novembro de 1889, sublevou-se contra a república na capital catarinense.⁵⁹¹ Publicava uma entrevista com Alberto Moreira Júnior, maquinista do *Aquidaban* durante a revolta, para comprovar a veracidade do manifesto monarquista de Saldanha da Gama e reafirmar os intuítos restauradores dos rebeldes.⁵⁹² Ou então, reforçava tal associação entre federalistas e monarquia através de transcrições de outros órgãos de imprensa, reproduzindo até comentários de jornais europeus. Caso do trecho seguinte do *Lanterne*, de Paris, que dizia não se enganar a respeito do caráter “claramente reacionário” da “insurreição que, há três meses, turva e ensanguenta a República do Brasil”, ocorrendo ela unicamente com a intenção do “restabelecimento do Império” e a favor de “um reinado do Conde d’Eu”. Acusação gravíssima que angariava mais opositores para a

⁵⁸⁸ Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.109-128.

⁵⁸⁹ Ver p.75-76 e **República**, Desterro, 07/set/1894, p.2, texto no qual se percebe uma construção discursiva que transforma os propagandistas republicanos que participavam do PUF em monarquistas, simplesmente porque se tornaram dissidentes. Assim não admitiam a possibilidade dos adesistas terem se convertido à república, preferindo mostrá-los como apenas ansiosos por manter o poder no novo regime. Visão que se adaptava melhor à sua estratégia para garantir a legitimidade.

⁵⁹⁰ **República**, Desterro, 05/set/1894, p.1. Ou então: “Porquanto existia apenas uma facção que se impunha pela violência e que tinha o apoio de um governo que não gozava de confiança pública, (...) porque era a negação da lei e do patriotismo.” **República**, Desterro, 24/jul/1894, p.1.

⁵⁹¹ Por exemplo, **República**, Desterro, 15/jun/1894, p.1.

⁵⁹² **República**, Desterro, 03/mar/1894, p.1. Refutação para o argumento federalista que apontava tal manifesto como apócrifo e como estratégia do vice-presidente para deslegitimar a revolução. Ver p.117-118.

revolução uma vez que a possibilidade de tal reinado já era repelida por muitos mesmo na época do Império.⁵⁹³

O jornal republicanista, contudo, não parava por aí. Diversas outras acusações foram dirigidas diariamente aos “maragatos”, individualmente ou como grupo, algumas ofensivas e difamatórias. Caso da insinuação de homossexualidade feita por Pirotécnico na seção *Busca-pés*, sob o título “O ‘patas tuertas’”, na qual acusava Gumercindo Saraiva de ter uma paixão por Abdon Batista.⁵⁹⁴ Essa historieta contava que “Gumercindo partiu para o Paraná, lacrimajante, com o coração ferido pela mais profunda das saudades”, e que Menezes Dória já tendo feito de tudo para animá-lo, inclusive mandado “proceder a algumas *degolas*”, resolveu perguntar qual era o motivo de tanta tristeza. A resposta era apresentada da seguinte maneira:

- Me recuerdo de mi *patas tuertas* – disse em tom plangente o caudilho.
- Que diabo disso é aquilo? *Patas tuertas*?! – retrucou feroso Dória.
- El hombre más distinguido y no entanto más olvidado que conozco – respondeu Gumercindo.
- *Patas tuertas* é homem? – perguntou admirado o conquistador cupido-paranaense, cofiando o bigode.
- Si, es Abdon Batista, el único que, con excepción de Elyseu, ve más adelante en todo esto. (...).⁵⁹⁵

Trata-se provavelmente de uma estória inventada para denegrir a imagem do chefe revolucionário gaúcho, odiado pelas muitas vitórias que infligiu ao exército legalista nos três estados do sul.⁵⁹⁶ A estrutura narrativa com diálogos e com excesso de adjetivos qualificando os personagens dá um tom emocional, piegas ao texto e, simultaneamente,

⁵⁹³ **República**, Desterro, 23/jun/1894, p.1.

⁵⁹⁴ Soteropolitano que se instalou na região de Joinville e adentrou ao universo político catarinense ainda na época imperial, tendo sido deputado provincial e vice-presidente antes da proclamação. No regime republicano, aderiu ao PUF e, depois da absorção dos federalistas pelo PRC, foi deputado federal e vice-governador.

⁵⁹⁵ **República**, Desterro, 22/jun/1894, p.1.

⁵⁹⁶ O ódio pode ser bem percebido pela forma como se referiam a ele, com o trocadilho “Só raiva” ou descrevendo-o da seguinte forma: “um criminoso comum, sem pátria, a quem o nefasto **conselheiro da monarquia** confiou o **encargo truculento de assassinar a República**.” **República**, Desterro, 18/ago/1894, p.1. E também pelas matérias que exultavam de felicidade diante da notícia de sua morte e decapitação. Ver: **República**, Desterro, 19, 21 e 26/ago/1894, p.2.

confere um sentido geral de sarcasmo, quase a dizer que pessoas assim não seriam capazes de sentimentos humanos. Afinal, a frase “mandou proceder a algumas *degolas* em frente ao *salvador da Pátria*, para distraí-lo (...)” sugeria que as *degolas* eram tão comuns que ocorriam até por motivos alheios à luta, como a tentativa de animar o saudosismo romântico (e “anormal”, visto que era dirigido a outro homem) de Gumercindo. O que aponta para um possível prazer que tal chefe revolucionário deveria sentir com essa prática, de modo a reforçar sua não-humanidade, sua anormalidade, sua monstrosidade.⁵⁹⁷ E há ainda a afirmação na última frase de que, com poucas exceções, não havia um sentido político claro para a revolução ou que, pelo menos, a maioria dos “rebeldes” não se preocuparia com ele. Logo, estaria mais interessada no poder, nos roubos e nas mortes que a guerra propiciava. Contudo, é preciso não esquecer que tais representações são na maioria dos casos exageros, simplificações e generalizações a respeito das atitudes de alguns para homogeneizar os grupos e criar as diferenças com que os identificavam.

Por isso a presença significativa das figuras de linguagem e dos procedimentos de intensificação ou dramatização do discurso, que são as formas mais comuns de gerar significação, estruturar o pensamento e conferir sentido ao mundo. As principais sendo, nesse caso justamente, as que dizem respeito ao estabelecimento de relações significantes entre duas realidades e as que intensificam ou atenuam um discurso. Em relação às primeiras, esse período foi repleto de metáforas e comparações, ironias ou sarcasmos, intertextualidade (tanto como recuperação de velhos enquadramentos, como no jogo de palavras e na citação de outros autores e personagens), interrogação retórica e recuperação histórica. Quanto aos segundos, tem-se em quantidade considerável: o exagero (aumento injustificado de algo); a simplificação (redução da complexidade); a oposição (contraposição de conceitos, visões de mundo, pessoas, atos, gerando tensões entre dois pólos); a deformação (exagero ou atenuação de qualidades ou defeitos, através da ênfase de pormenores, da estereotipização e mitificação, ou da caricaturização); a amplificação emocional (apelo aos sentimentos, utilização do ponto de exclamação, aproveitamento de advérbios de intensidade e adjetivos); a vitimização (estabelecimento de relações

⁵⁹⁷ Lembrando do papel dessas figuras desviantes para educar, disciplinar, indicar os limites do aceitável, administrar o campo social e fabricar um consenso que legitime o domínio de determinado grupo. Conforme: GOMES, Mayra Rodrigues. *op. cit.*, p.53. e SOUSA, Jorge Pedro. *op. cit.*, p. 25.

opostas entre vítima e agressor) e a personificação (destaque para os atos de determinada pessoa, com atribuição de qualidades positivas que pressupõem uma valoração). Embora esses recursos retóricos estivessem presentes em todas as fases, sua utilização nesse momento foi mais recorrente e mais acentuada.

Conjuntamente a essas estratégias, há que atentar para outra forma de significação comum nos jornais: o enquadramento. As notícias, enquanto representações dos acontecimentos e dos personagens, pressupõem e estruturam visões de mundo, chamadas de “enquadramentos” – que seriam “molduras” para os temas, “ou seja, determinadas organizações do discurso, capazes de direcionar a construção de significados”.⁵⁹⁸ A melhor forma de entendê-los, como explica Jorge Pedro de Sousa, é pensá-los como uma janela através da qual se vê o mundo, mas cuja visão é condicionada pelo seu tamanho, transparência, distância e posicionamento. O que significa que a realidade construída pelos jornais não é isenta nem neutra, muito pelo contrário: ela é narrativamente organizada por cada meio de comunicação de acordo com suas especificidades, sua configuração e seu envolvimento político-partidário.

Daí não surpreender o esforço realizado pelo *República* não apenas para denegrir de todas as formas possíveis os adversários – inclusive acusando-os de serem possivelmente homossexuais –, mas também para transformar em sinônimos as referências aos federalistas e aos revolucionários, de modo que pensar ou falar em um significasse pensar ou falar no outro. Afinal, os políticos federalistas catarinenses haviam apoiado os revolucionários gaúchos e da Marinha, mesmo que não tivessem se engajado amplamente no exército libertador. Além disso, tornava-se mais eficiente, em virtude dos acontecimentos da luta armada, acusar os revolucionários de terem cometido crueldades, roubos ou assassinatos do que acusar os políticos federalistas. Da mesma forma era mais eficaz reforçar a imagem já corrente de serem eles restauradores e apenas associá-la aos federalistas locais, inclusive recriando o surgimento duvidoso do seu partido. Assim, na versão do *República* se os revolucionários eram “**comparsas dos vis restauradores**”,⁵⁹⁹ consequentemente os federalistas eram “**encapotados republicanos e sebastianistas covardes**”⁶⁰⁰ que

⁵⁹⁸ SOUSA, Jorge Pedro. *op.cit.*, p.66.

⁵⁹⁹ *República*, Desterro, 03/jul/1894, p.1.

⁶⁰⁰ *República*, Desterro, 12/mai/1894, p.1.

aderiram consciente e traidoramente à “**revolta restauradora** de seis de setembro”.⁶⁰¹

Tal associação entre adversários e revolucionários se mostraria tão útil aos propósitos dos republicanistas e tão convincente diante dos leitores que permaneceria mesmo após o ressurgimento d’*O Estado*, a ponto dos redatores do *República* identificarem os oponentes como aqueles que “ao tempo da revolta”, diziam-se republicanos mas “**aderiram ao manifesto restaurador da monarquia** de Saldanha da Gama, como aderiram a tudo quanto fosse subversão que facilitasse o enchimento das algibeiras e o massacre dos nossos correligionários”.⁶⁰² Ou ainda os apontariam como “adversários desleais” responsáveis pelas “**dificuldades que têm assaltado a República**, ferindo-a fundamente” uma vez que haviam se ligado a “estrangeiros assalariados para combater o governo legalmente constituído” e haviam andado por aí “de fita branca ao chapéu, calças largas e bombachas (...) em correrias e saques, levando a desolação ao lar, destruindo a propriedade, subvertendo a ordem”.⁶⁰³ Percebe-se aqui, na descrição dos federalistas com a roupa tipicamente usada pelos revolucionários claramente a concretização desse esforço para transformar esses termos em sinônimos, identificando ambos como “restauradores”.

Ao mesmo tempo, por inversão, os artigos do jornal construíam uma imagem positiva dos “republicanos sinceros e patriotas” que lutaram contra os “revolucionários monarquistas”. Diversos redatores, como Pedro Moacyr, exaltavam o patriotismo e o republicanismo do exército legalista em oposição frontal ao desejo de restauração dos revoltosos. Esse autor mostrava-os como um grupo “admiravelmente disciplinado, paciente para o sofrimento, (...) humano para com os inimigos vencidos, até aos que quase não têm pela sua ferocidade a forma humana, (...) respeitador de direitos e interesses” entre outros adjetivos positivos que os caracterizavam como uma “**legião republicana**”, repleta de “**amor intransigente à causa republicana**” que lutava firmemente para “**destróçar os adversários da República**” e para dissipar “as trevas do luto e da desolação, das ruínas e do crime,

⁶⁰¹ **República**, Desterro, 05/set/1894, p.1.

⁶⁰² **República**, Florianópolis, 08/dez/1898, p.2. Percebe-se aqui que a ótica republicanista tenta inverter os acontecimentos: não foram os vencedores que delataram os oponentes ocasionando suas prisões, torturas e, por vezes, mortes, ao contrário, foram os vencidos que, durante a guerra, perseguiram e massacraram os republicanistas, embora todos os chefes do PRC derrotados e aprisionados pelos “maragatos” na Lapa continuassem vivos e atuantes na política catarinense posterior ao conflito.

⁶⁰³ **República**, Florianópolis, 16/fev/1898, p.1.

amontoadas pelos Gumercindos”.⁶⁰⁴ Percebe-se claramente a oposição entre as representações dos dois grupos: os revolucionários – sem sentimento nem “forma humana”, que trazem a desolação, o crime e o luto e visam arruinar a república – *versus* os legalistas – abnegados, disciplinados, humanos até com os inimigos monstruosos e ferozes, que restituem a ordem, respeitam a lei e os diretos e pretendem salvar e consolidar o novo regime.

A mesma estratégia de construção dessas representações pode ser encontrada em outros textos dessa fase, mesmo naqueles que visavam exaltar o papel inolvidável desempenhado pelo “íncrito **marechal Floriano que, rodeado dos verdadeiros republicanos**”,⁶⁰⁵ lhes teria garantido “o sossego e a paz, o direito ao asilo do cidadão e a defesa à honra da família e todos esses outros e inúmeros direitos da coletividade” ameaçados pelos “piratas” e “rebeldes”. Estes eram, pois, dignos de “punição pelos negros crimes cometidos”. Registre-se a utilização da primeira pessoa do plural para indicar os beneficiados, visando incluir seu próprio grupo e toda a população catarinense nessa categoria. Afora isso, tem-se mais uma vez a oposição entre os “**que salvaram a República**” e os “monstros [que] atiraram-se com grande força **contra a República**, desrespeitando os poderes constituídos e praticando todos os atentados e surpresas as mais criminosas”.⁶⁰⁶ Novamente ainda a referência ao outro como um ser não-humano juntamente a menção às punições merecidas como forma de justificativa para as violências efetivamente realizadas em represália.

Em suma, normalmente os republicanistas procuravam retratar a luta armada como um enfrentamento entre os “**adeptos do regime monárquico**” e “moços valentes e patriotas” que eram a “**alma das instituições republicanas**” porque “fizeram a República” e estavam dispostos a “derramar seu sangue” e a fazer qualquer sacrifício,

⁶⁰⁴ **República**, Desterro, 06/jul/1894, p.1. Além da oposição entre as duas representações e do recurso à transformação do outro num monstro, o texto ainda incluía mais uma demonstração do desejo de retaliação aos adversários, ao afirmar que tal exército iria “(...) caminhar, perseguir sem trégua, combater sempre, até alcançá-los e reduzi-los a pó”.

⁶⁰⁵ **República**, Desterro, 14/jul/1894, p.1.

⁶⁰⁶ **República**, Desterro, 05/jun/1894, p.1. (anexo 1.4) Ou ainda: “Nós, brasileiros, que acabamos de ver patriotas degenerados ensanguentar nossa cara pátria, movidos pela ambição do mando e **querendo uma restauração retrógrada**, devemos vangloriar-nos pela **vitória, alcançada com tanto patriotismo pelos republicanos**; porque se assim não fora, (...) talvez brevemente tivéssemos de lamentar Bastilhas; mas para **fazê-los correr espavoridos, nos seus tentames de retrocesso**, se não temos estátuas de liberdade nas praças, temos no Itamaraty o busto venerando do íncrito **marechal Floriano que, rodeado dos verdadeiros republicanos**, consolidou para sempre o regime da liberdade e terá no seu braço a força necessária para esmagar os pérfidos, os vampiros”. **República**, Desterro, 14/jul/1894, p.1.

inclusive “o da própria vida, para defendê-la e sustentá-la”.⁶⁰⁷ Ressaltavam esse sacrifício “na defesa da Pátria e da República”, chegando a dizer que “sofrer... sofrer muito, sofrer sempre enquanto dura a luta é a sua condição e a sua única recompensa”,⁶⁰⁸ como uma implicação direta não apenas da luta, mas principalmente da crueldade dos adversários “**degoladores da monarquia**”.⁶⁰⁹

E se, por um lado, os federalistas eram identificados como revolucionários, por outro, os “moços patriotas e republicanos” que constituíam o exército legalista eram associados aos membros do PRC. Tal associação se dava de diferentes formas. Podia ocorrer através da utilização da primeira pessoa do plural ao tratar dos feitos dos legalistas, de modo a incluir-se naquilo que era narrado, como no trecho seguinte: “Nós, em nome do povo catarinense, os saudamos com a maior efusão de nossa alma, **como bons e leais republicanos que tudo souberam afrontar em prol da defesa da República e da Constituição**”.⁶¹⁰ Além disso, a ambiguidade dessa frase reforça a inclusão uma vez que os “bons e leais republicanos que tudo souberam afrontar” podem ser tanto os soldados quanto os políticos que os saudam. A associação entre “legalistas” e “republicanistas” também se dava quando os redatores elogiavam algum dos seus chefes que havia lutado em alguma das divisões do exército florianista – caso do coronel Emílio Blum, entre outros.⁶¹¹ Ou ainda quando o jornal publicava o depoimento de algum desses chefes-soldados, que se identificava com os “salvadores da Pátria brasileira”, como Francisco Margarida.⁶¹²

⁶⁰⁷ **República**, Desterro, 24/abr/1894, p.1.

⁶⁰⁸ **República**, Florianópolis, 12/jul/1895, p.1.

⁶⁰⁹ **República**, Desterro, 06/jul/1894, p.1. Ou em: “**Republicanos decididos**, verdadeiros batalhadores pela causa da pátria, em cujo altar não hesitarão em depor seu sacrifício, jamais lhe regatearão seus serviços, no intuito de torná-la unida, forte e independente.” **República**, Desterro, 28/set/1894, p.1.

⁶¹⁰ **República**, Desterro, 08/mai/1894, p.1.

⁶¹¹ **República**, Desterro, 22/mai/1894, p.1. “O coronel Emílio Blum que nos **tempos da propaganda republicana** neste Estado, já **havia se esforçado tanto pela realização dessa nova forma de governo**, tornando-se por isso credor da estima e respeito de todos aqueles que constituíram a esse tempo o partido republicano, quis ainda dar uma prova solene e pública do seu patriotismo, e tomando lugar **nas fileiras dos que se batiam pela República**, não só na capital federal, como no vizinho Estado do Paraná, tornou-se um verdadeiro herói, especialmente na defesa da altiva Lapa, ao lado do imortal general Carneiro e outros valentes companheiros, cujos feitos aí estão a atestar a sua reconhecida bravura (...).”

⁶¹² **República**, Desterro, 08/mai/1894, p.1. “A eles, portanto, e a todos aqueles que por ela se bateram heroicamente, **o humilde soldado republicano que estas linhas escreve**, sempre perseguido e ameaçado pelo banditismo infrene dos Gumercindos e Salgados, abraça-os fraternalmente e saúda-os com toda a efusão pela salvação da Pátria brasileira. (F. Margarida)”

Assim a homenagem prestada pelo *República* aos “**denodados defensores da Pátria**” não deixava no esquecimento “os grandes e relevantíssimos serviços prestados pela gloriosa Comissão Executiva do Partido Republicano do Estado”. Afinal, era uma forma de consagrar e consolidar as identificações estabelecidas por seu grupo naquele momento para as duas representações opostas, construídas anteriormente em conjunto pelos dois jornais, sendo pois “um crime (...) deixar de falarmos nos chefes desse grande partido que (...) tudo envidaram, sacrificando-se em prol do engrandecimento (...) do Estado tão amesquinhado, tão arruinado pelos bandidos que permaneceram entre nós sete longos meses”.⁶¹³ Partindo dessa estratégia discursiva e em oposição à imagem negativa criada para os adversários, aparecia a ligação dos republicanistas com a identificação de “verdadeiros republicanos” – associação que nesse momento tornara-se incontestável pela inexistência de uma oposição política ou midiática e pela situação do campo, que concedia a legitimidade aos vencedores, ou seja, aos membros do PRC. E nesta posição tinham o poder, entre outros, de dizer com autoridade quem estava autorizado a chamar-se “político republicano”, aproveitando-o para transformarem tais características em qualidades exclusivamente suas.

Daí poderem os republicanistas apresentar a luta transcorrida pelo governo estadual como a disputa entre dois grupos completamente antitéticos: de um lado, os monarquistas disfarçados, capazes de tudo pelo poder; de outro, os dedicados republicanos que sofreram abnegadamente a “atroz tortura” infligida pelos “*patriotas degoladores do Exército Libertador*” durante a “desgraçada revolução dos saques e dos degolamentos”.⁶¹⁴ Daí, por fim, poderem concluir que era “**o partido republicano**” (ou seja, aquele que eles e só eles representavam) “**o único capaz de conduzir o nosso Estado à prosperidade**” que estava “novamente senhor do poder, de que fora esbulhado em dezembro de 1891 pela traição de uns e pelas ambições inqualificáveis de outros”,⁶¹⁵ – uns e outros dos quais felizmente a república estava liberta pela bravura dos “verdadeiros republicanos” e pela vitória por eles conquistada.

⁶¹³ *República*, Desterro, 08/mai/1894, p.1.

⁶¹⁴ *República*, Desterro, 06/mai/1894, p.1.

⁶¹⁵ *República*, Desterro, 31/jul/1894, p.1. Ver anexo 1.5.

3.4 – Contestações: a versão dos vencidos e a legitimação histórica

Essa situação de domínio exclusivo e de inexistência de opositores, porém, não durou muito tempo. Em abril de 1896, o jornal dos adversários ressurgia. E embora nem a presença nem os discursos d’*O Estado* por si só alterassem os ocupantes das posições dominantes e dominadas do campo político republicano catarinense, possibilitavam aos federalistas, então subjugados e silenciados, realizar uma contestação da versão dos vencedores e, conseqüentemente, a retomada da disputa simbólica em relação às representações de “bons e maus republicanos”. Luta que não envolvia somente a afirmação da identificação e visão de mundo de cada grupo, mas que abarcava, principalmente, a definição do que era ser legitimamente um “político republicano” e, com isso, a possibilidade de permanência e de atuação no campo. Isto é, para estar apto a participar desse campo reconfigurado pelo novo regime era necessário ser aceito como um “republicano” e, portanto, recusar a identificação de “restaurador” ou, pelo menos, torná-la contestável.

Daí o jornal federalista ter reaparecido antes mesmo do partido se reorganizar e ter sido um modo de reagrupamento dos políticos afastados pelo efeito coibidor e coercitivo da “pacificação”. Assim, a união de esforços para continuar com a produção d’*O Estado*, aliada a reabertura da confrontação simbólica, permitiu a reconvocação do Partido Republicano Federalista.⁶¹⁶ E este, em longo prazo, possibilitou tentativas de alterar politicamente, via eleições, as posições do campo. Ainda que tais tentativas não tenham invertido a situação,⁶¹⁷ que os republicanistas continuassem com o monopólio da legitimidade e da violência política, e que a possibilidade de duras represálias (jurídicas e extrajudiciais) permanecesse e continuasse sendo muito usada pelos membros do PRC,⁶¹⁸ inaugurava-se uma terceira fase nessas disputas simbólicas, afinal, havia novamente adversários para questionar as construções definidas no momento anterior e apresentar uma versão alternativa a elas.

Independente do resultado dessa revisão, o importante aqui é perceber que a construção das identidades sociais resulta “sempre de

⁶¹⁶ Apesar do nome do partido ter sido alterado, esta dissertação continuará a referi-lo como PUF para evitar uma confusão de siglas com o PRF – Partido Republicano Federal, de Francisco Glycério.

⁶¹⁷ Uma alteração mínima nas posições do campo, contudo, só apareceria após as eleições presidenciais, devido ao posicionamento de ambos os partidos em relação aos candidatos. Ver p.132-133.

⁶¹⁸ Veja-se p.143-148.

uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”.⁶¹⁹ Nesse caso, as confrontações entre as representações e identificações impostas pelos republicanistas, detentores do monopólio de consagração política naquele momento, que os mostravam como os “únicos e verdadeiros republicanos” e transformavam os adversários em “restauradores disfarçados”; e as definições resistentes, embora submetidas, dos federalistas que procuravam recusar sua associação com a monarquia e defender seu republicanismo. Por isso, a construção das representações e identificações nessa terceira fase se deu essencialmente via contestação e refutação, independente de qual das quatro formas principais de criá-las e associá-las estivesse em pauta.

A primeira e mais constante preocupação do jornal opositor após sua volta foi, como não poderia deixar de ser, a recusa da identificação de “monarquistas”. Por isso seus redatores publicaram diversas séries de artigos com análises políticas sobre os sistemas de governo disponíveis – monarquia, república, democracia, parlamentarismo, presidencialismo, unitarismo e federalismo – sempre concluindo pela superioridade da república federativa, sua inevitabilidade no Brasil e a ilusão da campanha favorável à monarquia, pois esta fora “sepultada a 15 de novembro” de modo que “ressuscitá-la seria impossível”.⁶²⁰ Esses textos eram, simultaneamente, uma tentativa de dissociação da imagem de restauradores e uma declaração de seu republicanismo, uma vez que era apontado como loucura tentar retomar o regime decaído que não se adaptava ao progresso e à configuração do país. Além disso, repetidamente mostravam-se incrédulos, decepcionados e indignados de que determinadas práticas políticas continuassem acontecendo em tempos republicanos – utilizando assim a idealização sobre a república para reafirmar seu posicionamento favorável a ela.

Outra forma para recusar essa identificação, e colocar sob suspeita os responsáveis por ela, foi a construção de uma recuperação histórica sobre a constituição dos partidos que mostrava uma origem comum e republicana para os dois grupos e que indicava como causa da separação a ambição desmedida dos republicanistas. Afirmavam que “em julho de 1890, cindiram-se **os republicanos históricos**” de modo

⁶¹⁹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.73.

⁶²⁰ *O Estado*, Florianópolis, 17/jul/1896, p.1.

que ficaram ao lado de Lauro Müller “os que desejavam enriquecer depressa e subir posições e não podiam desperdiçar o ensejo que lhes oferecia a prodigalidade do Sr. Glycério” enquanto aqueles que “não queriam concorrer para que tão cedo se prostituisse a República” formaram a oposição da qual nasceria o “Partido Republicano Federalista”.⁶²¹ Perceba-se a simplificação desse processo complexo. Em primeiro lugar, apaga-se a existência de políticos provenientes dos partidos monárquicos em ambos os grupos, de modo a transformar todos, sem exceção, em republicanos históricos. A seguir, dividem-se os agrupamentos de forma maniqueísta entre os que defendem interesses próprios sem preocupar-se com a nação e os que desejam apenas o bem da pátria e do povo. Por fim, ignora-se todo o desenrolar dessa organização e mistura-se passado com presente, já associando, em julho de 1890, o PRC ao PRF (que só seria iniciado três anos depois) e o primeiro grupo de oposição ao Partido Republicano Federalista (surgido em 1896).

A suspeita de monarquismo também era contestada através do questionamento da legitimidade do partido governista de “passar atestado de republicanismo” uma vez que seus próprios membros haviam derramado lágrimas “pela perda das instituições monárquicas”.⁶²² Ou ainda através da demonstração da incoerência do *República* que apresentava os adversários como restauradores e ignorava que aqueles que ele chamava de “republicanos convictos e sinceros” estavam elegendo chapas exclusivas de políticos monarquistas.⁶²³

Concomitantemente os federalistas procuravam confirmar repetidas vezes seu republicanismo. Estratégia simbólica que começou já na primeira edição da segunda fase. No texto em que declarava suas intenções de agir como órgão de oposição que exerce “severa fiscalização sobre os atos administrativos e políticos do governo”,⁶²⁴ *O Estado* falava também no “**pensamento republicano que representávamos**”, na “propaganda na época do Império em que **pregávamos a República**”, na “adesão sincera” e, principalmente, frisava o “**tradicional republicanismo** das famílias Faria, Werner, Barbosa, Costa, Brazil, Melchíades, Caldeira, Prado **que lutaram contra o regime monárquico**” e que, obviamente, pertenciam ao seu

⁶²¹ *O Estado*, Florianópolis, 17/nov/1896, p.1.

⁶²² *O Estado*, Florianópolis, 12/set/1896, p.1. Concluíam que “os verdadeiros apóstolos das suas santas doutrinas são sacrificados pelos artificios hipócritas dos falsos republicanos”.

⁶²³ *O Estado*, Florianópolis, 13/set/1896, p.1.

⁶²⁴ Ver p. 137-138.

grupo.⁶²⁵ Mais tarde, ressaltaria que se tratava de um “**órgão republicano** e federalista cujo programa tem os mesmos princípios do partido federalista”, quais sejam: a “**crença firme no regime republicano** federativo” e as “aspirações puramente democráticas que ajeitam em torno do ideal de uma pátria verdadeiramente livre”.⁶²⁶

Posteriormente, os articulistas voltariam a afirmar seu devotamento sincero e desapegado ao novo regime, pois “**somos republicanos, amamos a República, acima de tudo, por ela trabalhamos e sofremos** quando era ainda uma utopia, trabalhamos e trabalharemos ainda e sempre para torná-la respeitada”.⁶²⁷ Perceba-se aqui o recurso de menção ao sacrifício, tanto ao já realizado quanto ao que ainda se estaria disposto a sofrer. Forma de demonstração dos sentimentos republicanos verdadeiros que também aparece em: “[os federalistas] **são republicanos sinceros**, nem todos históricos é bem verdade”, mas “**entre nós não há monarquistas**: somos partidários todos e **partidários fervorosos da República** para cujo engrandecimento estamos prontos a verter até a última gota de nosso generoso sangue”.⁶²⁸ Nesse caso, a menção ao sofrimento não deixa de ser também uma referência sutil aos companheiros vítimas das violências da “pacificação”. Note-se ainda a tentativa de neutralidade do autor que começou o texto em terceira pessoa – os federalistas são – de modo a garantir maior legitimidade às suas afirmações, logo porém desmentida pela utilização do nós – somos – e a conseqüente inclusão daquele que fala no grupo de que trata.

A reafirmação do seu republicanismo também esteve presente nas comemorações e obituários referentes aos chefes partidários. Um exemplo extremo homenageava “nosso imortal **diretor na campanha republicana**, essa luta de muito tempo, de anos, que mantivemos com sacrifícios”, reivindicando-o como um correligionário. Contudo, o dito cujo “não chegou a ver proclamada a República”,⁶²⁹ tendo morrido antes de 15 de novembro. Logo, muito antes do PUF. Mas a reivindicação de seu companheirismo garantia-lhes o *status* de propagandistas no tempo monárquico e a comprovação de suas raízes e sentimentos republicanos, contestando a identificação de restauradores.

Contestação veemente que acabou por alterar a representação republicanista. Embora o *República* mantivesse a associação entre

⁶²⁵ **O Estado**, Florianópolis, 21/abr/1896, p.1.

⁶²⁶ **O Estado**, Florianópolis, 20/jun/1896, p.1.

⁶²⁷ **O Estado**, Florianópolis, 09/mai/1896, p.1.

⁶²⁸ **O Estado**, Florianópolis, 15/set/1896, p.1.

⁶²⁹ **O Estado**, Florianópolis, 25/ago/1896, p.1.

“revolucionários” e “adversários”, ambos ainda construídos com intuítos monarquistas, tal discurso passou a ser aplicado apenas ao período do confronto armado no estado, não mais a toda a trajetória dos federalistas. Por outro lado, mesmo permanecendo a identificação dos oponentes como “maus republicanos” e, portanto, como políticos sob suspeita, as acusações ao PUF mudaram: nessa fase apareciam menos sugestões sobre os desejos de restauração dos adversários e mais ironias e denúncias a respeito da sua heterogeneidade de ideais, da sua falta de princípios claros, da sua volatilidade de interesses, da sua união visando unicamente manter posições, de modo a demonstrar que se tratava de um grupo que faria de tudo para permanecer no poder.

Dessa forma negavam a possibilidade d’*O Estado* ser “órgão do partido republicano” uma vez que lhes faltaria: “a seriedade de uma convicção”. Eles não tinham firmeza e se apegavam “a quantos títulos rotulam uma conveniência de momento, ou seja, o que se chama de partido católico, ou nacional, ou federalista, ou democrata”.⁶³⁰ Mas podiam ser ainda mais incisivos, como quando anunciavam a volta do “órgão do partido republicano conservador, liberal, classista, conservador dissidente, liberal dissidente, braguista, católico, conservador, republicano, democrata, federalista, republicano, jagunço”.⁶³¹ Não obstante, em raríssimas ocasiões, além de deixarem de acusá-los de monarquismo, reconheciam a existência de “republicanos históricos” entre os adversários, como quando Araújo Coutinho admitia que “o Pires ou o Lydio [foram] meus companheiros da propaganda republicana (...)”.⁶³²

Apesar dessa concessão no modo de retratar os adversários, contudo, não alteraram a representação de si mesmos. Para o *República*, o PRC continuava a congregar os republicanos mais antigos e sinceros. Agrupava, pois, “**todos quantos vieram da propaganda**”⁶³³ num partido que desde seu advento se chamava republicano e se opunha ao grupo que “fez a revolta e tinha em Canudos suas últimas esperanças”.⁶³⁴ Note-se que, apesar da redução no número, ainda apareciam acusações sutis de desejos restauradores associados aos federalistas.

O que os redatores d’*O Estado* tratavam logo de desmentir e contra-argumentar, construindo simultaneamente uma adjetivação

⁶³⁰ **República**, Florianópolis, 15/fev/1898, p.1.

⁶³¹ **República**, Florianópolis, 27/fev/1898, p.2.

⁶³² **República**, Florianópolis, 28/dez/1898, p.1.

⁶³³ **República**, Florianópolis, 09/jan/1898, p.1.

⁶³⁴ **República**, Florianópolis, 17/fev/1898, p.2.

positiva para o nós e uma negativa para o outro. Procuravam provar o seu republicanismo e contestar as raízes e as práticas republicanas dos adversários que se arrogavam o direito de indicar quem podia ser considerado um “político republicano”, como no trecho que segue:

Sustentamos como sempre **verdadeiros princípios republicanos** e entendemos que não devemos consentir com o nosso silêncio que **esta República, que fizemos e que nos custou tantas perseguições** nos belos e trabalhosos tempos da propaganda, seja **desmoralizada por quem quer que seja que hoje se julgue mais republicano do que nós**, depois de nos haverem combatido, **açoitados por detrás dos reposteiros da monarquia.**⁶³⁵

Mostravam que também sabiam fazer insinuações sobre um suposto passado monárquico dos adversários de modo a colocar em dúvida sua credibilidade de homem público. E essas suspeitas ganhavam força à medida que aumentava o número de descontentes com a república real, daqueles que não viam nela a “República dos seus sonhos”.⁶³⁶

No que dizia respeito às práticas políticas dos republicanistas, *O Estado* fiscalizava de perto as medidas do governo Hercílio Luz e denunciava todos os atos que considerasse convenientes “a **uma monarquia absoluta**, mas nunca a um regime republicano”,⁶³⁷ de modo a questionar a veracidade do auto-proclamado republicanismo dos adversários que costumava aparecer nos discursos mas não na atuação administrativa. Caso da existência de monopólio nos serviços públicos, que era visto como “antidemocrático, antiliberal e **anti-republicano**, contrário a toda legislação e princípios constitucionais”,⁶³⁸ e que tinha por “único fim proteger a fortuna de amigos em detrimento da economia

⁶³⁵ **O Estado**, Florianópolis, 04/dez/1896, p.2. Ou: “Efetivamente, a nossa missão de hoje é a mesma de ontem: **lutamos na República pela República** contra os mesmo inimigos com quem lutávamos na monarquia contra a monarquia”. **O Estado**, Florianópolis, 03/abr/1897, p.1. Ou ainda: “(...) temos dado combate a todos **os inimigos da República** que se proclamam puros defensores das instituições tão somente com o intuito de satisfazerem descomedida ambição de poderio e riqueza pessoal”. **O Estado**, Florianópolis, 11/jun/1897, p.1.

⁶³⁶ “Não, mil vezes não, hoje mais do que nunca compete aos **republicanos sinceros, que vêm da propaganda** sofrendo pelo ideal republicano, reunirem-se ainda e continuarem a sua obra que ainda não foi concluída. Não, a República não é isso que aí está, entregue aos especuladores de todos os tempos”. **O Estado**, Florianópolis, 15/abr/1897, p.3.

⁶³⁷ **O Estado**, Florianópolis, 08/mai/1896, p.1.

⁶³⁸ **O Estado**, Florianópolis, 17/mai/1896, p.1.

do povo”.⁶³⁹ Além disso, duvidava da lisura de uma administração cujos atos “temem a luz da publicidade”,⁶⁴⁰ não cumprindo a lei que deveria ser igual para todos, não se dobrando “a coisas como Direito, Constituição e Lei”,⁶⁴¹ deixando de realizar “os princípios de moral, únicos que podem servir de base a uma política sinceramente republicana”.⁶⁴² Especulava sobre os gastos públicos, a exaustão do tesouro estadual, a destinação do empréstimo federal e as despesas com a reforma do palácio do governo, construindo assim duas imagens opostas: a daqueles que “antepõem os interesses do Estado aos dos particulares” x a daqueles que “em tempos de penúria, gastam rios de dinheiro em obras luxuosas”,⁶⁴³ de modo a retratar, respectivamente, a si mesmos e aos oponentes.

Mas não parava por aí. A partir dos princípios enumerados na visão idealizada da República, o jornal federalista utilizava as próprias representações dos vencedores para contestar a identificação dos republicanistas como republicanos mais sinceros. Perguntava, por exemplo, como se podia definir o novo regime de “governo do povo pelo povo” se este estava assistindo “quedo e mudo a orgia administrativa praticada em seu nome”,⁶⁴⁴ ou pior, se quem estava no governo entendia que “as massas populares devem guardar atitude submissa ante uma personalidade qualquer elevada às ameias do poder”, esquecendo que, por princípio, “a soberania reside na massa geral dos cidadãos e que o primeiro magistrado do Estado não é mais do que um representante da vontade do povo e que, como tal, deve-lhe satisfações”.⁶⁴⁵ Daí concluir que “isso que por aí se apregoa de governo, não é, **não pode ser o representante do sistema republicano**, única aspiração dos povos livres” uma vez que tal sistema “não pode gerar essas oligarquias”.⁶⁴⁶ E terminava indicando os abusos e violências cometidos contra “a população desta capital” por “indivíduos que desempenham funções públicas e que os praticam conscientes das leis”,

⁶³⁹ **O Estado**, Florianópolis, 09/mar/1896, p.1.

⁶⁴⁰ **O Estado**, Florianópolis, 04/jun/1896, p.1.

⁶⁴¹ **O Estado**, Florianópolis, 24/jan/1897, p.1.

⁶⁴² **O Estado**, Florianópolis, 27/jun/1896, p.1.

⁶⁴³ **O Estado**, Florianópolis, 09/mar/1896, p.1.

⁶⁴⁴ **O Estado**, Florianópolis, 09/jun/1896, p.1.

⁶⁴⁵ **O Estado**, Florianópolis, 27/jun/1896, p.2. Outro exemplo: “É necessário, pois, que o povo acorde e erga-se na altura de poder exercer diretamente a sua soberania e restabelecer a verdadeira norma dos governos democráticos em que, na opinião dos mestres, o poder é mero executor da vontade nacional – obedece e não manda. É chegada a ocasião dos arlequins abandonarem o poder que não souberam honrar e volverem a penumbra donde nunca deveriam ter saído!”. **O Estado**, Florianópolis, 12/jun/1896, p.1.

⁶⁴⁶ **O Estado**, Florianópolis, 17/jul/1896, p.1.

porque contavam sempre com “a proteção do governo e consequentemente com a impunidade”.⁶⁴⁷ Diante de todas essas contradições, questionava a legitimidade dos membros do PRC para usar qualquer forma de violência e, por conseguinte, de ter autoridade para ocupar as posições dominantes no campo político.

A tudo isso o *República* respondia tranquilizando as classes conservadoras que, a despeito dos adversários, “a paz e a ordem continuarão a ser plenamente mantidas”. Afinal, o partido republicano não desistiria da “gloriosa tarefa a que se dedicou, cheio de nobre abnegação” e continuaria a “tornar a República amada pelo povo, assegurando-lhe a felicidade, por meio de melhoramentos reais e duradouros” de modo a tornar a terra catarinense “uma das mais prósperas porções da grande Pátria brasileira”.⁶⁴⁸ Utilizava, portanto, das esperanças de progresso trazidas pelo novo regime e plasmadas na visão idealizada da república para refutar a contestação federalista. E também aproveitava da legitimidade e do domínio da violência política conquistados ainda na fase anterior para ameaçar punir os adversários pelas calúnias – e, de fato, puni-los.

O *Estado*, porém, não se intimidou e continuou sua campanha contra a má administração hercilista, acrescida de um elemento novo: as denúncias sobre os episódios da “pacificação” e sobre a permanência do estado de terror mesmo após sua revogação pela lei. Seus redatores reclamavam do “modo insólito com que os redatores do *República* falam dos revoltosos como se revoltosos ainda hoje houvessem!” e de suas constantes afirmações de que foram as vítimas e “que nós somos os bandidos” quando nas mãos dos governistas “há sangue rubro e quente de tuas vítimas a exigir justiça”.⁶⁴⁹ Referiam-se assim aos “soldados não caídos no campo de batalha, com as armas nas mãos, mas mortos miseravelmente e nos esconderijos, sem que até hoje se saiba qual o pedaço de terra que teve a felicidade de receber os despojos de tão sublimes mártires da Liberdade”.⁶⁵⁰

Contrapunham os delatores que “pediram a morte dos vencidos (...) e levavam o seu despeito ao ponto de nem mesmo respeitarem as suas famílias” e que conduziram “à morte até inocentes apontados pela vingança pessoal”,⁶⁵¹ aos vencidos que passavam “de cabeça erguida com **consciência de seu passado republicano**” e que “se vencedores,

⁶⁴⁷ *O Estado*, Florianópolis, 17/jul/1896, p.1.

⁶⁴⁸ *República*, Florianópolis, 20/abr/1898, p.1.

⁶⁴⁹ *O Estado*, Florianópolis, 06/mai/1896, p.1.

⁶⁵⁰ *O Estado*, Florianópolis, 04/ago/1896, p.1.

⁶⁵¹ *O Estado*, Florianópolis, 30/mar/1897, p.1.

teriam o cavalheirismo de respeitar os vencidos garantindo a liberdade dos adversários e a inviolabilidade do lar”.⁶⁵² Logo, contestavam a representação de vencedores benevolentes criada na fase anterior. Acusavam-nos abertamente de terem desrespeitado “todas as garantias constitucionais”; conspurcado “todos os direitos”, chegando “até o assassinato, fazendo correr o precioso sangue de tantos federalistas ilustres, pais extremosos, esposos dedicados, filhos diletos, em cujos lares fez-se, por isso, a orfandade, a viuvez, o luto enfim”.⁶⁵³ Invertiam, pois, a culpa pelas violências ocorridas no estado, opondo a morte justa em batalha às crueldades sumárias e injustificáveis do período posterior à derrota da revolução.

Inversão que aparecia também quando narravam cenas ocorridas na serra, mostrando, por exemplo, que fora a “guarnição de fronteira que iniciou a tradição do saque e da degola ao depor as intendências – por milagre da Santa Legalidade”.⁶⁵⁴ Ou então, quando questionavam a validade das últimas eleições vencidas pelo estado de sítio e pela possibilidade de delação e punição concretizada na “ameaça das célebres circulares: Ou vota com o governo, ou passa pelas armas. É maragato”.⁶⁵⁵ Ou ainda na explicação para a revolução a partir da “convicção de que o regime republicano, o governo do povo pelo povo, não era mais um ideal” do governo Floriano, e de que ocorria “o **desmantelo da obra republicana**”.⁶⁵⁶ *O Estado* alterava assim as posições de quem atacava e de quem defendia o novo regime durante a luta armada, ao mesmo tempo em que contestava a atribuição do título

⁶⁵² **O Estado**, Florianópolis, 03/mai/1896, p.1. Ou em: “Bem quiséramos esquecer: houve uma época mesmo que diante das aflições da Pátria e quando podíamos exercer vinganças, fomos humanos, soubemos respeitar os nossos adversários, que logo depois, esquecidos do nosso cavalheirismo, da nossa humanidade, para exercerem sobre nós quando vencidos as mais infrenes e desleais perseguições”. **O Estado**, Florianópolis, 02/ago/1896, p.1.

⁶⁵³ **O Estado**, Florianópolis, 10/set/1896, p.1. Ver também p. 142-143 e o texto anexo 2.5.

⁶⁵⁴ **O Estado**, Florianópolis, 12/jul/1896, p.1.

⁶⁵⁵ **O Estado**, Florianópolis, 10/set/1896, p.2.

⁶⁵⁶ **O Estado**, Florianópolis, 03/jul/1896, p.1. Ver anexo 2.5. Essa mesma inversão nas representações aparece nos escritos de Duarte Schutel, principalmente no texto *Saudades da Revolta*: “A Revolta era a segurança, a proteção contra os crimes da tirania; sem ela, depois dela, era o martírio, o morticínio, a ruína que nos aguardava. Diferença enorme. Lá os desastres, os cárceres, a morte – a Ditadura. Aqui, a confiança, o direito, a liberdade, a Revolta. Daí as saudades da Revolta. (...) O povo tem a sua intuição e a ciência das massas tem a sua previdência e a sua razão. A Revolta era a liberdade, ele a conheceu à primeira vista. A Ditadura era o cárcere, o martírio, a morte, ele a anteviu. Abraçou a Revolução e teve a liberdade, depois veio a ditadura e ele pagou bem caro. (...) Não foi a Revolta que encheu as prisões e as solitárias, que carregou de ferros, que mutilou e lançou ao mar, degolou e fuzilou, transformando os cemitérios e as fortalezas em matadouros de homens.” SCHUTEL, Duarte. **A república vista do meu canto**. Florianópolis: IHGSC, 2002. p.218-225.

de “salvador da República” e a homenagem no topônimo da capital catarinense ao Marechal de Ferro, responsável pelas mortes de conterrâneos. E ironizava com o exagero da culpabilidade dos maragatos na representação republicanista dizendo que “todas as misérias que afligem a humanidade, desde o pecado de Adão e Eva até a época atual, de tudo somos responsáveis”.⁶⁵⁷ Por fim, invertiam o sentido negativo atribuído aos revolucionários, positivando a identificação de “maragatos” ao dizer que “para quem conhece os fatos lamentáveis de que foi teatro esta infeliz terra, o ser maragato é uma glória, não é ser assassino, não é ser cruel e desumano”.⁶⁵⁸

Tantas inversões e contestações exigiram outra mudança na postura do *República*: falar abertamente sobre os fuzilamentos de Santa Cruz e as violências ocorridas no período de “pacificação”. O rompimento do silêncio se deu numa série de artigos que procuravam refutar as acusações d’*O Estado*, em abril de 1898. Refutação via reafirmação das identificações anteriormente constituídas e via ratificação da justiça e bondade do tratamento dispensado aos vencidos, como em: “benevolência com que os **republicanos** têm tratado os seus **ferozes perseguidores** do tempo da **revolta restauradora**”.⁶⁵⁹ Ou via corroboração da ideia de que quem iniciou o conflito tornou-se responsável pela punição daí advinda, porque começou as crueldades permitindo o castigo na mesma moeda, segundo a famosa Lei de Talião:

[federalista que] não se contenta com o rememorar essa época calamitosa e negra, quer mais. Deseja discutir o direito de que à revolta ocorria de assassinar os seus adversários e discutir o direito de que a lei vencedora não dispunha em castigar os criminosos. Aos degolados pela revolta tenta opor os fuzilados pelas forças vencedoras, não se lembrando sequer que se estas exorbitaram, fizeram-no depois do sacrifício dos seus aliados aos manes maragatos. (...) os fuzilamentos da fortaleza de Santa Cruz, se efetivamente tais fuzilamentos houve, foram consequência lógica da repressão de uma revolta que se caracterizou por atentados os mais bárbaros. (...) O federalismo covarde é responsável não só por todas as degolas como pelos fuzilamentos, pela existência das

⁶⁵⁷ *O Estado*, Florianópolis, 07/jun/1896, p.2.

⁶⁵⁸ *O Estado*, Florianópolis, 24/mar/1897, p.1.

⁶⁵⁹ *República*, Florianópolis, 26/abr/1898, p.2. Ver anexo 1.7.

viúvas, órfãos e essa inumerável legião de cidadãos que foram vítimas, na vida e na bolsa, da revolta restauradora. Quem provocou a revolta, quem a manteve, é o único responsável pelas suas consequências.⁶⁶⁰

Além disso, percebe-se que a preocupação com a justificativa dos fuzilamentos e sua atribuição aos adversários não significava necessariamente a assunção de que tais eventos tivessem de fato ocorrido. E o *República* aproveitava a ocasião para advertir os federalistas de que tentar reviver paixões e ódios considerados “já adormecidos”, porque calados, convulsionava desnecessariamente um tempo que, de outra forma, seria de paz.⁶⁶¹

Essa representação que mostra os fuzilamentos como consequência lógica das degolas é muito similar à produzida pelo historiador Jali Meirinho, quase um século depois, quando afirma que “a violência foi fruto da ação correspondente cometida pelos federalistas que, quando no poder, humilharam os republicanos; o revide às degolas veio à tona com vinganças e delações”.⁶⁶² Essa “coincidência” explica-se pelos processos de sedimentação das significações que produzem historicamente a institucionalização do sentido dominante. Institucionalização que leva à legitimidade e fixa o sentido legitimado como oficial e literal, cristalizando-o e apagando o jogo de poder na/da linguagem que o engendrou, bem como sobrepujando os outros sentidos

⁶⁶⁰ **República**, Florianópolis, 28/abr/1898, p.1. Ou “Relembrem os nossos adversários os fuzilamentos da fortaleza de Santa Cruz. Fazem mal, porque, se foram eles a consequência lógica do assassinato do alferes Esmerino, do 10º regimento de cavalaria, na zona serrana, e dos sargentos e praças que compunham o destacamento que aquele inditoso defensor da lei comandava; dos bárbaros degolamentos em Itajaí e nesta capital, que conservam ainda nas cruzes que indicam a sepultura dos assassinados a prova irrefragável do nosso acerto. (...) Eles que confraternizaram com os degoladores do Rio Negro, onde o infeliz coronel Pedroso e os seus 600 companheiros foram sacrificados do modo mais bárbaro possível!...” **República**, Florianópolis, 26/abr/1898, p.2. (anexo 1.7). Ou ainda apontando o recrutamento forçado ou a cobrança de 600\$000 para evitá-la; “o esposo adorado e o filho estremecido que os nossos adversários arrancaram bruscamente do seu lar sagrado, do seu seio ofegante de amor”; os trabalhadores cujas famílias foram largadas na miséria; os agricultores que tiveram sua produção e seus animais roubados; os industriais expropriados ou cujas fábricas foram destruídas; “sofrimentos porque os federalistas as fizeram passar e de que será impossível esquecerem-se”. **República**, Florianópolis, 04/dez/1898, p.2.

⁶⁶¹ Ou em: “**Reviver ódios, tentando atirar sobre quantos temos defendido a República** dos botes sem insinuações, bem entendeu executar aquele que, perante o país, assumira a responsabilidade de libertar as instituições dos elementos deletérios que concorriam para corrompê-las (...) Continue o órgão federalista no intento de atear paixões já adormecidas há muito (...)” **República**, Florianópolis, 26/abr/1898, p.2. (anexo 1.7).

⁶⁶² MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense (1889-1930). Florianópolis: Insular, 1997. p.116.

possíveis, mas submetidos.⁶⁶³ Ou nas palavras de Bourdieu, essa é a legitimação suprema da “naturalização” de um significado, uma representação, uma identificação, enfim, uma classificação e hierarquização arbitrária, cujo arbitrário foi culturalmente apagado e legitimado de modo a tornar-se a visão legítima.⁶⁶⁴ E assim as diferenças por ela criadas se transformam e passam a ser vivenciadas “como se estivessem inscritas na própria natureza dos objetos que elas separam e como logicamente anteriores ao princípio de que são o produto”.⁶⁶⁵

Pode ser explicada também pela compreensão de que a memória e a história são seletivas e “fabricadas sempre para reforçar um poder, para apoiar uma reivindicação”,⁶⁶⁶ e que essa sua característica legitimadora era percebida e explorada no final do século XIX, especialmente com a fundação de Institutos Históricos e Geográficos. Não foi diferente em Santa Catarina. Já em 1894 o republicanista José Boiteux demonstrava preocupação com a memória sobre os eventos daquele período, procurando fundar uma Associação Cívica “destinada não só a educar os nossos patrícios no culto dos grandes homens a quem a Pátria e a República devem serviços inestimáveis, como também a solenizar as datas de nossa brilhante história política”, através de “doutrinações públicas e festas comemorativas” que pudessem “gravar na alma do povo o amor intangível por aqueles que se sacrificaram pelo progresso e pela autonomia nacional”.⁶⁶⁷ Independente de ter ou não se realizado, a idealização de tal associação demonstra o esforço para criar uma versão de consenso sobre os acontecimentos, que valorizasse os vencedores e a sua memória, e para repassá-la como “verdade histórica” para o povo e para o futuro.⁶⁶⁸

Preocupação e esforço que também estiveram presentes na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC),

⁶⁶³ Conforme: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. (Coleção Passando a Limpo), p.21.

⁶⁶⁴ Conforme: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**, p.70 e 119-120

⁶⁶⁵ *Idem*, p.150.

⁶⁶⁶ DUBY, Georges *apud* ROSSATO, Luciana. **Imagens construídas: Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁶⁶⁷ **República**, Florianópolis, 01/dez/1894, p.1.

⁶⁶⁸ Preocupação que já transparecia no jornal republicanista quando afirmava uma neutralidade de “historiador imparcial” que visava apenas registrar até as cenas mais terríveis, de forma a não serem esquecidas para que não se repetissem: “e, para que não permaneçam por mais tempo no esquecimento, marcharemos hoje na nossa tarefa, tomando sempre por norma a imparcialidade livre de qualquer desafeto, princípio primordial que deve servir de lema a todo o espírito são e dotado de sentimentos altruísticos”. **República**, Desterro, 26/mar/1894, p.1

em 7 de setembro de 1896. Também idealizado por José Arthur Boiteux, contou com a participação de outros 30 fundadores, representantes do meio político, cultural e econômico – em sua maioria ligados ao PRC – e com o apoio oficial do governador Hercílio Luz. Nasceu com o objetivo de fortalecer o ideal republicano e desenvolver estudos históricos e geográficos em terras catarinenses. Um desses estudos foi realizado logo depois por seu idealizador, que viajou até Portugal, designado pelo governo estadual, para levantar documentos que auxiliassem no processo judicial pela definição dos limites territoriais com o estado do Paraná.

Nesse primeiro momento, contudo, suas produções estiveram mais voltadas a buscar antecedentes históricos que legitimassem o PRC e compusessem seu patrimônio e legado, tendo por isso “sistematizado e aglutinado boa parte dos procedimentos destinados a deixar as marcas republicanas”.⁶⁶⁹ Intenção que condizia com o contexto de construção de um patrimônio simbólico para o estado no novo regime em que se instituía o brasão de armas e a bandeira, se restabelecia a primeira Constituição e se definiam as fronteiras territoriais com o Paraná. Assim, a atuação do IHGSC acabou por consolidar a identidade dos republicanistas como “republicanos históricos e verdadeiros”, legitimando-a através da construção de antecedentes, de um passado e de símbolos que a tornassem incontestável e nulificassem os esforços de revisão levados a cabo pelos federalistas. Interessante notar, nesse sentido, que embora sua organização já fosse anunciada em 1894 e que seus estatutos fossem publicados no ano seguinte,⁶⁷⁰ sua fundação de fato só se deu em 1896, depois do retorno do jornal oposicionista. Assim, a história acabou servindo como mais um instrumento na disputa simbólica que envolveu republicanistas e federalistas no início republicano catarinense, e teve um papel importante na legitimação e naturalização da versão dos vencedores, que permaneceu como “verdade histórica” incontestável por aproximadamente um século.

⁶⁶⁹ Conforme CHEREM, Rosângela. **Os faróis do tempo novo: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense**. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. p.92-93.

⁶⁷⁰ Os anúncios das primeiras reuniões se deram logo após a posse de Hercílio Luz, entre fins de setembro e início de outubro de 1894. Os estatutos foram publicados em: **República**, Florianópolis, 08 e 10/set/1895, p.2.

3.5 – “Republicanos x restauradores”: uma representação persistente

A principal representação tornada “verdade” incontestável pela historiografia tradicional catarinense foi a que opunha os “republicanos históricos e verdadeiros” aos “restauradores monárquicos”, identificados respectivamente aos republicanistas e aos federalistas. Construção discursiva, contudo, que não foi uma invenção barriga-verde, embora tenha sido adaptada e tornado-se importantíssima para o jogo político estadual naqueles anos conturbados. Foi engendrada nacionalmente e ligava-se ao receio da volta ao *status quo ante*, uma vez que o regime republicano recém-instalado e em fase de consolidação estava instabilizado por dissensões internas entre os grupos de interesse que o instauraram.⁶⁷¹ Temor que esteve sempre presente e foi grandemente dimensionado pelo jacobinismo,⁶⁷² muitas vezes supervalorizando o poder de atuação dos monarquistas.

De acordo com Maria de Lourdes Mônaco Janotti, autora que pesquisou tais grupos mais detidamente, eles eram compostos por inconformados que tinham pertencido ao estamento burocrático imperial e se ressentiam com a perda do prestígio, dos cargos e dos privilégios. Compartilhavam o respeito à tradição, os sentimentos antimilitaristas e o conservadorismo religioso. Censuravam todos os atos do governo republicano e, ao mesmo tempo, idealizavam e glorificavam o regime imperial, por isso destacavam em seus pronunciamentos pessoais, manifestos coletivos e imprensa combativa a instabilidade daquele e a possível reversibilidade a este.⁶⁷³

Tratava-se, porém, de um grupo minoritário e com pequeno poder de atuação, uma vez que velhas questões como a inviabilidade de um terceiro reinado com a princesa Isabel e o Conde d’Eu e a inexistência na família real de alguém que personificasse a mística do trono e assim os auxiliasse na luta ainda os dividiam.⁶⁷⁴ Além disso, era um movimento com pequeno poder de atração, saído da classe dominante e

⁶⁷¹ Conforme: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**: jacobinismo – ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986. p.196.

⁶⁷² *Idem*, p.22.

⁶⁷³ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.08-11. Aspectos que, é bom frisar, não se encontravam no jornal catarinense do grupo considerado “monarquista disfarçado”, o qual, ao contrário, procurou diversas vezes mostrar a impossibilidade da restauração monárquica e a superioridade do regime republicano.

⁶⁷⁴ *Idem*, p.43-49.

dirigido principalmente a ela própria.⁶⁷⁵ Daí o presidente Prudente de Moraes constatar que “a propaganda restauradora aqui não tem a importância que lhe atribuem para seus fins os inconsoláveis da passada *legalidade* que pretendem ressuscitá-la para *salvar a República*. (...) A restauração não conta nem com a opinião, nem com a força armada”.⁶⁷⁶

Apesar disso, os monarquistas pareceram aos seus contemporâneos, como a própria fala de Prudente permite perceber, uma ameaça constante ao novo regime, sendo responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram o início da república e sendo temidos pela influência que se acreditava possuísem. Embora essas acusações aparecessem geralmente como suposições anônimas e boatos que corriam sem confirmação, elas provocavam reações concretas e transformavam-se em conjecturas que recebiam foros de verdade. Caso da admoestação jacobinista que alertava que: “o governo republicano não pode, a pretexto do respeito a princípios abstratos, consentir que uma minoria incapaz e insignificante perturbe, pela intriga e pela exploração, a vida e a riqueza de um povo inteiro”.⁶⁷⁷ Contradição dos florianistas porque, se eram uma “minoría incapaz e insignificante”, como poderiam representar um grande perigo para a república? Mas com especulações como essa, os monarquistas acabaram sendo alvo de diversas medidas de repressão. Assim, “mais forte que a ação monarquista, foi o receio que dela se tinha e, em nome dele, eram justificados os atos de violência que consolidavam o novo regime”.⁶⁷⁸

Receio que foi reforçado com a ajuda do imaginário, dos boatos e das acusações de intuitos restauradores a adversários políticos como forma de deslegitimá-los. Afinal, como a constatação de Prudente de Moraes também permite inferir, as suspeitas de monarquismo serviram para encobrir muitas dissidências entre republicanos, como forma de legitimação, e também para justificar a repressão que visava fortalecer o poder. Ambas as situações são as que se percebe no caso dos federalistas catarinenses. Aqui, tratava-se de uma oposição de identificações que apareceu repetidamente, em todas as fases de construção dos “bons e maus republicanos”, geralmente para retratar dicotomicamente o seu grupo e o oponente, mas que, por vezes, como no episódio de Canudos, foi compartilhada por republicanistas e federalistas que a usaram para indicar um terceiro “fantasma”, ameaçador à república e que devia, por

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p.262-263.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, p.113-114.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p.127.

⁶⁷⁸ *Ibidem*, p.56.

isso, ser combatido.⁶⁷⁹ Serviu de justificativa para a repressão aos defensores da monarquia e a todos os suspeitos de sebastianismo, uma vez que a presença de um inimigo, mesmo fantástico, é um agente poderoso de coesão em qualquer agrupamento.⁶⁸⁰

Um caso nacional e localmente emblemático foi o movimento revolucionário que uniu federalistas gaúchos e revoltosos da Armada. Comumente nos jornais da época, e por vezes também na historiografia, os revolucionários foram retratados como integrantes de uma conspiração monarquista para derrubar o regime republicano. Desde o primeiro momento sugeriu-se que ideais restauradores moviam a revolução. Acusava-se Silva Tavares de ter desfraldado a bandeira imperialista e declarado combater pela monarquia. Generalizava-se a denúncia de que a república parlamentar defendida por Silveira Martins, por suas características semelhantes ao regime imperial, escondia uma intenção restauradora. Intenção estendida a todos os seus partidários.⁶⁸¹ Reportava-se a apreensão de divisas federalistas com dizeres como “Viva o in Perio! Morram os Republicanos!”, denunciando o desconhecimento da gramática portuguesa pelos mercenários estrangeiros que compunham as hostes maragatas e seu sebastianismo.⁶⁸² Esses boatos eram alimentados pela imprensa monarquista e pelos exilados brasileiros, que influenciavam os jornais internacionais, principalmente ingleses e franceses, a especularem sobre a situação. Mas os desmentidos surgiam de todos os lados.⁶⁸³

Mesmo assim, a desconfiança quanto aos revoltosos disseminou-se tanto que chegou a ser assumida como verdade e denunciada inclusive pelos federalistas catarinenses, os quais posteriormente aderiram ao movimento revolucionário e desculparam-se por sua oposição na época em que os acreditavam restauradores.⁶⁸⁴ Ao longo do ano de 1892, portanto, foi se firmando a convicção de que as instituições republicanas estavam em risco devido, em parte, às ações dos federalistas gaúchos.⁶⁸⁵ Risco ampliado no ano seguinte pela Revolta da

⁶⁷⁹ Conforme: BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1 (Memória-história). Lisboa: Imprensa nacional; Casa da Moeda, 1984, p.320.

⁶⁸⁰ QUEIROZ, Suely. *op. cit.*, p. 218.

⁶⁸¹ Conforme: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op.cit.*, p.64; e ROSSATO, Luciana. *op.cit.*, p.77.

⁶⁸² **República**, Desterro, 27/jun/1893, p.2

⁶⁸³ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op.cit.*, p.66-72.

⁶⁸⁴ **O Estado**, Desterro, 07/mai/1893, p.1.

⁶⁸⁵ ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes

Armada e sua união com o movimento do sul. E confirmado, para muitos, a partir da adesão e do manifesto duvidoso de Saldanha da Gama, cujas preferências restauradoras entusiasmaram os monarquistas, mas causaram pânico, reações fortes e dissidências entre os revolucionários republicanos. Diante disso, o Governo Provisório viu-se obrigado a rebater oficialmente quaisquer intenções sebastianistas entre os revoltosos, convidando aqueles que assim pensassem a retirar-se do movimento.⁶⁸⁶

Apesar das contestações e do fato do apoio monarquista ter sido mais passivo que mobilizado em forma de disposição para a luta ou envio de auxílios,⁶⁸⁷ o manifesto de Saldanha da Gama permitiu que o vice-presidente explorasse-o como “prova” de sebastianismo, de modo a conseguir mais apoio para a causa legalista e a justificar a repressão exercida pelo exército, pelos batalhões patrióticos, pelas fortalezas e pela nova frota marítima mobilizada. Possibilitou também que o governo federal criasse e divulgasse duas imagens que convenceriam os contemporâneos e se fixariam na memória e em boa parte da historiografia. Imagens que identificavam, de um lado, o movimento revoltoso a uma tentativa de restauração, e, de outro, Floriano à salvação do regime, superando assim as últimas resistências internas e angariando o apoio norte-americano. Dessa forma, a criação do inimigo restaurador foi decisiva para a vitória do governo.⁶⁸⁸

A visão historiográfica sobre esses episódios, contudo, vem sendo modificada a partir de interpretações à luz de novas teorias e novos documentos, de modo a não mais ratificar a versão vencedora e a mostrar o papel simbólico e político dessas representações e identificações para a disputa de poder da época. Autores como Gunter Axt⁶⁸⁹ procuram demonstrar que a revolução foi um fenômeno social e político complexo, que não pode ser reduzido a oposição entre ideais republicanos x desejos restauradores. As novas pesquisas demonstram a

Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p.147-153.

⁶⁸⁶ **O Estado**, Desterro, 17/dez/1893, p.1.

⁶⁸⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op.cit.*, p.76.

⁶⁸⁸ ARIAS NETO, José Miguel. *op. cit.*, p.159-160. Estratégia que foi percebida por Duarte Schutel: “Não, não foi salva a República, o que se salvou foi o tirano, foi o ditador. Ele é que levantou a opinião, ele fez nascer a Revolução, ele é que foi ameaçado, só ele correu perigo – e pois, só ele foi salvo. (...) Não perigo a República. Não foi atacado o regime. A salvação da República foi uma mentira necessária”. SCHUTEL, Duarte. *op.cit.*, p.240.

⁶⁸⁹ AXT, Gunter. A revolução de 1893: os diários de Joca e Francisco da Silva Tavares. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

mobilização e a participação de grupos sociais diversos nas colunas federalistas, como bugres, posseiros e ervateiros, pobres e analfabetos, cuja incorporação poderia significar uma resposta dessas populações marginalizadas à expulsão. Ou ainda os praças de unidades governistas derrotadas, cuja adesão à revolução sinaliza a fluidez das posturas ideológicas apartidárias, pois, ou esses soldados eram indiferentes ao lado em que lutavam ou estavam inseridos contra a vontade nas fileiras governistas.⁶⁹⁰

Quanto a pluralidade dos agrupamentos políticos, procuraram assumir e demarcar espaços no movimento além dos federalistas; republicanos dissidentes, tanto liberais quanto positivistas; descendentes de colonos europeus; posseiros e despossuídos da Serra; pequenos proprietários rurais; antigos membros dos partidos imperiais e monarquistas assumidos. A participação desse último grupo, porém, não significa que se pode afirmar uma pretensão restauradora dos chefes federalistas.⁶⁹¹ Outro aspecto cuja interpretação foi modificada é a representatividade dos manifestos revolucionários. A leitura dos diários dos irmãos Tavares permite inferir que, por vezes, eles foram pensados apenas em termos de angariar simpatias à causa, e não necessariamente em termos de ideias norteadoras do movimento. Logo, a forma da historiografia lê-los e interpretá-los também precisa levar isso em consideração.⁶⁹²

Em relação à Revolta da Armada, Arias Neto procura mostrar como se constituiu e associou o movimento a uma imagem de “saudosismo e anacronia”, que ordenamento do real essa construção promoveu na política e na história e que aspectos encobriu.⁶⁹³ Demonstra a similaridade de ideais entre Floriano e Custódio de Mello quanto à necessidade da intervenção salvadora de soldados e marinheiros na política em períodos anormais ou de desordem; a proximidade entre os dois, que juntos lideraram a construção da ditadura militar, e seu rompimento devido às divergências oligárquicas, ou seja, à oposição entre as elites estaduais que cada um apoiava. Desvenda, pois, a construção simbólica que acabou por apontar o primeiro como o salvador da república e o segundo como líder de um movimento restaurador.

⁶⁹⁰ *Idem*, p.191-192.

⁶⁹¹ Conforme: ROSSATO, Luciana. *op.cit.*, p.111-112; e AXT, Gunter. *op.cit.*, p. 205.

⁶⁹² Ver AXT, Gunter. *op.cit.*, p.202.

⁶⁹³ ARIAS NETO, José Miguel. *op. cit.*, p.133-134.

Em se tratando dos episódios desse período conturbado ocorridos em Santa Catarina, embora uma nova interpretação historiográfica tenha sido iniciada na academia,⁶⁹⁴ os livros e artigos de grande divulgação mais recentes ainda corroboram a visão tradicional. Veja-se, por exemplo, a obra *Tragédia no sul*, de Aimberê Machado,⁶⁹⁵ cujo subtítulo “Federalistas e monarquistas contra Floriano Peixoto” deixa claro sua percepção do movimento como uma luta dos republicanos defensores de Floriano Peixoto contra os monarquistas catarinenses aliados aos federalistas gaúchos. Ou então, os artigos de Saulo Krieger e Jali Meirinho⁶⁹⁶ na *Revista História Catarina* do final de 2008 que seguem a mesma interpretação de uma disputa entre “republicanos históricos e verdadeiros” e “monarquistas disfarçados de federalistas”.

Versão dos vencedores anteriormente confirmada por autores como Carlos da Costa Pereira⁶⁹⁷ e o próprio Jali Meirinho,⁶⁹⁸ mas que já aparecia nas páginas do jornal republicanista no final do século XIX. Ali os adversários políticos eram retratados como **monarquistas confessos**, comparsas dos degoladores; partidários cujos princípios políticos encarnavam o interesse inconfessável e transações ilícitas e indecorosas; **falsos apóstolos da doutrina republicana** que formaram o exército do crime;⁶⁹⁹ arruaceiros, sem nenhum valor político; grupo heterogêneo no qual dominava essa **adoração pelo regime passado**;⁷⁰⁰ que **festejava todas as datas do Império**;⁷⁰¹ perniciosos à consolidação do regime porque **ressuscitaram a máxima bragantina**;⁷⁰² “**conspiradores da sonhada restauração**” que iam sendo “vitoriosamente combatidos pelos **governos republicanos**”.⁷⁰³

⁶⁹⁴ CHEREM, Rosângela. *op. cit.* e NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

⁶⁹⁵ MACHADO, Aimberê Araken. **Tragédia no sul: federalistas e monarquistas contra Floriano Peixoto (1893-1895)**. Florianópolis: Insular, 2008.

⁶⁹⁶ KRIEGER, Saulo. O “batismo” da República em Santa Catarina. **Revista História Catarina**, Lages, SC, n.9, Ano II, p.58-61, Nov-dez/2008; e MEIRINHO, Jali. O florianismo e Florianópolis. **Revista História Catarina**, Lages, SC, n.9, Ano II, p.62-65, Nov-dez/2008.

⁶⁹⁷ PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p.84 que apresenta as lutas partidárias como uma batalha entre “republicanos históricos” e federalistas “suspeitos de ideias monárquicas”.

⁶⁹⁸ MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina (1889-1900)**. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1982. p. 55 que estabelece a disputa partidária como luta entre republicanos e “adversários que ainda alimentavam ideias monárquicas”.

⁶⁹⁹ **República**, Florianópolis, 06/jan/1898, p.1.

⁷⁰⁰ **República**, Florianópolis, 25/mar/1898, p.1.

⁷⁰¹ **República**, Florianópolis, 27/mar/1898, p.1.

⁷⁰² **República**, Florianópolis, 24/ago/1898, p.1.

⁷⁰³ **República**, Florianópolis, 09/fev/1898, p.1.

Tal historiografia, contudo, não se preocupou em mostrar as contestações dos federalistas que se diziam injustiçados por serem “republicanos sinceros” retratados e apontados como “monarquistas” que distribuíam retratos da princesa Isabel.⁷⁰⁴ Nem em analisar sua denúncia da estratégia republicanistas de afirmar que:

incluído até o elemento histórico, somos todos monarquistas confessos, pertencendo exclusivamente a eles, a virtude do republicanismo sincero, sem exceção mesmo de nenhum dos **retrógrados de marca**, chefes e conselheiros atuais da oposição, que, não há muito, batiam ao peito nos arroubos da sua **dedicação ao trono, e choraram copiosamente quando foram arrancadas da frente dos edifícios públicos as armas imperiais.**⁷⁰⁵

E, nas raras vezes em que o fez, desconsiderou-as como “versões pouco confiáveis” preferindo a visão republicanista. Logo, não considerou a possibilidade de que ambos os grupos fossem, de fato, heterogêneos e compostos tanto por republicanos quanto por políticos adesistas provenientes dos partidos monárquicos, como insinuavam os federalistas e como já demonstrou a historiografia revisionista. Nem tampouco percebeu a disputa simbólica em torno dessas representações e identificações de “republicanos x restauradores”, denunciada em textos como esse e que se configurava como um confronto político pela legitimidade e pela autoridade do campo, de modo a conquistar a credibilidade para dirigir a administração estadual no novo regime.

Ora, o ato de “anunciar o patriotismo como um privilégio seu, como uma virtude privativa a que nenhum estranho pode arrogar-se direito de co-participação”,⁷⁰⁶ atitude tomada sempre que possível pelos membros dos dois partidos, indica a constante luta de classificação para delimitar os princípios legítimos de di-visão do campo político republicano catarinense que, ao definir quem eram os “políticos republicanos” legítimos, determinava a possibilidade de permanência e

⁷⁰⁴ **O Estado**, Desterro, 08/abr/1893, p.1.

⁷⁰⁵ **O Estado**, Desterro, 25/nov/1892, p.1. Ou ainda: “**Republicanos** de todos os tempos **que nunca foram porque nunca os encontrei na propaganda** e só conheci a força de suas convicções quando vi muitos deles **chorarem a 17 de novembro de 1889 quando foi retirada a coroa** da frente dos edifícios públicos. Hoje, Sr. presidente, são mais republicanos do que nós, o que não me admira, desde que são mais honestos e patriotas do que nós, apesar de não nos saberem ainda dizer o que fizeram dos dinheiros públicos que estavam sob sua guarda”. **O Estado**, Desterro, 10/nov/1892, p.1.

⁷⁰⁶ **O Estado**, Desterro, 25/nov/1892, p.1.

de atuação no campo. Assim, como explica Bourdieu, quando os defensores da definição mais “pura”, rigorosa e estreita da qualidade de pertencente dizem que um certo número de políticos não são realmente “políticos republicanos”, ou que não são “políticos republicanos verdadeiros”, recusam-lhes a existência nesse campo. Ou, em outras palavras, ao considerarem a si mesmos como “políticos republicanos verdadeiros”, pretendem impor no campo o seu ponto de vista como o único legítimo, como o princípio de visão e di-visão (*nomos*) que define esse campo.⁷⁰⁷

E justamente por não ser capaz de perceber essa luta simbólica de classificação e de compreender que as imagens mostradas pelos documentos jornalísticos da época eram representações construídas com o fim de legitimar-se, a historiografia tradicional catarinense não se deu conta dos processos de sedimentação e de naturalização de sentidos em curso, nem das táticas estratégicas que vinham sendo usadas pelos grupos dominantes, mesmo que inconscientemente, para fabricar o consentimento e legitimar o seu domínio. Por isso, acabou por reproduzi-las, participando dos processos de institucionalização e legitimação de tais representações e identificações. Ou seja, acabou por enxergar e vivenciar essas diferenças construídas na luta de classificação como inscritas na própria natureza dos grupos políticos do início republicano e como logicamente anteriores ao princípio de que são o produto.⁷⁰⁸ Isto é, compreendeu essas construções discursivas que visavam criar uma diferenciação entre os partidos como reflexos das diferenças de fato e anteriormente existente neles.

⁷⁰⁷ Conforme: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. p.253.

⁷⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. p.150.

MAIS ALGUMAS PALAVRAS: BATALHA DA HISTÓRIA, BATALHA DA MEMÓRIA

O advento da república em 15 de novembro de 1889 ocasionou um processo de renovação e reajustamento político-social e institucional do país e de cada estado em particular. Houve a reordenação do aparato burocrático, a reorganização das forças do exército, a desarticulação do antigo sistema parlamentarista, a introdução de novas relações de poder. Diante dessa reconfiguração do campo político passou a ser necessário aos protagonistas (novos e aderentes) produzir e acumular bens simbólicos, representações e identificações que garantissem a participação de seu grupo na estrutura desse novo regime e a legitimação necessária para torná-lo o único capaz de ocupar os cargos e decidir os rumos da administração republicana. Essa construção simbólica se deu primordialmente a partir das falas e das cerimônias públicas, divulgadas através dos discursos da imprensa.

Contudo, como notou Duarte Schutel, “essa mesma superabundância de documentos fornecidos pela imprensa periódica, será fonte fecunda de todas as falsidades”, uma vez que os “dados ou documentos oficiais estão e vão sendo tão eivados de mentira e sonegações (...), que ao historiador só restaria a narrativa ou crônica perturbada na atualidade pelo interesse das paixões, e mais tarde abastardada pelas legendas e fantasias”.⁷⁰⁹ Ou seja, a mesma abundância de discursos jornalísticos serviria para interpretações bastante diferentes sobre os acontecimentos do período e sobre as identidades dos grupos partidários em confronto. Algumas como as do próprio Schutel e as dos irmãos Boiteux apoiando uma determinada versão – a dos vencidos ou a dos vencedores –, porque envolvidas ainda nas paixões do momento ou nos interesses que dirigiam os grupos. Outras porque, guiadas por uma historiografia que acreditava poder extrair dos documentos a “verdade histórica”, acabaram corroborando o sentido oficial, em detrimento das outras interpretações possíveis, e assim legitimaram-no pela naturalização dessa classificação arbitrária.

Essa manutenção pela historiografia dos mitos criados no conturbado início da república também se deve ao fato, ressaltado por

⁷⁰⁹ SCHUTEL, Duarte Paranhos. **A república vista do meu canto**. Florianópolis: IHGSC, 2002. (Coleção catariniana, 3). p.106. É necessário, porém, compreender que tais estratégias simbólicas não eram “mentiras preparadas” e sim estratégias simbólicas semiconscientes ou inconscientes.

Arias Neto,⁷¹⁰ dos historiadores terem incorporado a noção de “ordem” que articula o discurso do poder. Para ele, uma vez que o poder instituído privilegia o discurso do “consenso” em detrimento do “dissenso” – procurando minimizar a importância deste tanto na prática (no ato de governar), quanto na imagem que deixa de si (memória/história) –, sua versão apresenta-se como “fato” e “verdade” acabados, cabendo ao estudioso nada mais que narrá-lo. Logo, esse “fato” não seria somente o “acontecimento”, já estando imbricado com uma determinada memória e um determinado conhecimento.⁷¹¹ Ao assumirem a versão do consenso, os historiadores acabam compactuando com o poder estabelecido, consagrando-o e legitimando-o – mesmo que suas tomadas de posição intelectuais sejam, via de regra, “estratégias inconscientes ou semiconscientes”. E isso ocorre porque suas tomadas de posição se dão em meio a um jogo cujo alvo é a conquista de legitimidade cultural – ou seja, o “monopólio da produção, da reprodução e da manipulação legítimas dos bens simbólicos e do poder correlato de violência simbólica legítima”⁷¹² –, e porque é do “crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e prestígio do segundo”.⁷¹³

Para não cair nessa armadilha é preciso não esquecer que o sentido das palavras e das representações muda no decorrer do tempo, como mudam os campos de lutas correspondentes e as relações de força entre seus usuários.⁷¹⁴ Não esquecer que todo enunciado pode deslocar-se discursivamente, derivar para outro sentido porque as palavras refletem significados já realizados, imaginados e possíveis.⁷¹⁵ Não esquecer que toda leitura e interpretação tem uma história, sendo que leituras possíveis num determinado momento não o eram em outro e que

⁷¹⁰ ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

⁷¹¹ *Idem*, p.161.

⁷¹² BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos Ciências Sociais). p.169.

⁷¹³ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.172.

⁷¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lucia Machado. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.94.

⁷¹⁵ ZAMIN, Ângela Maria; SCHWAAB, Reges Toni. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. IV, nº1, 1º semestre de 2007. Florianópolis: UFSC; Insular. p.36.

leituras não possíveis hoje poderão o ser no futuro.⁷¹⁶ Não esquecer por fim que a “relação que liga os sentidos às condições em que eles são produzidos é uma relação necessária, constitutiva da própria significação” e abrange o contexto histórico-social, a situação, os interlocutores e o objeto do discurso, isto é, aquilo que se diz, para quem se diz, com que autoridade se diz, em que situação é dito, sua relação com outros discursos, etc.⁷¹⁷

Portanto, para compreender a acirrada disputa simbólica que envolveu republicanistas e federalistas – ambos querendo identificar-se como “verdadeiros republicanos” para serem reconhecidos como aptos a participar e a comandar o campo político republicano catarinense – analisaram-se aqui alguns de seus instrumentos: a configuração e o posicionamento de cada jornal, a seleção dos assuntos, as estratégias discursivas e a recorrência às idealizações sobre a república, o povo e o federalismo, bem como as imagens construídas por cada jornal partidário para si e para o outro, visando o estabelecimento daquela como a mais correta e desejável, e recusando esta como não-correta e não-desejável. Um fechamento discursivo de fronteiras para delimitar e diferenciar os grupos, trabalho simbólico necessário diante das poucas diferenças efetivas entre os dois partidos e que visava garantir o poder simbólico necessário para agir e justificar suas atitudes, para concretizar o “fazer ver e fazer crer” em “fazer fazer”, em mobilização do grupo e em realizações no campo social e político.

Sem dúvida isso não esgota as possibilidades de estudar o período. Uma questão de considerável importância e que ainda precisa ser esclarecida é qual eram, de fato, as diferenças entre os grupos e seus programas partidários. Como já demonstrado, a divisão entre republicanos e restauradores foi uma representação criada e disputada para tentar diferenciar os partidos legitimando um e deslegitimando outro. Por outro lado, a diferenciação entre políticos novos e velhos, ou inexperientes e experientes também apresenta dificuldades dado a heterogeneidade dos dois agrupamentos – seria, pois, novamente mais construída que real. Resta investigar as divergências ideológicas, mesmo que sutis, entre os grupos; os projetos de nação e de Estado que os guiavam; suas relações políticas e ligações pessoais a outras elites estaduais e nacionais; suas possíveis vinculações religiosas diferenciadas; enfim, caminhos que expliquem melhor a separação dos

⁷¹⁶ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. (Coleção Passando a Limpo). p.41.

⁷¹⁷ *Idem*, p.85.

agentes políticos catarinenses do início republicano em dois partidos, sem recorrer necessariamente às disputas por cargos públicos, mas que levem em consideração às lutas simbólicas para criar uma identidade que os legitimasse a atuar no novo regime. Afinal, é a partir dessa tradição inventada que se pode compreender as constantes erupções da insatisfação dos vencidos. Insatisfação que vai além do ressentimento com a mudança de nome da capital e com os fuzilamentos e que, retomando a citação de abertura desse trabalho, ultrapassa a batalha histórica e transforma-se em batalha da memória, que é, enfim, uma luta para não deixar que os mortos morram outra vez, como diria Benjamin.

REFERÊNCIAS

a) Fontes

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Jornal **República**, Desterro – 1889-1893; 1894-1895; 1898.

Jornal **O Estado**, Desterro – 1892-1894; 1896-1898.

b) Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Pensar a revolução federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

ARAGÃO, Octavio. O império da sátira. **Nossa História**, São Paulo, n. 26, Ano III, p.32-34, dez.2005.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

AXT, Gunter. A revolução de 1893: os diários de Joca e Francisco da Silva Tavares. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 17 ed. São Paulo: Globo, 2005.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1 (Memória-história). Lisboa: Imprensa nacional; Casa da Moeda, 1984.

BOITEUX, Henrique. **A república catharinense**: notas para a sua história. Rio de Janeiro, Xerox.

BOITEUX, José. **A imprensa catharinense** (conferência). Rio de Janeiro: Estabelecimento Litho-Typographico Alexandre Borges & Co., 1911.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catarinense**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.

_____. **Imprensa de Santa Catarina.** Cópias de artigos do jornal “O Estado” na Biblioteca Pública, 1915.

BORMANN, J B. **Dias fratricidas:** memórias da revolução federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typografia da Livraria Econômica, 1901.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu:** Sociologia. Organizador Renato Ortiz. Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais).

_____. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

_____. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos Ciências Sociais).

_____. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lucia Machado. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Science de la science et reflexivité.** Paris: Raison d’Agir, 2001.

BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia. **História de Santa Catarina no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Laudes; 1970.

_____. **Nossa Senhora do Desterro:** Notícia. vol.1. Florianópolis: EdUFSC, 1972.

_____. **Nossa Senhora do Desterro:** Memória. vol. 2. Florianópolis: EdUFSC, 1972.

CARONE, Edgar. **A república velha I:** instituições e classes sociais (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

_____. **A república velha II:** evolução política (1889-1930). 3.ed. São Paulo: Difel, 1977.

CARUSO, Raimundo C. **Noturno, 1894:** paixões e guerra em Desterro, e a primeira aventura de *Sherlock Holmes* no Brasil. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005.

CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da república.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História, n.18).

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

_____. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHEREM, Rosângela. **Caminhos para muitos possíveis:** Desterro no final do império. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Os faróis do tempo novo:** política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tânia de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

_____. **Militares e civis num governo sem rumo:** o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil (1893-1894). Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli, 1990.

_____. **História de Florianópolis ilustrada.** Florianópolis: Insular, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta:** periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: Educ; Fapesp, 2000.

D'ACAMPORA, Márcia. **A construção da imagem do inimigo:** o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939-1945). Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DEEKE, José. Blumenau e a revolução de 1893. **Blumenau em Cadernos**, tomo IX, nº. 11/12, p.201-240, nov/dez. 1968.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, C.G. (org.). **1822 Dimensões**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio**. Narrativa da Revolução de 1893. Brasília: UnB, 1983.

ELAZAR, Daniel J. **Exploring federalism**. Alabama: The University of Alabama Press, 1987.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893**. Brasília: UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, vol.30).

FLORES, Moacyr (org.). **1893-95: a revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 1993. (Coleção História, n.1).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

FOWLER, R. **Language in the news**. Discourse and ideology in the press. London: Routledge, 1991.

GANS, H. **Deciding what's news**. New York: Farrar; Straus and Giroux, 1994.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores; Edusp, 2003.

GUAZZELLI, César Augusto B. Cabeças cortadas. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n.05, Ano I, p.76-79, mar.2004.

GUIMARÃES, Manoel L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

_____. A invenção do passado. **Nossa História**, São Paulo, n. 26, Ano III, p.24-26, dez.2005.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e realidade**, 22(2), p.15-46, jul/dez 1997.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HASSLOCHER, Germano. **A verdade sobre a Revolução.** Porto Alegre: Typ. de César Reinhardt, 1894.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira.** Do Império à República. t.II, v.5. São Paulo: Difel, 1985.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KING, Preston. **Federalism and federation.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- KRIEGER, Saulo. O “batismo” da república em Santa Catarina. **Revista História Catarina**, Lages, SC, n.9, Ano II, p.58-61, Nov-dez/2008.
- LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- _____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. pp.111-153.
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.
- LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACHADO, Aimberê Araken. **Tragédia no sul: federalistas e monarquistas contra Floriano Peixoto (1893-1895).** Florianópolis: Insular, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. **República: um outro olhar.** São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção Repensando a História).
- _____. **Revistas em revista.** Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: FAPESP; EDUSP; Imprensa Oficial, 2001.
- _____. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.
- MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina (1889-1900).** Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli, 1982.

_____. Algumas fontes para a história da revolução de 1893 em Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 3ª fase, n.5, 1984.

_____. **República e oligarquia:** subsídios para a história catarinense (1889-1930). Florianópolis: Insular, 1997.

_____. O florianismo e Florianópolis. **Revista História Catarina**, Lages, SC, n.9, Ano II, p.62-65, Nov-dez/2008.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto; IHGSC; Lunardelli, 1991.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral. **Revista de sociologia e política**. n.20, Curitiba, jun/2003, p.115-134.

MORAES, Laura do Nascimento. **Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Florianópolis (1894-1914)**. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MURICY, José Candido da Silva. **A revolução de 1893 em Santa Catarina e no Paraná (Memórias)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia Editora Americana.

NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2000. (Coleção passando a limpo).

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

_____. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

- PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli; FCC Edições, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, n.80).
- PEUCER, Tobias. **De relationibus novellis**. Leipzig, 1690. Tese (Doutorado em Periodística). Universidade de Leipzig, Leipzig (Alemanha). Trad. Paulo da Rocha Dias. São Bernardo do Campo: PósCom Umesp, 1999.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- PONTE, Cristina. **Leituras de notícias**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- _____. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.
- POSSAMAI, Zita; GASTAL, Susana. **Revolução federalista de 1893**. Porto Alegre: SMC, 1993.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Democracia e autoritarismo na América Latina do século XIX. In OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.
- _____. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república: jacobinismo – ideologia e ação (1893-1897)** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.
- RIKER, William H. Federalism. In: GREENSTEIN, Ferd I.; POLSBY, Nelson W. (eds). **Handbook of political science**. V.5. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O Jornal: da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. (Coleção Comunicação).

ROSA, Paulo W. Vieira da. **Anhatomirim: a ilha redimida**. Florianópolis: UFSC, 1983.

ROSSATO, Luciana. **Imagens construídas: Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. **A república vista do meu canto**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. (Coleção catariniana, 3).

SIEBERT, Itamar. **Um biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-1856): entre a polêmica política e o processo civilizador**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Adélia dos Santos. **Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Desterro (1850-1894)**. Florianópolis, 1981. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e federalismo: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902)**. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, vol.4).

SOARES, Rosana de Lima. **Imagens veladas: AIDS, imprensa e linguagem**. São Paulo: Annablume, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

_____. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TONERA, Roberto. A tragédia de Desterro. **História Viva**, São Paulo, n.9, Ano I, p.82-88, jul. 2004.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJK, T.A. **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Documentos e comentários. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1897.

WITTER, José Sebastião. **República, política e partido**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. (Coleção História).

ZAMIN, Ângela Maria; SCHWAAB, Reges Toni. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. IV, nº1, 1º semestre de 2007. Florianópolis: UFSC; Insular. p.33-41.

ANEXOS

ANEXO 1 – MATÉRIAS SELECIONADAS DO JORNAL *REPÚBLICA***1.1 – Partidos**⁷¹⁸

É da Federação de Porto-Alegre o seguinte artigo que transcrevemos ad rem, porque vem mesmo a feição do que se está passando entre nós:

Temos esclarecido bem largamente os motivos que nos levaram a impugnar a combinação política que alguns desorientados tentam organizar neste Estado, e, por outro lado, as nossas opiniões são bastante conhecidas, para estarmos dispensados de insistir na afirmação, que mais de uma vez temos feito, de que não nos desgosta a formação de novos partidos políticos.

Pelo contrário, é nossa profunda convicção que, na era nova em que vai entrar nossa Pátria, a formação de partidos será uma exigência da própria natureza.

O que temos sustentado e o que é verdade, ratificada pela sanção da ciência social e dos fatos que diante de nós se desdobram, é que para o aparecimento de tais partidos ainda não chegou o momento.

A República proclamada ontem, não está ainda hoje constituída, nem sequer ainda compareceram os órgãos da soberania nacional, por ela chamados para determinar o organismo que deve ficar sendo a obra definitiva da Revolução.

Por enquanto, se trata apenas de firmar, de consolidar a criação nascente, e para esse trabalho a Pátria não faz distinção de opiniões sobre detalhes políticos; quer apenas que não esteja em mãos suspeitas o sagrado depósito.

Entrando na concretização dos fatos, tendo de escolher entre os vários moldes de organismos institucionais, tendo de cotejar um deles com as exigências especiais do nosso país, nesse concurso de vários critérios, e de competência de homens e princípios, nesse campo ampla e francamente, distendido aos olhos da Nação – pode naturalmente o exército republicano separar-se em divisões diversas, não para se darem combate mortífero e cruel, como faziam as legiões monárquicas, mas para disputarem nobremente o direito de fazer cada uma prevalecer o seu processo de chegar ao objetivo comum – o bem da Pátria.

⁷¹⁸ *República*, Desterro, 21/jul/1890, p.3

Nesse dia, ou em qualquer momento em que tais circunstâncias ocorrerem, quem sabe se os melhores amigos de hoje, obedecendo ao império da consciência, não trocarão no campo da honra o abraço da despedida, envergando fardas e divisas diferentes?

Bem diverso é o que presenciamos hoje.

Não há duas opiniões que se embatam, disputando o passo uma à outra. No solo da América republicana, a monarquia, uma vez deslocada, estava perdida.

E perdida está ela para sempre, - proclama-o a consciência dos seus mais fervorosos antigos adeptos.

Entre outros grandes benefícios, a república nos trouxe o de retirar definitivamente da discussão a questão, não estéril, mas esterilizadora e irritante, sobre as formas de governo.

Nenhum outro grande princípio, nenhuma outra grande questão está em litígio.

A que viria, pois, a criação de partidos? Só a satisfação de ambições ou de paixões pessoais poderia explicá-lo.

Neste ponto, o fato se junta ao argumento para solidificá-lo: os homens que tentaram a coligação dos elementos dispersos de todos os matizes políticos deste Estado, apressaram-se a declarar que não se dirigiam a nenhuma nobre conquista política e deixaram ver bem claro entre as linhas das suas proclamações que combatiam pessoas, que não tinham outro fim, senão procurar mudar os ocupantes da direção, embora fossem estes os únicos leais defensores da doutrina triunfante.

Não é a intolerância política de que diariamente somos acoimados, pelos que abusam do critério público e da eloquência dos fatos que os desmentem, não é a intolerância política o que nos move a embargar a marcha da empresa que combatemos.

Que intolerância é essa que, esquecendo as dissensões do passado, aliás produzidas por elevados motivos, recebe fraternalmente a quem a procura, convida a quem a repele, por não compreendê-la, aproveita todas as aptidões, acolhe todas as dedicações, não indagando da sua proveniência, senão na parte que entende com a moralidade.

É manha antiga de certos politiquieiros profissionais faltar conscientemente à verdade: não maravilha, pois, que ouse alguém dizer que a maioria não colabora com o partido republicano na consolidação da República.

Quem quer que conheça a situação real das coisas neste Estado pode dar atestado da falsidade que tal afirmação encerra, observando por toda a parte apenas resumido grupo de endurecidos partidários, que não abandonam os antigos postos embora neles fiquem isolados, porque, homens honrados quase todos e dirigindo mal os seus nobres sentimentos, entendem dever continuar solidários com os antigos diretores da capital, ignorando que estes não obedecem a nenhum impulso confessável.

Tenha haste que, há pouco, rompeu a terra brasileira, destinando se, embora, a ser a árvore colossal, debaixo de cuja fronde descansará feliz um grande povo, a República não se pôde esgalhar ainda na profusão exuberante da ramagem que terá um dia, representando todas as mil variedades e tendências do espírito nacional, partindo todas, entretanto, do grande tronco de que não se desliguem e cujo equilíbrio contribuem para sustentar.

Precipitar essa evolução natural será funesto erro, nos homens de boa fé; será monstruoso crime, nos mal intencionados.

Nas presentes circunstâncias, cujo termo, entretanto, está bem próximo, só há lugar para um partido – o partido que deve tomar a responsabilidade da República.

Esse não aparece a tomar a posição que lhe compete por seu arbítrio; é indicado pela força dos princípios.

A ele devem concorrer todos os patriotas despidos de indignas preocupações, não fazendo ato de submissão ao vencedor do dia; mas dando exemplo de candura e superioridade.

Quem fizer o contrário contribuirá para irritar os espíritos, perturbar o sossego, dificultar a grandiosa obra; mas, em definitiva, a sociedade passará ao seu destino, porque as leis dela podem mais que as manhas dos homens.

1.2 – Ao eleitorado⁷¹⁹

Estão à porta as eleições para o congresso constituinte do Estado Catarinense. Deste direito soberano do povo devem sair a ordem ou a desordem, a moralidade ou a imoralidade, o progresso ou o retrogresso, o bem ou o mal, a vida ou a morte para o Estado. Assim como pode ser o manancial de toda a prosperidade pública, também pode tornar-se a terrível e fatal boceta de Pandora. Naquele dia solene em que o homem

⁷¹⁹ República, Desterro, 20/fev/1891, p.2

exerce o mais nobre direito de cidadão, o voto popular livremente expresso, terá ou de elevar ao sumo poder o Gênio do bem com todas as suas benéficas consequências e o país será próspero e venturoso; ou, seduzido, extraviado, colocado no declive da ruína e posto à beira do precipício social, elegerá a Eumenide com todo o cortejo de males de que a Fúria costuma fazer-se acompanhar, para destruição de tudo e para desventura de todos.

Dois contendores, digamos logo, a luz dum lado e a treva d'outro, vão ferir combate decisivo de vida ou morte perante o eleitorado que tem de decidir soberanamente do mérito dum, elegendo-o como seu representante e advogado de seus interesses, e do demérito do outro, repelindo-o, como inconveniente, incapaz e perigoso.

Eis o ponto capital que devem ter em vista todos aqueles que são chamados a exercer o direito soberano no momento solene de votar.

Qual será o cidadão, amante de sua pátria e zeloso do bem público, a cuja mente, bem intencionada, não ocorram aquelas sensatas considerações? Qual será aquele que, podendo, deixará de levar também a sua pedra para ajudar a reconstruir o grande edifício da Pátria, donde irradie até ao extremo recanto da vastidão o bem e a luz? Qual será, finalmente, o eleitor, tão insensato e imprudente, que, como marujo enganado pelas cantilenas de pérfida sereia, desamparando a bitácula, largando o pinçote, deixe correr a nau do Estado à mercê de ventos contrários e impetuosos, que a levem contra rochedos e recifes? - Só uma completa anemia política, moral e social, só uma criminoso indiferença, só uma cegueira fatal que anuvia a razão, que sufoca os ditames da consciência, que faz de nobre título de cidadão um objeto imprestável e desprezível poderiam dar causa a tão desastrosos efeitos que acarretariam sobre o público males presentes e futuros de mui difícil remédio. Prevenir esses males está na mão do eleitorado. Saiba ele cumprir o justo; que a pátria exige dele esse dever sagrado.

Creemos então que o Gênio do mal, sempre fator de todos os desastres políticos e sociais, não terá, felizmente, de cantar a nossos ouvidos aterrados o epinício do triunfo. Creemos, também, no benefício influxo da Providência: façamos por merecer-lhe a proteção, pela moralidade dos atos públicos, pelo completo desinteresse pessoal, pelo verdadeiro amor ao bem público, pela condenação, enfim, do ódio e egoísmo políticos e partidários o gênio simpático da pátria pede, a altos gritos, paz, harmonia e concórdia entre seus filhos, igualmente queridos e benquistos.

Uma vez desapeadas do poder supremo que só ao povo pertence, as instituições monárquicas, o Estado Catarinense, assim como toda a

nação brasileira, trata de resolver no sentido do mais nobre e benéfico republicanismo a grande questão social que desde o dia 15 de Novembro se agita no país.

Estão em campo, entre nós, dois grupos políticos, dispostos à luta e aguardam ambos a suprema sentença das urnas eleitorais.

Um apresenta-se franca e lealmente, porque tem por si a justiça e o direito; o outro, menos favorecido destes princípios sagrados, espreita, agacha-se, esconde-se, forja nas trevas a obra de iniquidade; para eles os fins justificam os meios. Um quer instituições livres e sensatas, liberdade bem entendida, moralidade na administração, justiça para todos, economia das rendas públicas, desenvolvimento de todos os ramos da atividade pública; quer o progresso moral, intelectual e material, quer, enfim, a ventura pública; tudo isso foi já indicado ao eleitorado catarinense no próximo programa que publicou esta folha. Este grupo, homogêneo e coerente, que representa a ordem e o verdadeiro espírito republicano, com razão apóia e auxilia o atual governo do Estado, como a mais segura e firme garantia de vermos em breve realizadas as justas aspirações públicas; o outro grupo, composto de elementos híbridos e heterogêneos, reunidos, apenas, pela necessidade de se coadjuvarem na luta de momento, tendo por isso mesmo em seu próprio seio o gérmen corrosivo da discórdia que não tardará a manifestar-se com todos os seus horrores, pesando desastrosamente sobre a ordem pública, e eivado em alto grau da lepra monárquica, corromper as consciências, desnortear as razões, soprear a liberdade de voto, extorquindo adesões; declama, grita, segreda, extorce-se, barafusta, corre, voa e tenta ir por toda parte inocular o gérmen da desordem e da corrupção.

Entretanto, nunca deixará de arremedar a linguagem do bem, para enganar os simples e incautos, do mesmo modo que a perfídia e a hipocrisia usam ser os arremedos da lealdade e da virtude. Mas a sensatez e o patriotismo do eleitorado catarinense distinguirão, certamente, o justo do injusto; a verdade, da mentira; o bem, do mal; a boa, da má semente.

Assim, qual daqueles dois grupos em campo oferece melhores garantias de bom êxito para a República, e de ser conveniente e proficuamente resolvida a importante questão social entre nós? Qual deles, é justo, seja auxiliado pelo voto universal do Estado? Tendo em vista primeiro que tudo os interesses da pátria e desprezando razões de interesses privados, considere-o por si mesmo o eleitorado, e enverede pela estrada plana e ampla da liberdade, deixando os atalhos tortuosos e malgrados, onde só poderá topar extravios, perigos e cruéis decepções.

1.3 – Caminho errado⁷²⁰

Que triste espetáculo apresenta atualmente a nossa pobre pátria! Qual será o fim da crise medonha que atravessa: de um lado bancarrota; do outro anarquia. Hoje não há mais confiança; o descrédito, a ruína, são as únicas perspectivas que o povo tem diante de si. Se ainda a política seguisse a sua marcha normal, se ela procurasse, por meio de um governo sério e patriótico, parar os golpes mortais, que estão ferindo o país em seu crédito, em sua economia, em sua fortuna, teríamos a resignação de esperar em tempos melhores.

Infelizmente o que vemos em todos os recantos dessa terra de promessa, tão ricamente dotada pela Providência, é a descrença, o desânimo e o aniquilamento de tudo.

O governo atual interveio na deposição dos governadores dos Estados, anarquizando o país inteiro; para manter-se, para continuar a sua obra de destruição, foi preciso cometer atos de violência, estabelecer o terror para que o povo não pudesse reivindicar os seus direitos calcados aos pés pela ditadura a mais infrene.

A pretexto de uma conspiração, que só existiu como fantasma que tirava o sono do tirano, foi, a despeito de todas as leis, reformando oficiais gerais que só queriam que fossem feitas com a maior brevidade as eleições para presidente da República, em obediência ao preceito constitucional e como meio salvador.

Essa medida contrariava as ideias do ditador, convinha que fosse abafada, porque o governo não quer admitir nem representação, nem conselhos; é soberano e faz o que bem lhe apraz!

Para conseguirem esse *desideratum* é rota a Constituição, desvirtuada a lei, violados os direitos sagrados do cidadão e restabelecidas as perseguições liberianas: reformas de gerais, prisão de cidadãos, deportação de muitos, perseguição geral.

Tudo serve, o objetivo dessas medidas é cortar o mal pela raiz; de outro modo perigam os destinos da pátria e manda o patriotismo que ela seja salva custe o que custar!

Entretanto está gemendo o povo sob o peso das privações sem número pela alta extraordinária dos gêneros de primeira necessidade; está arruinando o comércio com um câmbio a 11 1/8 com tendência a baixa; e não contente com essa miséria que se faz sentir em todas as classes da sociedade está marcado para o dia 24 do corrente a cobrança do imposto sobre o fumo!

⁷²⁰ República, Desterro, 19/abr/1892, p.1

Os capitalistas espavoridos com essa liquidação forçada estão passando os seus capitais para Europa, com o câmbio atual, sujeitando-se a um prejuízo de 70%; mas preferem salvar ainda alguma coisa; pois a época é do imprevisto, e amanhã pode ser que o papel circulante tenha o mesmo fim que tiveram os assinados em França, durante a primeira revolução.

Impera a anarquia, e à sua sombra estão se realizando nos Estados, as eleições para nova organização do país, embora concorram as urnas pequena minoria do eleitorado: mas é preciso salvar as aparências e dar um cunho de *legalidade* aos novos poderes constituídos.

Em nosso Estado as eleições estão marcadas para o dia 24 do corrente; e vendo os federalistas que o povo descrente nega-se em sua grande maioria a comparecer aos comícios eleitorais, já estão exercendo uma pressão de ferro sobre os funcionários públicos, sobre todo o professorado que já está sendo ameaçado de demissão, remoção, se eles ou seus parentes não comparecerem no dia marcado a levar o seu voto às urnas, para sancionarem a livre eleição que se vai fazer.

Então, tenente Machado, onde essa imparcialidade de ação que dizeis manter? Onde essa neutralidade que apregoáveis como único meio de obter eleições livres?

Mentira! Tudo é mentira.

Por mais que façais vós e os vossos não conseguireis que o povo livre do nosso Estado vá sancionar como seu voto os atos arbitrários, injustos e violentos que deram por resultado a retirada da administração do Estado do governador que esse mesmo povo tinha livremente eleito por mais de dez mil votos.

O dia 24 de abril está próximo, a eleição correrá sem o menor embaraço em todo o Estado; veremos qual será o seu resultado!

Então compreendereis que caminho errado seguiste, desprezando os homens patriotas e sinceros que vos falavam a verdade, e arrependidos, vos retirareis daqui:

Honteux comme un renard qu'une poule aurait pris.

1.4 – A restauração da lei⁷²¹

À algazarra e cinismo dos revoltosos opôs-se o silêncio da justiça e a moralidade administrativa.

Não mais se ouve o desrespeito levado às praças e ruas por essa horda de desmoralizados, nas apóstrofes imorais lançadas ao governo

⁷²¹ República, Desterro, 05/jun/1894, p.1

legal, e menos o contínuo estrépito das armas assassinas sobre as calçadas pelos falsos defensores da Constituição.

Venceu a lei e o prestígio da autoridade.

O silêncio da justiça já se manifestou impondo o respeito à sociedade e com ele as solenes garantias aos direitos de todos.

A movimentação desenfreada dos farsantes libertadores cessou – para dar lugar ao passo grave dos que salvaram a República dessas hienas que a contemplavam como vítima para aniquilá-la com suas garras ferozes.

A República vencedora alçou a sua gloriosa bandeira, cada vez mais prestigiada e festejada.

A Constituição cheia do maior vigor assinala o seu completo triunfo, mostrando aos inimigos da pátria que, pigmeus eram eles para derrubarem-na do altivo pedestal onde a colocou o acendrado patriotismo dos homens que a 15 de novembro de 1889 deram ao Brasil o governo do povo pelo povo.

E esses pigmeus que acabam de sumir-se na mais estreita vala onde a desmoralização, a deslealdade e a traição, aliadas à audaciosa e cínica ambição, constituíam os seus fortes elementos de perfídia e insubordinação, apresentavam-se como leões, não pela sua força e em feitos patrióticos pelos quais se pudesse aferir o grau de seus sentimentos nobres e altruísticos, mas na fúria de tudo avassalar e destruir e na ligeireza com que conquistavam as presas de sua malvada cobiça, na rapinagem e assalto à fortuna pública e particular, e no ataque ao direito de liberdade e à vida do cidadão.

Como monstros, atiraram-se com grande força contra a República, desrespeitando os poderes constituídos e praticando todos os atentados e surpresas as mais criminosas, que se traduzem nesse constante vandalismo que foi o lema favorito de tão perversos inimigos da pátria e de suas liberdades. (...)

A vitória da lei, o triunfo incomensurável do governo e especialmente da República, encarnada na pessoa do seu primeiro magistrado, garantindo-nos o sossego e a paz, o direito ao asilo do cidadão e a defesa à honra da família e todos esses outros e inúmeros direitos da coletividade, veio fazer calar a grita descompassada dos energúmenos inimigos, transformados para sua maior vergonha em verdadeiros piratas, abafando o desordenado estrépito dos façanhudos rebeldes e silenciando o nome de tais *heróis* para torná-los sujeitos a punição dos negros crimes cometidos.

O silêncio de hoje, pois, quer dizer a restauração da lei pela vitória da República, sucedendo à gargalhada do cinismo dos rebeldes e à sua

movimentação estrepitosa, quando saudando efêmeros e criminosos triunfos, supunham dominar a Nação, e atingir os fins impatrióticos que tinham em mira, os quais fatalmente levariam esta a sua completa ruína.

1.5 – Rememorando⁷²²

(...) Nós que vimos o Estado entrar, logo após a proclamação do regime republicano, numa fase de ordem e de desenvolvimento; nós que colocamos à frente de nossos destinos um catarinense distintíssimo pelo seu alevantado caráter e o seu acendrado patriotismo; nós que escudados em uma administração reta e criteriosa vivíamos felizes, cercados de todas as garantias e cheios de fé no futuro da família catarinense, e que pasmos ante a ingratidão de alguns e a condenável indiferença de outros, assistimos aos acontecimentos de dezembro de 1891 e acompanhamos todo o procedimento dos governos que sucederam o do dr. Lauro Müller – governos que não hesitavam em sacrificar os mais vitais interesses da comunhão social em proveito único e exclusivo dos interesses meramente políticos – nós bem sabemos que o levantamento de 31 de julho, que teve por início a 14 em Blumenau a proclamação de Hercílio Luz para governador do Estado, não foi simplesmente um grito de guerra do partido republicano, que pretendiam extinguir, mas de populações inteiras cansadas de suportar dia a dia toda a espécie de vexames e de ataques à sua dignidade. (...)

Estava o partido republicano, o único capaz de conduzir o nosso Estado à prosperidade, novamente senhor do poder, de que fora esbulhado em dezembro de 1891 pela traição de uns e pelas ambições inqualificáveis de outros. (...)

Entretanto, os revoltosos, capitaneados por Custódio de Mello e aos quais o partido federalista havia aderido, apoderaram-se do nosso Estado.

O que fizeram eles durante o tempo do seu despótico predomínio nesta terra está bem vivo ainda na memória de todos.

Machado e Caldas eram os *ciceroni* dessa gente que aqui caiu como aves de rapina: indicavam as vítimas que deviam ser imoladas, apontavam as perseguições que deviam ser feitas e entregavam o erário público aos famintos e seminus.

Durante os tempos calamitosos em que predominaram os *sans chaussees* e os degoladores eram alvo de manifestações com chuva de flores, espocar de foguetes e atroar de vivas, dias houve em que a nossa

⁷²² República, Desterro, 31/jul/1894, p.1.

alegre capital mais parecia um cemitério do que uma cidade cheia de vida, tais eram o silêncio e a solidão que se notavam em toda a parte.⁷²³

(...) O terror pairava sobre o Desterro como um grande abutre negro, constituindo eterna ameaça à vida e à propriedade do laborioso cidadão que, sem garantias, não podia contar com o dia seguinte nem com o fruto do seu trabalho honrado e procurava o leito não para dormir, tão grandes eram as suas apreensões, mas para passar longas noites meditando nas desgraças que nos amarguravam.⁷²⁴

No dia, porém, em que os *humanitários libertadores* abandonaram a Praia de Fora (...) a cidade do Desterro, como tocada por varinha mágica, sacudiu a tristeza que a acabrunhava e saudou com um grito de alegria os verdadeiros patriotas que, sob o comando do bravo marinheiro Jerônimo Gonçalves, vinham salvá-la da desgraça que ameaçava reduzi-la a ruínas.

Estava fechado o negro período de desgraças para o nosso Estado e o povo catarinense voltava ao gozo dos seus direitos, da sua liberdade e do seu sossego.⁷²⁵ (...)

Os acontecimentos que tiveram lugar depois de 31 de julho de 1892 até abril do corrente ano são a plena justificativa das razões de ordem pública que atuaram no ânimo do grande partido republicano catarinense para alijar do poder o partido que a ele subira contra a vontade popular e por meio da traição.

Viva o partido republicano!

1.6 – Sistema político⁷²⁶

É possível atentar contra o regime republicano, que a lei fundamental da Nação estabeleceu, em consagração da vontade do povo, do exército e da armada, com probabilidade de bom êxito? Não.

⁷²³ Aqui há uma contradição: como poderia parecer um cemitério se havia festa para os revolucionários? Além disso, o próprio jornal disse numa outra matéria que agora enfim reinava a paz e o silêncio. Como explicar essas contradições? Em que momento reinara o silêncio? E o que significava esse silêncio? Paz? Ou medo?

⁷²⁴ Perceber como o uso específico da palavra Desterro, coisa não muito comum, reforça o sentido negativo do trecho, tendo também uma explicação devido à campanha pela mudança do nome da cidade. Essa cena mostra mesmo como, para apagar esse terror, não bastava a varinha mágica do salvador Floriano, era preciso transformar o Desterro em Florianópolis.

⁷²⁵ Por acaso não houve desgraças, mortes e tristezas para o povo catarinense no período de “pacificação” promovido por Moreira César? Ou aqueles que sofreram essas consequências não eram catarinenses? Ou essa é apenas a forma de justificar uma matança pela outra? Afinal, eles costumavam dizer que quem começou a guerra é responsável por todas as desgraças decorrentes dela

⁷²⁶ **República**, Florianópolis, 05/nov/1895, p.1.

Porquanto a forma de governo, saída da revolução de 15 de novembro, foi aceita pelo país e nele existe a seis anos; completou-se com a organização dos Estados; e está, portanto, consolidada, nada receando dos sonhadores da restauração, que pretendendo dar expansão aos seus ressentimentos oriundos da desafeição ao sistema político atual que os fez perder os proventos de que gozavam no regime decaído, tentam, embora sem elementos capazes de oferecer resistência, restabelecer a forma de governo extinta, sem lembrarem-se que as monarquias restauradas são efêmeras e fatais, como atesta a história, e de que os republicanos sinceros jamais conseguirão suportá-la.

Sem elementos, dissemos, porque o exército, que se constitui o alicerce do grande edifício republicano, procurará a todo transe, mesmo com sacrifício de vida, impedir o seu desmoronamento, no que será acompanhado pelas demais classes sociais, amantes da ordem e do progresso, as quais aconselham a determinação das energias, a prática das coragens cívicas, especialmente pela mocidade brasileira, sempre disposta a mostrar o ardor patriótico, o devotamento pela causa republicana, que nela encontra decidido defensor.

No momento supremo em que correr grave risco a existência da instituição política ou em que um grande perigo ameacá-la, o brioso exército brasileiro saberá cumprir o seu dever de honra, tocado pela corrente magnética do patriotismo.

Virá em auxílio da República este exército, cuja fidelidade à causa do movimento que deitou por terra o trono carcomido, é o desespero dos empreiteiros de esperanças inconfessáveis; este exército que, na bela fraseologia de um escritor, encarnou o movimento popular da República, fraternizou com as aspirações nacionais no advento da democracia e restituiu o país ao governo civil, assentando a ordem pública na submissão das forças militares à magistratura constitucional da toga e da lei.

O pronunciamento de 15 de novembro exprime a vontade nacional, contra a qual é impotente o *sebastianismo*, que agora começa a *rosnar* em S. Paulo, pela boca dos que ficaram despojados das grandezas de que foram revestidos pela monarquia e dos outros despeitados.

Não é, pois, o patriotismo inspirado no amor à causa pública o móvel de seu procedimento, ditado pela paixão política, pelo interesse próprio, que eles colocam acima do bem estar da coletividade.

A organização federal republicana era a fervorosa aspiração da quase maioria brasileira muito antes de tornar-se realidade, que teve o franco assentimento do país, operando-se a transformação política sem efusão deliberada de sangue, sem violação das leis civis; foi um ato de paz e de

acerto, por isso que outra solução não se podia dar à decrepitude da monarquia.

E quais os seus belos efeitos? A igualdade e fraternidade dos ...[trecho mutilado]... fazer cessar o receio constante de conflito entre as duas nações, aliás amigas; e outros efeitos que muito recomendam o sistema político, que o país com aplauso adotou.

Todos os Estados têm prosperado de modo sensível e animador, com o aumento de suas rendas, com o florescimento da lavoura e da indústria, com a crescente imigração européia e com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte: - eis o grande futuro que estava reservado ao sistema político atual.

A República, rompendo as tradições do passado, atirou-se com energia à conquista de todos os melhoramentos que tirassem o Brasil do estado de prostração em que jazia, não obstante as suas riquezas, e espalhou por toda a parte a seiva fecunda da grande renovação social e política.

Nestas condições é uma falta de patriotismo querer plantar a anarquia, procurando repudiar uma instituição notável pelos seus benéficos resultados e que tem conseguido estabelecer o equilíbrio nos elementos sociais, a tranquilidade e a segurança nas famílias e o prestígio no princípio da autoridade.

Felizmente para honra do patriótico povo brasileiro, este volta às costas à comédia restauradora, que está sendo ensaiada na capital paulista, porque sabe que o maior e o mais louvável empenho do cidadão que deseja a prosperidade da sua terra, deve ser o esforço supremo em prol da ordem e da tranquilidade públicas, por isso que somente estas podem desenvolver o progresso, do qual se originam a liberdade e a civilização.

E não é, por certo, procurando-se derrocar uma forma de governo que já tem raízes no coração da Pátria, e assim dando-se lugar à anarquia e a lutas sangrentas, que se chega a conseguir o engrandecimento material e moral do país.

Na França, nos Estados Unidos do Norte e em outras repúblicas, a democracia tem mostrado as vantagens reais e brilhantes do governo do povo pelo povo – *self government*.

Se alguns males hoje nos afligem – reflexiona um estadista – são oriundos dos costumes que saturaram profundamente o solo onde se levantou a República, e que deviam empestá-la por muito tempo. Com a nova forma de governo mudamos de higiene, mas não mudamos de sangue; e os males do sangue não se extirpam radicalmente na primeira geração.

A situação financeira, aliás pouco lisonjeira, é justificada por fatos excepcionais, ocorridos na capital federal, salientando-se a revolta que agitou o país durante sete meses e a revolução do Rio Grande do Sul sendo que, antes, com a República, em três anos, anteriores àquele período, o rendimento da importação subiu de cerca de 45 a mais de 90 mil contos, crescendo assim tanto no triênio republicano quanto nos 65 anos do governo extinto.

É inegável que no domínio republicano a prosperidade geral vai tomando proporções gigantescas.

Convém, portanto, repelir todas as tentativas antipatrióticas e deixar que elas se limitem aos seus arraiais suspeitos, onde afinal abortarão e desaparecerão como a visão de um sonho.

1.7 – Contra a exploração⁷²⁷

A propósito de uma missa mandada celebrar pela família de um dos oficiais revoltosos que, ao restabelecer-se a legalidade neste Estado, foi punido, como os demais, por ordem da autoridade a quem o governo da União delegara os poderes competentes, – o órgão federalista, na edição de anteontem, deu mais uma expansão ao rancor que se infiltrou no ânimo dos seus redatores na relação de benevolência com que os republicanos têm tratado os seus ferozes perseguidores do tempo da revolta restauradora.

Cientes e conscientes dos males que derramaram por todo o Estado, assolando-o, novos Átilas, com um requinte de perversidade, até então desconhecida da população – os redatores do órgão federalista voltam às páginas em que todos lemos a lição profundamente aplicável a quantos atentam contra a lei e o governo legalmente constituído.

Relembrem os nossos adversários os fuzilamentos da fortaleza de Santa Cruz.

Fazem mal, porque, se foram eles a consequência lógica do assassinato do alferes Esmerino, do 10º regimento de cavalaria, na zona serrana, e dos sargentos e praças que compunham o destacamento que aquele inditoso defensor da lei comandava; dos bárbaros degolamentos em Itajaí e nesta capital, que conservam ainda nas cruces que indicam a sepultura dos assassinados a prova irrefragável do nosso acerto; dos saques que o banditismo mascarado com o título de – batalhão patriótico, estendeu a quantos pontos esse agrupamento desprezível aportou; da traição a mais revoltante que ostentaram os defensores do

⁷²⁷ República, Florianópolis, 26/abr/1898, p.2.

governicho que “em nome da Constituição”, elevou títeres à altura de ministros desse carnavalesco “governo provisório”; – e é bem ver que o ilustre representante do governo da União, de posse dos elementos que provavam à evidência o crime dos que atentaram contra a lei que deveriam ser os primeiros a defender, procedeu como bem entendeu no momento, com os olhos fitos no cumprimento do dever que a situação lhe impunha.

Reviver ódios, tentando atirar sobre quantos temos defendido a República dos botes sem insinuações, bem entendeu executar aquele que, perante o país, assumira a responsabilidade de libertar as instituições dos elementos deletérios que concorriam para corrompê-las – é tal procedimento para nossos adversários digno de elogios!... Eles que confraternizaram com os degoladores do Rio Negro, onde o infeliz coronel Pedroso e os seus 600 companheiros foram sacrificados do modo mais bárbaro possível!...

Continue o órgão federalista no intento de atear paixões já adormecidas há muito, porque para isso tem concorrido a benevolência do governo republicano, porquanto quer sinceramente a confraternização dos que habitam essa terra, tão ultrajada nos seus sentimentos afetivos durante o período da revolta.

Continue o órgão federalista a campanha que parece ter querido iniciar com o artigo de anteontem; nós tomamos o compromisso de acompanhá-lo *pari passu*, lembrando lhe que não se arredará dos que o dirigem a responsabilidade dos sucessos que decorrerem dessa propaganda pérfida.

ANEXO 2 – MATÉRIAS SELECIONADAS DO JORNAL *O ESTADO***2.1 – Coisas do Dia⁷²⁸**

Lutar é viver.

Deste axioma decorre nosso cabedal de energias.

Lutando, o homem atingiu e percorreu, sucessivamente, todas as fases ascensionais do seu caráter e da sua história, desde a aurora da primeira idade até esta época de coisas geniais e assombrosas.

Também pela luta, viveremos a nossa vida de publicidade.

Lutaremos pela verdade, a suprema virtude, e pelo bem público, o supremo ideal da imprensa honesta.

Somos um jornal político, é verdade, mas a nossa política não sabe fazer da personalidade um ponto da doutrina, ou uma base de programa.

Não plagiaremos a conduta dos nossos adversários.

As colunas d'*O Estado* não são também uma trincheira levantada para fuzilar invenções deturpantes, para cuspir grosseiras calúnias dos fatos, visando apagá-los rapidamente do espírito público, para substituí-los por estultas utopias repisadas, toda a hora, a golpes de chapas declamatórias e a tiros de chavões impertinentes.

Não podemos temer adversários implacáveis, sendo eles verdadeiros; receamos, porém, adversários caluniadores.

Sentiremos constrangimento, sem dúvida, em enfrentar contendores que menosprezem a grandiosíssima missão do jornal, porquanto, desenrolar o jornalista uma bandeira de partido, não quer dizer licenciarse para a calúnia e o insulto.

Entre cavalheiros a verdade é o evangelho da honra.

Será muito de louvar, portanto, que a oposição não reincida no hábito em que se acha, de criar, a seu modo, os elementos que os atos do governo não fornecem, e de que ela não prescinde para continuar na sua tarefa, cambaleando embora.

Jogaram tudo, os nossos adversários, no eminente esforço de impedir que o poder escapasse-lhe das mãos, e tudo jogam ainda para reconquistar... a confiança perdida...

Andam tão desvairados eles que acham possível a reabilitação pela calúnia!

Desorientação assim é lastimável.

Tomaremos por isso outro norte.

⁷²⁸ *O Estado*, Desterro, 05/nov/1892, p.1.

2.2 – Política republicana⁷²⁹

Bem divorciados andam da verdadeira orientação republicana aqueles que, alardeando-se fervorosos apóstolos dessa grande causa, mostram-se diariamente azafamados sectários dessa política de campanários – ambiciosa e aniquiladora.

Partidários do golpe de Estado de 3 de novembro, que nulificou todo o esforço, todo o patriotismo da Constituinte Republicana, por isso que desaparecia a obra básica das instituições, os *soi-disants* republicanos que apoiavam a política da ditadura, sem rebuços, sem condições, por isso que só aspiravam ao interesse pessoal – a continuidade das posições – não escrupulizaram diante do movimento da deusa à cuja imolação, simulada embora, eles tinham assistido...

Quando se seguiram as manifestações populares contra os jornais desses amigos da ditadura, jungida então ao pelourinho da execração pública, desconhecera que a soberania residisse no povo, que o povo fosse o supremo árbitro de seus próprios destinos.

Ainda falseando o regime federativo, apelaram para o centro pedindo que os mantivesse, revelando triste ignorância dos sucessos que em todos os tempos e em todos os lugares determinaram a *liquidação sumária* dos regimes caricatos.

Desconheciam que a Legalidade ressurgida fosse a condenação solene de suas pessoas à frente da governação do Estado.

Desconheciam que a revolução vitoriosa, confusista de um direito soberanamente sobreposto à vontade da ditadura fosse a encarnação da própria soberania.

Desconheciam a política republicana, desconhecendo os princípios sobre que se assenta.

Foi assim que o Estado de Santa Catarina entrou, com os seus irmãos, na fase de uma organização democrática, de banimento das imoralidades que constituíam o patrimônio daqueles que foram apeados do poder.

São republicanos e conspiram contra o progresso da pátria; são republicanos e procuram armar ao afeito nas mais pequeninas coisas, perfidamente.

São republicanos que aspiram uma República sua, repelentemente abominosa, para gládio de insofridos desejos.

Para que esse castelo de calúnias contra nós, os amigos da Constituição de 24 de fevereiro?

⁷²⁹ O Estado, Desterro, 04/jan/1893, p.1.

Ignorais que a verdade ressurja, como a fênix da fábula, de suas próprias cinzas?

Supondes por ventura que não estamos em dia com os nossos planos, não estamos ao corrente do que fazeis? Desde o Congresso até o vice-presidente da União, tudo intrigais.

Para galgardes o poder não corais diante da mentira que avilta; dizeis que somos uns – parlamentaristas, e outros – restauradores.

Amais a anarquia que faz Cresos.

Tiveste-la, e basta.

Hoje são os acontecimentos de Blumenau que explorais; de lá, de vosso centro de operações, esperais que venham as amotinações que havemos de sufocar.

Andais iludidos.

A Revolução, cujo aniversário solenizou-se a 29 do passado, é a mesma em seus efeitos: tudo pela moralidade.

Se pretendeis o governo, fazei-nos antes bons republicanos; conquistai primeiro a confiança pública; confraternizai com a verdade e a justiça; amai a República pura e imaculada, como a imaginou Benjamin Constant.

E, então, quando estiverdes assim preparados, vinde conquistar-nos o poder; mas, por Deus, deixai de anarquizar o Estado, mentindo aos vossos concidadãos e ao governo federal.

2.3 – Atendei, tartufos!⁷³⁰

Sem meios de escaparem às recriminações das suas ladroeiras e dos seus crimes, sem um argumento que sirva de fingida contradita às acusações que lhes temos feito de frente levantada e provas à vista, sem uma saída, difícil mesmo do infecto circulo a que foram restritos pelas consequências de seus próprios desastres – os escritores oposicionistas, despeitados, furibundos, hidrófobos, esgueiram-se, disparam do terreno da luta política em que deviam enfrentar-nos, se tivessem dignidade e, como se a calúnia pública ainda fosse pouca baixaza, invadem, assaltam covardemente o que há de mais inviolável, o que há de mais santo na sociedade, o que há de mais respeitável na lei: atacam a vida privada, invadem o lar e assaltam a família!

Loucos e tartufos, para traz caluniadores!...

Descarregai sobre nós todo o vosso ódio, abraçai-vos à calúnia para ver se podeis conseguir apagar do espírito público a repercussão dos

⁷³⁰ O Estado, Desterro, 02/mar/1893, p.1.

vossos crimes de ontem, que temos historiado fielmente como ocorreram; lançai contra nós toda a vossa provisão de infâmias; fazei das trevas e da lama vossa inglória batalha, desde que não quereis marchar ao campo limpo para o qual tendes sido desafiado – mas, em nome da moral privada, em nome da família, tartufos, poupai o lar, deixai-o eternamente inviolável e eternamente sagrado, respeitai a família, porque desrespeitá-la é demolir a sociedade.

Fazei alto, monstros!...

Esta sociedade exige respeito, e se o vosso tartufismo é irreprimível, cevai-o nas vossas palestras e nos vossos conciliábulos, não deixeis que ela venha explodir de encontro à moral privada e à moral social.

Rabiscai, escrevei os vossos *dizia-se*, temperai o vosso humorismo, caluniai, mas não caluniai a família, não invertais, prostituindo-as, tristes cenas do lar; respeitai a lágrima formada pela dor da saudade e da privação...

Atendei, tartufos!

2.4 – História de um partido II⁷³¹

Aparece uma imprensa com arrogância de coisa séria, começando a pregar moral, a proclamar às instituições, a evangelizar princípios de honestidade, de economia e de civismo, mas vai, com o gastar da máscara, resvalando para o seu elemento próprio, e daí começa a mutação de cenas; surge um dia o insulto, outro a mentira, a intriga, a baixaza de sentimentos, a falta de respeito à família, à sociedade, a tudo quanto não gira na sua órbita política a todos quanto não são satélites do seu Deus.

Quem não veste a roupa de irmão da confraria, é *ateu*, é desonesto, é inimigo da República, é esbanjador dos dinheiros públicos, odeia ao chefe da nação, procura por todos os meios derrocar a ordem, empobrecer o Estado, perseguir o povo, injuriar os adversários, e, finalmente, nada fazer pelo bem público; eles, os vestais da moralidade e da dignidade política, tudo fizeram, tudo querem fazer, tudo prometem fazer, mas não o podem, pois que nós outros impedimos lhes de beneficiar este povo, cuja maioria dá-lhe todo o apoio, aderindo ao seu *programa*, e sustentando a sua política de *desinteresse* e somente de amor, pelo berço natal, e pelo progresso de sua terra!

(...) Enquanto forem o que são, enquanto tiverem diretores como têm, enquanto não compreenderem que o bem social, que a pátria está

⁷³¹ O Estado, Desterro, 23/nov/1893, p.1e2.

acima dos ódios individuais, da ansiedade de governar para, com mais presteza, satisfazer vinganças, enquanto não resolverem a tomar, a sério, a condição de opositoristas deixando o insulto, para analisar com critério os fatos que julgarem necessitar de crítica, hão de viver como réprobos, como contaminados pela lepra do desprezo público, e portanto continuando a permanecerem no isolamento social em que estão.

2.5 – Floriano Peixoto⁷³²

(...) deixou que seu governo se apoiasse nesses mesmos elementos que, no desdobramento da vida republicana, representam o criminoso egoísmo que visa a inutilização da obra de 24 de fevereiro, produzindo no nosso sistema político social um simples deslocamento do ponto central.

Tal a concepção política paulistana e de todos os espíritos a ela subordinados, os quais têm, como mira de suas aspirações republicanas, a concentração na capital de São Paulo de toda a vitalidade nacional, partindo desse centro a irradiação iluminativa do nosso sistema governamental com o máximo prejuízo da autonomia dos Estados, que ficarão completamente acorrentados, como já estão em parte, ao influxo de um chefe retrógrado, por isso mesmo que não quer a integração do grandioso trabalho, cujos alicerces foram assentados pela última constituinte brasileira.

Sustentando-se com essa força, o Marechal teve de suportar as consequências da natural oposição que esta nefasta política levantou em todos os estados, ciosos das liberdades já há muito desejadas e que a federação acabava de dar-lhes. Essa oposição tomou proporções agigantadas depois que os estados viram o Marechal, em proveito das ideias da mais profunda centralização, desfazer-se da gloriosa falange de combatentes rio-grandenses, que havia começado generoso movimento contrário à ditadura de 3 de novembro, e que foi o prólogo da grandiosa epopeia que o elevava a 23 do mesmo mês à supremacia da Nação. Desde então a convicção de que o regime republicano, o governo do povo pelo povo, não era mais que um ideal; do qual se afastava o Marechal, foi dominando todas as consciências patrióticas.

Nós, federalistas catarinenses, empenhados na consecução de toda a autonomia territorial e na obtenção de todos os recursos, que nos garantia a constituição, mantivemo-nos sempre em correta posição para com o Marechal. Apanhados de surpresa, vendo nosso território atacado

⁷³² **O Estado**, Florianópolis, 03/jul/1896, p.1.

e as autoridades locais correrem fugitivas ante uma força militar, obediente às suas ordens, inspiradas pelo castilhismo vizinho; vendo os nossos amigos serem fulminados, nesta capital pelas emboscadas sorrateiramente preparadas pelo Comandante do Distrito Militar, com o mais pleno assentimento seu, apesar de uma contramarcha a que foi obrigado por circunstâncias ocasionais, não podíamos por mais tempo conservarmo-nos quedos ante o dismantelo da obra republicana, dismantelo que já começava a assustar seus autores, entre os quais tinham lugar proeminente os ministros demissionários de 93, Custódio e Serzedelo, que no recuo pretenderam salvar revolucionariamente uma situação para a qual não havia mais remédio. Já o sul do Brasil havia se levantado contra a prepotência castilhista, quando irrompeu na baía do Rio de Janeiro a revolta naval encabeçada pelo almirante Custódio de Mello, revolta que apesar de não oferecer segura garantia ao nosso futuro, representava o compendiamiento de todos os desejos de destruição do mal dominante e que era a tendência do presidente constitucional para a ditadura, que se acentuou depois de vencida a revolta, como confessam seus secretários, mas que encontrou óbice no patriotismo de alguns chefes militares, seus dedicados, e na ambição de predomínio por parte dos centralizadores paulistanos com o intuito de encaminhar a política para formar base de suas aspirações individuais, o marechal Floriano não recuou diante do derramamento de sangue de seus compatriotas, o que aliás deveria ser contrário aos seus sentimentos conforme as manifestações que fizera em 15 de novembro de 1889. Os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram as vítimas prediletas, os quais, por isso mesmo que queriam toda a autonomia e gozar de todos os direitos garantidos pelo regime federativo, tiveram que lutar com as forças centrípetas de São Paulo, que tinham seguro apoio por parte das forças do Marechal ao qual, faltando nítida compreensão da independência dos poderes constitucionais, pensava ser necessário apoiar reciprocamente a maioria fictícia do Congresso, obediente aos chefes paulistanos. Esse erro, cujo primeiro inspirador foi o sr. Serzedelo Correia, é a origem de todos os outros que acumulados, elementos heterogêneos no organismo social brasileiro, produziram essa grande comoção que ficou batizada com o nome de Revolta de 6 de setembro. Frio como gelo e só visando a vitória, o marechal Floriano pôs em prática exageradamente, para dar combate aos revoltosos, a doutrina maquiavélica de que os fins justificam os meios, e fazendo um amálgama de efeitos e causas, meios e fins, intenções e ações tornou-se o precursor das teorias de Sighele acaba de expor em sua novíssima obra intitulada “A moral individual e a moral política” onde por uma má

compreensão, procura alargar o campo da imoralidade política, pensando operar um retrocesso da lei progressiva dos sentimentos humanos.

Conhecedor das altas simpatias que a revolta tinha dentro do país, o Marechal procurou chamar a si a principal força de todas as causas sãs, a mocidade, e para isso contou a seu favor com elementos antipáticos, provenientes da insurreição de 10 de abril, que abraçaram a Revolta e com a dubiedade característica de algumas influências revolucionárias, que não obstante não desejarem uma retrogração constitucional, queriam contar com o apoio de políticos de todos os matizes.

Esse grande erro, fazendo resultar aparentemente de uma pretendida restauração monárquica, foi a origem do entusiasmo com que a força militar rodeou o seu chefe, conduzindo-o a uma vitória que seria gloriosa, se não fosse manchada pelo sangue de um sem número de mártires, que após a luta caíram nas mãos dos vencedores, e foram vitimados por ódios pessoais e pequeninas intrigas, e cujos crimes levados a um tribunal ao qual assistisse a calma indispensável à Justiça certamente sairiam impunes. Constituem os assassinatos praticados após vencida a revolta, o fundo escuro do quadro que representa a vitória da legalidade.

A imoralidade desses assassinatos sobe de ponto quando aqueles que são os seus principais responsáveis insistem em negar oficialmente a sua existência, que hoje está no domínio público.

Essa negativa preemptória, como se deu com os fatos ocorridos com nossos amigos nessa capital, é a expressão de que o segredo com que se rodeou os fuzilamentos deste estado só servia para acobertar a falta de convicção que presidiu sua execução, e para mais salienta a injustiça dos que julgaram os motivos que deram lugar a tão extremo castigo. Hoje já nem sequer se pode alegar que o segredo fosse ocasionado por necessidade da ordem pública. Essas tristes cenas que a civilização hodierna teve de contemplar fizeram empanar o brilho da vitória do Marechal, que militarmente pode receber as ovações de todos os seus camaradas, mas que como político, está condenado pela consciência de todos os seus compatriotas, que nele encaram o algoz das liberdades públicas, expressamente formuladas no nosso estatuto constitucional. As esperanças muito vivas que nutrimos no atual regime fundam-se principalmente na necessidade de execução do nosso pacto fundamental, execução que não pode depender da exacerbação de opiniões. É por isso que ante o julgamento da história jamais merecerá desculpa o marechal, ainda que seus admiradores queiram desculpar o exagero das leis marciais que decretou, com a imprescindível necessidade de atender à

corrente de opiniões, que lhe eram simpáticas, mas que representavam a emanção de bárbaros sentimentos, que já não existem entre os povos selvagens, que começam a ter noções de deveres humanitários, respeitando a vida de seus prisioneiros; sentimentos que alimentados por um governo brasileiro denotam a mais baixa depressão moral daqueles que o suportaram. Convictos da grandeza da causa que defendemos, certos de que nos levantando contra o governo do Marechal Peixoto não fizemos mais do que cumprir um dever de patriotas, sentimos profundamente que ainda hoje seja o seu nome lembrado, pois julgamos que com essa recordação não fazem seus admiradores mais do que despertarem as lágrimas da viuvez e os soluços da orfandade. Convencidos no mais íntimo da alma da pureza da bandeira que desfraldamos, ontem, enquanto os admiradores do Marechal estiveram prestando solene homenagem pública ao morto que, na sua opinião, é o salvador da República, nós, em religioso recolhimento, estávamos retemperando o ardor de nossas crenças com a recordação das virtudes cívicas dos mártires que caíram vitimados em defesa de uma causa, pela qual combateremos eternamente, a causa da Liberdade, a causa sagrada da Pátria.

2.6 – Ciências e artes: Os emigrados⁷³³

*Querem que um homem seja escravo,
Cego, surdo, mudo e que não pense
Para mais a seu salvo flagelar-nos!*

Era o céu ridente e puro
Envolto em nuvens de anil,
Acalentando o futuro
Do Sul extremo, viril;
À sombra da liberdade
Se erguia a prosperidade.
À viva luz do trabalho,
Contente e rude operário
Tinha no braço um erário
Ao som cadente do malho.

Hoje a luta do extermínio
Por toda a parte se expande
E campeia o morticínio

Reinava a paz na coxilha
Aonde impera o minuano
E dos povoados na trilha
Marchava o progresso ufano
Eram livres os comícios
Dos denodados patrícios
De seus direitos em prol;
Não pesava a vil cobiça
Na balança da justiça

⁷³³ O Estado, Desterro, 01/dez/1892, p.1.

Assolando o Rio Grande!
 Os seus mais diletos filhos
 Tombam frios pelos trilhos
 Sob o punhal da traição!
 Ou vão do mar sobre as vagas
 Pedir asilo nas plagas
 Aonde medra a compaixão!

Feras de sangue sedentas
 Impunham da força o gládio
 E sob as rubras tormentas
 Quem pode ter um paládio?
 Em nome da liberdade
 E em nome da humanidade
 Quanto sangue tinge o solo!
 Ai pátria de tantos bravos
 És hoje apenas de escravos
 Que não tem altivo colo!

Inda bem que um povo nobre
 Não é surdo ao brado aflito
 E estende o manto que cobre,
 Abrindo a porta, ao proscrito
 Nesta medonha provança
 Fica eterna uma lembrança
 Gravada no coração
 E do tempo ao perpassar
 Há de jamais afagar
 Do emigrado a gratidão!

Que só tinha a lei por sol.

Na campina imensa aberta,
 Reina a lei da força bruta
 E na cidade deserta
 Nem já gemidos se escuta!
 Pela inóspita savana
 Foge a triste caravana
 Dos que deixam pátria e lar
 Chorando em crua vigília!
 Oh quanta infeliz família
 Lá vai, sem chefe a marchar.

Nesse sanguíneo horizonte
 Que importa tenhas um lar?
 Ou hás de dobrar a fronte
 Ou fugir do vil jaguar!
 E o mesquinho foragido
 Oculto como um bandido,
 Tem a pátria por seu horto
 E dos seus fugindo à sanha
 Vai achar em terra estranha
 Da paz almejado porto!

Desterro, 30 de novembro de 1892
 Santos Cunha